



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

PARÊMIAS ESPECIALIZADAS EM LINGUAGEM JURÍDICA BILÍNGUE

Neyara Macedo Coelho Barbosa

Brasília DF
2023

NEYARA MACEDO COELHO BARBOSA

PARÊMIAS ESPECIALIZADAS EM LINGUAGEM JURÍDICA BILÍNGUE

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutora em Linguística. Área de concentração: Teoria e Análise Linguística. Linha de pesquisa: Léxico e Terminologia. Orientadora: Professora Doutora Enilde Faulstich.

Brasília DF
2023

FOLHA CATALOGRÁFICA

FICHA CATALOGRÁFICA

BB238p Barbosa, Neyara Macedo Coelho
Parêmiias especializadas em linguagem jurídica bilíngue /Neyara Macedo Coelho Barbosa; orientadora Enilde Leite de Jesus Faulstich. -- Brasília, 2023.
234 p.

Tese (Doutorado em Linguística) -- Universidade de Brasília, 2023.

1. Semântica de Frames. 2. Gramática de Construções. 3. Fraseologia. 4. Procuração. 5. Glossário. I. Faulstich, Enilde Leite de Jesus, orient. II. Título.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BARBOSA, Neyara Macedo Coelho. **Parêmiias especializadas em linguagem jurídica bilíngue**. (Tese de Doutorado em Linguística). Brasília: Instituto de Letras, Universidade de Brasília, 2023, 234 p.

CESSÃO DE DIREITOS

NOME DO AUTOR: Neyara Macedo Coelho Barbosa

TÍTULO DA TESE DE DOUTORADO: Parêmiias especializadas em linguagem jurídica bilíngue.

GRAU: DOUTOR.

ANO: 2023

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese de doutorado para única e exclusivamente propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva para si os outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

Nome: Neyara Macedo Coelho Barbosa
E-mail: neyaramacedo@gmail.com

BANCA EXAMINADORA

PARÊMIAS ESPECIALIZADAS EM LINGUAGEM JURÍDICA BILÍNGUE

Doutoranda: Neyara Macedo Coelho Barbosa

Composição da banca examinadora.

Professora Doutora Enilde Faulstich (UnB/PPGL/LIP)
Orientadora (presidente)

Professora Doutora Ieda Maria Alves (USP/FFLCH)
Membro efetivo externo

Professora Doutora Claudia Zavaglia (UNESP/PPGL)
Membro efetivo externo

Professora Doutora Rozana Reigota Naves (UnB/PPGL/LIP)
Membro efetivo interno

Professora Doutora Flavia de Oliveira Maia Pires (UnB/PPGL/LIP)
Membro suplente

Brasília – DF, 1 de março de 2023.

DEDICATÓRIA

À professora Noranei Macedo, minha mãe.

AGRADECIMENTOS

À Professora Dra. Enilde Faulstich, pelos ensinamentos e orientações que me motivaram a investigar o tema.

A minha família pelo apoio.

Ao Dr. Jean Novais, pela colaboração, incentivo, amor e cumplicidade.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da UnB.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo suporte financeiro, imprescindível à execução deste trabalho.

A todos que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa, meus sinceros agradecimentos.

PARÊMIAS ESPECIALIZADAS EM LINGUAGEM JURÍDICA BILÍNGUE

RESUMO

Esta Tese insere-se na área de concentração Teoria e Análise Linguística, na linha de pesquisa Léxico e Terminologia do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília – UnB, e foi desenvolvida no Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos – Centro LexTerm do Instituto de Letras da UnB. O objeto de estudo são parêmiias especializadas (PEs) em textos de Procurações redigidas em Português do Brasil (PB) e no Inglês dos Estados Unidos da América (IA). Esses enunciados fraseológicos performam atos ou constatações fatos na linguagem de especialidade e, apesar da recorrência, são pouco investigados em domínios especializados. Em consequência da escassez de pesquisas linguísticas sobre parêmiias, investigações acerca do tema são fundamentais para a compreensão da forma e do significado das PEs no léxico das diversas áreas e em línguas distintas. Diante disso, propomos a aplicação de um modelo teórico-metodológico com base na Semântica de Frames (FILLMORE, 1982), em complemento com a Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995), de modo a descrever e analisar as propriedades morfossintáticas, semânticas e pragmáticas das PEs para elaborar um glossário que organize conceitos em uma base de dados digital. Com os resultados obtidos, verificamos que, no processo de formação, as PEs tornam-se unidades de conhecimento especializado pelo uso recorrente em situações particularizadas. Desse modo, a representação conceitual e simbólica das PEs viabilizou a descrição holística das dimensões linguísticas e extralinguísticas, responsáveis pelo funcionamento coeso na linguagem jurídica tanto em PB, quanto em IA. Como demonstração da aplicabilidade do modelo, compilamos o Glossário Bilingue Digital de Parêmiias Jurídicas (GPjur), direcionado a profissionais e a estudantes de Direito e áreas afins.

Palavras-chave: Semântica de Frames; Gramática de Construções; Fraseologia; Procuração; Glossário.

SPECIALIZED PAREMIES IN BILINGUAL LEGAL LANGUAGE

ABSTRACT

This dissertation is inserted in the Theory and Linguistic Analysis concentration area, in the Lexicon and Terminology research line from the Graduate Program in Linguistics at the University of Brasília, and it was developed at the Center for Lexical and Terminological Studies – Centro LexTerm from the Institute of Letters at UnB. The object of study is the specialized paremies (PEs) in Powers of Attorney texts written in Brazilian Portuguese (PB) and United States English (IA). These phraseological utterances perform acts or confirm facts in the specialized language and, despite their recurrence, they are little investigated in technical domains. As a result of linguistic research on paremy scarcity, investigations on this topic are essential for understanding the form and meaning of PEs in the lexicon of different areas and languages. Therefore, we propose applying a theoretical-methodological model based on Frame Semantics (FILLMORE, 1982) and Construction Grammar (GOLDBERG, 1995) to describe and analyze the morphosyntactic, semantic and pragmatic properties of PEs to create a glossary that organizes concepts in a digital database. By the results, we verified that the PEs become units of specialized knowledge in the formation process due to their recurrent use in particular situations. Hence, the conceptual and symbolic representation of the PEs enabled the holistic description of the linguistic and extralinguistic dimensions responsible for the cohesive functioning in the legal language both in PB and in IA. As a demonstration of the model's applicability, we compiled the Bilingual Digital Glossary of Legal Paremies (GPjur), aimed at professionals and students of Law and related areas.

Keywords: Frame Semantics; Construction Grammar; Phraseology; Power of Attorney; Glossary.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 – Linha do tempo dos estudos da Fraseologia	28
Figura 1.2 – Classificação fraseológica de Corpas Pastor (1996)	38
Figura 1.3 – Classificação das parêmiias de Corpas Pastor (1996).....	41
Figura 3.1 – Enquadramento do frame transação comercial sob diferentes perspectivas	88
Figura 3.2 – Representação do triângulo retângulo com catetos e hipotenusa	90
Figura 4.1 – Estrutura simbólica da construção	110
Figura 4.2 – Notações das construções: a) bitransitiva e b) movimento causado	115
Figura 4.3 – Hierarquia taxonômica das construções “chutar o balde”, “chutar o pau da barraca” e “chutar cachorro morto”	118
Figura 4.4 – <i>Continuum</i> léxico-gramatical	122
Figura 5.1 – Fluxograma da metodologia – PE: parêmia especializada	127
Figura 5.2 – Leiaute da plataforma <i>Sketch Engine</i>	139
Figura 5.3 – Lista dos vinte termos mais frequentes no CP1 (a) e no CP2 (b)	141
Figura 5.4 – Concordanciador do <i>Sketch Engine</i> com exemplo “agir em meu nome e lugar”	142
Figura 5.5 – Procedimento de concordância entre corpora paralelos no <i>Sketch Engine</i>	143
Figura 5.6 – Frame da parêmia especializada “agir em meu nome e lugar”	149
Figura 5.8 – Representação simbólica de “agir em meu nome e lugar”	152
Figura 6.1 – Parêmiias especializadas selecionadas nos corpora CP1 e CP2	156
Figura 6.1 – Superframe outorga de poderes	160

Figura 6.2 – Superframe <i>granting powers</i>	162
Figura 6.3 – Frame atribuição de publicidade	165
Figura 6.5 – Frame nomeação do outorgado	167
Figura 6.6 – Frame transferência de poderes	169
Figura 6.7 – Estruturas simbólicas das construções a) “saibam todos quantos a presente virem” e b) <i>know all men by these presents</i>	172
Figura 6.8 – Estruturas simbólicas das construções a) “nomeio e constituo meu bastante procurador” e b) <i>make, constitute and appoint my true and lawful attorney</i>	174
Figura 6.9 – Estruturas simbólicas das construções a) “agir em meu nome e lugar” e b) <i>act in my name place and stead</i>	176
Figura 7.1 – Fluxograma da elaboração do Glossário Bilingue Digital de Parêmiás Jurídicas...	181
Figura 7.2 – Interface da página inicial do glossário	193
Figura 7.3 – Guias (a) Apresentação (a) e (b) <i>Presentation</i>	194
Figura 7.4 – Guias Buscar (a) e <i>Search</i> (b)	196
Figura 7.5 – Guias (a) Lista de Parêmiás e (b) <i>Paremies List</i>	197
Figura 7.6 – Modelo do verbete do GPjur	198
Figura 7.7 – Guias (a) Ajuda e (b) <i>Help</i>	199
Figura 7.8 – Guias (a) Quem somos e (b) <i>Who we are</i>	200
Figura 7.9 – Verbetes “agir em meu nome e lugar”	201
Figura 8.1 – QRcode para acesso ao GPjur	204

LISTA DE QUADROS

Quadro 4.1 – Exemplos de construções em Português do Brasil	106
Quadro 5.1 – Modelo de Procuração em Português do Brasil – CP1	131
Quadro 5.2 – Modelo de Procurações em Inglês dos Estados Unidos – CP2	133
Quadro 5.3 – Lista de parêmiias especializadas do CP1	144
Quadro 5.4 – Lista de parêmiias especializadas do CP2	145
Quadro 7.1 – Ficha terminológica de Faulstich (2010b, p. 183)	184
Quadro 7.2 – Modelo de ficha fraseológica	186
Quadro 7.3 – Ficha fraseológica da parêmia “agir em meu nome e lugar”	187
Quadro 7.4 – Ficha fraseológica da parêmia <i>act in my name, place and stead</i>	188
Quadro 7.5 – Obras terminográficas em Português para validação dos verbetes	189
Quadro 7.6 – Obras terminográficas em Inglês para validação dos verbetes	190

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

- ◆ – Correspondente
- © – Corporação
- § – Parágrafo
- ≡ – *Wordlist*
- 🔍 – Pesquisar
- 🖼️ – Frame da entrada
- ⇒ – Variante
- a.C. – antes de Cristo
- Adapt. – Adaptado de
- Adj. – Adjetivo/ *Adjective*
- Adv. – Adverbio/ *Adverb*
- Adv. Circ. – *Adverbial Circumstance*
- Art. – Artigo
- BLD – Black’s Law Dictionary, Antony Black, 2009
- C – Construção
- Cap. – Capítulo
- cf. – conferir
- Circ. Adv. – Circunstância Adverbial
- Compl. Nom. – Complemento Nominal
- CP1 – *Corpus* de Procuções 1 (Português do Brasil)
- CP2 – *Corpus* de Procuções 2 (Inglês dos Estados Unidos da América)
- DJ – Dicionário Jurídico, Maria Chaves de Mello, 2006
- DVJ - Dicionário de Verbos Jurídicos, Antônio Henriques e Maria de Andrade, 2010
- e.g. – *exempli gratia*
- EF – Elemento de Frame
- EN – *English*
- EUA – Estados Unidos da América
- F_i – Forma
- GxC – Gramática de Construções
- GPjur – Glossário Bilingue Digital de Parêmiás Jurídicas
- HTML - *Hypertext Markup Language*
- IA – Inglês dos Estados Unidos da América
- In. – Inglês

ISO – *International Organization for Standardization*
LC – Linguística Cognitiva
LE – Linguagem de Especialidade
LexTerm – Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos
N – Nome/ *Noum*
NE – Núcleo Eventivo
NT – Núcleo Terminológico
NMCB – Neyara Macedo Coelho Barbosa
Obj – Objeto/ *Object*
OPL – *The Oxford Companion to Law*, Peter Cane e Joanne Conaghan, 2008
p. – página
pdf – *portable document format*/ documento de formato portátil
PE – Parêmia Especializada
PB – Português do Brasil
PRED – Argumentos do verbo (predicado)
Pt. – *Portuguese*
QRcode – *Quick Response Code* (Código de Barras)
R – Relação Semântica
SC – Semântica Cognitiva
SF – Semântica de Frames
S_i – Significado
SKE – Sketch Engine
T – Texto
TGT – Teoria Geral da Terminologia
txt – arquivo de texto sem formatação
UL – Unidade Lexical
UF – Unidade Fraseológica
UFE – Unidade Fraseológica Especializada
URL – *Uniform Resource Locator*
UT – Unidade Terminológica
V – Verbo/ *Verb*
Var. – Variante
VJ – Vocabulário Jurídico, De Plácido e Silva (2009)
WDL – *Random House Webster's Dictionary of the Law*, James E. Clapp, 2000

Sumário

INTRODUÇÃO.....	16
Hipótese.....	19
Objetivos.....	20
Objetivo Geral.....	20
Objetivos Específicos	20
Justificativa.....	21
Estruturação da tese.....	22
CAPÍTULO 1 – FRASEOLOGIA: CONCEITUAÇÃO, PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E CLASSIFICAÇÃO.....	25
1.1 Introdução.....	25
1.2 Desenvolvimento dos estudos em Fraseologia.....	27
1.2.1 Noções de agrupamento de palavras.....	28
1.2.2 Tradição dos estudos fraseológicos	31
1.3 Caracterização e classificação das unidades fraseológicas.....	33
1.3.1 Características gerais	33
1.3.2 Das locuções aos enunciados fraseológicos.....	35
1.3.3 Parêmiias como enunciados fraseológicos.....	37
1.4 Conceito e características das parêmiias.....	42
1.5 Síntese do capítulo.....	45
CAPÍTULO 2 – AS PARÊMIAS NA LINGUAGEM DE ESPECIALIDADE DO DIREITO.....	46
2.1 Introdução.....	46
2.2 A Terminologia e a Fraseologia na linguagem de especialidade	47
2.2.1 Noções de Terminologia.....	47
2.2.2 Processo de terminologização.....	51
2.2.3 Fraseologia na linguagem de especialidade.....	54
2.3 Os estudos contrastivos e as bases jurídicas.....	61
2.4 Caracterização do gênero textual Procuração.....	63
2.4.1 Gênero textual.....	63
2.4.2 Gênero textual Procuração.....	64
2.5 Síntese do capítulo.....	67
CAPÍTULO 3 – FRAMES NA REPRESENTAÇÃO DE PARÊMIAS ESPECIALIZADAS.....	68
3.1 Introdução.....	68
3.2 A cognição e a organização do significado linguístico	69
3.2.1 Principais propostas da Semântica Cognitiva.....	71
3.2.2 O desenvolvimento da Linguística Cognitiva.....	72
3.2.3 Premissas da abordagem cognitiva da linguagem	73

3.3 A teorização da Semântica de Frames	77
3.3.1 Noções de frames.....	79
3.3.2 Conceito de frames	80
3.3.3 Sistematização da Semântica de Frames: o projeto FrameNet	84
3.3.4 Exemplos da aplicabilidade da Semântica de Frames	87
3.3.5 Frames na linguagem de especialidade.....	92
3.3.6 Semântica de Frames aplicada às parêmi­as especializadas	96
3.4 Síntese do capítulo.....	98
CAPÍTULO 4 – PARÊMIAS ESPECIALIZADAS SOB A PERSPECTIVA DA GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES	99
4.2 Perspectiva teórica da Gramática de Construções.....	100
4.2.1. Origem da abordagem construcionista da gramática	100
4.2.2 Conceito de construção.....	103
4.2.3 Tipos e características das construções.....	106
4.2.4 Princípios da abordagem construcionista.....	107
4.2.5 Arquitetura simbólica da construção	109
4.2.6 Modelos da Gramática de Construções.....	110
4.3 Gramática de Construções Cognitiva	112
4.4.1 Sistematização da Gramática de Construções Cognitiva.....	113
4.3.2 Relações hierárquicas e de herança entre construções.....	116
4.4 Gramática de Construções aplicada às parêmi­as especializadas	119
4.4.1 Mecanismos de formação das parêmi­as especializadas.....	121
4.4.2 Processo de gramaticalização	123
4.5 Síntese do capítulo.....	126
CAPÍTULO 5 – PROCEDIMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA A ANÁLISE DAS PARÊMIAS ESPECIALIZADAS.....	127
5.1 Apresentação dos procedimentos	127
5.2 Compilação dos <i>corpora</i> e padronização dos dados.....	128
5.2.1 <i>Corpus</i> de Procurações em Português do Brasil – CP1	130
5.2.2 <i>Corpus</i> de Procurações em Inglês dos Estados Unidos – CP2	132
5.3 Identificação das parêmi­as especializadas.....	134
5.3.1 Critérios para identificação das parêmi­as especializadas	134
5.3.2 Seleção dos dados	136
5.3.3. Verificação dos enunciados com suporte computacional	137
5.4 Análise das parêmi­as especializadas mediante frames e construções	146
5.4.1 Representação conceitual das parêmi­as especializadas	147
5.4.2 Parêmi­as especializadas como construções	150
5.5 Síntese do capítulo.....	153

CAPÍTULO 6 – ESTRUTURAS CONCEITUAL E GRAMATICAL DAS PARÊMIAS ESPECIALIZADAS DE PROCURAÇÕES BILÍNGUES	154
6.1 Introdução.....	154
6.2 ParêmiAs especializadas dos <i>corpora</i>	155
6.3 Representação conceitual das parêmiAs especializadas.....	157
6.3.1 Cenário de outorga de poderes.....	158
6.3.2 Frame atribuição de publicidade.....	163
6.3.3 Frame nomeação do outorgado.....	166
6.3.4 Frame transferência de poderes	168
6.4 Representação simbólica das parêmiAs especializadas.....	170
6.4.1 Construções Verbo + Complemento.....	171
6.4.2 Construções Verbo + Circunstância adverbial.....	175
6.5 Convencionalização das parêmiAs especializadas	177
6.6 Síntese do capítulo.....	180
CAPÍTULO 7 – COMPILAÇÃO DA OBRA TERMINOGRÁFICA	181
7.1 Introdução.....	181
7.2 Procedimentos de elaboração do GPjur.....	182
7.2.1 Definição do público-alvo	182
7.2.2 Elaboração da microestrutura do glossário.....	183
7.2.3 Inserção dos dados nas fichas fraseológicas.....	187
7.2.4 Validação das definições das parêmiAs.....	189
7.3 Apresentação do Glossário Bilingue Digital de ParêmiAs Jurídicas.....	190
7.3.1 Plataforma de hospedagem	190
7.3.2 Macroestrutura do Glossário.....	192
7.3.3 Microestrutura do Glossário	200
7.3.4 Meios de divulgação do Glossário Bilingue Digital de ParêmiAs Jurídicas	201
7.4. Síntese do capítulo.....	202
CAPÍTULO 8 – GLOSSÁRIO BILÍNGUE DIGITAL DE PARÊMIAS JURÍDICAS	203
8.1 Introdução.....	203
8.2 Versão do GPjur em Português do Brasil.....	205
8.2.1 ParêmiAs Especializadas	205
8.2.2 Remissivas	209
8.3. Versão do GPjur Inglês dos Estados Unidos	214
8.3.1 Specialized Paremies	214
8.3.2 Remissives	218
CONSIDERAÇÕES FINAIS	225
REFERÊNCIAS	228

PARÊMIAS ESPECIALIZADAS EM LINGUAGEM JURÍDICA BILÍNGUE

INTRODUÇÃO

Esta Tese se insere na área de concentração Teoria e Análise Linguística, na linha de pesquisa Léxico e Terminologia do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, e foi desenvolvida no Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos – Centro LexTerm. O objeto de estudo são as unidades fraseológicas (UF), em particular, as parêmiias em textos de Procurações redigidas em Português do Brasil (PB) e em Inglês dos Estados Unidos da América (IA).

Desde o início do século XX, sobretudo pelas contribuições dos estruturalistas Ferdinand de Saussure (1931 [1916]) e Charles Bally (1951 [1909]), as unidades fraseológicas despertam o interesse dos linguistas em investigar a natureza dessas combinações de palavras. De acordo com Bally (1951 [1909], p. 67), as UFs, ou locuções fraseológicas, são associações de palavras que, por um lado podem se decompor após a criação, nas quais os constituintes são relativamente livres e que, por outro lado, podem adquirir um significado único, que não se justifica pela observação dos constituintes em separado. Em razão da repetição dessas associações de palavras, há restrições no reagrupamento dos componentes. Essas primeiras observações do universo fraseológico influenciaram uma série de estudos com o propósito de não apenas observar a forma das UFs, mas também compreender o conceito e a organização dessas estruturas na língua em uso.

Uma dessas propostas é a classificação fraseológica de Gloria Corpas Pastor (1996), que considera a parêmia como um tipo de UF. Para a autora, a parêmia é um enunciado fraseológico fixado na fala, de caráter textual, portanto, são entidades autônomas, concisas, independentes de contextualização e dotadas de significado referencial. Por constituírem atos

de fala, essas estruturas compõem o acervo social e cultural de uma comunidade linguística. Por essa razão, são reconhecidas como fontes relevantes de transmissão e divulgação de dogmas, valores e conhecimentos, à medida que contêm uma mensagem sentenciosa. Assim como as parêmiias da língua comum, as parêmiias da linguagem de especialidade transmitem valores coletivos e individuais, pois performam ações ou constataam fatos por meio do conteúdo direto ou sentencioso em um domínio.

Cumprre mencionar, nesse ponto, a proposta de Enilde Faulstich (2011), que retomou a discussão sobre “agrupamentos de lexias independentes de inserção na frase” do livro “Lexicologia: a linguagem do noticiário policial” de 1980. Na oportunidade, a autora afirmou que esses agrupamentos são “frases parêmiias” formados por um grupo vocabular coeso com restrição a alterações dos constituintes no eixo sintagmático, que alcançam estatuto de cláusula, porque têm sentido completo e desempenham papéis de forma, de ordem e de prosódia na expressão linguística. Entre os exemplos apresentados pela autora, o enunciado “andar na senda do crime”, encontra-se lexicalizado, e, assim, incorporado ao vocabulário da linguagem do noticiário policial. Com efeito, ocorre a integração semântica manifestada na estrutura da unidade lexical, embora admita flexões verbais para adaptar-se às regras gramaticais (FAULSTICH, 2011).

Apesar da recorrência de parêmiias na linguagem de especialidade, as pesquisas acerca dessas estruturas linguísticas direcionadas a um domínio específico de conhecimento são escassas. Uma das consequências da falta desses estudos, é a generalização de definições e classificações desse tipo de UF na linguagem de especialidade que pode ocasionar imprecisões no uso, na interpretação ou na tradução, em particular, no domínio do Direito. Por essa razão, pesquisas aprofundadas sobre a natureza linguística e extralinguística são fundamentais para entender a forma e a função desses enunciados fraseológicos no léxico especializado das diversas áreas.

Nessas circunstâncias, investigações que caracterizem as particularidades internas e externas das parêmys, denominadas nesta pesquisa de parêmys especializadas (PEs), podem contribuir para determinar a natureza dessas construções, uma vez que essas particularidades são responsáveis pelo funcionamento coeso no discurso e no texto jurídico, como a Procuração, instrumento recorrente desse domínio. Fundamentados nessa afirmação, estabelecemos a seguinte problemática desta pesquisa: Como as parêmys adquirem forma e significado na linguagem de especialidade da Procuração em língua portuguesa e inglesa? Com efeito, surgem indagações sobre como essas estruturas exigem mecanismos do uso morfossintático, semântico e pragmático na integração formal e funcional no discurso jurídico; e, até que ponto as PEs podem ser consideradas unidades lexicais especializadas?

Dada a problemática, propomos a aplicação de um modelo teórico-metodológico com o intuito de descrever e analisar as PEs. Para este fim, utilizamos os pressupostos da Semântica de Frames (SF) (FILLMORE, 1982), em conjunto com a Gramática de Construções (GxC) (GOLDBERG, 1995) de modo a auxiliar na descrição e análise das propriedades morfossintáticas, semânticas e pragmáticas das PEs. Como demonstração dos resultados, elaboramos um Glossário Bilingue Digital de Parêmys Jurídicas (GPjur), produto terminográfico que organiza conceitos em uma base de conhecimento, direcionado a profissionais e estudantes do Direito: advogados, professores, pesquisadores e tradutores do par linguístico em estudo.

A natureza da pesquisa é, portanto, qualitativa e o método é descritivo-analítico. Assim, os dados numéricos são meramente complementares para a observação da recorrência e da correspondência entre as línguas. Quanto às fontes de informação e aos procedimentos de coleta, o estudo é documental, porque selecionamos os dados nas Procurações com poderes gerais e com poderes específicos, extraídas de sites especializados e cedidas à autora por profissionais da área em estudo.

Hipótese

A hipótese deste estudo é que a integração das propriedades morfossintáticas, semânticas e pragmáticas contribui para a compreensão da forma e do significado que as PEs exercem na linguagem jurídica da Procuração, em línguas distintas. Por consequência, demonstra que a natureza dessas construções é, ao mesmo tempo, lexical e frasal, pois, no processo de formação, adquirem significado único e convencionalizam-se no discurso especializado. Com o propósito de identificar esses processos de formação e as particularidades internas responsáveis pelo funcionamento coeso das PEs, a pesquisa se fundamenta nas abordagens funcional e cognitiva, à medida que fornecem métodos apropriados para análise.

Assim, as duas teorias propostas para o estudo, SF (FILLMORE, 1982) e GxC (GOLDBERG, 1995), possibilitam investigações holísticas das PEs, uma vez que essas abordagens buscam integrar os fundamentos cognitivos e interacionais da linguagem. A SF detalha a estrutura conceitual e linguística das PEs, ao identificar os elementos de frame, quais sejam, participantes e papéis semânticos em situações comunicativas, e a GxC estabelece o pareamento simbólico entre forma e significado, que abrange desde estruturas semânticas composicionais até as mais opacas e inclui tanto posições fixas quanto abertas. Nesse contexto, a SF e a GxC são teorias complementares, pois favorecem a análise, em situações comunicativas, das propriedades linguísticas e extralinguísticas que contribuem na formação do significado das PEs.

Além disso, as duas teorias possibilitam discussões sobre a terminologização e a gramaticalização, processos essenciais na formação e modificação das PEs, pois se incluem na análise os fatores cognitivos, pragmáticos e comunicativos da área, ao considerar a forma, o significado e o uso. O modelo teórico-metodológico proposto também serve de base para a

verificação dos padrões de correspondência entre as PEs do PB e do IA, com vistas a contrastar essas construções nos contextos em que estão inseridas. Além disso, a caracterização das PEs, em ambas as línguas, auxilia na elaboração de uma microestrutura adequada à organização do glossário bilíngue voltado ao domínio jurídico.

Objetivos

Objetivo Geral

Aplicar um modelo teórico-metodológico, com base em uma abordagem cognitiva e funcional, na descrição e análise das propriedades morfossintáticas, semânticas e pragmáticas das PEs da Procuração, em Português do Brasil e em Inglês dos EUA, com vistas à produção de um Glossário Bilíngue Digital de Parêmiias Jurídicas.

Objetivos Específicos

- i) Identificar as parêmiias recorrentes no gênero textual Procuração em Português do Brasil e em Inglês dos EUA;
- ii) Descrever as particularidades internas responsáveis pelo funcionamento coeso das PEs em Português e em Inglês, de acordo com o contexto de uso, com base em frames e construções;
- iii) Contrastar as parêmiias selecionadas nas línguas portuguesa e inglesa para verificação do grau de correspondência;
- iv) Elaborar um Glossário Bilíngue Digital de Parêmiias Jurídicas bidirecional e sistêmico para divulgação em uma plataforma eletrônica de acesso aberto.

Justificativa

A motivação inicial desta pesquisa surge da percepção de UFs, recorrentes no discurso da comunidade escolar, identificados durante atividades docentes em Inglês da pesquisadora. Na oportunidade, observou a frequência de UFs em textos de língua portuguesa e língua inglesa, em que essas expressões nem sempre permitiam alterações na forma, além de apresentarem significados não dedutíveis pela soma dos constituintes em decorrência da idiomaticidade de cada língua. Outro fato que a motivou foi o contato com a tradução de textos jurídicos durante atividades profissionais. Nesse processo, a pesquisadora percebeu que as UFs também constavam na linguagem de especialidade jurídica de Procurações, documentação propícia à ocorrência de UFs em função do conteúdo padronizado.

Diante dessas circunstâncias, surgiram questionamentos acerca do modo com que as dimensões morfossintática, semântica e pragmática interagem na construção do significado das UFs. No interesse pelo tema, verificamos que pesquisas sobre parêmiias da linguagem de especialidade ainda são pouco desenvolvidas, se comparadas aos estudos paremiológicos da língua comum. Por consequência, falta material terminográfico sobre parêmiias. Embora existam glossários de provérbios e aforismos, estes são insuficientes para os profissionais do âmbito jurídico e tradutores, porque, de certa forma, não abrangem as especificidades conceituais do léxico especializado, o que pode provocar, por exemplo, inadequação na correspondência entre línguas distintas.

Para suprir parte dessa lacuna, o tema exige estudos linguísticos mais aprofundados, a fim de investigar as características internas e externas das parêmiias utilizadas em Procurações do domínio jurídico. Justificamos, pois, esta pesquisa tanto pela escassez de investigações fraseológicas que expressem os conceitos na linguagem de especialidade, quanto pela contribuição teórica e prática que este estudo pode proporcionar a pesquisadores e a profissionais da área jurídica e linguística. A análise de PEs sob uma perspectiva cognitiva

contribui para o desenvolvimento da Fraseologia, Terminologia e Terminografia e, conseqüentemente, colabora para a elaboração de glossários.

O Glossário Bilíngue Digital de Parêmiás Jurídicas pode servir de base para o entendimento das especificidades do léxico jurídico, bem como para a identificação dos correspondentes em PB e em IA e para a divulgação de um vocabulário técnico e científico. Assim, esse material terminográfico pode atender, de forma prática, aos operadores do Direito e áreas afins, bem como tradutores do par linguístico em estudo. Além disso, as discussões desta pesquisa podem auxiliar linguistas na observação de parêmiás, inclusive, de outras áreas de especialidade, como saúde, computação, economia, medicina e meio ambiente.

Estruturação da tese

Esta Tese está organizada em oito capítulos, além das considerações finais e referências. Ao final de cada capítulo, incluímos uma síntese com os principais pontos discutidos ao longo do texto. Para isso, iniciamos a discussão no capítulo 1 que apresenta o objeto de pesquisa, as parêmiás. Com o propósito de especificar esse tipo de UF, discorreremos os pressupostos teóricos e históricos da Fraseologia. Além disso, descrevemos as principais propostas de caracterização e classificação fraseológica, em que adotamos a taxonomia de Corpas Pastor (1996) que inclui as parêmiás no âmbito da Fraseologia.

No capítulo 2, explicamos as relações conceituais entre a Terminologia e a Fraseologia, à medida que o estudo direciona-se à linguagem de especialidade jurídica. Para este fim, observamos a recorrência das PEs no gênero textual Procuração e explicamos a terminologização, processo cognitivo e linguístico pelo qual essas estruturas se formam e adquirem novos significados para representar conceitos em um domínio. Em seguida,

discutimos a influência das diferentes bases jurídicas e línguas distintas na linguagem de especialidade.

No capítulo 3, discutimos as principais propostas da teoria da Semântica Cognitiva, em especial, o modelo da SF desenvolvido por Fillmore (1982). Dessa forma, avaliamos como essa teoria associa as unidades linguísticas às estruturas conceituais, em particular, das parêntias especializadas (PEs). Ao final, evidenciamos a aplicabilidade da SF à Terminologia, sobretudo as propostas de estudos fraseológicos, contrastivos e produção terminográfica.

O objetivo do capítulo 4, por sua vez, foi verificar a viabilidade de aplicação da GxC, baseada no uso, de Goldberg (1995) às PEs. Para este fim, recorreremos a uma visão geral da GxC após a discussão da SF porque o significado é um fenômeno primário de análise linguística e as construções são representadas em frames. Discorreremos sobre os princípios dessa teoria para explicar como as propriedades morfológicas e sintáticas, associadas às propriedades semânticas e pragmáticas, interagem na formação e no funcionamento dessas construções. Incluímos, também, considerações acerca da relação conceitual e estrutural entre léxico e gramática e o processo de gramaticalização das PEs, pois essas combinações de palavras rompem o limite semântico e pragmático dos constituintes de modo a alterar a condição gramatical padrão.

No capítulo 5, descrevemos os procedimentos teóricos e metodológicos para a análise das PEs em Procurações redigidas em PB e em IA. Para isso, dividimos os procedimentos em três fases. No primeiro, a aquisição, a descrição e a organização dos *corpora*. No segundo, identificamos as PEs por meio do estabelecimento e aplicação de critérios e verificação dos dados selecionados com suporte de programa computacional *Sketch Engine*. Por fim, explicitamos a análise das propriedades linguísticas e extralinguísticas das PEs selecionadas por meio de frames e construções.

Os resultados e discussão da pesquisa estão no capítulo 6, em que demonstramos a representação da estrutura conceitual das PEs por meio de frames, e a representação simbólica mediante construções para efeito das análises contrastivas das PEs e da formulação das definições. Para demonstração da aplicabilidade do modelo proposto, dedicamos o capítulo 7 à organização do GPjur, fundamentados nos pressupostos teóricos e metodológicos para elaboração de obras terminográficas. Apresentamos, no capítulo 8, o GPjur, produto digital, sistêmico, bilíngue e bidirecional que visa profissionais e estudantes da área jurídica e tradutores. Na última seção da Tese, dedicamos às considerações finais com a sustentação da hipótese e perspectivas para estudos futuros.

CAPÍTULO 1

FRASEOLOGIA: CONCEITUAÇÃO, PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E CLASSIFICAÇÃO

1.1 Introdução

As combinações de palavras são evidências do caráter dinâmico das línguas, pois, conforme as palavras se agrupam, segundo os diferentes graus de lexicalização, adquirem significado e passam a compor o repertório linguístico de determinada comunidade. Essas estruturas linguísticas recebem diferentes denominações a depender da teoria adotada e da finalidade da pesquisa. A título de exemplo, citamos os termos mais utilizados: discurso repetido, entidade fraseológica, expressão idiomática, expressão multipalavra, fórmula pluriverbal, fraseologia, fraseologismo e unidade fraseológica (UF) (CORPAS PASTOR, 1996). Uma das consequências dessa profusão terminológica é a dificuldade de identificação e classificação global dessas UFs.

Não obstante, a diversidade terminológica das combinações de palavras não implica diversidade conceitual, pois os especialistas na área concordam que essas estruturas constituem-se de duas ou mais palavras com diferentes graus de estabilidade e propriedades que as distinguem das sequências livres de palavras. No contexto desta pesquisa, compreendemos as combinações lexicais consagradas pelo uso e transmitidas pela tradição, unidade fraseológica (UF), de modo a seguir a nomenclatura consolidada pela comunidade científica e utilizada por diversos autores (e.g., BALLY, 1931 [1909]; VINOGRADOV, 1947; ZULUAGA OSPINA, 1980; CORPAS PASTOR, 1996) para designar o objeto de estudo da Fraseologia.

Além da profusão terminológica, há variedade de combinações fixas e semifixas de palavras no “universo fraseológico”, o que revela a complexidade das pesquisas desse campo,

porque os pesquisadores recorrem a linhas distintas de investigação, conforme as correntes teóricas adotadas, para descrever e classificar essas estruturas. Nesse contexto, surge a indagação sobre a natureza das parêmiás acerca das origens, das definições e das características que as singularizam das demais UFs, uma vez que os estudos fraseológicos são abordados por diferentes perspectivas. Diante disso, uma incursão diacrônica das pesquisas em Fraseologia reporta o desenvolvimento dessa área, de modo a apresentar as propostas de conceituação e as taxonomias das UFs, com o objetivo de especificar o tipo em estudo, a parêmia.

Para avançar nesse tema, relatamos as contribuições de autores clássicos da Linguística, além de discorrer sobre as tendências de pesquisas acerca dessas estruturas linguísticas a fim de explicitar as particularidades das UFs. Em vista disso, a justificativa deste capítulo está na premissa de que a descrição do percurso histórico das UFs auxilia na compreensão de como se estabelecem e quais características e funções desempenham no discurso. Nesse contexto, posicionamo-nos quanto à perspectiva ampla da Fraseologia, pois compreendemos que configura UF desde aquelas estruturas mais lexicalizadas e opacas, com significados não dedutíveis pela observação dos constituintes, e.g., *verba volant, scripta manent* (as palavras voam, os escritos permanecem), até aquelas menos lexicalizadas e composicionais, em que a soma dos constituintes forma o significado, e.g. “declaro para os devidos fins”.

Com o propósito de alcançar o objetivo do capítulo, organizamos o texto de forma a apresentar o desenvolvimento dos estudos da Fraseologia, seguido das propostas de autores que caracterizaram e classificaram as UFs, até as discussões sobre as propriedades das parêmiás. Iniciamos com os pressupostos teóricos sobre as noções de agrupamento de palavras de Ferdinand de Saussure (1931[1916]), de associações de palavras de Bally (1951 [1909]) no intuito de demonstrar a estruturação das UFs.

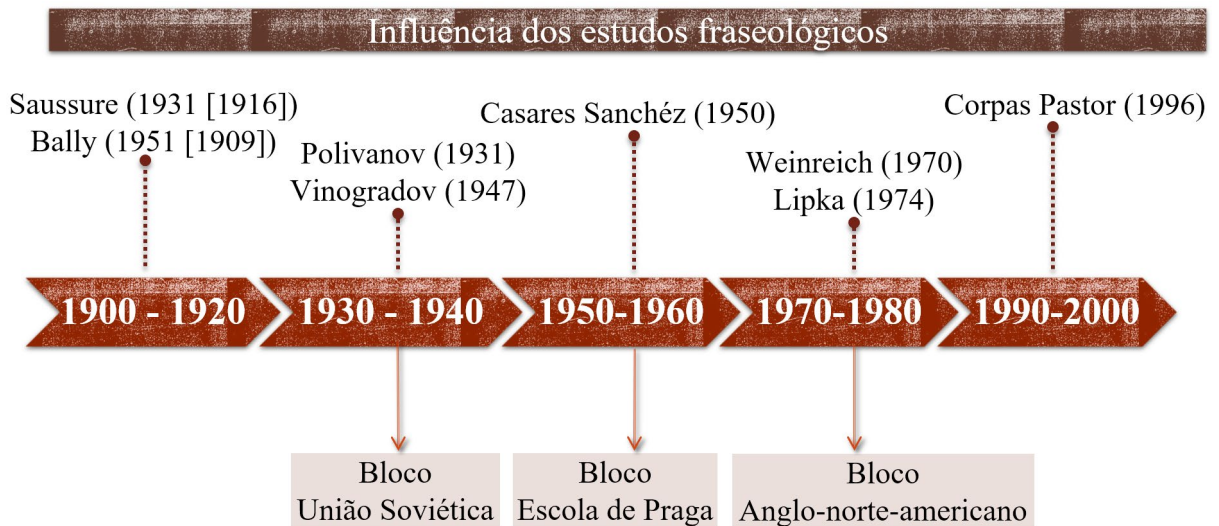
Também recorreremos à ideia de *lexia* de Bernard Pottier (1962), para associá-la às noções de combinações lexicais que configuram UFs. Em seguida, selecionamos as contribuições de Julio Casares Sánchez (1992 [1950]), Alberto Zuluaga Ospina (1980) e Gloria Corpas Pastor (1996), pesquisadores que caracterizaram e classificaram as UFs. Ademais, nos fundamentamos nos aportes teóricos de pesquisadores voltados a investigações sobre parêntesis, por exemplo, Louis Combet (1971) e Julia Sevilla Muñoz (1988).

1.2 Desenvolvimento dos estudos em Fraseologia

As discussões linguísticas acerca do trajeto da Fraseologia ao longo da história fundamentam não só o conhecimento sobre as origens dessa área, mas também a descrição das características e perspectivas do “universo fraseológico”. Desde o início do século XX, pesquisadores investigam essas estruturas sob diferentes pontos de vista para compreender como se estabelecem na linguagem, quais características e quais funções as UFs desempenham no discurso.

Nesse contexto, os estudos em Fraseologia iniciaram-se com as noções de agrupamento de palavras de Saussure (1931 [1916]) seguidos dos pressupostos sobre Fraseologia de Bally (1951 [1909]), pois observaram a estruturação da língua por meio de associações de palavras. Essa noção despertou interesse por parte dos pesquisadores da antiga União Soviética, de modo a influenciar nomes como Polivanov (1931) e Vinogradov (1947), esse último, estabeleceu a Fraseologia disciplina da Lexicologia. Para ilustrar o desenvolvimento dos estudos da Fraseologia, apresentamos, na Figura 1.1, os diferentes blocos e autores representantes das tradições desse campo de pesquisa.

Figura 1.1 – Linha do tempo dos estudos da Fraseologia



Fonte: Elaborado pela autora

Como ilustra a Figura 1.1, as investigações fraseológicas avançaram na península ibérica, sobretudo, pelas pesquisas pioneiras de Casares Sánchez (1950) que iniciou a tradição da fraseologia espanhola sob influência da Escola de Praga. Logo após, as investigações propagaram-se para a Grã-Bretanha e América do Norte, principalmente, pelas pesquisas de Weinreich (1969) e Lipka (1974). Assim, trabalhos subsequentes beneficiaram-se das noções iniciais da maneira como sequências livres de palavras tornam-se fixas na língua, de modo a ampliar as perspectivas da Fraseologia. Explicamos esse percurso histórico nas seções subsequentes.

1.2.1 Noções de agrupamento de palavras

Entre os primeiros teóricos a observar as combinações estáveis na língua, o linguista suíço Ferdinand de Saussure, precursor do estruturalismo europeu, apresentou a noção de agrupamento de palavras na obra póstuma, *Cours de Linguistique Générale*, publicada em 1916. Nessa compilação de escritos, Saussure (1931 [1916]) explica que a fala não ocorre por signos isolados, mas por grupos de signos, que estabelecem relações arbitrárias entre si.

Conforme o pesquisador, os signos compõem-se da união do *signifiant* (significante), que corresponde a um objeto, físico ou imaginado, formado por sons, imagens ou escrita, e do *signifié* (significado), que representa a ideia transmitida pelo signo, ou seja, o conceito.

De acordo com Saussure (1931 [1916], p. 170), os agrupamentos de signos são “sintagmas, composto por duas ou mais unidades consecutivas, que estabelecem um encadeamento linear”. Esses sintagmas formam palavras compostas, unidades complexas, elementos oracionais e frases, resultantes dessa sequência que, por intermédio da relação interna, adquirem valor em conjunto. O agrupamento decorre das relações sintagmáticas, responsáveis por formar o plano do sintagma (eixo horizontal), e das relações associativas ou paradigmáticas, responsáveis por formar o plano da semântica (eixo vertical), na estrutura da linguagem (sistema) (SAUSSURE, 1931 [1916], p. 172). Portanto, essas relações estabelecem graus de fixação ao agrupamento, uma vez que restringem a substituição dos constituintes no eixo sintagmático, de modo que a expressão manifesta-se como unidade no eixo paradigmático.

Ao retomar o conceito saussuriano de agrupamento, o linguista suíço Charles Bally afirmou que a língua estrutura-se em decorrência da associação de palavras. Vale ressaltar que esse teórico foi quem utilizou pela primeira vez os termos “fraseologia” e “fraseológico”, ao escrever as obras *Précis de Stylistique*, em 1905, e *Traité de Stylistique Française*, em 1909, sobre as UFs da língua francesa. Nessas obras, o autor denominou as associações de palavras de locuções fraseológicas e sistematizou os estudos dessa disciplina, motivo pelo qual, diversos linguistas consideram Bally precursor da Fraseologia.

A classificação de Bally (1951 [1909], p. 66) distribui as locuções fraseológicas em dois grupos: unidades fraseológicas e séries fraseológicas. O primeiro inclui combinações que impossibilitam modificações, e o significado dos componentes não se justifica pela observação da estrutura completa, pois expressam um conceito indecomponível, e.g., “cão que ladra não

morde”. Também chamado de agrupamentos usuais, o segundo conjunto abrange padrões combinatórios semifixos, por possibilitar alterações dos constituintes; ademais, podem ocorrer isolados ou ligados a estruturas oracionais, e.g., “assumir um compromisso”. Nesse sentido, certas UFs, pelo grau de fixação, tornam-se unidades lexicais (ULs) que expressam conceitos.

Diante desse contexto, para compreender a noção de agrupamentos de palavras, mencionamos a ideia de *lexia* de Pottier (1962) a fim de associá-la à noção de sequências lexicais que, com a recorrência e o tempo, passam a constituir o vocabulário de uma língua. Em conformidade com o autor, *lexia* é a unidade funcional significativa de comportamento linguístico que compõe o léxico mental do falante. As *lexias* desempenham, portanto, um papel central na linguagem e, conforme o número desses elementos na estrutura lexical, podem constituir-se de um único *lexema* ou de uma sequência *lexemática*, à medida que desempenham funções distintas no discurso. Para Pottier (1962), as *lexias* podem ser simples, compostas, complexas ou textuais.

A *lexia* simples encerra o significado em um único vocábulo, pois constitui-se de um radical, com ou sem afixos, e.g., “juiz” e “ajuizado”. Por sua vez, a *lexia* composta é uma sequência *polilexemática*, em razão de conter mais de um radical e resultar da integração semântica dos constituintes, separados ou não por hífen, e.g., “denúncia-crime” e “justacausa”. De modo semelhante, a *lexia* complexa também é *polilexemática*, contudo, em graus distintos de estabilidade morfossintática, em que o uso constante fixa a estrutura na língua, que passa a representar um significado único, e.g. “banco de dados”, “queima de arquivo”.

A *lexia* textual, por sua vez, é uma *lexia* complexa que alcançou o nível de cláusula ou de texto e, por fixar enunciados inteiros, em decorrência do uso contínuo da sequência *lexemática*, possui autonomia textual e sintática. Embora tenham estrutura sintática de combinações livres de *lexias*, esses enunciados funcionam como ULs, em que se incluem

provérbios, expressões idiomáticas, frases feitas. Para fins de exemplo: “a esperança é a última que morre”, “a união faz a força”, “ter cartas na manga”. Dessa forma, são tipos de UFs tanto a lexia complexa quanto a lexia textual porque são construções polilexemáticas com estabilidade variável, uma vez que, em decorrência do uso frequente da estrutura, as propriedades linguísticas interagem para a formação do significado único.

1.2.2 Tradição dos estudos fraseológicos

Diante das considerações dos agrupamentos tornarem-se sequências lexicais com graus distintos de estabilidade, sobretudo pelas contribuições de Saussure e Bally, as noções estruturalistas de UFs expandiram-se para outras partes do mundo sob influência das distintas correntes de pensamento da época. Essas influências enfatizaram informações extralinguísticas sobre as análises, no intuito de compreender a organização dessas estruturas na língua em uso. Conforme a origem dos estudos, houve a divisão das investigações fraseológicas em três blocos: Soviético, Escola de Praga e Anglo-Norte-Americano (CORPAS PASTOR, 1998, p. 161).

Os trabalhos dos representantes da antiga União Soviética caracterizam-se por serem esses os primeiros a concentrar-se nos graus de fixação das UFs, além da função que essas estruturas exercem no discurso. Assim, o russo Viktor Vladimirovich Vinogradov é um dos principais nomes por formalizar a Fraseologia como disciplina científica. Para isso, o bloco em questão adota a perspectiva ampla da Fraseologia, em razão de explorar desde as UFs mais lexicalizadas e opacas, “peixe morre pela boca”, até aquelas menos lexicalizadas e composicionais, “tomar uma decisão”, em que a soma dos constituintes forma o significado. Assim, opõe-se à perspectiva estrita, que foca nas UFs fixas com significados opacos, não dedutíveis pela combinação dos significados dos constituintes.

O segundo bloco é o do Círculo Linguístico de Praga, desenvolvido na Europa no início do século XX, sobretudo, pelas noções estruturalistas de centro e periferia. Essa noção distingue entre estruturas prototípicas, em que há um membro central, representante da categoria que contém todas as características da classe, e os outros membros periféricos que preenchem a categoria. Para o bloco, as expressões fixas e idiomáticas são as mais representativas da classe, logo, situa-se no centro; em contrapartida, a com menor grau de restrição combinatória e significado composicional, na periferia. Desse modo, pesquisadores dessa vertente estabelecem a expressão idiomática como prototípica, porque possui as propriedades típicas da categoria. Essa ideia remete aos respectivos sentidos da Fraseologia, a saber: estrito, ao reconhecer apenas as UFs idiomáticas, e amplo, ao incluir todos os tipos de UFs.

Por último, os estudos fraseológicos também fundamentaram-se no bloco Anglo-Norte-Americano. Essa vertente centra-se na idiomaticidade da língua sob a perspectiva estrita, em que o significado do todo não é dedutível da soma dos significados das partes ou por regras de combinação gramatical, mas de maneira integral. Em consequência, essa tradição prioriza as estruturas prototípicas, denominadas *idioms* (expressões idiomáticas), e.g., *fish out of water* (peixe fora d'água). Ao concentrarem-se no estudo dessas expressões, os autores compilaram obras lexicográficas, além de dedicarem-se às pesquisas sobre o ensino de Inglês como língua estrangeira. Após os anos 1980, com a influência dos estudos cognitivos, as reflexões desse bloco ampliaram-se para os demais tipos de UFs.

De maneira geral, os três blocos constituem as bases do desenvolvimento da Fraseologia. Nessa perspectiva, o avanço de pesquisas fraseológicas permite a ampliação desses aportes teóricos de modo que as tendências integram-se a novas abordagens para explorar a natureza das UFs. A título de exemplo dessa influência, os estudos cognitivos e funcionais, direcionados a análises do armazenamento e do processamento da linguagem, auxiliam na

observação dessas estruturas, porque exploram as funções que desempenham em contextos comunicativos para conceituação, identificação e categorização dos diferentes tipos de UFs, o que discutiremos nas seções subsequentes.

1.3 Caracterização e classificação das unidades fraseológicas

1.3.1 Características gerais

As UFs apresentam características de ordem sintática, semântica e pragmática que as diferenciam das demais combinações livres de palavras, por exemplo, constituírem-se de mais de uma UL, polilexicalidade, e possuem particularidades de forma, significado e uso. Embora existam diferentes concepções quanto às propriedades das UFs, há um consenso sobre as características gerais nos estudos em Fraseologia, quais sejam: frequência, convencionalização, idiomaticidade e variação. Essa concordância em atribuir traços comuns às UFs decorre de o processo de formação resultar de características supracitadas, em que a combinação de palavras, pelo uso contínuo da estrutura na língua, convencionaliza-se e passa a ser aceita em determinada comunidade (CASARES SÁNCHEZ, 1992 [1950]; ZULUAGA OSPINA, 1980; CORPAS PASTOR, 1996; 2010).

A primeira característica das UFs que mencionamos é a frequência, que consiste no número de ocorrências da estrutura em uma amostra linguística. Essa característica pode apresentar-se de duas formas: a) frequência de coocorrência – número de vezes que os constituintes da estrutura fraseológica ocorrem combinados, com relação ao número de vezes que, normalmente, ocorrem separados, e b) frequência de uso – quantidade de ocorrências da UF. Dessa maneira, a frequência de uso e de coocorrência da sequência promove a consolidação de uma UF fixa ou semifixa por meio da repetição.

Ao considerar a frequência na descrição das UFs, destaca-se a convencionalização, segunda característica. Esse fenômeno refere-se ao estabelecimento da UF em uma língua, razão pela qual também é conhecida como institucionalização. Portanto, é por meio da repetição que ocorre a convencionalização, pois a frequência com que uma UF é utilizada determina o grau de estabilidade da estrutura à proporção que os constituintes admitem, ou não, alterações na forma. A convencionalização deriva de dois processos, distintos e complementares, de formação das UFs para que a estrutura institucionalize-se no léxico dos falantes: gramaticalização, quando a UF adquire ou modifica a função gramatical, e lexicalização, quando a estrutura obtém significado conjunto.

As UFs com alto grau de convencionalização apresentam a característica de idiomaticidade, em que o sentido não é dedutível pela soma dos significados das partes, mas pela estrutura por completo. Por essa razão, a idiomaticidade opõe-se à composicionalidade porque, em UFs composicionais, cada constituinte contribui para a construção do significado da expressão como um todo, e.g., “declaro o réu culpado”. Isso não ocorre em UFs com maior grau de idiomaticidade, em razão do significado está opaco, uma vez que resulta do sentido conjunto dos constituintes no contexto de uso, não dos constituintes da estrutura, e.g., “ver o sol nascer quadrado”.

Citamos, por último, a variação, característica que evidencia as mudanças formal e funcional que certas UFs podem passar. Assim, uma UF pode modificar-se total ou parcialmente, de maneira a apresentar forma variante da expressão, embora preserve o conteúdo semântico. Por consequência da variação, a UF pode admitir mudanças nos constituintes sem alterar o significado, e.g., “trazer à luz/trazer à tona”. Em contrapartida, há UFs que expressam sentidos semelhantes mediante estruturas distintas, e.g., “bater as botas”, “esticar as canelas” e

“passar desta para melhor”, que denotam “morrer”. Essas formas variantes relacionam-se aos graus de estabilidade que, por sua vez, refletem a regularidade do sistema fraseológico.

De modo geral, há relação sistemática entre essas características, em que os graus de convencionalização, idiomaticidade e variação da estrutura resultam da frequência com que a UF é utilizada por parte dos falantes de uma língua. Com efeito, a caracterização das estruturas linguísticas em questão contribui para organizar o conjunto das UFs. Em decorrência das características gerais, pesquisas na área propõem taxonomias com a finalidade de explicar as particularidades internas e externas que diferenciam as UFs entre si, bem como para responder questões seja de ordem conceitual, seja de ordem classificatória.

1.3.2 Das locuções aos enunciados fraseológicos

As definições e classificações das UFs surgem da observação das características dessas estruturas linguísticas em comparação às combinações livres de palavras, além das particularidades que as distinguem entre si. Em vista disso, propostas de taxonomias constituem estratégias e critérios de diferenciação, ora convergentes, como a pluriverbalidade e fixação, ora divergentes, como a função no discurso. Por esse motivo, há diferentes classificações que dependem da estratégia que os pesquisadores utilizam. Entre esses estudos, os desenvolvidos por Casares Sánchez (1950), Zuluaga Ospina (1980) e Corpas Pastor (1996) são referências para as investigações fraseológicas, sobretudo nas demais línguas românicas, isso porque fornecem uma descrição ampla das UFs.

O linguista espanhol Julio Casares Sánchez, na obra *Introducción a la Lexicografía Moderna*, de 1950, delimitou as UFs para identificar quais tipos poderiam compor obras lexicográficas. Por causa da proposta de classificação, o autor tornou-se referência global para os estudos da Fraseologia, quando diferenciou as locuções das fórmulas pluriverbais. Para

Casares Sánchez (1992 [1950], p. 170), as locuções são combinações estáveis de duas ou mais palavras com significado não composicional, que funcionam como elemento de oração e desempenham funções gramaticais. Assim, as UFs podem exercer diferentes funções conceituais, formadas por unidades lexicais, e.g., “papel moeda”, ou conectivas, constituídas por unidades gramaticais, e.g., “tal que”.

Com relação às fórmulas pluriverbais, são unidades polilexicais autônomas que constituem oração ou período, dependentes ou não de contextualização. Nessa classe, Casares Sánchez (1992 [1950], p. 184) inclui as frases proverbiais e os refrãos. A primeira compreende as combinações de palavras que formam orações e funcionam como cláusula principal, pois possuem autonomia textual e caráter proverbial, e.g., “uma mão lava a outra”. A segunda refere-se às fórmulas com características textuais que têm função de expressar experiência ou ensinamento mediante o conteúdo sentencioso, com sentido direto ou metafórico, e.g., “Deus ajuda, quem cedo madruga”. Porém, o autor utiliza critérios básicos nessa classificação, o que impossibilita compreender os demais tipos de UFs.

Nesse sentido, fundamentado nos pressupostos de Casares Sánchez (1950), Zuluaga Ospina (1980) avança na classificação das UFs, uma vez que observa a fixação, a estrutura interna e o valor semântico adquirido no discurso. Com base nas características fraseológicas de polilexicalidade e estabilidade, Zuluaga Ospina (1980, p. 16, tradução nossa)¹ definiu as UFs da seguinte maneira: “são unidades formadas pela combinação fixa de duas ou mais palavras”. Segundo o autor, essas expressões pertencem ao acervo linguístico do falante e são reconhecidas por apresentar certo grau de estabilidade formal e funcional no discurso. Assim, Zuluaga Ospina (1980) diferencia as seguintes UFs: locuções e enunciados fraseológicos (EFs).

¹Do original: *son unidades formadas por combinación fija de dos o más “palabras”*.

As locuções são expressões fixas que necessitam combinar-se com outros elementos discursivos, e.g. “a olho nu”, “diametralmente oposto”. Os enunciados fraseológicos, por sua vez, são enunciados completos que constituem o discurso ou parte do discurso, oral ou escrito, e subdivide-se em enunciados fraseológicos funcionalmente livres, que são textos e independem de contextos para o entendimento, e.g., “rei morto, rei posto”, e enunciados fraseológicos contextualmente marcados, dependentes de situações específicas, e.g., os clichês, “era uma vez”, e fórmulas de fixação pragmática, “bom dia”.

Fundamentada nos aportes de autores da Fraseologia, sobretudo, nos de Casares Sánchez (1950), ao classificar as UFs, e de Zuluaga Ospina (1980), ao estabelecer a classe dos enunciados fraseológicos, Corpas Pastor (1996) desenvolveu uma taxonomia, em que instituiu o critério de enunciação e fixação para contemplar línguas distintas. Assim, a classificação abrange tanto elementos oracionais, que desempenham a função de um sintagma, quanto elementos que ultrapassam o limite do sintagma e constituem cláusulas, por exemplo, parêmas. Para prosseguir nessa questão, discutiremos sobre a taxonomia da autora na próxima seção.

1.3.3 Parêmas como enunciados fraseológicos

O estudo de Corpas Pastor (1996) caracteriza e sistematiza as UFs de maneira a compreender a variedade dessas estruturas linguísticas. Para isso, a autora observou as especificidades de cada tipo de UFs e as definiu da seguinte forma: “unidades lexicais formadas por mais de duas palavras no limite inferior, em que o limite superior situa-se no nível de um período composto” (CORPAS PASTOR, 1996, p. 20, tradução nossa)². Nesse sentido, as UFs podem ser constituintes oracionais, e.g., “tábua de salvação”, ou alcançar o nível de uma oração

²Do original: *unidades léxicas formadas por más de dos palabras gráficas en su límite inferior, cuyo límite superior se sitúa en el nivel de la oración compuesta* (CORPAS PASTOR, 1996, p. 20).

simples ou composta “quem planta vento, colhe tempestade”. Com a conceituação estabelecida, a autora sintetiza as características que englobam todo tipo de estruturas linguísticas pré-fabricadas utilizadas pelos falantes nas produções linguísticas.

Sob a perspectiva ampla da Fraseologia, Corpas Pastor (1996), propõe uma taxonomia geral das UFs aplicável a línguas distintas, por considerar generalistas as propostas de classificação anteriores. Para isso, a autora associou o critério de enunciado ao de fixação na norma, no sistema e na fala. Com o critério de enunciação, a UF pode constituir o discurso oral ou escrito, pois todo enunciado gera efeitos de sentidos que necessitam do contexto de uso para a compreensão. No que concerne ao critério de fixação, a autora sugere que a reprodução das UFs distribui-se em três níveis, a saber: na norma, à medida que obedecem às regras gramaticais; no sistema, ao desempenhar diferentes funções gramaticais; e na fala, uma vez que compõem o acervo linguístico do falante. Com a união desses critérios, a autora categorizou as UFs em três esferas: colocações, locuções e enunciados fraseológicos, ilustradas na Figura 1.2.

Figura 1.2 – Classificação fraseológica de Corpas Pastor (1996)



Fonte: adaptado pela autora com base em Corpas Pastor (1996, p. 52)

Conforme exhibe a Figura 1.2, as colocações compõem a primeira esfera e são UFs fixadas na norma, pois constituem sintagmas formados por uma base e um colocado com certo grau de restrição combinatória estabelecida pelo uso, que necessitam unir-se a outros constituintes da oração para completar o sentido, e.g., “ano bissexto”, “reação em cadeia”, “bom senso”. A segunda esfera compreende as locuções, que também são elementos oracionais, porém fixados no sistema da língua, porque desempenham diferentes funções gramaticais, e.g. “mapa da mina”, “são e salvo”, “ser despedido”. Por consequência de não constituírem enunciados completos, as colocações e as locuções não representam atos de fala, o que as diferencia da terceira esfera: enunciados fraseológicos.

Os enunciados fraseológicos, por sua vez, são UFs que correspondem ao enunciado completo e, por essa razão, não necessitam integrar-se à oração para o funcionamento no discurso, uma vez que constituem por si só atos de fala. Assim, os enunciados fraseológicos são unidades de comunicação mínima, fixados na fala, motivo pelo qual integram o acervo sociocultural da comunidade falante (CORPAS PASTOR, 1996). Assim, esses enunciados contêm sentido completo e significado referencial, dependentes ou não de situação específica. Dessa forma, podem corresponder à oração simples “a esperança é a última que morre” ou composta “mais vale um pássaro na mão do que dois voando”.

Corpas Pastor (1996) dividiu os enunciados fraseológicos em dois grupos: fórmulas de rotina e parêmiatas. As fórmulas de rotina são expressões pré-fabricadas dependentes de situações comunicativas precisas. De acordo com a autora, as fórmulas de rotina classificam-se em discursivas, em que o discurso convencionaliza certas expressões, como “até à vista”, e psicossociais, em que as expressões podem variar de acordo com a convenção e normas sociais de cada sociedade, como “sem sombra de dúvida”. Quanto às parêmiatas, são enunciados fraseológicos completos, dotados de significado referencial, com fixação interna e externa, pois

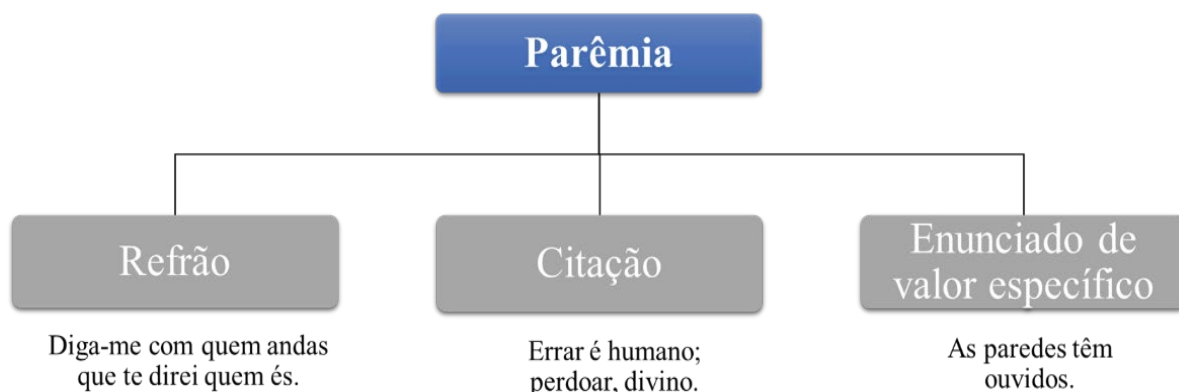
remetem à determinada situação real ou fictícia ao relacioná-las ao contexto. Isso significa que, enquanto as parêmiias são autônomas, as fórmulas de rotina são determinadas por situações e circunstâncias concretas, o que configura um critério diferenciador para o reconhecimento dessas classes de enunciados fraseológicos.

Ao estabelecer as parêmiias como um tipo de UF, Corpas Pastor (1996) aborda uma das questões fonte de discussão entre os linguistas que a antecederam: o lugar da Paremiologia na Fraseologia. Essa discussão resulta da tradição estrita de pesquisadores, por exemplo, Casares (1992 [1950]), que afirmava que os estudos das parêmiias formavam uma disciplina independente, a Paremiologia.

No entanto, para Corpas Pastor (1996), a Paremiologia é o estudo de uma parte da Fraseologia, pois a autora adota a perspectiva ampla, em que as parêmiias e fórmulas são consideradas pertencentes a esse quadro de referência. De igual modo, consideramos que a Paremiologia integra a Fraseologia à proporção que os estudos sistemáticos da área atestam a natureza fraseológica das parêmiias. Diante disso, Corpas Pastor (1996) propõe uma classificação das parêmiias que inclui critérios morfológicos, semânticos, funcionais e pragmáticos nas análises, com o propósito de delimitar a variedade desses enunciados.

Dada a profusão terminológica para designar parêmia, Corpas Pastor (1996, p. 135) utiliza o termo como hiperônimo do conjunto dessas estruturas, que engloba os seguintes subtipos: provérbio, adágio, aforismo, axioma, citação, dialogismo, ditado, frase proverbial, máxima, postulados, teorema e uma série de outras combinações de palavras com estabilidade relativa. Isso se justifica por evitar equívocos na descrição e categorização das parêmiias. Desse modo, as classificações dependem da linha de investigação adotada pelo pesquisador. Corpas Pastor (1996), por exemplo, subdivide a classe de parêmia em três tipos: refrão, citação e enunciado de valor específico (Figura 1.3).

Figura 1.3 – Classificação das parêmias de Corpas Pastor (1996).



Fonte: adaptado pela autora com base em Corpas Pastor (1996)

Na taxonomia de parêmias de Corpas Pastor (1996, p. 135), ilustrada na Figura 1.3, os refrãos, ou provérbios, são ditos populares de origem desconhecida que transmitem ensinamentos, sermões ou preceitos por meio de mensagem sentenciosa, e.g., “diga-me com quem andas, que te direi quem és”. Por apresentarem todas as características das parêmias – autonomia textual e discursiva, significado referencial, valor de verdade geral – os provérbios são reconhecidos como UFs prototípicas dessa classe.

As citações, por sua vez, constituem enunciados fraseológicos de origem conhecida, procedentes de textos escritos ou de falas de personagens reais ou fictícias, e.g., “errar é humano; perdoar, divino” (Alexander Pope, 1711). Por último, os enunciados de valor específico são os únicos que não cumprem o valor de verdade geral, que diz respeito a proposição aceita por certa comunidade como verdadeira, mas são enunciados fraseológicos, porque contêm estrutura oracional e sentido sentencioso, e.g., “as paredes têm ouvidos”.

A taxonomia desenvolvida por Corpas Pastor (1996) compreende o objeto de estudo estabelecido nesta pesquisa, a saber, a parêmia, motivo pelo qual adotamos essa proposta. Não obstante, adaptamos a classificação da autora à linguagem de especialidade bilíngue, de forma

a contemplar as parêmiias do domínio jurídico de línguas distintas. Para avançar nesse assunto, apresentaremos considerações acerca das parêmiias no tópico subsequente, com o propósito de esclarecer a natureza desses enunciados fraseológicos.

1.4 Conceito e características das parêmiias

A observação das parêmiias na língua vem desde a antiguidade. A título de referência histórica, há registros de parêmia datada do século VIII a.C., na Grécia antiga; por exemplo, a expressão “peixe grande come peixe pequeno”, escrita no poema *Érga kai Iméres* (Os trabalhos e os dias), do escritor Hesíodo. Esse relato demonstra a recorrência de enunciados fraseológicos na língua, por essa razão, são fonte de interesse de linguistas, à medida que representam o modo particular com que determinada comunidade se expressa.

Na obra “Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa”, de Francisco da Silveira Bueno, publicada em 1968, a palavra “parêmia” vem do Grego antigo *παροιμία* – *paroimia*, e do Latim *paroemia*, formada pela junção do prefixo grego *παρά* – *para* (junto a, parte de), com o radical *οἶμη* – *oíme* (poema recitado). Logo, parêmia significa parte do poema cantado ou recitado; constituinte da canção, o refrão ou o provérbio. O autor define parêmia da seguinte forma: “maneira de dizer que se afasta do dito comum, maneira de dizer figurada, donde provérbio, ditado, rifão, que quase sempre, encerra uma sentença moral” (SILVEIRA BUENO, 1968, p. 2888). Portanto, essa definição descreve a característica das parêmiias em compor a sabedoria popular.

A noção de parêmia como parte do acervo sociocultural de uma comunidade linguística constitui fonte de discussão, uma vez que motiva o desenvolvimento de estudos sobre essas estruturas. Louis Combet (1971), por exemplo, afirma que os provérbios, entendidos como parêmiias prototípicas, são ditos populares que consistem em frases curtas, independentes,

anônimas e notórias. Segundo o autor, essas estruturas da língua têm o propósito de transmitir ensinamento de ordem moral ou prática, que pode ser expresso de forma direta ou indireta (metafórica). Assim, a transmissão da mensagem por meio de parêmiias requer a existência de interlocutores, à medida que a compreensão das parêmiias varia no discurso conforme as circunstâncias de emissão e recepção da sentença.

Nessa perspectiva, as parêmiias concentram-se nos princípios da Teoria dos Atos de Fala, *Speech Acts*, de John Austin, porque constituem enunciados consagrados pelo uso e compreendem dimensão tripla, a saber: locucionária, proferimento do enunciado; ilocucionária, intenção do falante ao proferir o enunciado; e perlocucionária, repercussão do ato ilocutório (SEARLE, 1975). Por esse motivo, a observação das parêmiias deve abranger o contexto de ocorrência, a competência do falante e do ouvinte, o objetivo, o lugar e o significado referencial, uma vez que são formas empíricas, resultantes de operações subjacentes que se relacionam ao contexto discursivo baseado na comunicação. Assim, esses enunciados podem expressar atos performativos, quando denotam ação, e.g., “vos declaro marido e mulher”, ou constativos, quando descrevem ou relatam o ato, e.g., “a voz do povo é a voz de Deus”.

Acerca do conceito de parêmia, Sevilla Muñoz (1988, p. 221) a define como UF memorizada, constituída por um enunciado breve, de caráter sentencioso, inserido no discurso que corresponde à oração simples ou composta. Com relação à mensagem sentenciosa, manifesta-se em graus nas parêmiias. Por um lado, essas UFs podem expressar caráter moral, à medida que um grupo social utiliza-se das parêmiias para transmitir juízos comuns que passam a constituir o acervo de conselhos empíricos acumulados ao longo do tempo pela sabedoria popular, e.g. “quem com ferro fere, com ferro será ferido”. Por outro lado, podem expressar o conteúdo semântico direto como ordens, decisões ou princípios, e.g., “antes tarde do que

nunca”. Portanto, deve-se considerar não só as propriedades internas, mas também as propriedades externas relacionadas à função desses enunciados no discurso.

De maneira semelhante, Corpas Pastor (1996, p. 133) define parêmiias como enunciados completos, de caráter textual, que são entidades autônomas, concisas, independentes de contextualização e dotadas de significado referencial. Nesse sentido, a autonomia discursiva e textual compreende o significado específico e o sentido completo no contexto comunicacional em que estão inseridas. Essas são propriedades adicionais, além das características gerais – frequência, convencionalização, idiomatidade e variação – que singularizam as parêmiias das demais UFs. Além disso, as parêmiias evidenciam a independência do quadro espaço-temporal em situações comunicativas, pois circunstâncias de lugar e tempo não determinam o uso, apenas o contexto, em que a compreensão da parêmia sujeita-se à competência do falante.

Ademais, a compreensão do conteúdo das parêmiias, segundo Corpas Pastor (1996, p. 163), decorre da interação de mecanismos de inferência baseados no conhecimento enciclopédico, no reconhecimento da intenção comunicativa, no contexto situacional e no processamento cognitivo, como abstração, generalização, categorização e inferências analógicas. Esses parâmetros auxiliam na compreensão dos significados para além da competência linguística, pois inclui o conhecimento de mundo que o falante tem sobre determinada situação comunicativa. Assim, a função pragmática depende das intenções comunicativas dos falantes, que podem utilizar-se das parêmiias para, por exemplo, explicar, aconselhar, convencer, confirmar, ordenar.

Uma vez apresentados os conceitos e as propriedades das parêmiias, identificamos a natureza desses enunciados fraseológicos na língua comum. Com efeito, avançaremos na descrição do tipo de parêmia em estudo referente à ocorrência predominante em texto e fala da linguagem de especialidade. Nesse contexto, voltamo-nos à Terminologia, a fim de observar

como as parêmiias do discurso jurídico são utilizadas para expressar conhecimento especializado. Investigaremos, portanto, a função que as parêmiias especializadas desempenham na linguagem de especialidade jurídica bilíngue. Para isso, a seção seguinte reúne estudos que se propuseram a observar UFs na linguagem de especialidade.

1.5 Síntese do capítulo

A discussão apresentada neste capítulo versa sobre o fenômeno fraseológico, em especial, as parêmiias. Para compreender as características das unidades fraseológicas (UFs), iniciamos o texto com breve percurso histórico dos estudos em Fraseologia, em que mencionamos as tendências das investigações dessa temática, sobretudo, a respeito da caracterização e categorização das UFs. Com o propósito de especificar o tipo de UF em estudo, discutimos o conceito dessas estruturas com base nos aportes de Louis Combet (1971) e Julia Sevilla Muñoz (1988), que focam na análise de parêmiias, bem como na taxonomia de Corpas Pastor (1996), que inclui essas UFs na classe dos enunciados fraseológicos. Com os fundamentos desses aportes teóricos, constatamos ser parêmiias enunciados fraseológicos caracterizados por constituírem atos de fala, com autonomia textual e discursiva, que compõem o acervo linguístico de um domínio ou de uma comunidade.

CAPÍTULO 2

AS PARÊMIAS NA LINGUAGEM DE ESPECIALIDADE DO DIREITO

2.1 Introdução

A necessidade de descrever as informações das ciências e das tecnologias, bem como a atribuição de conceitos do léxico especializado, motivaram o desenvolvimento de uma interpretação teórica que sistematizasse os termos: a Terminologia. Desse modo, a Terminologia confere à unidade terminológica (UT) o estatuto de concretização do conceito responsável por efetivar a comunicação técnico-científica. Sob essa perspectiva, a Fraseologia abrange o escopo das pesquisas terminológicas, pois a unidade fraseológica (UF) também pode designar conceitos de um domínio. Logo, a perspectiva proporcionada pela relação conceitual entre essas áreas viabiliza investigações acerca das parêmias especializadas (PEs) para analisar a função básica dessas estruturas de transmitir conhecimento especializado.

Então, perguntamos: o que torna a parêmia unidade de conhecimento que designa conceitos no domínio especializado? Ao demonstrar a relação conceitual da Terminologia e da Fraseologia, compreendemos que o uso recorrente de parêmias em situações comunicativas particulares atribui o valor especializado a essas estruturas linguísticas, porque as PEs institucionalizam-se no vocabulário técnico e científico e passam a performar atos ou constatar fatos para expressar conceitos de eventos e processos de diferentes áreas. Nessas circunstâncias, objetivamos, neste capítulo, caracterizar as PEs para a verificação das funções que desempenham na linguagem de especialidade (LE), em particular, na linguagem jurídica.

Diante desse cenário, estruturamos o capítulo com vistas a apresentar noções da Terminologia, desde os pressupostos de Eugen Wüster, na década de 1930, até às contribuições sobre variação terminológica de Faulstich (1995a). Em seguida, descrevemos a

terminologização, processo de formação dos significados das UTs, o que remete à lexicalização, fenômeno voltado à língua comum para explicar a aquisição do significado das parêmiás na LE.

Na sequência, explicitamos a Fraseologia em domínios especializados, em particular, o jurídico. Além disso, discutimos a influência das bases jurídicas nos estudos contrastivos no que se refere à correspondência entre PEs de línguas distintas, com intuito de elaborar obras terminográficas. Dedicamos a seção final à descrição do gênero textual Procuração, para especificar o tipo, o estilo, o conteúdo temático e a estrutura desse documento, que compõe os *corpora* de pesquisa.

2.2 A Terminologia e a Fraseologia na linguagem de especialidade

2.2.1 Noções de Terminologia

A descrição das informações científicas e técnicas e a atribuição de conceitos do léxico especializado correspondem à função da Terminologia, ao sistematizar as unidades terminológicas (UTs) de domínios do conhecimento. O modelo inicial para essa linha de investigação foi proposto por Eugen Wüster na década de 1930, e é o ponto de partida da Teoria Geral da Terminologia (TGT). As contribuições desse modelo metodológico preconizam a normalização de termos, a fim de facilitar a comunicação e evitar ambivalência dessas entidades por meio dos princípios da univocidade e monorreferencialidade. Segundo esses princípios, um termo deve corresponder a um conceito, e um conceito deve referir-se a um único termo, com vistas à uniformidade da comunicação. Embora o autor reconhecesse o fenômeno da polissemia, enfatizava que o termo deveria ser monovalente, pois a variação era interpretada como uma característica anômala da LE.

Na década de 1990, houve uma mudança no paradigma da TGT, uma vez que os pressupostos do modelo prescritivo, normativo e sincrônico tornaram-se insuficientes para

contemplar a dinamicidade e a inter-relação entre os termos. Essa renovação da visão clássica objetivou compreender o fenômeno da variação terminológica, observada no discurso e no texto especializado. Assim, a Terminologia afasta-se da característica de univocidade, de modo a contemplar a interação de fenômenos cognitivos, linguísticos, sociais e comunicativos da LE, fatores determinantes da variação terminológica. A Terminologia, ao estabelecer uma teoria descritiva que se ocupa com questões acerca da natureza e das funções da linguagem, viabiliza a representação e a transmissão da complexidade inerentes às unidades de conhecimento relacionadas aos conceitos e às relações conceituais.

Na perspectiva de uma Terminologia inserida nas práticas sociais, Juan Sager (1990) utiliza-se das dimensões cognitiva, linguística e comunicativa, para compreender as especificidades do vocabulário das áreas de especialidade. Nesse sentido, o autor define Terminologia de três formas: 1) conjunto de práticas e métodos usados para coleta, descrição e apresentação de termos; 2) conjunto de premissas, argumentos e conclusões exigidos para explanar a relação entre conceitos e termos; e 3) conjunto de termos de uma área de especialidade (SAGER, 1990, p. 3). Com essas acepções, o autor afirma que a Terminologia pode designar um modelo metodológico, uma teoria com princípios específicos, além do repertório de termos de determinada área.

De acordo com Sager (1990, p. 4), Terminologia, como disciplina linguística, é voltada ao estudo e uso dos sistemas de símbolos e signos linguísticos empregados na comunicação humana em domínios do conhecimento e de atividades. Assim, a Terminologia consiste em um sistema referencial que relaciona termos e conceitos, à medida que termos são unidades de conhecimento especializado, e conceitos, construtos de processos de cognição que auxiliam na classificação de objetos por meio de abstração sistemática ou arbitrária. Além disso, a

Terminologia tem caráter interdisciplinar, pois compartilha conceitos e métodos com outras áreas do saber.

Para viabilizar a comunicação e a representação do conhecimento especializado, Sager (1990, p. 21) explica que a teoria da Terminologia desempenha três funções básicas, a saber: 1) considerar o conjunto de conceitos entidades discretas da estrutura do conhecimento; 2) observar as inter-relações de entidades linguísticas, agrupadas e estruturadas segundo princípios cognitivos; e 3) estabelecer ligações entre conceitos e termos, por meio de definições. Nesse sentido, essas especificações abrangem as propriedades semânticas, uma vez que envolvem conceitos dos termos, e pragmáticas, ao observar os contextos de uso, o que demonstra a susceptibilidade dos termos à variação conforme o contexto social em que se inserem.

A respeito da variação em Terminologia, Faulstich (1995a) instituiu as primeiras noções dos estudos terminológicos, fundamentada nos princípios funcionalistas, de modo a constatar a variação em terminologia como fenômeno linguístico. Na obra “Base metodológica para pesquisa em Socioterminologia, Termo e Variação”, publicada em 1995, a autora define Socioterminologia de duas formas: “1) Prática do trabalho terminológico fundamentada na análise das condições de circulação do termo no funcionamento da linguagem; 2) Disciplina descritiva que estuda o termo sob a perspectiva linguística na interação social” (FAULSTICH, 1995a, p. 1).

Na primeira acepção, Faulstich (1995a) descreve a função da Socioterminologia de investigar o termo na interação social. Na segunda acepção, a autora estabelece a Socioterminologia como disciplina que se ocupa da identificação e da categorização das variantes linguísticas dos termos de acordo com o discurso em que ocorrem. Para abranger as características da variação terminológica, Faulstich (2006) define **termo** da seguinte maneira:

(i) signos que encontram sua funcionalidade nas linguagens de especialidade, de acordo com a dinâmica das línguas; (ii) entidades variantes, porque fazem parte de situações comunicativas distintas; (iii) itens do léxico especializado que passam por evoluções, por isso devem ser analisados no plano sincrônico e no plano diacrônico das línguas (FAULSTICH, 2006, p. 29).

Na definição de Faulstich (2006), a autora reconhece o termo um signo, pois corresponde à representação de uma forma linguística com um conceito. Nesse contexto, a integração entre termo e conceito expressa uma relação dinâmica, em que conceito é a “unidade de conhecimento” e o termo, o “referente”. Além disso, o valor de uma unidade terminológica pode variar conforme a função que desempenha nos contextos de ocorrência, o que possibilita a mudança do léxico especializado. Assim, Faulstich (2006) evidencia a necessidade de investigações acerca da mudança nas linguagens das áreas de especialidade uma vez que um termo pode abranger mais de um conceito ou um conceito pode referir-se a mais de um termo.

Em síntese, Terminologia é uma disciplina “sistêmica”, porque inter-relaciona conceitos, e cumpre funções essenciais ao trabalho e à comunicação nos domínios de especialidade (FAULSTICH, 2006, p. 27). Por consequência, as atividades terminológicas seguem regras linguísticas que estabelecem métodos para a sistematização do termo em obras terminográficas. Desse modo, a Terminografia é a área responsável pela elaboração de glossários e dicionários especializados de uma determinada área, que opera mediante a compilação de *corpora* especializados, seja para redação técnica e científica, seja para elaboração de material. Portanto, é de interesse dos estudos terminológicos a forma com que as UTs simples ou compostas se formam, com vistas à elaboração de definições precisas dos termos que expressam conceitos de áreas do conhecimento.

2.2.2 Processo de terminologização

Formas linguísticas, ou novos sentidos para as existentes, surgem pelas necessidades comunicativas e passam a compor o inventário de uma língua mediante lexicalização. John Lyons (1977, p. 536) define esse fenômeno de “processo contínuo e gradual de criação de lexemas em decorrência da fixação do conteúdo semântico pelo uso em contextos particulares”. O autor denomina lexicalização de *semantic specialization* (especialização semântica) por causa das restrições de sentido adquiridas pelas ULs na interação comunicativa. Quanto mais uma UL, simples ou complexa, torna-se frequente em determinada circunstância, maior será a integração dessa estrutura no léxico dos falantes. Portanto, é por meio desse processo que uma sequência livre de palavras passa a expressar significado único que nem sempre é dedutível da soma dos constituintes.

Faulstich (1980, p. 17) explica como as combinações semânticas livres tornam-se combinações semânticas ligadas por meio da lexicalização. Para combinação livre, a autora exemplifica com a expressão “tomar o livro”, na sentença “tomar o livro de alguém”, em que os termos podem ser observados em diferentes contextos, e.g., “tomar a bola do menino”, “tomar a boneca da criança”. Isso significa dizer que não houve lexicalização, em razão dos constituintes da sentença poderem combinar-se com outras formas linguísticas. Com relação às combinações ligadas, a autora contrasta dois sentidos da expressão “tomar café”. O primeiro, significa “beber café” e o segundo, “tomar a primeira refeição do dia”. Assim, o segundo sentido da sentença encontra-se lexicalizado porque surge de um hábito associativo, decorrente do lento processo de lexicalização da sequência.

O fenômeno de formação de estruturas linguísticas semelhante à lexicalização é chamado de terminologização. Voltado à LE, a terminologização apresenta certa proporcionalidade com a lexicalização, porque ambos resultam na criação de unidades para

compor o inventário mental dos falantes. Contudo, na terminologização, o significado se constitui pela UT para expressar conceitos de um domínio. De acordo com Sager (1997), a terminologização, no sentido amplo, refere-se ao “processo que acompanha a evolução de conceitos por estágios de denominação”, pois a relação conceitual organiza-se por área para adequar-se às necessidades de comunicação em campos especializados com base na adoção e especificação semântica de ULs. Nesse contexto, a interação entre conceito e codificação converte ULs a UTs porque se ativam na cognição e tornam-se disponíveis para o nível linguístico.

De maneira estrita, a terminologização forma termos mediante ULs existentes, haja vista que UTs originam-se do aproveitamento de vocábulos da língua comum com alteração semântica. Essa acepção consta no documento ISO 704, *International Organization for Standardization* (Organização Internacional para a Padronização), norma que regulamenta os princípios e métodos da terminologia em nível internacional. Segundo o item B.3.3 da norma, a “terminologização é o processo pelo qual uma palavra ou expressão da língua comum é transformada em termo que designa um conceito em uma linguagem especializada” (ISO 704, 2022, p. 54, tradução nossa)³. Desse modo, as diretrizes da ISO 704 não somente possibilitam definir novas UTs de maneira precisa para designar conhecimentos, fatos e processos, mas também estabelecem protocolos para padronização do conjunto de termos de áreas especializadas, observadas as particularidades de cada língua.

Nessas circunstâncias, consideramos a perspectiva ampla da terminologização porque abrange tanto a conversão de ULs em UTs quanto a criação e o intercâmbio de UTs entre áreas do conhecimento. De acordo com Sager (2000), a formação de termos encontra-se na base desse

³Do original: *Terminologization is the process by which a general-language word or expression is transformed into a term designating a concept in a special language* (ISO 704, 2022, p. 54).

processo, que ocorre de duas maneiras: primária e secundária. Na formação primária, o termo não tem precedente linguístico direto, ainda que contenha características de motivação ou regras para a criação, como “átomo” e “vitamina”. Na formação secundária, entretanto, existe um modelo preestabelecido, como oxigênio: do grego antigo *ὄξύς* (oxys) “ácido, azedo” + *γένος* (genos) “gerador”; portanto, oxigênio é a substância que forma ácido. Isso evidencia que esse fenômeno pode formar seja UTs simples, seja complexas em estágios distintos de terminologização.

As UFs das áreas do conhecimento são sequências terminologizadas, pois constituem-se de dois ou mais vocábulos que alcançam frequência de uso suficiente nos discursos técnico-científicos para representar unidades de conhecimento especializado em graus distintos de terminologização. Os níveis de estabilidade dessas UFs vão desde estruturas fixas a semifixas, que admitem alterações nos constituintes sem sofrer mudanças no conteúdo semântico, como flexões de tempo, modo e aspecto. Para exemplificação, as parêmiias (1) e (2) passaram pelo processo de terminologização, porque a coocorrência frequente dos constituintes conferiu o significado coeso desses enunciados fraseológicos na área jurídica.

(1) Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

(2) A justiça é cega.

As parêmiias exemplificadas encontram-se com alto grau de terminologização porque apresentam restrição a alterações. Logo, desempenham diferentes funções por meio do significado coeso da estrutura. Em razão do sentido ser recuperado pelos significados dos constituintes, o enunciado (1) tem significado composicional e refere-se aos trâmites a serem seguidos em despachos legais como decretos e leis. De outro modo, em (2), o significado não é composicional, porque não condiz com o sentido que a estrutura sintática apresenta. A justiça

é um conceito abstrato e, portanto, não é “cega”; essa parêmia tem sentido de imparcialidade na justiça, o que diverge da forma linguística expressa.

De maneira geral, as UFs de campos especializados, como as parêmias, fixam-se pela repetição em falas e textos, uma vez que contextualizam situações comunicativas diversas de maneira a apresentarem-se em graus de terminologização. A título de exemplo, citamos enunciados com estabilidade variada em contextos específicos no discurso especializado: em audiências, o juiz pode “prorrogar a prisão preventiva do acusado”; ou em entrevistas, o advogado pode “manifestar-se nos autos do processo”. Na forma escrita, constam em contratos “as partes elegem o foro da comarca de X”; em prontuários médicos, “dar entrada no pronto socorro”. Diante disso, a terminologização dessas estruturas decorre da aquisição de autonomia de sequências emergentes que originam formas linguísticas fixas ou semifixas com significado específico, transparente ou opaco.

2.2.3 Fraseologia na linguagem de especialidade

A compreensão da natureza das parêmias de determinado domínio perpassa as discussões da Terminologia, em particular, das noções de Fraseologia na LE para, assim, cumprir a função básica de transmitir conhecimento especializado. Desse modo, a Fraseologia da língua comum e a Fraseologia especializada diferenciam-se porque essa última insere-se em determinado domínio. Contudo, o uso de uma UF pode não ser exclusividade de uma área, mas pode compor o discurso da língua comum, uma vez que essa estrutura ocorre preferencialmente no discurso técnico e científico. Estudos direcionados ao trabalho terminológico objetivam identificar as UFs na LE por meio da observação das características e da recorrência dessas estruturas em diferentes campos do saber.

Para exemplificar pesquisas desse escopo, citamos os trabalhos de Daniel Gouadec (1994), Cleci Bevilacqua (2004) e Elisabeth Alves (2006), por causa das contribuições para a constituição da Fraseologia especializada. Gouadec (1994, p. 172) denomina as UFs de “entidades fraseológicas” e as define da seguinte maneira: “cadeias especializadas de caracteres compostas por partes variáveis e invariáveis”⁴. Assim, o autor estabelece dois critérios principais de reconhecimento: 1) estereotipia, que é o conjunto de caracteres recorrentes em uma área ou contexto específico; e 2) frequência, que é o número de coocorrências das UFs em situações comunicativas particularizadas.

Com base nessas características, Gouadec (1994, p. 172) distribui as UFs em dois grupos. O primeiro inclui as UFs “com pivô terminológico”, em que pivô significa o núcleo da estrutura: “esta lei entra em vigor na data de publicação”. Portanto, “lei” é o termo fixo, e os demais constituintes, a parte variável. O segundo, “com matriz fraseológica”, em que há unidades estereotipadas maiores: “estabelecer um compromisso entre [x] e [y]”, em que x e y são as variáveis da matriz que estabelecem compromisso entre si. Segundo o autor, essas estruturas fixam-se em diferentes graus de estabilidade no vocabulário dos diversos domínios e áreas e do conhecimento pela recorrência.

Bevilacqua (2004), por sua vez, concentrou-se em estruturas de base verbal ao investigar “unidades fraseológicas especializadas eventivas” (UFE) para explicar as regras de produção em textos da área de meio ambiente, na temática de energia solar. A autora define as UFEs da seguinte forma: unidades de sentido sintagmático especializado, formadas por um núcleo terminológico (NT), simples ou complexo, e por um núcleo eventivo (NE), constituído por verbo, nome deverbal ou particípio derivado do verbo (BEVILACQUA, 2004, p. 28 e 32).

⁴ Do original: *chaînes spécialisées composées de parties variables et invariables* (GOUADEC, 1994, p. 172).

Logo, as UFEs representam atividades e processos pela recorrência que apresentam em conjuntos de textos ou discursos especializados.

Na estrutura da UFE “gerar energia limpa”, exemplificada por Bevilacqua (2004), o verbo “gerar” é o NV que denota ação, processo ou evento, e o NT “energia limpa”, tem valor referencial. Esses núcleos estabelecem relações sintáticas e semânticas entre si na formação da UFE. Portanto, para identificação dessas estruturas, a autora observa as propriedades sintáticas e semânticas ao relatar que são condições intrínsecas das UFEs, à medida que se fixam em graus distintos e adquirem significado no discurso. Quanto à dimensão pragmática, a frequência dessas estruturas em uma situação comunicativa particular estabelece o valor especializado. São, portanto, dependentes de uma área temática, possuem certo grau de fixação interna e têm frequência relevante em textos especializados.

Ainda na constituição da Fraseologia especializada, Alves (2006) explica as particularidades léxico-funcionais, semânticas, sintáticas e pragmáticas das UFs na LE da Economia sob a perspectiva funcionalista. Na ocasião, a autora identificou UFs em que enfatizou a predicação como base para explicar as relações fundamentais entre os componentes frasais e o contexto especializado. Assim, Alves (2006) argumenta que a predicação designa propriedades das UFs, pois atua na formação e modificação da estrutura linguística. Entre os exemplos listados pela autora, citamos: “abrir negociações”, “pôr em xeque”, “cair na malha fina”, “fechar em queda”. Uma vez apresentadas as noções que abrangem as UFs na LE, passamos a discutir um tipo de UF, a parêmia, que expressa conceitos próprios de um campo de conhecimento.

2.2.3.1 Parêmiias da linguagem de especialidade

As parêmiias constituem o repertório linguístico das diversas áreas do saber, de modo a expressar conceitos, eventos ou constatar fatos. Observa-se a recorrência desses enunciados nas diferentes áreas, por exemplo: “toda ação gera uma reação” (Física); “a ordem dos fatores não altera o produto” (Matemática); “na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma” (Química); “suprima a causa que o efeito cessa” (Medicina); ou ainda “não há pena sem lei” (Direito). Conforme observado, as parêmiias caracterizam-se pela concisão, brevidade, autonomia textual e discursiva, e, sobretudo, por serem fixadas na fala ou escrita, com conteúdo sentencioso ou direto para difundir ordens, regras e valores.

Para discutir as noções de parêmiias no discurso especializado, mencionamos os estudos da pesquisadora Enilde Faulstich (1980) que, no livro “Lexicologia: a linguagem do noticiário policial”, identificou certas combinações de palavras e as denominou de “agrupamentos de lexias independentes de inserção”. A linguista afirma que essas estruturas constituem um conjunto coeso de vocábulos com restrições à alteração dos constituintes no eixo sintagmático. Entre os exemplos, a autora menciona que a expressão “andar na senda do crime” encontra-se lexicalizada, porque já está incorporada ao vocabulário da linguagem do noticiário policial (FAULSTICH, 1980). Embora admita flexões verbais para adaptar-se às regras gramaticais, ocorre a integração semântica manifestada na estrutura formal desse enunciado na LE.

Em estudo posterior, Faulstich (2011) retomou a discussão acerca das propriedades linguísticas dos “agrupamentos de lexias independentes de inserção na frase”. Na oportunidade, a autora afirmou ser essas estruturas “frases parêmiias”, pois formam um grupo de lexias ordenadas que “alcançaram o estatuto de cláusula”, porque obedecem às normas gramaticais e têm sentido completo e desempenham papéis de forma, de ordem e de prosódia na expressão linguística. A pesquisadora complementa que esses enunciados passaram pelo processo de

lexicalização, adquiriram autonomia textual, sintática e discursiva, além de possuírem significado referencial em um domínio, e, por esse motivo, são atos de fala.

Outros pesquisadores que observaram parêmi­as no campo especializado foram Sevilla Muñoz e Crida Álvarez (2013), ao classificar parêmi­as das diversas áreas e as denominaram “parêmi­as científicas”. Os autores explicam essa classe com aforismos, que são “parêmi­as de uso culto” e, na maioria dos casos, têm “origem conhecida”, por exemplo: “toda ação tem uma reação (Isaac Newton)”, em que a função do enunciado é orientar a conduta de operadores do Direito. Assim, Sevilla Muñoz e Crida Álvarez (2013) argumentam que os textos e o discurso de caráter técnico-científico são propícios para ocorrência de parêmi­as, uma vez que esses enunciados desempenham função argumentativa que transmite ensinamentos, valores éticos e morais reconhecidos por uma comunidade.

Com referência às características das parêmi­as da linguagem descritas pelos autores citados, denominamos o tipo de parêmi­a sob análise nesta Tese “parêmi­as especializadas”. Esse tipo de enunciado fraseológico constitui-se de um grupo coeso de lexias com significado referencial e configura uma unidade mínima de comunicação, uma vez que desempenham funções no discurso especializado. Além disso, essas estruturas podem manifestar-se em diferentes níveis de estabilidade, a depender do grau de terminologização e das propriedades linguísticas internas e externas que as qualificam como parêmi­as. Portanto, expressam conceitos, performam ações ou constata­m fatos por meio de uma mensagem direta ou sentenciosa e compõem o léxico de um domínio, nesta pesquisa, o jurídico.

2.2.3.2 Parêmi­as especializadas do domínio jurídico

A linguagem do Direito forma-se de um conjunto de expressões próprias que compõem a terminologia técnico-jurídica. O uso e a interpretação dessas expressões auxili­am no

cumprimento das normas, em razão de os atos ocorrerem para criar ou alterar uma situação jurídica, pois é por meio da linguagem que os conceitos conformam-se, estabilizam-se e transmitem o ordenamento contido nas normas garantidoras da convivência em sociedade. Por esse motivo, a terminologia do Direito é formal, instrutiva, procedimental e normativa, características que favorecem a estabilidade do discurso e das práticas dessa área. Para isso, utiliza-se de construções formulaicas, algumas até tradicionais e ritualizadas, porém necessárias à obtenção do efeito legal. A esse respeito, o jurista De Plácido e Silva (1975) relata:

Na linguagem jurídica, há expressões, há locuções, que não tendo em voga finalidade de objetivar ou individualizar coisas, fatos ou instituições, ou de estabelecer configurações ou entidades jurídicas, merecem interpretação especial. Têm sentido ou acepção propriamente jurídica, pelo que firmam situações adequadas ou assinalam circunstâncias, que têm título ou ingresso nos diversos regimes legais instituídos (SILVA, 1975, prefácio).

Segundo o jurista, a compreensão dos conceitos da área do Direito é fundamental para o emprego adequado da expressão, haja vista que o contexto é fator determinante para a construção e compreensão do significado. Nessas circunstâncias, há expressões desde as mais ritualizadas em Latim até as semifixas, que expressam atos, processos e constatações fatos relacionados às atividades legais instituídas no discurso e nos textos da área. Portanto, essas estruturas linguísticas auxiliam a organização e manutenção do estilo do texto ou da fala, além de conferir caráter de substancialidade, idoneidade e formalidade ao conteúdo do discurso ou à redação dos documentos forenses.

No que concerne às expressões em Latim do domínio jurídico, Jean-Louis Souriou e Pierre Lerat, na obra “*Le langage du droit*”⁵, publicada em 1975, identificaram sequências fixas que permanecem no discurso jurídico desde a idade antiga como reflexo do Direito romano. Os

⁵ A Linguagem do Direito (SOURIOUX e LERAT, 1975).

autores explicam que o uso de expressões latinas promove uma *elegantia juris* às falas e aos escritos jurídicos, pois têm funções de estilística e de argumentação. Sourioux e Lerat (1975) declaram que essa convenção provém do interesse dos juristas em garantir o poder, em função do desconhecimento linguístico e jurídico dos leigos. Por essa razão, a utilização de linguagem pouco conhecida pelo público obstará até a um indivíduo culto entender os termos no próprio idioma. Porém, o uso do Latim é cada vez menos frequente com vistas à modernização da linguagem jurídica para promover a acessibilidade ao conteúdo legal.

Além das expressões latinas, Sourioux e Lerat (1975) identificaram outros tipos de enunciados que formam um único significado. Essas sequências são recorrentes em situações jurídicas semelhantes, por exemplo, acordos, tratados e decisões judiciais que se utilizam dessas construções para cumprimento do ato, à medida que “a linguagem do Direito é uma linguagem de ação, e o discurso jurídico é inseparável dos atos jurídicos”⁶ (SOURIOUX e LERAT, 1975, p. 50, tradução nossa). Assim, os autores distribuem essas expressões em: performativa, ao evocar uma ação, e.g., “eu juro dizer a verdade”; constativa, ao atestar um fato, e.g., “agir como fiador”; e declarativas, ao enunciar um fato, e.g., “negar a autoria”. Em resumo, expressões fixas e semifixas especificam o valor jurídico de modo a conferir credibilidade na aplicação e interpretação do conteúdo das leis.

Sob essa perspectiva, Arlette Véglia (1993) analisou as propriedades linguísticas e extralinguísticas de parêmiias jurídicas e afirma serem enunciados concisos que não só refletem os hábitos e costumes dessa esfera, mas também as diferentes maneiras com que os indivíduos experienciam as relações jurídicas. De acordo com as observações da autora, as parêmiias jurídicas distinguem-se pela função que exercem no texto ou no discurso científico, por

⁶Do original: *Le langage du droit est un langage d'action, et la parole juridique n'est pas séparable des 'actes juridiques* (SOURIOUX e LERAT, 1975, p. 50).

exemplo: generalização, “ninguém é bom juiz em causa própria”; negatividade, “nem todo o lícito é honesto”; obrigatoriedade, *pacta servanda sunt* (os acordos devem ser respeitados). Isso demonstra que as parêmiatransmitem significado específico com informações de ordem histórica, jurídica, social, cultural e econômica por meio da mensagem codificada em um discurso estruturado.

Diante do exposto, evidenciamos os papéis que as parêmiatransmitem na terminologia jurídica, quais sejam: enunciar, fundamentar, descrever decisões e leis, ou ainda questionar as incertezas do ordenamento jurídico. Assim, esses enunciados veiculam um conteúdo semântico, pragmático e discursivo, porque expressa valores gerais e atemporais, coletivos e individuais em determinada comunidade linguística. Além disso, as PEs apresentam diferenças e semelhanças entre línguas, razão pela qual os estudos contrastivos auxiliam na busca por correspondências ao incluir fatores sociais, culturais e sistemas jurídicos distintos, assuntos que discutiremos a seguir.

2.3 Os estudos contrastivos e as bases jurídicas

As bases interdisciplinares da Terminologia buscam aplicações voltadas aos léxicos especializados. Entre as estratégias de pesquisa, os estudos contrastivos analisam de maneira sistemática diferenças e semelhanças entre UTs de sistemas linguísticos distintos, com vistas a identificar correspondências na língua-alvo para as da língua-fonte, por exemplo, do Inglês para o Português do Brasil. Assim, contrastar línguas pressupõe transferir diferentes esquemas de conceitualização de determinado sistema, razão pela qual uma unidade de conhecimento pode existir na língua-fonte, mas não na língua-alvo e vice-versa, o que torna necessária a busca por relação de correspondência entre os conceitos.

Nesse contexto, a Terminologia bilíngue ou multilíngue envolve questões práticas de tradução especializada porque identifica UTs correspondentes em outra língua. Além disso, verifica a ocorrência de polissemia, inclusive de padrões fraseológicos, para a organização de material terminográfico (cf. ALTENBERG e GRANGER, 2002). Para essa finalidade, deve-se observar, além do conceito, fatores políticos, sociais, econômicos e culturais das comunidades linguísticas, pois influenciam nos graus de correspondência entre termos simples e complexos. Assim, diferenças de sistemas jurídicos podem fazer com que o conceito representado por uma UT seja diferente entre as línguas estudadas em contraste.

Os sistemas jurídicos influenciam na Terminologia bilíngue, uma vez que contêm características próprias que regem as teorias e práticas do Direito. Nesta pesquisa, dois sistemas destacam-se por estruturar o ordenamento jurídico dos países mais populosos⁷, o *Common Law* (Direito comum) e o *Civil Law* (Direito civil). O primeiro é fundamentado nos costumes populares e em normas não necessariamente escritas, em que a principal característica é a resolução de questões judiciais com base em decisões anteriores (MELLO, 2006). Essa tradição possui origem anglo-saxônica, com matriz cultural comum britânica, e permanece em países como Inglaterra, Irlanda, Irlanda do Norte, Estados Unidos (exceto Louisiana), Canadá (exceto Quebec), Índia, Austrália, Nova Zelândia e África do Sul.

Na base jurídica *Civil Law*, as leis são escritas para codificar os usos e costumes que regulamentam a conduta social de uma região (MELLO, 2006). Dessa maneira, a primazia atribuída ao Direito escrito promove a codificação das leis, reunidas em uma Constituição, que versam sobre os direitos e deveres da sociedade e do Estado. Esse sistema inspirou-se no Direito romano-germânico e é adotado em países da Europa, América Central e América do Sul (exceto

⁷ Fonte: Sistema Jurídico Mundial da Universidade de Ottawa, Canadá, disponível em: <http://www.juriglobe.ca/eng/sys-juri/index-syst.php>.

Guiana e Malvinas), África central, norte e leste do Oriente Médio (Turquia, Síria, Iraque e Jordânia) e regiões norte e sudeste da Ásia. Ao passo que o *Common Law* apresenta a lei não escrita, o *Civil Law* a codifica. Porém, ambos dispõem de jurisdição mista porque podem ter decisões judiciais baseadas ora em precedentes jurídicos, ora em leis escritas.

Com o avanço da globalização e consequente estreitamento das relações sociais, comerciais e culturais, há uma aproximação gradativa dos sistemas jurídicos ao tempo em que ocorre um intercâmbio de princípios e práticas legais. Essa tendência pode ser observada em textos que seguem padronizações para viabilizar transações comerciais. Embora haja aproximação das bases jurídicas, faz-se necessária a observação das especificidades por se tratar de usos e costumes próprios de cada país, que, por conseguinte, são codificados em documentos na prática retórica. Isso justifica a verificação das características do gênero textual em estudo – a Procuração – porque diferenças influenciam no significado que os enunciados expressam nas respectivas línguas.

2.4 Caracterização do gênero textual Procuração

2.4.1 Gênero textual

A materialização da sequência de eventos utilizados e compartilhados por membros de determinada comunidade ou domínio manifesta-se em gêneros textuais. A esse respeito, Bazerman (2011, p. 32) afirma que gêneros são “fatos sociais sobre os tipos de atos de fala que as pessoas podem realizar e sobre os modos como elas os realizam”. Segundo o autor, os fatos sociais influenciam na criação dos textos porque parte de processos de atividades organizadas em grupos que adotam padrões textuais com funções sociocomunicativas e contextuais específicas. Assim, exemplares de um gênero exibem a estrutura esquemática do discurso de modo a influenciar e restringir a seleção de conteúdo, estilo e propósito comunicativo.

Os gêneros textuais da linguagem jurídica, variam de acordo com o contexto de circulação e a relação social ou profissional entre os participantes, pois servem para designar a finalidade discursiva a que se propõe. Somam-se a essas condições de produção dos gêneros usados na esfera jurídica, o conhecimento dos envolvidos, a situação sociocomunicativa, o conteúdo temático e o suporte de veiculação da informação. Contratos, Procurações, Petições, Leis, Decretos, Ofícios, Sentenças e Acordos, na modalidade escrita, são exemplos de gêneros desse domínio.

Entre os gêneros textuais citados, optamos pela Procuração por ser um documento representativo do domínio jurídico. Por causa do crescimento do número de relações políticas, comerciais e sociais, de alcance nacional e internacional, esse instrumento legal tornou-se recurso comum para executar diversos trâmites, desde tarefas administrativas simples até judiciais. Sobre a representatividade desse texto, relatos de especialistas da área constataam que a Procuração é essencial no campo jurídico, por constituir um recurso que os profissionais deste ambiente dispõem para sistematizar as atividades laborais.

2.4.2 Gênero textual Procuração

Do latim *procuratio*, de *procurare* (cuidar, tratar de negócio alheio, administrar coisa de outrem, ser procurador de alguém), a Procuração é um ato jurídico unilateral que autoriza um ou mais indivíduos devidamente nomeado pelo titular do poder a executar os fins expressos no documento (SILVA, 1975, p. 1231). Esse autor afirma que a Procuração representa o instrumento do Mandato, ou seja, o documento em que se expressam os poderes conferidos. No entanto, a Procuração não é sinônimo de Mandato, pois esse configura um contrato bilateral, com mera promessa de concordância de representação. Enquanto o Mandato depende da

manifestação de vontade entre duas partes, a Procuração exige apenas a intenção do outorgante em nomear um procurador, o que configura a unilateralidade.

O instrumento de Procuração pode ser outorgado por escrito particular ou público. De acordo com Silva (1975, p. 1231), por escrito particular entende-se o documento passado pelo próprio mandante, isto é, a pessoa que outorga poderes. Por instrumento de Procuração pública entende-se o documento lavrado em cartório por um notário ou tabelião, que retém uma cópia e reconhece a assinatura do outorgante. Participam da Procuração, com papéis distintos, dois sujeitos: o outorgado e o outorgante. Por um lado, o outorgado recebe autoridade para executar atos gerais ou específicos em nome do outorgante, e esse, por outro lado, autoriza o outorgado a praticar o ato de natureza administrativa ou jurídica.

Para ter validade jurídica, o ato declaratório depende de consentimento do titular do poder. A função social da Procuração é mediar relações interpessoais, ou seja, complementar diversos trâmites legais para efetivação de procedimentos burocráticos – negócios, acordos, ou atos civis e administrativos entre as partes. Como o documento estabelece diretrizes, obrigações e direitos, o emprego adequado dos recursos linguísticos disponíveis na linguagem jurídica é necessário para minimizar imprecisões conceituais, ambiguidades ou ainda equívocos na interpretação do conteúdo textual.

Com a finalidade de regulamentar o instrumento de Procuração, o Código Civil Brasileiro, instituído pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, disposta no cap. X, Art. 653, expressa o seguinte enunciado: “Opera-se o mandato quando alguém recebe de outrem poder para, em seu nome, praticar atos ou administrar interesses” (BRASIL, 2002). De maneira geral, essa norma regulamenta os procedimentos de transferências de poderes de um indivíduo para que terceiros possam agir em seu nome por meio da Procuração. Esse instrumento de Mandato

recebe qualificações próprias, seja para distingui-la, conforme a soma dos poderes conferidos, seja para determinar a situação social e comunicativa, seja para esclarecer o porquê da outorga.

No que se refere ao tipo de Procuração, existem duas formas principais: com poderes gerais e com poderes específicos. Como dispõe o Art. 660, Cap. X do Código Civil, “O mandato pode ser especial [específico] a um ou mais negócios, determinadamente, ou geral a todos os do mandante” (BRASIL, 2002). Em outras palavras, o tipo de Procuração varia conforme a finalidade descrita no conteúdo do documento. Dessa maneira, a Procuração com poderes gerais confere, por exemplo, poderes amplos ao outorgado para conduzir transações financeiras em nome do titular do poder, por via de regra, em casos de incapacidade desse participante.

A Procuração com poderes específicos, por sua vez, impede que o outorgado atue ou tome decisões de caráter geral em lugar do outorgante porque a transferência de poderes limita-se a um propósito específico. A título de exemplo, o outorgante pode conferir a alguém o poder de assinar uma escritura de propriedade ou uma transferência de um bem, mas a validade da Procuração pode cessar após a execução do compromisso firmado. Vale ressaltar que os poderes conferidos em ambos os tipos são passíveis de revogação a qualquer tempo pelo outorgante, exceto quando a Procuração for determinada por sentença judicial. Quanto à validade, a documentação pode ser temporária e expirar assim que o ato for executado, ou vitalícia, que cessa em caso de falecimento do outorgante.

Além do tipo, a Procuração também varia em composição, conteúdo temático e estilo, haja vista que as instituições ou interessados determinam os padrões, razão pela qual essas categorias são determinantes para o reconhecimento da disposição das PEs ao longo do texto. Quanto à extensão das Procurações, em geral, varia de uma a cinco páginas, nas quais estão dispostos os itens obrigatórios: título “Procuração”; alcance do documento, se geral ou específico; nome do outorgante e do outorgado, com os dados pessoais e discriminação dos

poderes; e campos para a assinatura do outorgante, local e data (SILVA, 2009, p. 1231). Ademais, o corpo do texto contém a expressão da outorga de poderes, com o direito de conferi-los de forma legal ao outorgado.

A escrita formal do discurso jurídico acarreta a padronização desse gênero textual com o propósito comunicativo de expressar os enunciados de maneira direta e, assim, evitar equívocos na interpretação do conteúdo de valor legal. Em vista disso, há recorrência maior de PEs quando comparado a outros textos da área jurídica, em decorrência do conteúdo formal do gênero em questão, com função de identificar e designar participantes ou descrever atos de outorga de poderes. Após a caracterização do gênero textual Procução, passamos a discutir a representação conceitual das PEs pela Semântica de Frames no capítulo seguinte.

2.5 Síntese do capítulo

Neste capítulo, objetivamos caracterizar as parêntias da linguagem de especialidade a fim de analisar as funções que essas estruturas desempenham no domínio jurídico. Desse modo, discutimos as relações conceituais entre a Terminologia e a Fraseologia de áreas especializadas para as análises das PEs na esfera jurídica. Para esse fim, explicamos a terminologização, processo cognitivo e linguístico de formação do significado coeso em um campo especializado. Nesse contexto, convém observar o processo de lexicalização, que transforma combinações livres em estáveis na língua comum, para, assim, compreender a noção de terminologização. Discutimos os estudos contrastivos e as bases jurídicas na identificação de correspondência entre PEs de línguas distintas, bem como para a interpretação no discurso e no texto jurídico com vistas à elaboração de obras terminográficas. Por fim, observamos a Procução, com o propósito de descrever o tipo, o estilo, o conteúdo temático, a estrutura e a função social desse gênero textual.

CAPÍTULO 3

FRAMES NA REPRESENTAÇÃO DE PARÊMIAS ESPECIALIZADAS

3.1 Introdução

A primazia da semântica na análise linguística, a natureza enciclopédica e perspectivada do significado, bem como a linguagem como faculdade integrada às demais capacidades cognitivas gerais são as bases da Linguística Cognitiva (LC) (CROFT; CRUSE, 2004, p. 17; GEERAERTS; CUYCKENS, 2007, p. 6). Essas características conferem um status central à Semântica Cognitiva (SC), subárea da LC, uma vez que os significados originam-se do conhecimento de mundo e se associam às formas linguísticas, conforme as expectativas, crenças, convenções e cultura de certa comunidade. Assim, pesquisadores que se utilizam da SC buscam estratégias não só para analisar o conhecimento linguístico adquirido, organizado e armazenado na memória, mas também para explicar a ativação produtiva e receptiva desse conhecimento. Modelos cognitivos, tais quais esquemas e frames, são algumas das propostas para esses fins.

Nesse contexto, a questão motivadora da escrita deste capítulo é: como ocorre a construção do significado das parêmiias especializadas (PEs), apresentadas no capítulo 2, de modo a especificar a natureza linguística dessas construções e associá-las ao nível conceitual? Com o propósito de responder a essa indagação, consideramos que o modelo cognitivo da Semântica de Frames (SF) de Charles Fillmore (1982) pode contribuir para explicar a organização dos conceitos das PEs por intermédio de modelos semânticos que incluam todos os tipos de conhecimento relacionados a esses enunciados fraseológicos.

Diante disso, justificamos a escrita deste capítulo, a fim de demonstrar as contribuições que a SF fornece para o estudo das PEs, no que se refere à linguagem de especialidade jurídica.

O objetivo do capítulo é discutir como a SF associa as unidades linguísticas às estruturas conceituais das PEs. Para alcançar essa finalidade, apresentamos o percurso histórico da LC e o desenvolvimento da SC de modo a fundamentar as discussões sobre o fenômeno da significação. A esse respeito, descrevemos as características e implicações da SF nos estudos da língua comum e da linguagem de especialidade. Incluímos, também, discussões acerca da aplicação desse modelo em estudos fraseológicos, contrastivos e produção de obras terminográficas.

O capítulo apresenta uma releitura interpretativa dos principais pontos discutidos por autores que se propuseram a investigar a LC, em especial, a SF. Para isso, descrevemos e analisamos as bases teóricas da LC que fundamentaram o modelo semântico de Fillmore (1977; 1982). Ainda mencionamos as principais propostas da corrente cognitiva da linguística de George Lakoff e Mark Johnson (1980), Ronald Langacker (1987), Gilles Falconier (1985), Leonard Talmy (1988) e outros para explicar o desenvolvimento dos modelos cognitivos paralelos à SF.

Para basear a discussão sobre LC, recorreremos às contribuições de autores como: William Croft e Alan Cruse (2004), Vyvyan Evans e Melanie Green (2006), Dirk Geeraerts e Hubert Cuyckens (2007) e Heloisa Feltes (2007). Também serviram de base para demonstrar a aplicabilidade da SF, os estudos sobre a organização de banco de dados léxicos computacionais baseados em frames, conduzidos por John Lowe et al. (1997), Collin Baker et al. (1998), Fillmore e Baker (2009) e Josef Ruppenhofer et al. (2010).

3.2 A cognição e a organização do significado linguístico

O significado é objeto de estudo de importantes correntes teóricas criadas ao longo da história da Linguística. Por essa razão, mencionaremos, com base em Geeraerts (1988, p. 665),

algumas das principais abordagens da semântica que se propuseram a explicar o fenômeno da significação. A primeira, a Semântica Histórico-Filológica, datada de 1870 a 1930, foi proposta pelos pesquisadores Max Hecht, Michel Bréal, Arsène Darmesteter, Hermann Paul e outros, os quais consideravam a linguagem, expressão de um indivíduo ou comunidade. Em seguida, surge a Semântica Estrutural, de 1930 a 1975, representada pelos escritos de Jost Trier, Leo Weisgerber, Walter Porzig, Bernard Pottier, Eugenio Coseriu, John Lyons, por exemplo, investigadores das relações semânticas, paradigmáticas e sintagmáticas e preconizadores da linguagem como estrutura autônoma. Essa teoria inclui a Semântica Transformacional, ou gerativa, por exemplo, a proposta de Jerrold Katz e Jerry Fodor (1963).

Em 1970, surge a Semântica Lógica, representada, por exemplo, pelos estudos de David Dowty (1979), com o objetivo de estudar a linguagem, com ênfase nas condições de verdade das proposições. Por último, chegamos a 1975, início dos estudos da Semântica Cognitiva (SC), que parte da premissa da origem cognitiva do significado linguístico, pois considera a relação intrínseca entre a linguagem e as capacidades cognitivas gerais. Como representante dessa teoria citamos a Semântica da Compreensão de Fillmore (1985), que é basicamente o modelo da SF baseado no uso.

Geeraerts (1988, p. 667) explica que a SC observa o modo de representação da estrutura linguística na estrutura conceitual e que as estruturas linguísticas são formas nas quais os conceitos são convencionalmente codificados e, portanto, externalizados pela linguagem. Nesse sentido, a estrutura conceitual é um sistema cognitivo que organiza a experiência, de modo a servir de entrada para os processos de raciocínio e da expressão na linguagem. Embora tenhamos mencionado as principais abordagens da Semântica, discutiremos, com detalhes, apenas os princípios da SC, porque empregaremos esta teoria para descrever e analisar as PEs, com vistas à criação do glossário.

3.2.1 Principais propostas da Semântica Cognitiva

A significação, a experiência e a cultura de uma comunidade linguística são temas da SC. Em vista disso, os estudos cognitivos direcionam-se a modelos teóricos e metodológicos voltados à organização de conceitos por meio de estruturas cognitivas, e.g. metáfora, metonímia, frames, espaços mentais, categorias radiais e protótipos. Fundamenta-se na ideia básica da SC: a indistinção entre conhecimento de mundo e significado linguístico, pois, uma vez categorizados, são responsáveis pela organização do conhecimento individual ou coletivo, o que evidencia a importância das operações cognitivas para a construção do significado. Portanto, a SC serve à análise dos sistemas conceituais para relacionar conceitos e experiências.

Entre os principais teóricos de modelos na SC, listamos Fillmore, criador da Semântica de Frames (SF) por meio do estudo *Scenes-and-Frames-Semantics* (Semântica de Cenas e Frames) (FILLMORE, 1977). Citamos também Lakoff e Johnson (1980), que teorizaram a noção de esquemas imagéticos e objetivaram demonstrar a natureza de imagem pré-conceitual de modelo cognitivo, metáfora e metonímia. Além desses, Langacker (1984) investigou a constituição das linguagens, em especial, as unidades semânticas, fonológicas e simbólicas, a saber, os esquemas imagéticos da Gramática Cognitiva.

Ademais, Fauconnier (1985) descreveu os espaços mentais e o modo pelo qual os modelos cognitivos são construídos no ato discursivo como constructos temporários. Por fim, mencionamos os estudos de Talmy (1988), que discutiu as bases conceituais da gramática e dos sistemas de imagens linguísticas. Esses pesquisadores são os precursores desse movimento, pois foram responsáveis por impulsionar os estudos em Linguística Cognitiva (LC)⁸ à época,

⁸ As ideias de George Lakoff, Ronald Langacker e outros defensores da linguística neodarwiniana, no início dos anos 1980, resultaram em um chamado *Lakoff-Langacker agreement* (acordo Lakoff-Langacker) e escolheram o nome *Cognitive Linguistics* (Linguística Cognitiva) para a, então, nova teoria das ciências cognitivas em oposição ao movimento da gramática gerativa de Chomsky (CROFT; CRUSE, 2004).

pois acrescentaram novas perspectivas ao estudo da interação e do processamento da linguagem na mente do falante.

3.2.2 O desenvolvimento da Linguística Cognitiva

A SC é a subárea da LC que estuda os sistemas conceituais, os significados e as inferências humanas, razão pela qual esta vertente da semântica é de natureza cognitiva. No entanto, antes de explicitar as características da SC, é necessário discorrer sobre o desenvolvimento dos estudos em LC para compreender a categorização dos conceitos. De maneira ampla, a LC é um movimento teórico inter-relacionado com as Ciências Cognitivas, com a Psicologia, com a Neurociência, entre outras áreas, que consideram a observação de operações mentais. Apesar das pesquisas em LC surgirem entre as décadas de 1970 e 1980, formalizaram-se somente a partir dos anos 1990, com a criação da *International Cognitive Linguistics Association*⁹; com o lançamento do periódico *Cognitive Linguistics*¹⁰, e com a série de publicações compiladas na obra *Cognitive Linguistics Research*¹¹, ambos editados e dirigidos por Geeraerts e Divjak (SILVA, 1999).

Com referência ao desenvolvimento da LC ao longo da história, Lakoff e Johnson (1999) dividem os estudos dessa corrente teórica em primeira e segunda geração. A primeira geração de pesquisadores considera a “mente não-corpórea”, como fundamenta a Teoria Representacional da Mente, de Jerry Fodor. No modelo de Fodor, há dois preceitos: a hipótese da ausência de significado dos símbolos em si, e o pensamento como produto da manipulação desses símbolos, de acordo com as regras formais.

⁹ Associação Internacional de Linguística Cognitiva - <https://www.cognitivelinguistics.org/en>

¹⁰ Linguística Cognitiva - <https://www.cognitivelinguistics.org/en/journal>

¹¹ Pesquisa em Linguística Cognitiva - <https://www.degruyter.com/serial/clr-b/html>

Em contrapartida, a segunda geração aplica-se aos processos imaginativos e centra-se nos princípios da “mente corporalizada”; na dependência de conceitos; e na razão sobre o corpo. Isso significa que mente e corpo são funcionalmente indivisíveis, pois, para interpretar a realidade e, por consequência, a estrutura conceitual, é necessário considerar a natureza corpórea humana, porque é, na interação com o mundo, que o ser humano elabora e organiza a estrutura conceitual.

3.2.3 Premissas da abordagem cognitiva da linguagem

A observação da linguagem em uso, do processamento mental, da categorização, da interação e da experiência individual, social e cultural são características da LC. Assim, as abordagens em LC investigam como esses mecanismos atuam em conjunto na compreensão dessa linguagem por parte dos falantes de determinada comunidade linguística. Dessas características descritas, decorrem três hipóteses que fundamentam a abordagem cognitiva para o estudo da linguagem, quais sejam: “(1) a linguagem não constitui uma faculdade cognitiva autônoma; (2) a gramática implica sempre em conceitualização; e (3) o conhecimento acerca da linguagem surge do próprio uso” (CROFT; CRUSE, 2004, p. 17).

A primeira hipótese contrapõe o paradigma da gramática gerativa de que a linguagem é uma faculdade cognitiva autônoma e inata, pois, na perspectiva da LC, a linguagem integra a cognição humana assim como outras faculdades, como memória, raciocínio, visão e fala. Em outras palavras, as representações do conhecimento linguístico não diferem de outras representações conceituais gerais, e os processos de recuperação do conhecimento linguístico também interagem nas habilidades cognitivas de domínios distintos do linguístico. A esse respeito, Croft e Cruse (2004, p. 17) argumentam que o conhecimento de mundo e os significados são indistintos, porque o estado de coisas se organiza na categorização dos

conceitos. Isso demonstra a sistematização do conhecimento, à medida que a função cognitiva da linguagem passa a constituir objeto de estudo linguístico relevante.

Na segunda hipótese, descrita por Croft e Cruse (2004, p. 17), afirma-se que a linguagem é essencialmente simbólica, de maneira que as formas são combinadas com significados e convencionalizam-se na língua, motivo pelo qual não se deve separar o componente semântico do componente gramatical. Conforme preceitua a LC, a gramática não se constitui no nível autônomo de representação, mas no nível simbólico, para refletir processos distintos de conceitualização. Por conceitualização, entendemos o processo de construção do significado, o qual ocorre mediante a interatividade de fatores linguísticos e extralinguísticos, por exemplo: o uso, a experiência e a cultura de determinada comunidade.

Esse princípio da LC implica a ideia de que a fronteira entre o léxico e a gramática não é rígida, conforme pressupõe teorias anteriores. Ao contrário, a gramática de uma língua resulta de conceitualizações, pois envolve a maneira como observamos e categorizamos o mundo. A gramática surge do uso cotidiano da linguagem, o que torna os significados abertos, flexíveis e dinâmicos. Essa perspectiva simbólica da gramática viabilizou teorizações, a título de exemplo, a Gramática Cognitiva de Langacker (1987) e as Gramáticas de Construções de Fillmore et al. (1988) e de Goldberg (1995).

A terceira hipótese postula que o conhecimento linguístico emerge e se estrutura pelo uso da língua em circunstâncias comunicativas. Em outros termos, as propriedades semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas constituem-se mediante o uso do conhecimento prévio de enunciados concretos empregados em situações reais (CROFT; CRUSE, 2004, p. 20). As propriedades linguísticas não estão preestabelecidas, mas são construídas a cada elocução, porque as operações como o raciocínio, a compreensão do mundo e da experiência estão diretamente relacionadas à maneira como a mente humana categoriza as informações.

Oportuno afirmar que o processo de abstração e esquematização fundamentou os modelos cognitivos baseados no uso, por exemplo: a *U-Semantic* (Semântica da Compreensão), de Fillmore (1985), a Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995), e a Teoria Baseado no Uso, de Joan Bybee (2006). Essas hipóteses corroboram o princípio do compromisso cognitivo descrito por (EVANS; GREEN, 2006, p. 28), uma vez que contrasta com a visão modular nas abordagens formais da linguagem.

A teoria modular propõe que existe um módulo distinto no cérebro humano, que funciona de forma separada de outras partes do cérebro, construído com capacidades de linguagem. De acordo com as abordagens formais, existem no cérebro, mecanismos específicos que podem analisar a sintaxe, e outro módulo específico para fonologia, por exemplo. O compromisso cognitivo, em contraste, postula que a linguagem usa as próprias habilidades cognitivas envolvidas em outras áreas da mente, como atenção, categorização e metáfora, e que as habilidades cognitivas são utilizadas em diferentes atributos da linguagem.

Evans e Green (2006) destacam, como premissa da LC, a linguagem incorporada às capacidades cognitivas gerais humanas, o que conduz a análises sob diferentes perspectivas da linguagem. Segundo esses pesquisadores, os tópicos de interesse da LC são: o estudo do *continuum* linguagem e cognição; a categorização da linguagem, que envolve prototipicidade, polissemia, modelos cognitivos idealizados, imagens mentais, metáfora, frames; princípios funcionais da organização linguística, por exemplo, iconicidade e naturalidade; conhecimento de fundo experiencial e pragmático da linguagem em uso e a relação entre linguagem e pensamento; interface conceitual entre sintaxe e semântica, de acordo com os parâmetros adotados pela Gramática Cognitiva e pela Gramática de Construções.

Em vista das características e dos pressupostos da LC, depreendemos o posicionamento epistemológico desse movimento que, de um lado se diferencia de modelos formais, a saber, a

semântica referencial ou a gramática gerativa e, por outro lado, aproxima-se das teorias funcionalistas. Comparar a LC com outras abordagens linguísticas, possibilitou Geeraerts e Cuyckens (2007) discutirem o lugar dos estudos cognitivos na Linguística. Para tanto, esses autores argumentam que os processos linguísticos ocorrem ligados às necessidades da atividade comunicativa, o que implica considerar o fator humano no uso da língua.

A aproximação da LC com a teoria funcionalista procede do modo como os funcionalistas e cognitivistas observam a língua com referência ao contexto e às funções que desempenham. Por esta razão, parte da linguagem pode ser explicada com base em propriedades semânticas e funcionais. Em consequência de a LC definir-se pelo conceito de mente corporificada, Geeraerts e Cuyckens (2007, p. 6) elencam três características da LC, a saber: a primazia da semântica na análise linguística, o significado enciclopédico e a perspectivização do significado linguístico.

A primeira característica está relacionada à função das formas linguísticas em expressar significados, uma vez que, se a categorização é função primária da linguagem, logo o significado é o fenômeno linguístico primário. Por abranger o significado enciclopédico, a segunda característica refere-se ao fato de o significado das formas linguísticas incluir um conjunto de conhecimentos estruturados e convencionalizados que estão codificados nas expressões, de modo a reunir, no processo de significação fatores, dentre os quais, a identidade cultural, social e histórica dos indivíduos. Na terceira característica, por sua vez, preceitua-se que a categorização da linguagem impõe uma estruturação particular ao mundo, pois organiza o conhecimento representado nas necessidades, nos interesses, nas experiências individuais e coletivas da comunidade (GEERAERTS; CUYCKENS, 2007, p. 6).

De maneira geral, a LC busca compreender a natureza das operações mentais relacionadas ao raciocínio, à memória, à organização do conhecimento, ao processamento e

produção linguística. Os estudos em SC voltam-se tanto para a investigação da semântica linguística quanto para a modelagem da mente humana, pois observa a representação da estrutura conceitual na estrutura linguística (FELTES, 2007, p. 26). Um exemplo de modelo cognitivo é o proposto por Fillmore (1977; 1982; 1985), fundamentado na estrutura cognitiva, o frame, o qual passaremos a discutir nas próximas seções.

3.3 A teorização da Semântica de Frames

A teoria da Semântica Cognitiva (SC) desenvolveu-se com base no pressuposto de que o conhecimento é enciclopédico, uma vez que os conceitos dependem do contexto e da experiência humana para a compreensão do significado. Fundamentado nessas pressuposições, Fillmore apresentou as primeiras noções da SF. Contudo, anterior a essa abordagem linguística, o autor buscava uma alternativa à teoria da Gramática Gerativa, que pressupõe que a linguagem é um módulo independente dos outros módulos cognitivos.

Como opção, Fillmore (1968) propôs a teoria da *Case Grammar* (Gramática de Casos), que consiste na identificação de um conjunto limitado de papéis semânticos universais, *deep cases* (casos profundos), denominados de genitivo, instrumental, dativo, factivo, locativo e objetivo. Esses papéis semânticos organizam-se em hierarquia para especificar o significado de um verbo e assim analisar as relações semânticas das frases.

Entretanto, houve questionamentos quanto à viabilidade dos casos profundos, sobretudo, com referência à identificação de papéis semânticos universais, os quais eram definidos independente do significado do verbo, de forma a negligenciar o fenômeno da polissemia e dos contextos associados às palavras, pois a gramática não fornecia detalhes suficientes para descrição semântica completa (FILLMORE, 1971). Essas condições

evidenciam as limitações da Gramática de Casos em explicar os fenômenos cognitivos dependentes do contexto, bem como da natureza do significado.

Para contornar a visão de papéis semânticos universais e finitos, Fillmore (1971) admitiu que casos profundos são determinados por eventos e, de forma mais geral, afirmou que o significado é relativizado por cenas, porque dependem dos tipos de situação e dos participantes dessas cenas. Por fim, o autor reconhece a existência de estruturas cognitivas maiores, responsáveis por formar nova camada de noções de papéis semânticos que poderiam caracterizar domínios inteiros do vocabulário, os chamados frames de caso.

Diante dessas circunstâncias, influenciado pela tendência dos estudos cognitivos da época, que não só consideravam o conhecimento da linguagem, associado a outros tipos de conhecimento, mas também consideravam que essa faculdade mental não era uma função cognitiva independente, Fillmore propõe, na segunda metade da década de 1970, a teoria da SF. Assim, nos artigos *Frame Semantics and the Nature of the Language* (Semântica de Frames e a Natureza da Linguagem), de 1976, e *Scenes-and-frames Semantics* (Semântica de Cenas e Frames), de 1977, Fillmore sugere que palavras isoladas, em geral, não alcançariam o significado, sem um frame mais amplo, com os significados das palavras relacionadas (FILLMORE, 1976; 1977).

Ao criar a SF, Fillmore volta a criticar a posição dos gramáticos gerativos, por delimitarem categorias semânticas, mediante análise componencial de significado, por exemplo. Essa análise pressupõe que as palavras devem conter um conjunto de características para pertencerem à determinada categoria, conforme versa o método aristotélico anterior, ao especificar conceitos por meio de condições necessárias e suficientes. Então, o autor sugere que a semântica deve relacionar os significados das palavras aos contextos de ocorrência, de modo a organizar esses conceitos em análises de estruturas linguísticas durante o uso, dado que os

contextos fornecem base perceptiva ou experiencial do conhecimento do significado das expressões (FILLMORE, 1977).

Para formular a ideia da SF, Fillmore (1977) relata que a Teoria do Protótipo, de Eleanor Rosch (1973), contribuiu para a compreensão da categorização humana, porque o modelo do protótipo identifica como prototípico, o item central, responsável por organizar categorias. Nessas circunstâncias, o protótipo é o membro mais representativo, por isso situa-se no centro; e os demais membros, menos representativos, na periferia. Dessa forma, os protótipos têm a vantagem de não precisar cobrir os requisitos possíveis do significado em uma frase, para ser compreendida.

Assim, Fillmore (1977) propôs a descrição dos significados de palavras que se utilizam da noção de protótipo, por exemplo: os indivíduos categorizam as cores e diferenciam a cor vermelha da cor rosa ao longo de certa variação. Portanto, o significado define-se de acordo com as experiências, convenções e práticas, que influenciam na categorização dos conceitos de determinada comunidade.

3.3.1 Noções de frames

Fillmore foi o primeiro a utilizar o termo frame na Linguística. No entanto, as noções de frame já eram utilizadas por autores de outras áreas, a saber, Psicologia Cognitiva e Inteligência Artificial, para organizar informações em blocos interconectados na mente. Por exemplo, o psicólogo Frederic Bartlett (1932) discutiu as ideias de esquemas, ao investigar como eventos prévios influenciam a memória para a representação de objetos, de movimentos e de processos.

As ideias de Marvin Minsky (1975), por outro enfoque, iniciaram a noção de frames na Inteligência Artificial, a fim de modelar situações reais. Roger Schank e Robert Abelson (1977),

por sua vez, apresentaram os *scripts* (roteiros), decorrentes de situações estereotipadas, eventos habituais inter-relacionados, com o propósito de investigar as estruturas do conhecimento. Essa diversidade de campos demonstram o caráter interdisciplinar dos frames, os quais conectam experiências individuais, resultantes da percepção humana baseada na realidade.

Esse fato evidencia que a SF é uma forma particular de observar o significado das unidades linguísticas para descrever qualquer linguagem, à medida que relaciona esses significados aos contextos de ocorrência (FILLMORE, 1982). Nesse sentido, a SF consiste em um conjunto de meios lexicais e sintáticos, para analisar uma cena, na qual cada opção lexical e sintática vincula certa perspectiva sobre uma situação da cena ou do cenário. Esse modelo semântico possibilita a descrição das propriedades lexicais e gramaticais, de maneira a incluir o conjunto completo dos padrões sintáticos e semânticos. Com efeito, contribui para a observação do significado das palavras polissêmicas em situações específicas, diferente da análise componencial que desconsidera fenômenos linguísticos como a polissemia.

3.3.2 Conceito de frames

Os frames são conjuntos conceituais internamente estruturados que esquematizam cenas da experiência humana vivida por indivíduos de determinada comunidade linguística. Também chamados de quadros ou molduras, essas esquematizações de estruturas de conhecimento são armazenadas na memória de longo prazo, e relacionam elementos associados à determinada cena, situação ou evento. Em outras palavras, o frame baseia-se não só nas convenções sociais e culturais, para organizar o conhecimento enciclopédico e a motivação para a diversidade de expressões em uma língua, mas também no discurso. Para Fillmore (1982, p. 111) o frame é:

[...] qualquer sistema de conceitos relacionados de tal forma que para entender qualquer um deles é preciso entender toda a estrutura em que o conceito se encaixa; quando uma das coisas em tal estrutura é introduzida em um texto, ou em uma conversa, todas as outras são automaticamente disponibilizadas (FILLMORE, 1982, p. 111, tradução nossa)¹².

Segundo o autor, um frame é evocado se alguma forma ou padrão linguístico for convencionalmente associado a esse frame. Em face disso, a estrutura conceitual é modelada por frames, com a finalidade de sistematizar o estado de coisas, mediante operações mentais sobre conhecimentos armazenados na memória. Esse conhecimento é, então, organizado em blocos de informação que, por sua vez, são constantemente acessados, acionados, armazenados e reproduzidos, de forma automática, na mente do interlocutor, por unidades lexicais (ULs), que se manifestam no texto ou no ato comunicativo. Na SF, ULs representam o pareamento de forma e significado descrito em relação ao frame semântico evocado. Essas unidades são estruturas primárias de análise em que cada sentido de uma palavra é associado a um frame semântico diferente. Em síntese, as ULs evocam frames nos quais os interlocutores compreendem os significados (FILLMORE, 1982).

Entre as considerações sobre as noções de frame, Fillmore (1982, p. 117) os distingue em duas categorias: semânticos e interacionais. Os frames semânticos, também denominados de cognitivos, consistem na conceitualização de símbolos linguísticos em que qualquer um dos constituintes do frame acessa toda a estrutura conceitual que determina um evento, por exemplo, consulta médica, processo judicial ou transação comercial. Por outro lado, os frames interacionais, também conhecidos como pragmáticos, abrangem o sistema cognitivo dos falantes, que é alterado pelos estímulos socioculturais e experienciais.

¹² Do original: [...] any system of concepts related in such a way that to understand any one of them you have to understand the whole structure in which it fits; when one of the things in such a structure is introduced into a text, or into a conversation, all of the others are automatically made available.

Por tais razões, esse tipo de frame envolve os distintos contextos de interação encontrados pelos falantes de uma língua no ato comunicativo. Os frames interacionais compõem-se de contos, saudações, receitas e notícias. Dito de outro modo, são situações determinadas por inventários restritos de tópicos e expressões, muitas destas, dependentes de condições contextuais específicas. Apesar dessa classificação, diversos estudiosos não distinguem os frames, porque entendem que a estrutura do frame compreende ambos os tipos.

Nos trabalhos iniciais sobre a SF, Fillmore relaciona três tipos de estrutura conceitual: cena, esquema e frame. Cena é a situação que envolve as experiências do mundo real e imaginário, crenças, eventos, ações, objetos, percepções, relações interpessoais e organizações institucionais, por exemplo. De modo distinto à cena, o esquema constitui-se de estruturas conceituais relacionadas entre si, em que o *script* representa uma sequência de eventos esquematizados, mediante frames.

O frame, por sua vez, consiste em representações de natureza linguística, associadas a cenas cognitivas, nas quais relativizam o significado. Porém, em estudos subsequentes, Fillmore (1982) não diferencia esses conceitos, por considerar que os frames fornecem a estrutura conceitual subjacente necessária para todas as formas de interpretação. Portanto, um frame pode abranger cenas e esquemas, em que um interlocutor depara com determinado contexto e ativa memórias inter-relacionadas por meio das relações frame a frame.

Por causa das características dos frames citadas acima, o autor refere-se à SF como Semântica da Compreensão (FILLMORE, 1985), porque consiste em uma teoria semântica baseada na compreensão da linguagem de forma ampla. Fillmore (1985) demonstra as vantagens dessa teoria sobre outras abordagens, a título de exemplo, a Semântica Lógica e a Semântica Estrutural. A respeito dessa última, Fillmore (1985, p. 227) compara campo lexical e frame. Se, por um lado, ambas teorias agrupam palavras mediante conceitos e experiência

compartilhadas, por outro lado, as teorias distinguem-se à medida que, no campo lexical, as palavras são definidas em relação a outras palavras do mesmo campo lexical, enquanto que, na SF, as palavras definem-se em relação direta aos frames evocados.

Fillmore (1985, p. 227) exemplifica essa diferença com o adjetivo “grande” que pertence ao campo lexical dos tamanhos das caixas de detergente. Na oportunidade, o autor contrasta esse adjetivo com as demais categorias “jumbo”, “econômico”, “gigante” e “tamanho família”. Fillmore (1985, p. 227) argumenta que “grande” refere-se ao menor tamanho possível dentro desse campo, independente dos usos que “grande” poderia assumir em outros campos lexicais diversos. O autor complementa essa comparação ao afirmar que a teoria dos campos lexicais inclui o significado de uma palavra dentro de um campo somente por meio do contraste com palavras adjacentes ao campo compartilhado.

Na SF, porém, o conceito de uma palavra está diretamente vinculado ao frame, por exemplo, “grande”, como constituinte do rótulo para o menor dos tamanhos possíveis dentro do frame DETERGENTE. Nesta perspectiva, o frame inclui os conceitos de palavras relacionadas de forma distinta a outros conceitos extrínsecos àqueles denotados pela palavra em análise. A descrição de conceitos, de fato, reporta-se a acontecimentos prévios da forma linguística. Por exemplo, “cicatriz” remete não apenas ao tecido celular formado ao longo do processo de cicatrização, mas também pode referir-se a um sentimento duradouro deixado por um abalo psíquico (FILLMORE, 1985, p. 227).

Em um estudo sobre a organização da ULs, Faulstich (2010a) também diferencia campo lexical de frame. A autora explica que, enquanto os campos lexicais têm natureza paradigmática e opositiva, os frames são de natureza sintagmática e transitiva, e podem organizar-se com outros tipos de campos, contudo requer uma descrição da “natureza do esquema conceitual associado”, por causa da “especificação semântica” (FAULSTICH, 2010a, p. 199). Desse

modo, campo lexical contém frames, pois compreende a unidade linguística dentro de um sistema, e os frames são estruturas conceituais, advindas de experiências culturais, inseridas nesse campo.

3.3.3 Sistematização da Semântica de Frames: o projeto FrameNet

Como exemplo da aplicabilidade da SF, Lowe et al. (1997), Baker et al. (1998) e Fillmore et al. (2003) criaram o repositório lexicográfico on-line FrameNet¹³. Fundado por Fillmore em 1997, o projeto é gerenciado pela empresa norte-americana *International Computer Science Institute*, com a função de organizar conceitos, de maneira a projetar não só padrões semânticos, mas também padrões sintáticos em uma rede de frames. Para tanto, o banco de dados contém mais de 13.600 ULs¹⁴, distribuídas em mais de 1.200 frames hierarquicamente relacionados, e exemplificados em cerca de 203.000 sentenças, anotadas no contexto.

De modo geral, a FrameNet propicia representações esquemáticas de situações, para analisar conceitos e caracterizar o sistema linguístico na descrição da gramática e do léxico. Em paralelo ao modelo em inglês, há repositórios em outros idiomas: alemão, chinês, coreano, espanhol, francês, japonês, português e sueco. Embora não utilizemos a plataforma FrameNet nesta pesquisa, cumpre apresentar os recursos para descrição dos frames, pois fundamentam-se nos princípios da SF.

Nessa plataforma eletrônica, a descrição do frame inicia-se pelo procedimento denominado *framing* (enquadramento), que é um mecanismo cognitivo para delimitar frames em determinada circunstância comunicativa para análise de significados. De acordo com Lowe et al. (1997), esse recurso caracteriza eventos por meio de diferentes perspectivas, segundo o

¹³ <https://framenet.icsi.berkeley.edu/fndrupal>

¹⁴ Atualização do status disponível em: https://framenet.icsi.berkeley.edu/fndrupal/current_status

conhecimento de mundo e experiências dos falantes. Além disso, o enquadramento desempenha a função de esquematizar o contexto para descrição dos frames evocados pela UL. Dito de outra forma, no enquadramento, analisa-se a situação discursiva influenciada pela observação pragmática, que considera a interação dos interlocutores para a interpretação do discurso.

Os frames necessitam da identificação dos papéis semânticos intrínsecos à estrutura conceitual, em que cada papel é denominado de elemento de frame (EF), escritos em letras maiúsculas. Esses EFs descrevem diversas funções e cenários, só para exemplificar, participante, propriedade, circunstância, tema, tempo, maneira, lugar, entre outros, ou ainda, desempenham papéis semânticos específicos (agente, paciente, função gramatical, tipo de frase), conforme o enquadramento determinado. Os EFs dividem-se em centrais, *core*, e periféricos, *non-core*. Enquanto os EFs centrais se relacionam diretamente com o evento, e.g. AGENTE, PACIENTE e TEMA, os periféricos, *non-core*, complementam a cena, e não evocam o frame, e.g. TEMPO, MANEIRA e LUGAR (LOWE et al., 1997; BAKER et al., 1998). Identificar os EFs é essencial para observação das relações semânticas, porque especifica a função de cada um desses EFs, para a compreensão do frame no contexto.

Para isso, o procedimento de *tagging* (anotações) identifica EFs e os delimita em papéis semânticos. A relação básica entre esses papéis é anotada como: “quem fez o quê a quem?”, de maneira a especificar a função dos EFs naquele frame. Na plataforma FrameNet, a anotação dos papéis semânticos de cada EF, no contexto de ocorrência, pode ser automática ou manual. As anotações explicitam informações relevantes e são representadas por cores contrastantes para a diferenciação dos EFs (BAKER et al., 1998). Desse modo, o procedimento mapeia os constituintes sintáticos e semânticos da sentença, o que contribui para a análise de relações entre os EFs e os frames. No entanto, a verificação da perspectiva de uma sentença em um cenário pode exigir estruturas de frames maiores, com mais informação que uma simples projeção poderia representar.

Nessas circunstâncias, os frames estabelecem relações de hierarquia. Um frame mais geral, *parent frame* (frame pai), também chamado de superframe, origina frames mais específicos, *child frame* (frame filho), denominado subframe, que, por sua vez, compõe o superframe (RUPPENHOFER et al., 2010 [2006], p. 75). Assim, o superframe e subframe estabelecem relações frame a frame, que possibilitam análises sobre tipos semânticos.

Ruppenhofer (2010 [2006], p.75) classifica as relações entre frames em três categorias:

1) Relação de Generalização, que comporta os subtipos: *Inheritance* (Herança), *Perspective_on* (Perspectiva), *Using* (Uso); 2) Relações de Estruturais de Eventos, agrupa os subtipos: Subframe, *Precedes* (Precedência); e 3) Relações Sistemáticas, que inclui os subtipos: *Causative_of* (Causativo), *Inchoative_of* (Incoativo) e *See Also* (Ver). Esses oito tipos de relações entre frames estão descritos a seguir:

1) Relações de Generalização:

- Herança: transmissão de características semânticas de um superframe a um subframe. Por exemplo, o frame “vingança” herda a base conceitual do frame “recompensas” e “castigos”, pois também envolve uma pessoa que aplica uma punição a outra. Difere, portanto, de “recompensas” e “punições”, por estar fora do controle institucional ou judicial;
- Perspectiva: modo de análise da situação ou do objeto, sob diferentes pontos de vista em uma situação específica, e.g. “acusar” e “confessar” evocam o frame “julgamento”, sob perspectivas distintas, a saber, do “juiz” e do “réu”;
- Uso: relação genérica, em que uma parte da cena evocada pelo subframe refere-se ao conhecimento de fundo do superframe por meio de alguns EFs vinculados aos EFs do subframe, e.g. o frame “apelação”, usa o frame “processo criminal”.

2) Relações Estruturais de Eventos:

- Subframe: frame específico que consiste em um componente de um evento maior, o superframe, e.g., “julgamento” é subframe de “processo criminal”;
- Precedência: ordenação temporal entre os frames, e.g., “cometimento de crime” precede “investigação criminal”, que, por sua vez, precede o “processo criminal”.

3) Relações Sistemáticas:

- Causativo: desencadeador da ação. O superframe representa o causativo referente ao subframe, e.g., “causar mudança”, em uma escala (aumentar, diminuir), no entanto é o causativo de “mudança de posição”, em uma escala (subir, descer);
- Incoativo: início da ação ou do processo. O superframe representa o incoativo; e o subframe, o estativo, e.g., “mudar de posição”, em uma escala (subir, descer), entretanto é o incoativo de “posição” em uma escala (alto, baixo);
- Ver: casos em que grupos de frames semelhantes devem ser diferenciados, comparados e contrastados. Cada um dos frames em questão associa-se com um membro representativo do grupo, apesar de não implicar qualquer relação particular entre os EFs ou subframes dos frames envolvidos, e.g., o frame de “julgamento” apresenta a relação “Ver” o frame “criticar”, que é um conceito geral, não necessariamente associado ao frame prototípico de “julgamento”.

3.3.4 Exemplos da aplicabilidade da Semântica de Frames

Com o propósito de demonstrar as funções acima mencionadas, apresentamos o exemplo clássico de Fillmore, *transação_comercial* (cf. FILLMORE, 1977; 1982; 1985). A Figura 3.1 ilustra o enquadramento das sentenças em análise com realce em vermelho.

No processo de anotação desse frame, há dois participantes que performam dois atos, o COMPRADOR, que toma a MERCADORIA e entrega o DINHEIRO, e o VENDEDOR, que toma o DINHEIRO e entrega a MERCADORIA¹⁵.

Figura 3.1 – Enquadramento do frame transação comercial sob diferentes perspectivas.



- (1) João comprou o computador. (2) João vendeu a Maria o computador. (3) Isso custou mil reais.

Fonte: Elaborado pela autora

Na figura acima, há distintos enquadramentos, como exemplificado nas sentenças (1), (2) e (3) abaixo. Em (1), o verbo “comprar” direciona a perspectiva para o COMPRADOR e a MERCADORIA, que são EFs centrais. O VENDEDOR e o DINHEIRO, que estão implícitos, complementam a cena, pois são EFs periféricos. Já em (2), a perspectiva está no VENDEDOR e na MERCADORIA, e o EF DINHEIRO acrescenta informações à cena. Na sentença em (3), a perspectiva é o DINHEIRO, em que o significado de “custo” remete ao DINHEIRO; a palavra “isso” recupera o sentido de MERCADORIA; e “três dólares”, o DINHEIRO trocado no processo. Assim, o verbo “custar” possibilita focar no conceito de DINHEIRO, apesar de inferirmos que nessa transação, houve um COMPRADOR e um VENDEDOR.

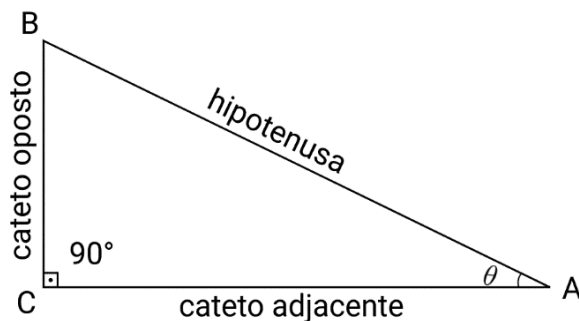
- (1) João _[COMPRADOR] comprou o computador _[MERCADORIA];
 (2) João _[VENDEDOR] vendeu a Maria _[COMPRADOR] o computador _[MERCADORIA];
 (3) Isso _[MERCADORIA] custou mil reais _[DINHEIRO].

¹⁵ As palavras escritas em maiúsculas representam os Elementos de Frames, como segue a proposta de Fillmore (1982).

Desse modo, cada um desses termos acessa o frame *transação comercial* para ser interpretados, razão pela qual a escolha verbal determina a perspectiva sobre o evento e as formas em que os participantes desempenham função gramatical na sentença segundo os papéis semânticos, subscritos nos exemplos anteriores. Em outro contexto, o verbo comprar pode referir-se a ideias mais abstratas, “compra de resultados”, contudo, os verbos, com significados relacionados, como subornar, devem ocupar os mesmos *slots* (espaços) do significado original, mas em uma ordem sintática diferente. Por exemplo, se o conjunto inclui frases como “gastar tempo”, o interlocutor pode interpretar que “gastar” não se refere mais a uma transação comercial prototípica. Não obstante, os interlocutores codificam a perspectiva segundo o conhecimento enciclopédico em linguagem para a interpretação dessa mensagem.

Conforme observamos, no exemplo acima, os conceitos lexicais são compreendidos em contraste com várias ULs organizadas em frames. Importa exemplificar, ainda, os frames, em especial, no contexto e no *background* (conhecimento de fundo) em que, para acessar os significados, é preciso acionar estruturas subjacentes, de modo a explicar as diferentes particularidades de cada sentença. Fillmore (1985, p. 228), para esse fim, utiliza o exemplo de Langacker (1984), “hipotenusa”, com o propósito de argumentar que o significado lexical necessita de uma base conceitual. Para projetar uma imagem mental do que seria uma hipotenusa, seria necessário imaginar o triângulo retângulo, ilustrado na Figura 3.2, pois o conhecimento sobre triângulos de ângulo reto, formas geométricas, sistemas métricos, por exemplo, são imprescindíveis para compreensão dessa UL.

Figura 3.2 – Representação do triângulo retângulo com catetos e hipotenusa.



Fonte: Elaborado pela autora.

A Figura 3.2 ilustra o triângulo retângulo ABC, e o plano em que está incluído são os referentes, por sua vez, os termos “hipotenusa”, “triângulo” e “retângulo” são interpretados em relação a esse referente. Só podemos entender a palavra hipotenusa, se, primeiro, imaginarmos um “triângulo de ângulo reto”, pois a hipotenusa é o lado de um triângulo retângulo, de ângulo oposto ao ângulo reto (90°). Vale ressaltar que, na versão inglesa do teorema de Pitágoras, os lados restantes do triângulo retângulo são identificados apenas como “os outros dois lados”, já, em PB, são denominados de cateto oposto e cateto adjacente. A estrutura conceitual exigida para “hipotenusa”, assim como a exigida para “compra”, demonstra que requer particularidades para a interpretação. O primeiro, é um conceito estrutural estático, válido em diferentes línguas, o segundo é um conceito situacional.

Os frames contribuem para a compreensão de estruturas subjacentes, e.g., “viúva” sugere uma mulher que se casou, mas o marido morreu, e “miolo da maçã” evoca uma determinada maneira de comer maçã, a saber, descarte do pedúnculo e das sementes. Esses exemplos evidenciam que o conceito depende do contexto, em vista das experiências e memórias que o intérprete associa ao frame. Quanto ao contraste de significados, os frames explicitam a oposição de conceitos que parecem denotar um mesmo sentido. Fillmore (2006 [1982], p. 382) explica a diferença semântica entre *land* (terra) e *ground* (solo) que são melhor compreendidas ao considerarmos um referente, em que “terra” designa a superfície seca,

distinta do mar; e “solo”, a superfície seca da terra, distinta da atmosfera. Assim, indivíduos em uma embarcação no mar avistariam a terra, enquanto que, em uma aeronave, avistariam o solo.

Nessa mesma linha, Fillmore (2006 [1982], p. 382) menciona a distinção entre *coast* e *shore*, para designar os limites geográficos entre terra e mar. Ambos correspondem à “costa”, em Português, por esse motivo essa distinção não é aplicável à língua portuguesa. Por causa da diferença de perspectivas, convencionalizaram-se, na língua inglesa, as unidades fraseológicas (UFs) *from coast to coast* e *from shore to shore*. O primeiro se usa para expressar o trajeto percorrido de uma costa a outra sobre uma porção de terra firme, ou seja, na perspectiva de um indivíduo no continente, e o segundo, para se referir ao deslocamento de uma costa a outra sobre uma massa de água, nesse caso, na perspectiva de um indivíduo em uma embarcação no oceano. Para ilustrar a distinção do uso da construção, suponhamos:

- (4) Um trajeto da cidade de Natal, no Brasil, costa leste da América do Sul, até Lima, no Peru, na porção oeste do continente sul-americano;
- (5) Uma viagem da cidade de Natal, no Brasil, costa leste da América do Sul, até Dakar, Senegal, costa oeste da África, pelo oceano Atlântico.

A expressão em (4) sugere uma viagem via marítima de costa a costa. Logo, *from shore to shore*; em (5), deslocamento por terra de costa a costa, *from coast to coast*. Em (4) e (5), as sentenças não fornecem diretamente informações sobre água ou terra, no entanto o conhecimento linguístico soma-se ao conhecimento enciclopédico armazenado na mente, para a construção do significado convencional (FILLMORE, 2006 [1982]). Assim, a perspectivização do significado linguístico implica a existência de um indivíduo que assume um ponto de vista, e que o utiliza para interpretar o mundo, bem como para a construção de significados. Portanto, a interpretação depende não só do estado de coisas, da perspectiva e da maneira pela qual os indivíduos compreendem as expressões linguísticas, mas também do conhecimento de fundo e

dos frames evocados pelas ULs. Desse modo, devemos considerar, além do que podem designar, como essas expressões situam-se em um frame mais geral para compreensão da mensagem entre os falantes (FILLMORE, 2006 [1982], p. 382).

3.3.5 Frames na linguagem de especialidade

A SF também se aplica à linguagem de especialidade, pois a descrição do significado dos termos e das expressões relaciona representações mentais ao significado linguístico. Para este propósito, selecionamos a linguagem de especialidade do Direito, para demonstrar a viabilidade dos estudos baseados em SF aplicados à Terminologia. Utilizamos esta abordagem porque pode explicitar as diferenças entre as estruturas conceituais e linguísticas por meio da representação de frames de eventos jurídicos.

De maneira geral, essas diferenças não estão relacionadas apenas às propriedades linguísticas, mas à cultura e ao sistema jurídico de cada país, ou seja, o conhecimento de fundo. Com efeito, há de se discutir que as expressões especializadas adquirem significado específico no contexto de ocorrência. É necessário, então, conhecer também as instituições sociais, para a compreensão do significado das formas linguísticas do domínio do Direito, uma vez que a convencionalização da terminologia jurídica pode ser influenciada por questões extralinguísticas.

A esse respeito, Fillmore (2006 [1982], p. 388) cita os conceitos de CULPADO e INOCENTE, para explicar as diferenças de enquadramento na língua comum e na linguagem de especialidade. No Direito, uma pessoa é INOCENTE até que se prove o contrário, sob pena de incorrer em crime de calúnia. Por essa razão, jornalistas e policiais referem-se ao indivíduo acusado de crime, mas ainda não legalmente CULPADO, como SUSPEITO.

Ainda naquele artigo, Fillmore (1982, p. 127) utiliza essa situação, para demonstrar a mudança no uso do termo SUSPEITO, com vistas a acompanhar a doutrina legal sobre CULPA e INOCÊNCIA. Uma vez que o termo SUSPEITO sugere dois cenários, CULPADO ou INOCENTE, existem apenas suspeitas de possibilidade de autoria de crime. Cabe ao JUIZ, pessoa que avalia o valor ou comportamento do indivíduo ao atribuir CULPA ou INOCÊNCIA ao SUSPEITO de cometer o crime por meio de um VEREDITO. Assim, a compreensão de qualquer um desses termos requer o conhecimento do frame que evocam, neste caso, o conceito de JULGAMENTO, que contém esses EFs na estrutura do frame.

O autor afirma que as diferenças sociais e culturais de expressões influenciam na interpretação de conceitos especializados. Por consequência, as análises dos frames e EFs revelam que as palavras não são apenas um grupo de ULs independentes, mas um vocabulário sobre o qual o arranjo dos frames pressupõe a esquematização do JULGAMENTO. Estão relacionadas ao evento, noções de valor, responsabilidade e legislação, de forma a explicar o porquê da necessidade de conhecer as instituições sociais e as experiências pressupostas para compreender os significados dos termos nesse domínio.

Em vista da natureza linguística dos dados das linguagens de especialidade, é crescente o número de especialistas em Terminologia e Terminografia, que utilizam a SF para descrever os termos e as expressões de campos específicos, inclusive em mais de uma língua. A título de exemplo, mencionamos os estudos na área da Biomedicina (DOLBEY et al., 2006); da Engenharia Costeira (FABER et al., 2006); do Futebol (SCHMIDT, 2009); da Educação (BOAS e DUX, 2013); da Medicina (WANDJI TCHAMI et al., 2014); do Meio Ambiente (L'HOMME, 2015); e do Direito; (PIMENTEL, 2015; FABER e REIMERINKE, 2019; CHISHMAN et al., 2020). Esses autores propõem que as unidades de conhecimento especializadas são compreendidas em conformidade com o frame subjacente, e os EFs são

selecionados de acordo com o contexto, o que possibilita a descrição das representações conceituais e linguísticas das estruturas terminológicas.

Cabe destacar, nesse ponto, a proposta de L'Homme (2018), que investiga os frames na área ambiental. Para a autora, os recursos terminográficos não devem limitar-se à representação do conhecimento em campos especializados. Devem, porém, evidenciar a interconexão das unidades terminológicas (UTs) do domínio científico e técnico, além de abranger as propriedades linguísticas e extralinguísticas inerentes a essas estruturas. Não obstante, a maioria dos produtos terminográficos explicam a estrutura conceitual desses campos. Assim, fornecem pouca informação sobre o comportamento linguístico dos termos e expressões. Em decorrência dessa limitação, são necessários métodos de análise que compreendam as particularidades das construções linguísticas dos diversos domínios.

L'Homme (2018) afirma ser a SF adequada aos estudos terminológicos, porque descreve conceitos, processos e eventos de domínios especializados. Assim, os princípios da SF possibilitam especificar a natureza linguística dos termos e conectá-la a um nível conceitual mais abstrato. O conhecimento da estrutura conceitual é imprescindível para a compreensão e o uso do código linguístico em qualquer ambiente de interação comunicativa.

Para esse fim, é necessário explicitar a estrutura conceitual, e isso pode ser alcançado por meio da definição, da conexão e do estabelecimento de relações entre frames e EFs, porque estes elementos fornecem descrições abstratas de situações evocadas por UTs. Além disso, as estruturas cognitivas das UTs podem vincular-se a outras estruturas relacionadas para proporcionar uma perspectiva mais ampla sobre as atividades ocorridas em campos especializados.

As representações conceituais e linguísticas em frames são ativadas e armazenadas por meio de expressões interconectadas aos significados, formadores de uma rede organizada de

conhecimento especializado. Dessa forma, os frames descrevem eventos da linguagem de um domínio por meio da adaptação dos significados ao contexto. Com efeito, a representação de um determinado evento fornece à estrutura processos básicos ocorridos dentro do campo específico, em que as noções são organizadas em torno de um frame. Os estudos terminológicos, que assumem a SF, destacam-se por organizarem os conceitos das áreas do conhecimento.

Cada sociedade tem as próprias instituições sociais, experiências e formas de categorizar o mundo, o que resulta em diferentes graus de correspondência entre as línguas. Esse fato torna os estudos contrastivos, baseados em frames, essenciais, porque as formas linguísticas apresentam relações de sentido diferentes em cada língua, uma vez que o modo de processar, armazenar e utilizar os conceitos no discurso especializado são pré-requisitos para a busca de correspondência em línguas distintas.

Nesse sentido, a orientação cognitiva da SF pode auxiliar no entendimento de fenômenos linguísticos relacionados aos estudos multilíngues, pois a esquematização dos conceitos em frames identifica diferenças entre as expressões, por associarem o conhecimento linguístico às realidades culturais próprias de cada sociedade evocadas pelas UTs. Em vista dos princípios da SF serem aplicados para analisar conceitos da linguagem de especialidade, os estudos contrastivos podem beneficiar-se desse modelo cognitivo, pois os frames codificam relações semânticas entre EFs por meio da combinação de informações semânticas e sintáticas codificadas por uma UT, que é contrastada entre línguas, conforme exemplificado em (6) e (7).

(6) Declaro para os devidos fins

(7) *I declare for all intents and purposes*

As sentenças (6) e (7) são correspondentes, por isso demonstram que, para cada propriedade combinatória sintática e semântica na língua fonte, haverá correspondência com a

contraparte na língua alvo que faz uso do frame como modelo de estruturação. Com efeito, a SF possibilita associar diferentes significados por frames distintos, o que contribui para a produção de recursos terminográficos, responsáveis por estruturar os conceitos por intermédio da convergência de informações conceituais, linguísticas e gráficas. Nessas circunstâncias, o modelo da SF pode representar conceitos até de estruturas mais complexas como as PEs.

3.3.6 Semântica de Frames aplicada às parêmiias especializadas

De acordo com Fillmore e Baker (2009, p. 25), frames incluem, além de palavras simples e compostas, outros tipos de agrupamentos de palavras, como frases, textos e outras construções mais complexas. Para exemplificar essa afirmação, os autores citam as construções “dois miligramas ao dia” e “vinte milhas por hora”. Os princípios semânticos composicionais operam na estrutura dessas frases e definem as noções dos frames “dosagem” e “velocidade”, de modo a evocar frames das áreas da Medicina e da Física, respectivamente. Ressaltam os autores, ainda, que as aplicações da SF direcionam-se para a semântica gramatical, e.g., negação, tempo, aspecto, bem como para estruturas fraseológicas.

A estrutura conceitual estabelecida em papéis semânticos configura um meio para a análise de frames das PEs, uma vez que evoca frames para compreensão do significado. Cumpre mencionar que a estrutura formada pela integração dos constituintes e outros atributos relacionados a conhecimentos linguísticos e extralinguísticos desse tipo de parêmia interagem para a formação do significado coeso. Nessa conjuntura, as propriedades conceituais, morfológicas, sintáticas e pragmáticas das PEs se integram, em blocos, à memória, que esquematiza diferentes relações, assim como ocorre com outras ULs. Essa esquematização é, pois, formada por conexões baseadas em experiências e aprendizado, segundo as estruturas linguísticas presentes no *lexicon* do falante.

Organizar a estrutura conceitual das PEs, com base em frames, configura um meio viável para analisar a natureza dessas construções. A representação e organização do conceito da PE demonstra a necessidade de modelos semânticos, como os frames, pois esse método considera todos os conhecimentos associados a esses enunciados fraseológicos. Com efeito, podemos dizer que os falantes reconhecem o significado da estrutura, primeiramente, por meio dos frames que motivam o conceito codificado pela PE. Assim, o significado de uma PE se constrói com base no conhecimento de fundo, nas experiências, crenças, convenções ou práticas, pré-requisitos conceituais necessários para a compreensão do significado.

Por consequência dessa visão, as abordagens cognitivas da semântica adequam-se à pesquisa fraseológica, visto que oferecem a esse campo de investigação fonte de trabalho descritivo e exploração do status ontológico das UFs (GRIES, 2008, p. 15). A Fraseologia pode beneficiar-se do aparato teórico cognitivo para, por exemplo, desenvolver métodos que diferenciem a parte do significado invariável, determinada pelo sistema, e a parte variável, sujeita a atualização conceitual e gramatical no contexto de ocorrência. Segundo Gries (2008, p. 15), é possível notar a relevância das UFs, pois estão no cerne de modelos teóricos e metodológicos, como a Gramática Cognitiva e a Gramática de Construções, as quais consideram ser os padrões frasais, unidades fundamentais de análise.

No paradigma cognitivo, as PEs integram os níveis linguísticos: morfológico, lexical, semântico e pragmático, pois não representam categorias fechadas. Essas características justificam a pesquisa fraseológica com enfoque na LC, por contribuir não só para a descrição lexical e gramatical das UFs, mas também para a observação do comportamento discursivo dessas construções. Por esse motivo, essa abordagem investiga as representações mentais, subjacentes às estruturas conceituais das PEs. Mecanismos cognitivos, a título de exemplo, o frame, de fato, descreve a informação fraseológica, com vistas à organização dos conceitos e à observação dos processos de formação das parênticas.

Diante do exposto, entendemos que o frame, como um sistema de conceitos inter-relacionados na mente, possibilita a organização do significado das PEs. Entretanto, consideramos a inclusão de outras propostas, também inseridas na LC, para maior aprofundamento da observação de propriedades pragmáticas, uma vez que esses enunciados fraseológicos constituem atos de fala. Nessa direção, a abordagem da Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995) complementa a análise, por postular que pares de padrões linguísticos aprendidos com significados, são blocos de construção fundamentais da linguagem. Além disso, segundo Goldberg (1995), cada enunciado é uma combinação de múltiplas construções diferentes, que especificam a forma e o significado das expressões linguísticas. Em face disso, apresentaremos a Gramática de Construção no capítulo seguinte.

3.4 Síntese do capítulo

O objetivo deste capítulo foi discutir como a Semântica de Frames (SF) (FILLMORE, 1982) associa as unidades linguísticas às estruturas conceituais, em particular, das PEs especializadas (PEs). Para alcançar esse propósito, apresentamos os principais pontos da abordagem cognitiva da semântica, bem como a sistematização do modelo da SF. Na segunda parte do texto, demonstramos a viabilidade da SF para os estudos terminológicos, terminográficos e contrastivos, uma vez que esse modelo cognitivo descreve as representações conceituais das estruturas de domínios específicos, neste caso, o jurídico. Constatamos que a SF possibilita especificar a natureza linguística das parêntias e relacioná-la ao nível conceitual, pois essa estrutura é acionada de maneira integral na mente do falante juntamente com conceitos relacionados. No parágrafo conclusivo, citamos o potencial da Gramática de Construções para análise das PEs, a ser discutida no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

PARÊMIAS ESPECIALIZADAS SOB A PERSPECTIVA DA GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES

4.1 Introdução

A gramática abrange processos cognitivos e de uso da língua, em que a linguagem é vista como um instrumento que organiza, processa e transmite conhecimento. Essa premissa da Linguística Cognitiva (LC) refere-se ao fato de que o processamento cognitivo surge de conceitualizações organizadas na mente do falante por meio do conhecimento de mundo e de estímulos interacionais. Por essa razão, pesquisadores da LC preceituam que a linguagem deve ser modelada em termos de construções, que, por sua vez, são unidades simbólicas de análise linguística da Gramática de Construções (GxC) (FILLMORE, 1988). De acordo com esse autor, o interesse epistemológico dos teóricos da GxC está no desenvolvimento de um método adequado para representar estruturas linguísticas a fim de implementar a abordagem psicológica na descrição da natureza da linguagem como um dos sistemas cognitivos e sociais.

Em decorrência dessas considerações, a questão norteadora deste capítulo é: de que maneira o pareamento da forma e do significado das Parêmias Especializadas (PEs)¹⁶ interage na formação e funcionamento dessas estruturas na linguagem jurídica de línguas distintas? Em resposta a essa indagação, consideramos que a natureza simbólica das PEs auxilia na observação das particularidades internas e externas dessas construções à medida que as propriedades morfológicas e sintáticas, associadas às propriedades semânticas e pragmáticas, concorrem para a formação e modificação da estrutura, bem como para a especificação do significado coeso.

¹⁶ Para efeito desta Tese, parêmias especializadas são construções que constituem cláusulas convencionalizadas em determinado domínio de especialidade com estabilidade variável, significado referencial, autonomia textual e discursiva (cf. capítulo 2).

Por esse ângulo de apreciação, justificamos a escolha do modelo da GxC de Goldberg (1995), por abranger os fundamentos cognitivos e interacionais da linguagem para explicar as construções em contextos de uso. Além disso, a análise de construções inclui frames para a representação conceitual, organiza essas estruturas em redes que determinam as relações hierárquicas e de herança e utiliza a técnica da notação simplificada e flexível, o que possibilita identificar as propriedades e funções dos constituintes das construções. Assim, esses mecanismos propiciam investigações acerca de como a linguagem se constrói, o que os falantes precisam conhecer sobre a linguagem e o que podem “descobrir”, com base nesse conhecimento, para o uso adequado da língua.

Em face disso, o objetivo deste capítulo é demonstrar a aplicabilidade da GxC às PEs, porque esse aporte teórico propicia a análise integrada das dimensões linguísticas e extralinguísticas dessas construções. Para esse fim, apresentamos uma breve discussão acerca do desenvolvimento e dos princípios da GxC, além de especificar o conceito e a arquitetura de construção, o que auxilia na compreensão da organização gramatical. Na sequência, mencionamos as principais propostas da vertente construcionista, como contribuições de Langacker (1987) e Fillmore et al. (1988), que inspiraram modelos subsequentes da GxC (e.g., GOLDBERG, 1995; CROFT, 2001). Incluímos, também, discussões sobre o processo de gramaticalização, responsável pela formação e organização das PEs.

4.2 Perspectiva teórica da Gramática de Construções

4.2.1. Origem da abordagem construcionista da gramática

A noção saussuriana do signo é uma das bases da Linguística, pois estabelece a união arbitrária resultante do conceito (significado) e da imagem acústica (significante) na constituição das formas linguísticas (cf., SAUSSURE, 1916 [1931], p. 65). Desde os

pressupostos desse autor, pesquisadores investigam o pareamento simbólico entre forma e significado, o que possibilita descrever a natureza da linguagem. A releitura dessa noção de signo linguístico tornou-se conhecida como construção, que é o objeto de estudo de um conjunto de abordagens linguísticas e cognitivas denominadas Gramática de Construções.

Pesquisadores da Costa Oeste nos Estados Unidos, entre os quais Charles J. Fillmore, George Lakoff, Paul Kay e Ronald Langacker, propuseram, entre as décadas de 1960 e 1980, as considerações iniciais dessa abordagem. Impulsionados pelas tendências de estudos linguísticos, cognitivos, antropológicos, filosóficos e computacionais, os pesquisadores da GxC romperam o paradigma da gramática gerativa, que considerava as expressões idiomáticas como “periféricas”, logo, à margem do conhecimento gramatical regular, o “centro”. Ademais, a classificação dos modelos tradicionais, por um determinado tempo, não contemplava as propriedades idiomáticas nas estruturas gramaticais maiores que uma palavra.

Em contraponto, a GxC não distingue “centro” e “periferia” porque parte da premissa de que estruturas sintáticas regulares, idiomáticas e semi-idiomáticas estão distribuídas de maneira igualitária em um *continuum* léxico-gramática. Em vista disso, as motivações para o desenvolvimento do modelo da GxC iniciam-se em face de investigações sobre as estruturas idiossincráticas da língua que apresentam significado opaco, imprevisível pelas regras de interpretação semântica da estrutura sintática.

Como mencionado, Fillmore foi um dos principais precursores desse movimento porque estabeleceu as primeiras noções dessa estrutura gramatical que dá lugar central às construções. Para isso, o autor parte dos pressupostos da Gramática de Casos (FILLMORE, 1968), em que discutiu como as relações gramaticais refletem nas propriedades semânticas de frases por meio da identificação de papéis semânticos em estruturas sintáticas. Com base nesses aportes, o autor desenvolveu duas teorias em paralelo: a GxC e a Semântica de Frames (SF) (cf. FILLMORE,

1977). A SF contribuiu para o desenvolvimento da GxC ao estabelecer que as estruturas gramaticais são significativas e, portanto, relacionadas aos frames. Dessa forma, as anotações de papéis semânticos flexíveis, de acordo com eventos ou cenas de experiências, viabilizam a representação do significado lexical e interacional, bem como a padronização gramatical.

Em trabalhos posteriores, Fillmore et al. (1988) publicaram o artigo *Regularity and Idiomaticity in Grammatical Constructions: The Case of Let Alone* (Regularidade e Idiomaticidade nas Construções Gramaticais: O caso de *let alone* (muito menos)¹⁷). Nesse estudo, os autores observaram padrões linguísticos idiomáticos, com graus de esquematicidade que variam de construções parcialmente preenchidas, e.g., “X muito menos Y”, às totalmente preenchidas, e.g., “bater as botas”. Na oportunidade, Fillmore et al. (1988) detalharam a conjunção *let alone* (muito menos), exemplificada em (1), para explicar como as propriedades linguísticas estruturais interagem na formação do significado de padrões gramaticais.

(1) Mal me levantei a tempo de almoçar, **muito menos** preparar o café da manhã
(FILLMORE et al., 1988, p. 512, tradução e grifo nossos)¹⁸.

A construção em (1) é esquemática porque forma padrões linguísticos regulares que contêm *slots* (espaços) passíveis de preenchimento por novas unidades lexicais (ULs) para instanciar novos constructos por meio do esquema “X muito menos Y”. Também é idiomática à medida que o significado da construção não é previsível pela soma dos significados dos constituintes, o que a diferencia de outras conjunções coordenadas. Essas construções, segundo Fillmore et al. (1988, p. 504), são estruturas maiores que uma palavra com propriedades formais

¹⁷ Visto que a expressão “*let alone*” possui diferentes expressões no Português do Brasil, utilizaremos neste trabalho “muito menos” como correspondente.

¹⁸ Do original: *I barely got up in time to eat lunch, let alone cook breakfast* (FILLMORE et al., 1988, p. 512).

e funcionais próprias e que compõem o conjunto de informações memorizadas e compartilhadas pelos falantes.

Com base nessas observações, Fillmore et al. (1988) propuseram a representação do conhecimento linguístico por meio de construções, de modo a considerar expressões idiomáticas como igualmente centrais. Os autores verificaram que as construções cobrem um universo de expressões ligadas por propriedades linguísticas em graus de lexicalização e opacidade semântica correspondentes às regras sintáticas gerais da língua. Assim, a gramática de determinada língua consiste em um repertório organizado e dinâmico de construções, em que categorias significativas são armazenadas, reformuladas, reagrupadas para se adaptarem ao contexto comunicativo.

No intuito de sistematizar essa teoria, Fillmore (1988) publica o artigo *The Mechanisms of Construction Grammar* (Os Mecanismos da Gramática de Construções), em que esboça as primeiras partes funcionais da estrutura gramatical. O teórico explica que essa gramática não visa apenas ao sistema da língua em si, mas também à aquisição, ao armazenamento e ao processamento do conhecimento de mundo. Isso diferencia a GxC de outras teorias gramaticais que se concentram em questões linguísticas específicas, em particular, nas propriedades da forma. Nessas circunstâncias, a conexão entre forma e significado é a base da teoria da GxC, pois observa as propriedades estruturais e funcionais da língua de maneira integrada.

4.2.2 Conceito de construção

A percepção de construção utilizada na gramática tradicional refere-se à unidade representativa de um grupo de palavras que compõem a frase. Esse grupo de palavras forma orações ou períodos conforme o sentido e as regras de cada língua. Porém, na GxC, o conceito de construção é amplo, uma vez que atribui a essas estruturas condição de unidades simbólicas

constituídas pelo pareamento de propriedades formais e funcionais. Para compreender o conceito de construção, recorreremos aos aportes teóricos de Fillmore (1988) por ser um dos precursores da GxC e Goldberg (1995; 2003; 2006) em decorrência de ser o modelo aplicado nesta Tese.

Fillmore (1988) define construção como “qualquer padrão sintático, em que uma ou mais funções convencionais são atribuídas em uma língua, associado ao que é convencionalizado na forma linguística sobre a contribuição para o significado” (FILLMORE, 1988, p. 36, tradução nossa)¹⁹. O autor afirma que construções são unidades de representação sintática com regras e restrições semânticas convencionais, em que o significado não provém da forma composicional da expressão, mas sim do inventário mental dos falantes de determinada língua. Com essa definição, Fillmore (1988) confere às expressões idiomáticas condição central, pois as torna passíveis de análise gramatical assim como as estruturas regulares da língua.

Ao seguir a noção de construção de Fillmore et al. (1988), Goldberg (1995) também a associa ao pareamento de forma e significado convencionais caso haja característica de idiomaticidade na construção. Para formular essa ideia, a autora propôs que “C é uma CONSTRUÇÃO, se for um par forma-significado $\langle F_i, S_i \rangle$ tal que algum aspecto de F_i ou de S_i não seja, de modo estrito, previsível pelos constituintes de C ou por outras construções estabelecidas” (GOLDBERG, 1995, p. 4, tradução nossa)²⁰. Com essa definição, a autora mantém o critério de imprevisibilidade semântica em que o significado não é deduzido pela

¹⁹ Do original: [...] *any syntactic pattern which is assigned one or more conventional functions in a language, together with whatever is linguistically conventionalized about its contribution to the meaning [...]* (FILLMORE, 1988, p. 36).

²⁰ Do original: *C is a CONSTRUCTION iff_{def} C is a form-meaning pair $\langle F_i, S_i \rangle$ such that some aspect of F_i or some aspect of S_i is not strictly predictable from C's component parts or from Other previously established constructions* (GOLDBERG, 1995, p. 4).

soma dos constituintes da construção, pois apresenta não composicionalidade seja na forma (F_i), seja no significado (S_i).

Em estudos subsequentes, Goldberg (2003) verificou que a não composicionalidade não se aplica a todos os tipos de construções, pois, em certas expressões recorrentes na língua, o significado era previsível pela observação dos constituintes. Assim, expressões composicionais, como “quantos anos você tem?”, “dia após dia”, “posso perguntar uma coisa?”, notam-se padrões linguísticos frequentes que apresentam significados transparentes, uma vez que possibilitam inferências acerca do sentido das sentenças com base nos constituintes e são convencionais em determinada comunidade. Nessas circunstâncias, os padrões são armazenados como construções ainda que sejam composicionais. Essas considerações fundamentaram a reformulação do conceito de construções pela autora:

Qualquer padrão linguístico é reconhecido como uma construção desde que algum aspecto de sua forma ou função não seja, de maneira estrita, previsível por meio das partes que o compõem ou por meio de outras construções existentes. Além disso, padrões são armazenados como construções, ainda que sejam totalmente previsíveis, desde que ocorram com frequência suficiente (GOLDBERG, 2003, p. 219, tradução nossa)²¹.

Goldberg (2003) adiciona o critério de frequência ao postular que formas linguísticas com significados previsíveis também adquirem o status de construção, caso alcancem frequência suficiente para serem integradas na cognição e convencionalizarem-se na língua de acordo com o contexto. Considerar a frequência implica uma abordagem construcionista baseada no uso, porque os padrões linguísticos são generalizações obtidas pela recorrência em situações comunicativas, e, assim, formam redes compartilhadas do sistema linguístico que os

²¹ Do original: *Any linguistic pattern is recognized as a construction as long as some aspect of its form or function is not strictly predictable from its component parts or from other constructions recognized to exist. In addition, patterns are stored as constructions even if they are fully predictable as long as they occur with sufficient frequency* (GOLDBERG, 2003, p. 219).

falantes dispõem. Esse fato representa um diferencial em relação à proposta de Fillmore, pois explica tanto as estruturas idiomáticas, composicionais ou não, quanto às estruturas regulares da língua.

4.2.3 Tipos e características das construções

Goldberg (2003) afirma que, na linguagem, “tudo é construção”. Essa declaração implica que todas as formas linguísticas constituem unidades simbólicas desde que sejam formadas por pares aprendidos de forma e significado. Assim, morfemas, palavras simples e compostas, unidades fraseológicas e estruturas frasais regulares são construções. A autora argumenta que as construções compreendem todos os níveis de análise gramatical, pois as diferenças entre as formas linguísticas consistem apenas na complexidade simbólica interna. O Quadro 4.1 lista os principais tipos de construções descritos por Goldberg (2003, p. 220).

Quadro 4.1. Exemplos de construções em Português do Brasil

Tipos de construção	Estrutura/ Exemplos
Morfemas	pré-; -mente; inter-; -ário; sub-; -ismo
Palavras simples e compostas	lei; réu; injustiça; jurisprudência; testemunha-chave
Palavras complexas	queima de arquivo; medida socioeducativa
Expressões (totalmente preenchidas)	a justiça tarda, mas não falha
Expressões (parcialmente preenchidas)	X muito menos Y (o réu não foi indiciado, muito menos julgado)
Estrutura argumental	Bitransitiva (N V Obj ₁ Obj ₂) (o juiz concedeu o habeas <i>corpus</i> ao acusado)

X e Y: espaços a serem preenchidos; N: nome; V: verbo; Obj: Objeto.
Fonte: elaborado pela autora com base em Goldberg (2003, p. 220).

O Quadro 4.1 organiza as construções conforme o grau de complexidade, que consiste na característica de determinadas construções constituírem formas linguísticas de diferentes extensões. Segundo Croft e Cruse (2004), essa característica diz respeito a construções complexas constituídas por construções menos complexas. São exemplos de construções com menor grau de complexidade morfemas, como “pré-”, e palavras simples, como “lei”. Na sequência, palavras derivadas, como “injustiça” e palavras compostas, como “testemunha-chave”, estão no nível intermediário de complexidade. No grau mais alto desta característica estão, por exemplo, as PEs, “a justiça tarda, mas não falha”, porque se constituem de outras construções para formar o significado único da expressão.

Além da complexidade, Croft e Cruse (2004) citam outra característica para explicar os tipos de construção, qual seja, a esquematicidade, que corresponde ao grau de especificação dos constituintes em que admitem ou não alterações na forma. Se por um lado, “a justiça tarda, mas não falha” não é esquemática porque os constituintes estão lexicalizados e preenchidos na estrutura, o que restringe alterações sem que haja modificação no significado, por outro lado, “X muito menos Y” é um padrão esquemático, pois contém *slots* (espaços) a serem preenchidos com ULs. Portanto, quanto mais espaços a serem preenchidos houver em uma sentença, mais esquemática será essa construção. Quanto maior o grau de esquematicidade, mais produtivas serão, porque podem instanciar um número maior de construções que compartilham a estrutura sintática.

4.2.4 Princípios da abordagem construcionista

Como mencionado, os fundamentos que regem a abordagem em GxC preconizam que o conhecimento da linguagem é modelado por construções, que são a unidade central da representação gramatical. Isso implica na observação holística das dimensões linguísticas à

medida que as construções moldam a linguagem. Parte desse preceito decorre de três princípios que direcionam a teoria, a saber: a) a existência independente das construções como unidades simbólicas; b) a representação uniforme das estruturas gramaticais; e c) a organização taxonômica das construções em uma gramática (CROFT e CRUSE, 2004, p. 265).

O primeiro princípio refere-se à natureza das construções como unidades simbólicas relacionadas à capacidade humana de externar pensamentos. Conforme esse preceito, não há distinção entre léxico e sintaxe porque “há uma representação uniforme de todo o conhecimento gramatical na mente do falante” (CROFT e CRUSE, 2004, p. 255, tradução nossa)²². Nessa perspectiva, as ULs e gramaticais são inerentemente significativas e formam os dois extremos do *continuum* léxico-gramática. O segundo princípio preceitua a uniformidade da representação gramatical, uma vez que construções ocupam níveis comuns de análise. Com efeito, pressupõe-se a GxC uma teoria monoestratal porque contém apenas um nível de representação sintática, o que significa que os mecanismos da GxC não contêm componentes para a sintaxe separados da semântica, pois analisam as propriedades linguísticas de maneira holística.

O último princípio descrito por Croft e Cruse (2004) diz respeito à organização das construções em uma rede taxonômica interconectada por relações de hierarquia. Ao passo que a relação taxonômica consiste na esquematicidade ou generalidade entre duas construções submetidas às regras de categorização, a relação hierárquica refere-se ao fato de que construções mais abstratas instanciam construções mais específicas – os constructos – que formam nós nessa rede. Nessa rede, há construções de diversos tipos que se organizam e relacionam-se no repositório mental que os falantes de determinada língua compartilham e são acionadas para articular o ato comunicativo nas diversas circunstâncias. Isso implica considerar

²² Do original: *there is a uniform representation of all grammatical knowledge in the speaker's mind* (CROFT e CRUSE, 2004, p. 255).

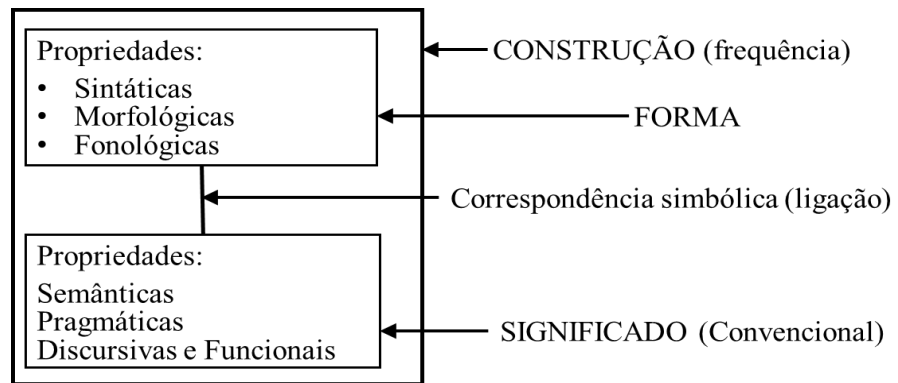
que as construções desempenham tanto função cognitiva, à medida que dependem de processos cognitivos, quanto social, pois ocorrem em atos comunicativos.

4.2.5 Arquitetura simbólica da construção

A organização gramatical da construção é vertical porque as propriedades da forma linguística associam-se às propriedades do significado convencional (CROFT e CRUSE, 2004, p. 247). Essa arquitetura possibilita observar a interação de diferentes informações de ordem sintática, morfológica e fonológica com o conteúdo semântico, pragmático e discursivo-funcional de maneira simultânea, uma vez que representa o modo como essas informações são processadas, armazenadas e agrupadas na mente do falante e, por consequência, como são utilizadas para expressar o estado de coisas. Nesse sentido, a representação gramatical das construções em dupla dimensão, formal e funcional, caracteriza-se pelo estabelecimento da correspondência simbólica.

A Figura 4.1 ilustra a aplicação dos procedimentos notacionais de Croft e Cruse (2004, p. 258). Nesse esquema, o quadro maior, o externo, representa a construção como um todo, convencionalizada pela frequência de uso, e os dois quadros internos, superior e inferior, demonstram as propriedades da forma e do significado, respectivamente. O quadro designado à forma da construção abrange as propriedades estruturais da unidade linguística e diz respeito à determinada sequência morfossintática e fonológica. No que se refere ao quadro do significado, incluem-se as características da função convencional desempenhadas pela construção em determinada língua. Assim, o significado relaciona as dimensões semântica, pragmática e discursivo-funcional, de modo a codificar as intenções do falante e descrever o conhecimento linguístico e extralinguístico.

Figura 4.1 – Estrutura simbólica da construção



Fonte: Adaptado de Croft e Cruse (2004, p. 258)

A leitura da representação simbólica de uma construção (Figura 4.1) procede da seguinte maneira: o traço vertical entre esses dois quadros internos ilustra o elo de correspondência, que consiste no pareamento das dimensões linguísticas de forma e de significado. Isso atesta que o nível simbólico da linguagem constitui processos distintos de conceitualização à medida que as formas linguísticas são combinadas com significados e convencionalizam-se na língua pela frequência com que essas estruturas são utilizadas.

Por causa dessas características, deve-se analisar as propriedades linguísticas de caráter lexical e gramatical de modo integrado. Vale enfatizar que as construções não portam significados em si, mas contribuem para o processo de construção de significado que ocorre no nível conceitual. Assim, o significado inclui não apenas propriedades da situação descrita pelo enunciado, mas também propriedades do discurso em que o enunciado se encontra, além de informações estruturais, estilísticas ou sociais relacionadas ao uso adequado da construção.

4.2.6 Modelos da Gramática de Construções

Em vista do compromisso de investigar a linguagem em níveis comuns de representação gramatical e lexical, é crescente o número de pesquisadores que propõem modelos da GxC por meio de métodos próprios a depender do objeto de interesse. Para exemplificar os principais

modelos, mencionamos a Gramática Cognitiva de Langacker (1987) que especifica as categorias e relações semânticas. A GxC de Berkeley de Fillmore et al. (1988) explora as relações sintáticas e de herança. Por sua vez, a GxC Radical de Croft (2001) é um modelo centrado no uso, que investiga categorias sintáticas e universais tipológicos. Outra proposta é a GxC Baseada no Signo de Boas e Sag (2012), que apresenta o processamento mental da linguagem mediante o uso de recursos computacionais.

Os modelos supracitados, a título de demonstração, evidenciam os diferentes enfoques das propostas da GxC. Para fins desta Tese, detalharemos a Gramática de Construções Cognitiva (GxC), representada por Goldberg (1995) por preceituar que a representação da gramática tem base cognitiva; é moldada pelo uso e, portanto, fundamenta-se na aquisição do conhecimento pelo uso frequente da língua. Essa vertente da abordagem construcionista centra-se no uso da linguagem, o que confere a essa proposta um diferencial em relação aos modelos formalistas e baseados em dados sincrônicos. Desse modo, a GxC não representa apenas um modelo para descrever os contextos na dimensão sintagmática em que a gramática ocorre, mas auxilia na compreensão das mudanças contextuais.

Apesar de concentrar-se no estudo de expressões regulares da língua comum, justificamos a escolha do modelo de Goldberg (1995) para analisar as PEs pelos seguintes motivos: a viabilidade de investigar a linguagem em uso de modo a considerar a frequência das estruturas linguísticas, a aptidão para combinar aportes teóricos de diferentes áreas do conhecimento e a compatibilidade com a SF. Por conseguinte, essa estratégia se torna adequada para a análise por aplicar-se às diversas formas linguísticas, o que inclui as PEs. Além disso, recorreremos às contribuições de autores da GxC (e.g., FILLMORE et al. 1988; CROFT e CRUSE, 2004; BYBEE, 2016) para fundamentar a discussão.

4.3 Gramática de Construções Cognitiva

A Gramática de Construções Cognitiva (GxC), assim como outros modelos construcionistas, fundamenta-se nos princípios cognitivos e na interação, os quais originam as construções, de modo que a frequência de uma forma linguística promove o armazenamento e a organização das construções na mente do falante de determinada comunidade linguística. Assim, a frequência é a principal característica dessa abordagem porque relaciona-se com questões acerca da recorrência de formas linguísticas influenciam na aquisição da linguagem e como padrões tornam-se convencionais pela fixação cognitiva no sistema linguístico.

Influenciada pelas pesquisas de autores dessa vertente, Goldberg (1995) propôs essa obra que se tornou referência entre os pesquisadores da GxC porque descreve os princípios, os conceitos e os mecanismos de um modelo gramatical baseado no uso. O desenvolvimento deste estudo possibilitou à autora verificar que os princípios para explicar o que é irregular também se aplicam ao que é regular na língua, pois, além de expressões idiomáticas, as sentenças regulares constituem tipos de construção que ampliam o alcance da GxC ao incluir as diversas formas linguísticas no escopo da teoria.

Diante dessas observações, Goldberg (1995) postulou que as orações regulares são instâncias de construções que independem do significado prototípico dos verbos, porque o sentido de uma oração não é determinado apenas por verbos e argumentos, mas pelas construções em que esses constituintes ocorrem. Com as análises de estruturas argumentais, a pesquisadora difundiu os fundamentos e os métodos para a descrição dos padrões sintáticos por meio de frames, uma vez que possibilitam representar o significado das construções mediante identificação dos EFs em notações. Se por um lado, os frames descrevem o significado dos padrões linguísticos mediante representações conceituais de experiências, crenças e

conhecimento de mundo dos falantes, por outro lado, as construções de diversos tipos e extensões evocam essas estruturas de conhecimento.

Assim, os frames captam conhecimentos sobre experiências e eventos associados a construções convencionais de uma cultura e organizam essas informações em *clusters* (grupos) de elementos de frames (EFs), que constituem instâncias específicas ou representações de papéis semânticos abstratos para auxiliar a compreensão dos falantes sobre certas construções em contextos de uso. Os aportes da SF viabilizaram a formulação da “hipótese de codificação de cenas” por Goldberg (1995) em que afirma: “construções que correspondem a tipos básicos de sentenças codificam, como sentidos centrais, tipos de eventos básicos para a experiência humana” (GOLDBERG, 1995, p. 39, tradução nossa)²³. De acordo com essa citação, as construções codificam cenas básicas da experiência humana, tais quais transferir, agir e causar movimento. Portanto, as construções auxiliam na compreensão da linguagem, pois fornecem indícios sobre a natureza da cena ou do evento.

4.4.1 Sistematização da Gramática de Construções Cognitiva

Para testar a hipótese da aplicabilidade da GxC às estruturas regulares da língua, Goldberg (1995, p. 3) observou construções de estruturas argumentais. Por exemplo, o esquema da estrutura argumental bitransitiva em (2) caracteriza-se pelo verbo de argumento duplo, pois necessitam de dois argumentos para especificar o significado e ser codificado pelo padrão “X CAUSA Y RECEBER Z”. O padrão da construção do tipo movimento causado em (3) caracteriza-se, em contrapartida, por conter um verbo de ação e uma frase direcional. Nesse modelo, a codificação do sentido dessa construção é “X FAZ Y MOVER Z”. Esses sentidos de

²³ Do original: *Constructions which correspond to basic sentence types encode as their central senses event types that are basic to human experience* (GOLDBERG, 1995, p. 39).

padrões de estrutura argumental independem dos significados dos constituintes em separado, o que assegura a viabilidade de análise pela natureza bidimensional dessas construções, que consistem, como já mencionado, no pareamento entre forma e significado.

(2) Mary_[AGENTE] deu a John_[PACIENTE] uma ideia_[OBJETO/TEMA].

O sentido da construção bitransitiva em (2) é de “transferência”, pois sugere que um AGENTE faz com que um PACIENTE/RECEPTOR receba um OBJETO. Assim, o significado de “dar” não é previsível pela observação em separado e necessita dos complementos para especificar o significado da construção bitransitiva. De maneira semelhante, o verbo em (3) necessita de complementos para especificar o significado, porque “ordenar” associa-se a informações semânticas específicas que licenciam a construção de movimento causado, em conjunto com os argumentos.

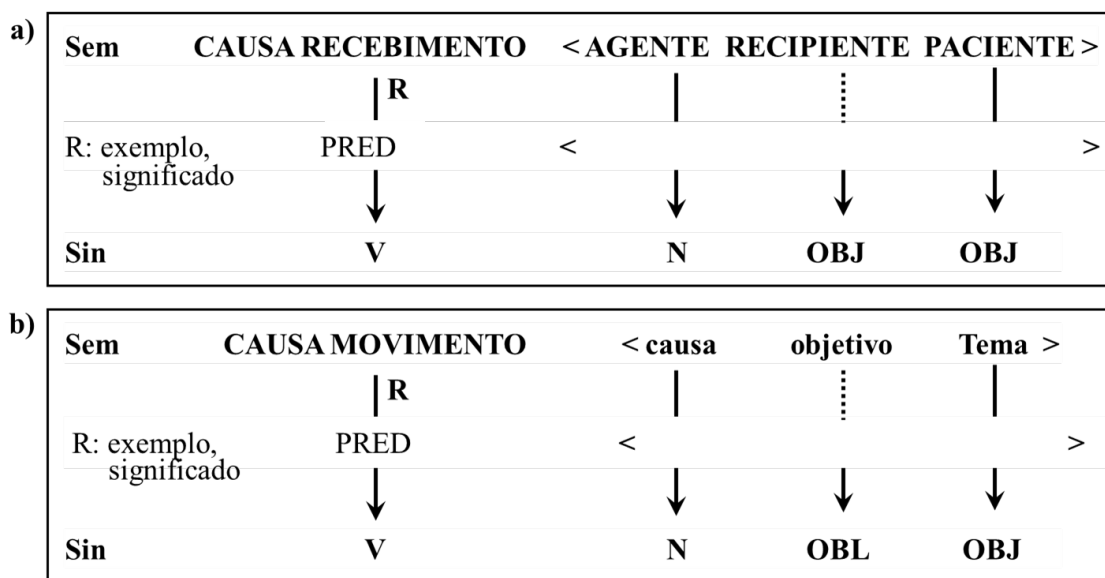
(3) Sam_[AGENTE] ordenou que Bob_[PACIENTE] entrasse na cela_[LOCAL].

O constructo (3) refere-se a um AGENTE que faz com que um OBJETO mude de LOCAL. No entanto, o sentido dessa construção sugere a possibilidade de movimento à medida que a concretização desse ato está sob a condição do PACIENTE obedecer a ordem de entrada. Dessa forma, o verbo pode licenciar o movimento causado associado a uma cena de ação. Portanto, a função dos participantes das construções está ligada ao significado específico relacionado ao frame do verbo que evoca essa cena.

Com base nas informações fornecidas pelas sentenças no contexto de uso, Goldberg (1995) utiliza a técnica da notação simplificada e flexível para a representação simbólica das

construções. Essa notação consiste na identificação das propriedades e funções dos constituintes por meio de quadros, colchetes, subscrição, sobrescrição, a depender do objetivo do pesquisador. A Figura 4.2 ilustra as codificações das construções em três níveis: semântico (Sem), que especifica a natureza do significado; lexical (R), que determina o tipo de relação com espaços abertos em que os papéis participantes do verbo integram-se; e sintático (Sin), que lista as realizações gramaticais. Para representar as relações entre os níveis, as linhas verticais contínuas referem-se à fusão entre o verbo e os argumentos da construção; a linha pontilhada enfatiza as funções adicionais dos participantes (GOLDBERG, 1995, p. 142).

Figura 4.2 – Notações das construções: a) bitransitiva e b) movimento causado



Fonte: Adaptado de Goldberg (1995, p. 142 e 160).

A construção bitransitiva (Figura 4.2a) exhibe a maneira com que os papéis de AGENTE e PACIENTE são relacionados (R) aos papéis de participantes do verbo. Essa codificação também se relaciona aos argumentos PRED, às linhas contínuas entre os papéis de argumento de AGENTE e PACIENTE e à matriz de papéis de participante do predicado, que não está

preenchida. O papel do RECIPIENTE é ilustrado pela linha vertical pontilhada entre a função do argumento destinatário e a matriz de funções do participante do predicado.

De maneira semelhante, a construção de movimento causado (Figura 4.2b) ilustra os papéis semânticos e as relações entre forma e significado convencionais. Os papéis representados em negrito são argumentos “perfilados”, ou seja, entidades na semântica de um verbo que são obrigatoriamente acessadas e funcionam como pontos centrais da cena. Mediante esse tipo de notação, Goldberg (1995) observa as relações da organização das construções em uma rede taxonômica caracterizada por hierarquias de herança, a serem explicadas no tópico seguinte.

4.3.2 Relações hierárquicas e de herança entre construções

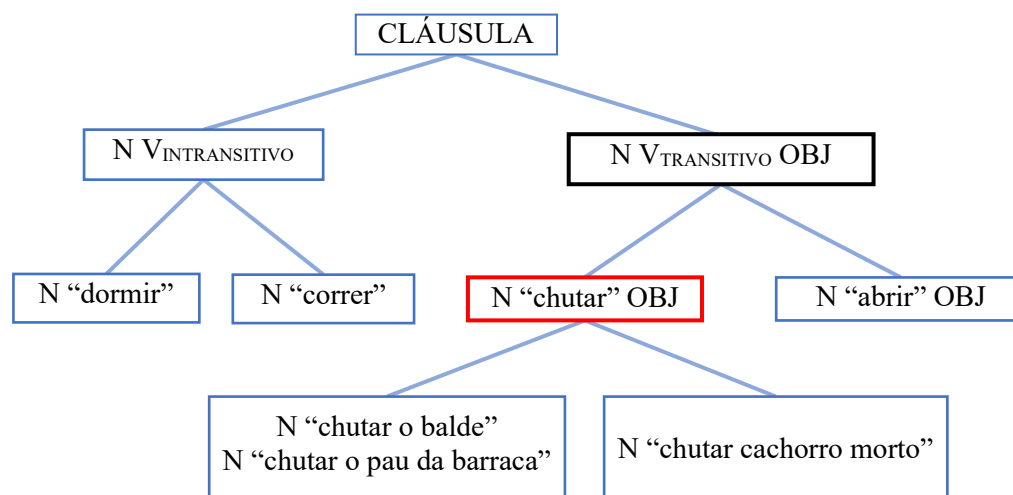
As construções organizam-se em uma rede que interage por relações hierárquicas e de herança no inventário mental dos falantes. Essa rede auxilia na compreensão da organização, do processamento e uso do conhecimento que um falante tem sobre a própria língua. A esse respeito, Goldberg (1995, p. 5) denomina esse inventário de *constructicon*, em referência ao conceito de *lexicon*, e argumenta que a totalidade do conhecimento da linguagem é capturada por uma rede de construções. Ressalta, a autora, ainda que por meio das relações de herança, uma “construção A motiva a construção B se B herda de A” (GOLDBERG, 1995, p. 72, tradução nossa)²⁴. Para isso, a autora estabelece quatro tipos de relações de herança (GOLDBERG, 1995, p. 74-84), a saber: ligação por polissemia, ligação por extensão metafórica, ligação por instância e ligação por subparte, descritos a seguir.

²⁴ Do original: *construction A motivates construction B iff B inherits from A* (GOLDBERG, 1995, p. 72).

- 1) Ligação por polissemia: compartilhamento de propriedades semânticas entre construções para capturar a natureza do significado entre o sentido central de uma construção e as possíveis extensões de sentido, como a construção bitransitiva X CAUSA Y RECEBER Z “Joe deu um bolo a Sally”, a qual estabelece uma ligação de polissemia com a construção de movimento causado X PRETENDE FAZER Y RECEBER Z “Joe assou um bolo para Sally”, pois ambos os exemplos compartilham o sentido de transferência, embora difiram quanto à transferência concreta e pretendida, respectivamente;
- 2) Ligação por subparte: relação em que uma construção compõem-se de outros padrões linguísticos. Apesar de constituírem outra construção, são independentes. Para fins de exemplo, citamos a construção de movimento intransitivo “os vendedores ambulantes correram”, que está relacionada à construção de movimento causado “a polícia correu com os vendedores ambulantes” por um vínculo de subparte, pois consiste em uma subparte das especificações sintáticas e semânticas dessa construção;
- 3) Ligação por instância: variante de uma construção em que há alterações nos constituintes sem modificações semânticas significativas. Na construção resultativa X FAZ Y TORNAR-SE Z “a pergunta deixou a testemunha constrangida/sem jeito/em estado de nervos”, há espaços a serem preenchidos por um grupo limitado de ULs, de modo a constituírem ligações por instância dessa construção;
- 4) Ligação por extensão metafórica: inferências de sentido que estendem o significado por meio de um mapeamento metafórico. Nessa composição, a estrutura herda a estrutura sintática e semântica de outra construção. Por exemplo, a construção “chutar o balde” é uma extensão metafórica da construção do movimento causado X CAUSA Y MOVER Z “chutar a bola fora”, pois advém de estruturas sintáticas semelhantes, mas diverge em propriedades semânticas.

Além dessas relações de herança, outro princípio organizacional é o da hierarquia entre as estruturas linguísticas, o qual permite que generalizações sejam capturadas por construções herdadas por outras construções. Croft e Cruse (2004, p. 263) afirmam que a estrutura hierárquica constitui-se de nós e relações de herança que regem a sistematização das construções, em que diferenças nas propriedades linguísticas de uma construção são suficientes para representar um nó independente nessa rede compartilhada e convencionalizada em determinada língua. A título de exemplo, a Figura 4.3 ilustra a hierarquia taxonômica dos fraseologismos “chutar o balde”, “chutar o pau da barraca” e “chutar cachorro morto”.

Figura 4.3 – Hierarquia taxonômica das construções “chutar o balde”, “chutar o pau da barraca” e “chutar cachorro morto”



Fonte: Elaborado pela autora com base em Croft e Cruse (2004, p. 264)

No nível mais alto dessa rede de construções (Figura 4.3) há a estrutura de argumento do verbo transitivo, representada pelo quadro delineado em preto, em que a construção esquemática “N + V_{TRANSITIVO} + OBJ” instancia a construção semi-esquemática “N chutar OBJ”, no quadro em vermelho, no nível intermediário. Essa construção, por sua vez, instancia as expressões “chutar o balde” e “chutar o pau da barraca”, porque têm forma e significado

semelhantes a “perder a paciência”, “provocar confusão” e, por extensão metafórica, referem-se ao verbo “desistir”.

Apesar de divergirem em outras propriedades formais e funcionais, compartilham um nó independente. O terceiro constructo ocupa um nó independente na rede, pois a expressão “chutar cachorro morto” possui significado distinto, a saber: obter vantagem sobre pessoas em situação de inferioridade ou vulnerabilidade. Isso possibilita depreender que quanto maior o grau de esquematicidade, maior a quantidade de constructos instanciada pelas construções, o que evidencia a organização hierárquica.

Em vista dos princípios que abarcam as construções em escala do tipo mais esquemáticas para as mais específicas, podemos afirmar que as PEs correspondem a um tipo de construção complexa nessa rede hierárquica, à medida que os constituintes integram-se à forma linguística em diferentes graus de lexicalização para especificar o significado. Por essa razão, variam em esquematicidade e produtividade, pois abrangem desde estruturas lexicalizadas e idiossincráticas até estruturas passíveis de alterações sintáticas e semânticas que podem instanciar mais de um constructo. Para explicar a natureza construcional das parêmsias, descrevemos a análise por meio dos mecanismos da GxC na seção seguinte.

4.4 Gramática de Construções aplicada às parêmsias especializadas

Como discutido nas seções anteriores, as UFs estão no cerne do desenvolvimento do modelo construcionista da gramática, porque a premissa dessa teoria implica analisar tanto estruturas irregulares quanto regulares da língua. Por estruturarem-se em mais de uma palavra e por terem sentidos nem sempre dedutíveis pela observação dos constituintes em separado, as UFs atestam a relação simbólica forma-sentido da GxC. Nessa conjuntura, o aparato teórico-metodológico desse modelo viabiliza análises simultâneas das particularidades intrínsecas e

extrínsecas das parênticas em domínios especializados. Além disso, a abordagem construcionista da gramática baseada no uso configura um meio adequado para investigar PEs, pois inclui o critério de frequência na formação de padrões linguísticos, composicionais ou não. Para discorrer sobre essas afirmações, exemplificamos com a PE (4).

(4) declarar caso encerrado

O constructo em (4) apresenta o conteúdo semântico conforme a estrutura sintática, portanto, o significado composicional expressa o sentido previsto pela observação dos constituintes, nesse caso, de uma conclusão decorrente de decisão judicial. Substituições dos constituintes em “caso terminado” ou flexões gramaticais em “declaram casos encerrados” impactam nas propriedades semânticas, pragmáticas e discursivas dessa construção. Desse modo, a sentença (4) restringe modificações na forma sem que haja alterações no significado por causa do alto grau de terminologização da estrutura. De maneira semelhante, o constructo em (5) não admite modificações formais sem alterações semânticas. No entanto, o significado não composicional da PE corresponde à ordem proferida para determinar a prisão de outrem em situação de flagrante delito, assim, diverge da estrutura linguística expressa no enunciado.

(5) dar voz de prisão

Em razão do uso recorrente há a convencionalização das PEs (4) e (5) em determinada comunidade linguística, manifestações que caracterizam a natureza idiossincrática como construções, pois a forma associa-se ao significado independentemente da composicionalidade. Não obstante, há PEs suscetíveis a alterações, uma vez que contêm espaços passíveis de preenchimento por um conjunto limitado de ULs para especificar o significado. Conforme o

discurso, ULs preenchem os espaços para licenciar constructos específicos, que Dobrovol'skij (2010) denomina de construções fraseológicas. Como exemplo dessa organização, o padrão linguístico em (6a) e os respectivos constructos em (6b) e (6c) explicitam as restrições quanto às propriedades sintáticas e semânticas.

- (6) a. V_{TRANSITIVO} “em flagrante delito”
- b. surpreender em flagrante delito/ pegar em flagrante delito
- c. autuar em flagrante delito/ prender em flagrante delito

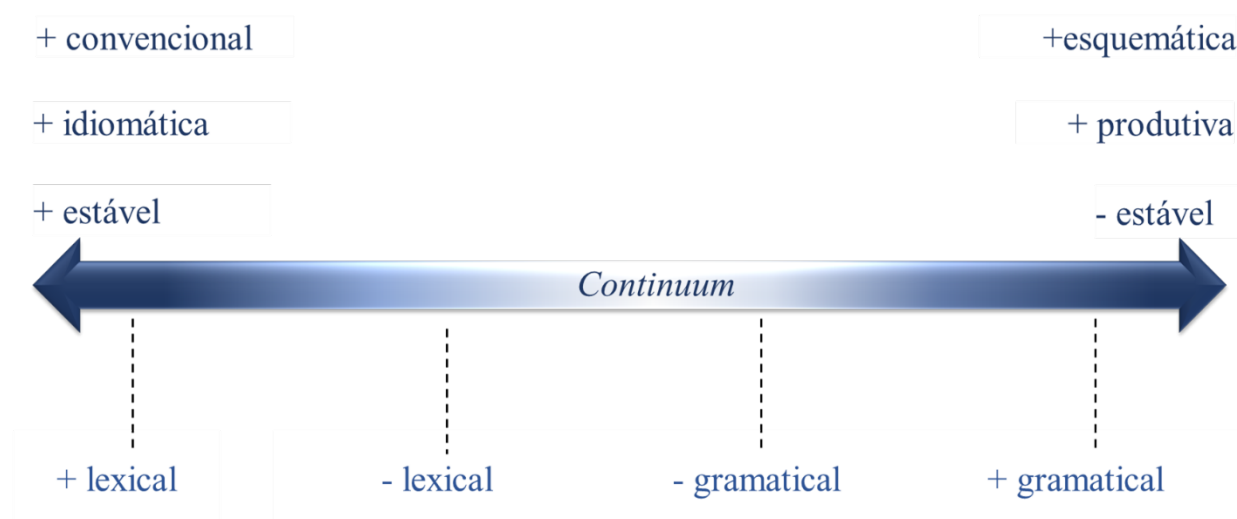
Os constructos em (6) também possibilitam observar os princípios organizacionais em redes de relações hierárquicas e de herança que regem a sistematização das construções. Assim, estabelecem ligação por subparte com “flagrante delito”, em que o padrão em (6a) associa-se por instância a (6b) e (6c) por serem constructos possíveis dessa construção e se relacionarem por polissemia e extensão metafórica ao referirem-se ao verbo “flagrar”. Contudo, a alteração do verbo é limitada porque a substituição pode influenciar no significado, como o sentido “flagrar” de (6c), que diverge do significado “prender em circunstância flagrante” de (6b). Dessa maneira, nos processos de formação, as PEs adquirem fixação e idiomaticidade em um domínio. Para explorarmos esse ponto, discutiremos na próxima seção os processos responsáveis pela formação e modificação das PEs.

4.4.1 Mecanismos de formação das parêmsias especializadas

As PEs fixam-se no inventário mental dos falantes como unidades convencionais e passam a ser referência pela frequência de uso em determinada língua ou domínio. Nesse contexto, construções simples e complexas demonstram a dinâmica da linguagem mediante novas estruturas ou modificações em estruturas existentes para expressar o estado de coisas.

Em decorrência desse movimento, as construções oscilam no *continuum* léxico-gramatical, desde as mais lexicais até as mais esquemáticas, razão pela qual ocorre a maior fixação cognitiva da construção nos respectivos polos, lexical ou gramatical. A Figura 4.4 ilustra o posicionamento das formas linguísticas quanto a natureza lexical e gramatical.

Figura 4.4 – *Continuum* léxico-gramatical



Fonte: Elaborado pela autora com base em Hopper e Traugott (1993).

Como ilustra a Figura 4.4, a noção de *continuum* é necessária, pois um elemento linguístico não passa, por exemplo, de uma categoria a outra de modo abrupto, mas de maneira gradual nas diversas línguas (HOPPER e TRAUGOTT, 1993). Isso se aplica às PEs à medida que o uso em situações particulares determina a função gramatical ou lexical nesse *continuum*. Em direção ao polo gramatical, situam-se as construções esquemáticas que instanciam outros constructos, como X muito menos Y. Por outro enfoque, no polo lexical, constam expressões estáveis que impossibilita alterações nos constituintes por causa do alto grau de lexicalização, pois a expressão está convencionalizada no contexto de ocorrência, como “ver o sol nascer quadrado”.

Por efeito dessas características, há a renovação no sistema linguístico que se manifesta pelo constante surgimento e pela modificação de estruturas, uma vez que, as construções são flexíveis ao uso e, assim, suscetíveis a reelaborações constantes para adequarem-se ao contexto discursivo (BYBEE, 2016). Desse modo, a observação dos processos responsáveis pela formação das estruturas linguísticas é necessária para compreender as particularidades adquiridas. Em face disso, descreveremos, na seção seguinte, a gramaticalização para demonstrar como as PEs adquirem ou modificam a forma e passam a constituir um todo em uma área de especialidade.

4.4.2 Processo de gramaticalização

As PEs adquirem ou modificam funções em decorrência do uso frequente mediante gramaticalização. Esse termo, atribuído por Antoine Meillet (1912), refere-se ao processo de “passagem de uma palavra autônoma para a função gramatical ou a atribuição progressiva e unidirecional de uma função gramatical às palavras autônomas” (MEILLET, 1912, p. 131). Com essa definição, o autor observa a evolução histórica das formas gramaticais e equipara a gramaticalização à analogia, a qual consiste no uso de uma nova forma gramatical por outra preexistente na língua. Juntos, os dois processos transformam o sistema pela criação de novas formas gramaticais. Se por um lado, a analogia baseia-se na extensão de similaridade com usos de construções existentes, por outro, a gramaticalização cria formas e introduz novas categorias (MEILLET, 1912, p. 133).

A pesquisa de Sylvain Auroux (1992) corrobora essas percepções ao considerar que o processo mais difundido pelo qual itens e estruturas são criados é a gramaticalização. Segundo o autor, esse processo, depois do advento da escrita, representa a principal “revolução técnico-linguística” porque direciona à descrição e instrumentalização de uma língua com base em duas

tecnologias: a gramática e o dicionário. Dessa forma, a sistematização da língua decorre do surgimento da gramática, em que “não é uma simples descrição da linguagem natural, é preciso concebê-la como um instrumento linguístico” (AUROUX, 1992, p. 69). Assim, a gramaticalização é um processo contínuo porque as línguas estão em constante evolução, de modo que se torna difícil determinar até que ponto esse processo pode ocorrer.

Com base nesses estudos iniciais de gramaticalização, linguistas da perspectiva construcionista da gramática descrevem esse processo mediante a perspectiva pancrônica da linguagem. Os autores argumentam que a diversidade de estruturas gramaticais emergentes são instáveis e passíveis de inovação linguística pelo uso, o que resulta na necessidade de observar a linguagem tanto no passado quanto no presente para a descrição linguística completa. Conforme a concepção de Traugott e Trousdale (2013, p. 122), a formação ou alteração de uma construção resulta na instituição de formas com significados e, assim, altera a gramática, pois essas estruturas passam a constituir novos nós na rede de construções, em que cada um representa um padrão linguístico com características e funções autônomas.

Nessas circunstâncias, Traugott e Trousdale (2013, p. 122) argumentam que construções simples e complexas decorrem de mudanças formais e funcionais em ULs preexistentes. Assim, o estudo linguístico volta-se a questões sobre como as ULs tornam-se construções em contextos específicos para atender funções gramaticais ou como unidades da gramática desenvolvem novas funções gramaticais. No decorrer do processo de gramaticalização, as construções recém-criadas, ou modificadas, adquirem nova sintaxe ou morfologia ou novo significado para auxiliar na compreensão das construções em geral, não apenas das gramaticais, mas também aquelas com alto grau de lexicalização, como as PEs.

Com relação à gramaticalização de construções fixas e semifixas, Bybee (2016) relata que as expressões idiomáticas e as *prefabs* (unidades pré-fabricadas) surgem de exemplares

específicos de construções existentes. A autora define essas estruturas como sequências de duas ou mais palavras que têm efeito sobre a representação cognitiva porque a sequência pode ser acessada como uma UL. Portanto, o grau de gramaticalização determinará a inclusão de posições tanto fixas quanto abertas.

Para Bybee (2016), as propriedades formais e funcionais da construção formam um “feixe de exemplares” construído pelo acesso ao significado das ULs constituintes da forma linguística e associado ao sentido total no contexto. Deprendemos que essa afirmação remete às características das PEs em estudo. Para fins de exemplificação, os constructos em (7) ilustram a composição de PEs, em que adquirem forma e função no discurso jurídico pela integração dos constituintes preexistentes.

(7) deram-no por [colocação] + foragido da justiça [locução].

O constructo (7) é uma combinação de construções já gramaticalizadas, com funções gramaticais distintas, que formam outra construção com significado coeso. A constituição desse enunciado ocorre por uma colocação com função gramatical de verbo “dar por”, que significa “considerar” ou “declarar”, e um argumento preenchido por uma locução com função gramatical de adjetivo, “fugitivo da justiça”. Assim, forma uma construção lexicalizada, ainda que admita alterações no constituinte verbal como flexões ou inserção de pronomes oblíquos para adaptarem-se às regras gramaticais. Portanto, na gramaticalização, há mudanças tanto na forma, ao ser gramaticalizada, quanto no significado da construção, ao ser terminologizada de modo que a estrutura integra-se para emergir uma nova construção. No capítulo seguinte, apresentamos os procedimentos metodológicos para análise das PEs com base em frames e construções.

4.5 Síntese do capítulo

Neste capítulo, apresentamos os mecanismos da GxC com o objetivo de explicitar a natureza simbólica das PEs. Para esse fim, discorremos sobre a perspectiva dessa teoria que preconiza as construções como unidades de conhecimento formadas pelo pareamento entre forma e significado. Na sequência, discutimos os princípios da abordagem construcionista da gramática que fundamentam a arquitetura e o conceito de construção. Além disso, mencionamos os principais modelos da GxC e detalhamos a proposta de Goldberg (1995), adotada nesta Tese em razão de ser baseada no uso, incluir frames na representação conceitual das construções e organizá-las em redes hierárquicas e de herança. Na seção conclusiva, consideramos o processo de gramaticalização, por explicar a fixação e modificação da função das PEs na linguagem de especialidade jurídica.

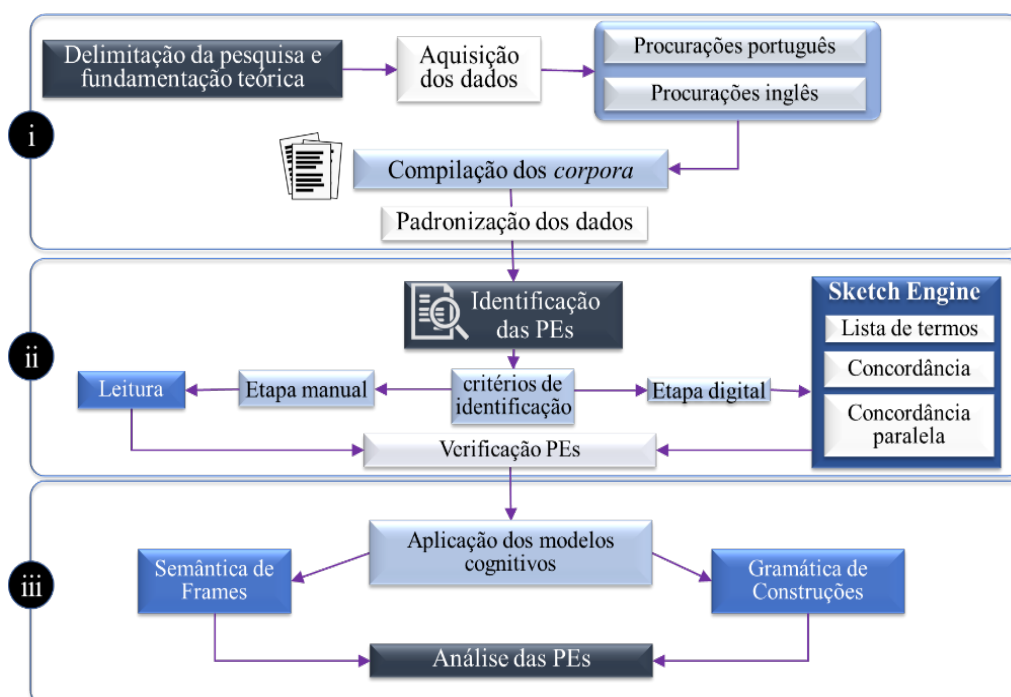
CAPÍTULO 5

PROCEDIMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA A ANÁLISE DAS PARÊMIAS ESPECIALIZADAS

5.1 Apresentação dos procedimentos

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos empregados na elaboração da Tese. De natureza qualitativa, a pesquisa dedica-se à caracterização e análise de parêmias especializadas (PEs) em Procurações, com o objetivo de avaliar como ocorre a construção dos conceitos e dos processos de formação. É descritiva, pois detalha as características do fenômeno estudado (DENZIN E LINCOLN, 2003), o que é necessário para a compreensão conceitual e formativa dos dados paremiológicos. Com vistas à organização dos procedimentos para alcançar o objetivo geral proposto, esquematizamos os métodos, como ilustra a Figura 5.1.

Figura 5.1 – Fluxograma da metodologia²⁵ - PE: parêmia especializada



Fonte: Elaborado pela autora.

²⁵ Os círculos em preto representam as fases da metodologia.

A Figura 5.1 ilustra que, após investigações teóricas sobre o objeto de estudo, procedemos com as estratégias de seleção e análise linguística das PEs. Para isso, dividimos a metodologia em três fases, quais sejam: (i) aquisição e organização dos *corpora* de Procurações em Português do Brasil (PB) e Inglês dos Estados Unidos (IA), e padronização dos dados para as análises; (ii) identificação das PEs nos textos, por meio do estabelecimento de critérios para a seleção das PEs, com a leitura dos textos, e verificação da frequência e da correspondência nos *corpora*, com o suporte do programa computacional *Sketch Engine*; e (iii) representação das PEs selecionadas em frames (FILLMORE, 1982) e construções (GOLDBERG, 1995). Nas seções subsequentes, descrevemos as etapas com exemplos.

5.2 Compilação dos *corpora* e padronização dos dados

Para compor o repertório das PEs, adquirimos Procurações disponíveis em sites especializados. Coletamos as Procurações em PB dos sites: Cartório Local²⁶, Modelo Inicial²⁷ e Petições On-line²⁸; e em inglês, *Power of Attorney*²⁹, *Legal Templates*³⁰ e *e-forms*³¹. Também obtivemos Procurações, nas línguas em estudo, de advogados e tradutores juramentados. Para esses profissionais, encaminhamos uma declaração, com o propósito de informar que os arquivos seriam de uso exclusivo para atender aos fins da pesquisa. Os textos não contêm campos preenchidos que identifiquem os participantes, porém a ausência desses dados não prejudica a análise, pois o conteúdo de interesse, as PEs, independem dessas informações.

De acordo com Berber Sardinha (2004), o *corpus* deve ter uma extensão apropriada ao tipo de pesquisa que será realizada, uma vez que o número de palavras e de textos demonstram

²⁶ Disponível em: <https://cartoriolocal.com.br/formulario/#!/documento/28>

²⁷ Disponível em: <https://modeloinitial.com.br/buscar?q=procura%C3%A7%C3%A3o&table=doc>

²⁸ Disponível em: <https://www.peticoeson-line.com.br/search/site/procura%C3%A7%C3%A3o>

²⁹ Disponível em: <https://powerofattorney.com/>

³⁰ Disponível em: <https://legaltemplates.net/form/power-of-attorney/>

³¹ Disponível em: <https://eforms.com/power-of-attorney/>

a representatividade do *corpus*. Em vista disso, consideramos as extensões dos *corpora* em estudo adequadas, pois os 252 arquivos digitais e digitalizados proporcionaram abranger as especificidades de cada língua para as análises linguísticas propostas. O conjunto de textos formou um montante de 280.004 *tokens*, que correspondem ao total de ocorrências das palavras nos *corpora*, em que: 163.828 originaram-se do *corpus* em Português e 116.676, do *corpus* em Inglês.

Diante disso, organizamos as Procurações em dois grupos, a saber, *corpus* 1 (CP1), com 126 Procurações redigidas em PB, e *corpus* 2 (CP2), com 126 Procurações redigidas em IA. Por constituir-se de duas bases de dados, o tipo de *corpus* é comparável porque compõem-se de textos originais em línguas distintas, na área jurídica. Para Stela Tagnin (2015, p. 24), *corpus* comparável, explorado com ferramentas eletrônicas, fornece um número significativo de dados que verifica, por exemplo, o termo ou expressão mais utilizada no contexto, além de identificar possíveis correspondentes entre as construções linguísticas.

Com a finalidade de preparar e organizar os arquivos para as análises, os textos receberam uma designação alfanumérica, de acordo com a data de aquisição das Procurações. Descrevemos, dessa forma, a seguinte codificação para o primeiro *corpus* (CP1.T001, CP1.T002, CP1.T003, ... , CP1.T126), e para o segundo *corpus* (CP2.T001, CP2.T002, CP2.T003, ... , CP1.T126). Os códigos CP1 e CP2 representam o *corpus* de Procurações nas línguas PB e IA, respectivamente, e o código T000 corresponde à identificação do texto, segundo a ordem de aquisição dos textos.

Uma vez codificados, imprimimos os textos para avaliação quanto a forma e o conteúdo dos documentos, bem como para a verificação da recorrência de PEs, com o objetivo de identificar as particularidades intrínsecas ao conteúdo das Procurações. Durante a leitura desses documentos, observamos que a composição dos textos contém participantes, conteúdo e

formatação semelhantes em ambos os *corpora*. Essas características representam uma vantagem para o estudo contrastivo, pois permitem observar o referente e a disposição das PEs no texto para análises linguísticas em *corpora*, como exemplificado nas seções 5.2.1 e 5.2.2.

Em contrapartida, os conteúdos são determinados por bases, contextos jurídicos, leis e costumes de cada país, além das diferenças linguísticas entre o PB e IA. Assim, devem ser consideradas as particularidades linguísticas e extralinguísticas envolvidas no discurso jurídico das Procuções de cada *corpus*, visto que a análise interna aprofunda a percepção das especificidades, ao passo que o contexto evidencia o grau de terminologização da estrutura. A seguir, detalhamos os padrões de cada *corpus* de estudo.

5.2.1 *Corpus* de Procuções em Português do Brasil – CP1

Constam, no CP1, as Procuções escritas originalmente em PB. Para compreender a disposição das PEs dentro desse gênero textual, primeiramente, observamos a composição, o conteúdo e o estilo textual. Com referência à composição, as Procuções, redigidas em PB, caracterizam-se pela designação do tipo de Procução, se é geral ou específica, além da identificação dos participantes, dos campos de assinatura e da data. Segundo o Código Civil brasileiro, no Cap. X, Seção I, Art. 654, § 1º: “O instrumento particular deve conter a indicação do lugar onde foi passado, a qualificação do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos” (BRASIL, 2002). Portanto, essas informações são essenciais para compor uma Procução brasileira.

O Quadro 5.1 exemplifica a organização básica de uma Procução desse *corpus*. O documento inicia-se com o título “Procução com Poderes Gerais”, que demonstra o alcance amplo do instrumento, ou seja, as atribuições do outorgado envolvem diferentes tarefas para representar o outorgante. Os campos destinados aos dados pessoais, nacionalidade, estado civil,

profissão, número de documentos, como Cédula de Identidade, do Passaporte ou do Cadastro de Pessoa Física, encontram-se suprimidos nas Procurações da seguinte forma: (____), com o objetivo de evitar o reconhecimento de envolvidos, de qualquer pessoa ou instituição.

Quadro 5.1 – Modelo de Procuração em Português do Brasil – CP1.

<p>[logotipo]</p> <p>_____</p> <p style="text-align: center;">PROCURAÇÃO</p> <p>Saibam todos quantos a presente virem que Eu _____ (doravante mencionada como “Outorgante”), com endereço comercial na cidade de _____, estado de _____, Brasil, à Av. _____: _____, _____, _____, _____, portador da Cédula de Identidade RG N. _____ e inscrito no CPF/MF sob N. _____; nomeio e constituo meu bastante procurador _____, _____, _____, portador da Cédula de Identidade RG N.º _____ e inscrito no CPF/MF sob N.º _____, (doravante mencionados como “Outorgado”), para agir em meu nome e lugar e para realizar todos e quaisquer atos necessários a seguir:</p> <p>1. representar a outorgante tanto em Juízo como fora dele e perante terceiros, bem como perante todos os departamentos e autoridades federais, estaduais e nacionais, em quaisquer instituições financeiras (incluindo o _____), corretoras ou bancos comerciais e de investimento, bem como todas as instituições bancárias no Brasil, relacionadas com atividades de investimentos bancários.</p> <p>2. praticar todos os atos necessários ou assinar quaisquer documentos que venham a ser necessários para os fins acima mencionados, como se a Outorgante estivesse presente e pessoalmente tivesse realizado tais atos.</p> <p>EM TESTEMUNHO DO SUPRACITADO, a Outorgante providenciou para que seus representantes devidamente autorizados assinassem esta Procuração em [manuscrito] <i>na data</i> de _____ de _____ na cidade de _____, estado _____, Brasil.</p> <p>[consta assinatura]</p> <p>_____</p> <p>Por: _____ Cargo: _____</p> <p>O referido é verdade e dou fé.</p> <p>Assinatura do tabelião [consta assinatura] [carimbo:]</p>

Fonte: Procuração cedida à autora.

No conteúdo da documentação, verificamos a recorrência das possíveis PEs, grifadas em negrito no Quadro 5.1, que, por sua vez, expressam e performam os atos jurídicos. Quanto à disposição das PEs nos documentos, por exemplo, há expressões linguísticas para: iniciar o

texto, “Saibam todos quantos a presente virem”; para descrever os poderes conferidos: “agir em meu nome e lugar”, “realizar todo e qualquer ato”, “representar a outorgante tanto em Juízo como fora dele”; e para finalizar, consta a expressão: “o referido é verdade e dou fé”, no caso de Procuções públicas, seguido de assinatura do titular do direito e tabeliães ou notários.

5.2.2 *Corpus* de Procuções em Inglês dos Estados Unidos – CP2

O CP2 compõe-se de Procuções redigidas originalmente em IA. Assim como no CP1, identificamos a forma, o teor e outras características desse conjunto de textos. Os documentos desse *corpus*, em geral, constituem-se do título “*Power of Attorney* (Procução), da identificação do tipo, no caso, em destaque, *General* (geral). Em seguida, constam os campos para identificação dos participantes, do *Appointor* (outorgante), do *Appointee* (outorgado) e dos *powers* (poderes constituídos). Na parte inferior do documento, há um campo dedicado à identificação de tabeliães ou advogados que atestam a veracidade da Procução pública, subscrita em cartório.

No que se refere ao conteúdo, as Procuções desse *corpus*, geralmente, iniciam-se com a construção, *know all men by these present* (saibam todos quantos a presente virem). Em seguida, estão dispostos os campos para a identificação dos participantes. O texto continua com a expressão de outorga de poderes: *hereby make, constitute and appoint my lawfully Attorney* (pela presente, nomeio e constituo meu bastante procurador), *act in my name place and stead* (agir em meu nome e lugar), *do all or any of the acts or things* (realizar todo e qualquer ato). Por ser uma Procução do tipo pública, ao final, também consta a expressão *in witness whereof* (o referido é verdade e dou fé), que valida o documento. Essas PEs encontram-se destacadas em negrito ao longo do texto. No Quadro 5.2, ilustramos, de modo semelhante ao Quadro 5.1, do CP1, um modelo de Procução da língua inglesa.

Quadro 5.2 – Modelo de Procuраções em Inglês dos Estados Unidos – CP2.

GENERAL POWER OF ATTORNEY

KNOW ALL MEN BY THESE PRESENT: That I _____ (hereinafter referred to as "Appointor") whose address _____, **hereby make, constitute and appoint my lawfully Attorney** _____ (hereinafter referred to as "Appointee") whose address _____,

to act in my name place and stead and to do all or any of the acts or things of the following:

(a) To ask, demand, sue for, recover, collect and receive each and every sum of money, debt, account, legacy, bequest, interest, dividend, annuity and demand (which now is or hereafter shall become due, owing or payable) belonging to or claimed by me, and to use and take any lawful means for the recovery thereof by legal process or otherwise, and to execute and deliver a satisfaction or release therefor, together with the right and power to compromise or compound any claim or demand;

(b) **To exercise any or all of the following powers** as to real property, any interest therein and/or any building thereon: To contract for, purchase, receive and take possession thereof and of evidence of title thereto; to lease the same for any term or purpose, including leases for business, residence, and oil and/or mineral development; to sell, exchange, grant or convey the same with or without warranty; and to mortgage, transfer in trust, or otherwise encumber or hypothecate the same to secure payment of a negotiable or _____ note or performance of any obligation or agreement.

(c) **To exercise any of all of the following powers** as to all kinds of personal property and goods, wares and merchandise, choses in action and other property in possession or in action: To contract for, buy, sell, exchange, transfer and in any legal manner deal in and with the same, and to mortgage, transfer in trust, or otherwise encumber or hypothecate the same to secure payment of a negotiable or non-negotiable note or performance of any obligation or agreement.

This Power of Attorney shall be valid for one (1) year counted from the date hereof, or revoked by the Appointor.

IN WITNESS WHEREOF, I attest that the Appointor has caused its undersigned legal representatives to execute this power of attorney on _____ in STATE OF _____, USA.

By: _____
Title: _____

Fonte: Procuраção cedida à autora.

Uma das características que diferencia o *corpus* das Procuраções em IA é a expressão *whose address* (residente) em alguns textos. É uma construção típica de Procuраções escritas em IA, que serve para indicar o espaço de preenchimento dos endereços do outorgante e outorgado. Geralmente, as Procuраções em IA contêm apenas nome e endereço, sem precisar de dados mais específicos como documentos pessoais ou estado civil dos envolvidos. No CP1, porém, essas informações devem integrar o conteúdo do documento, porque é requerido na lei brasileira, segundo a legislação em vigência (BRASIL, 2002).

Outra peculiaridade desse *corpus* é, em muitos casos, o modelo preestabelecido em formulários, que, para ser usado, basta preencher os campos com os dados dos participantes. Entre as vantagens da prática de utilização de formulários jurídicos, Warda e Ray (2005) listam: a) padronização nas comunicações jurídicas, responsável por conferir eficiência ao diálogo entre as partes; b) possibilidade de armazenamento de dados e informações, para posterior recuperação e uso; c) controle de processos e fluxos organizacionais; d) suporte para executar atividades e tarefas que auxiliam, principalmente, profissionais iniciantes. Por causa da estrutura padronizada, o conteúdo do texto é preservado, o que gera maior repetição das construções como as PEs do CP2. Assim, quanto maior a diversidade de formulários, maior a variedade de informação para análises.

5.3 Identificação das parêmiias especializadas

Procedemos à identificação das PEs nos *corpora* mediante etapas complementares, a saber: estabelecimento de critérios, seleção e verificação digital. Em um primeiro momento, estabelecemos critérios de identificação das PEs nos textos para distinguir as parêmiias em estudo das demais combinações livres de palavras. Na sequência, registramos as ocorrências mínimas das possíveis PEs por meio da leitura para observação das estruturas no contexto, com vistas a análise criteriosa dos enunciados mediante a aplicação dos critérios estabelecidos. A verificação ocorreu em etapa digital, em que submetemos as PEs selecionadas à contabilização da frequência de ocorrência e correspondência com o auxílio de recursos computacionais para análise de *corpora*. No tópico seguinte, descreveremos os critérios para identificação das PEs.

5.3.1 Critérios para identificação das parêmiias especializadas

Com base nos aportes teóricos sobre Fraseologia e Terminologia, elaboramos critérios para o reconhecimento das PEs em estudo. Citamos, por exemplo, as contribuições de Faulstich

(1980), que apresentou noções de “agrupamento de lexias independentes de inserção” na linguagem de especialidade; Gouadec (1994), que identificou matrizes fraseológicas com e sem pivô terminológico típicas de um domínio; Corpas Pastor (1996), ao propor uma taxonomia fraseológica que caracteriza as parêmiias da língua comum; e Manuel Sevilla Muñoz (2015), na observação de unidades fraseológicas (UFs) do discurso técnico-científico. Dessa forma, listamos abaixo três critérios estabelecidos para o reconhecimento das PEs nos *corpora*: frequência, convencionalização e autonomia textual e discursiva, que descreveremos a seguir.

5.3.1.1 Frequência

A frequência corresponde ao número de ocorrências da PE em um domínio, em que o uso contínuo qualifica a estrutura como própria da linguagem de especialidade. Assim, quando uma sequência de duas ou mais unidades lexicais (ULs) coocorrem com frequência relevante, forma um grupo vocabular coeso e adquire significado único, à medida que a estrutura linguística é armazenada e acessada, em conjunto, na mente pela cognição como uma unidade lexical. Consideramos dois tipos de frequência, de coocorrência e de uso: a) frequência de coocorrência: relação do número de vezes em que uma sequência de duas ou mais ULs ocorrem combinadas com o número de vezes que os constituintes ocorreriam separados; b) frequência de uso: registro da quantidade absoluta de ocorrências da PE nos *corpora*.

5.3.1.2 Convencionalização

A convencionalização se estabelece na PE de determinada língua ou domínio em decorrência do uso contínuo. A repetição no discurso institucionaliza novas parêmiias dotadas de significado referencial, que passam a performar ou constatar atos. Desse modo, consideramos o critério de convencionalização pela possibilidade de modificação da estrutura,

pois, a depender do nível de convencionalização, as PEs apresentam graus de estabilidade formal e funcional. Por um lado, por serem cláusulas, algumas PEs admitem a substituição de constituintes ou modificações da estrutura morfossintática para adequarem-se às normas gramaticais, como flexões de tempo, modo e aspecto. Por outro lado, podem restringir alteração dos constituintes quando há alto grau de estabilidade.

5.3.1.3 Autonomia textual e discursiva

A autonomia textual e discursiva são propriedades das parênticas em geral. Diz respeito a constituírem atos de fala, o que confere o caráter discursivo, à medida que o significado referencial representa os conceitos em situações específicas associado ao sentido completo que o enunciado denota de modo a caracterizar a autonomia textual. Dessa maneira, a mensagem sentenciosa reflete o tipo de situação comunicativa em que o ato de fala é expressado, uma vez que a função pragmática depende das intenções comunicativas dos falantes que podem utilizar das PEs para, por exemplo, explicar, instruir, convencer, confirmar ou ordenar. Portanto, para a compreensão do significado das PEs, deve-se considerar o contexto, a interação entre os falantes e o efeito que essas estruturas desempenham no discurso.

5.3.2 Seleção dos dados

A princípio, o registro das PEs nos *corpora* ocorreu pela leitura dos documentos para a observação dessas estruturas e os contextos em que se inserem. Como as PEs alcançam o status de cláusula, identificamos os verbos na estrutura, por exercerem a função de núcleo do predicado dessas sentenças. Assim, os verbos podem demonstrar quais os constituintes que coocorrem com maior frequência, o que fornece indícios do enunciado configurar uma PE. Estabelecemos um número mínimo de recorrência de cinco repetições das possíveis PEs em cada *corpus* para, então, selecioná-las para a etapa digital.

Após a seleção das PEs, mediante a aplicação dos critérios descritos, passamos à etapa de processamento digital dos textos, com vistas à contabilização da frequência, verificação do nível de concordância entre as estruturas linguísticas em torno da PE, bem como grau de correspondência entre as PEs em PB e IA. Ressaltamos que essa etapa é complementar à seleção, pois a utilização de recursos computacionais são procedimentos metodológicos empregados para observação de um conjunto sistematizado de textos representativos da linguagem, capaz de gerar informações úteis à descrição e análise linguística de maneira rápida. Nesse contexto, descrevemos os métodos para as análises dos padrões combinatórios na etapa digital, com suporte de programas computacionais, dedicados ao processamento e ao gerenciamento de *corpora*.

5.3.3. Verificação dos enunciados com suporte computacional

Uma vez selecionados os enunciados, procedemos à verificação dos dados para a identificação de PEs com auxílio de recursos computacionais. Justificamos a relevância dessa etapa pela eficiência dos *softwares* para detectar características da linguagem, mediante o processamento de textos em *corpora* bilíngue extensos (SINCLAIR, 1991). Os recursos computacionais auxiliam o pesquisador, pois, além de proporcionar maior eficiência, propicia uma forma segura de interpretação dos resultados obtidos, porque os programas geram estatísticas empíricas documentadas, que servem de indicadores de tendências úteis à análise linguística (SINCLAIR, 1991). Em vista disso, escolhemos o programa *Sketch Engine* para processamento e busca das PEs nos *corpora* bilíngues. Diante do exposto, detalharemos a origem, a função e a operação desse programa na seção seguinte.

5.3.3.1 Inserção dos *corpora* no programa *Sketch Engine*

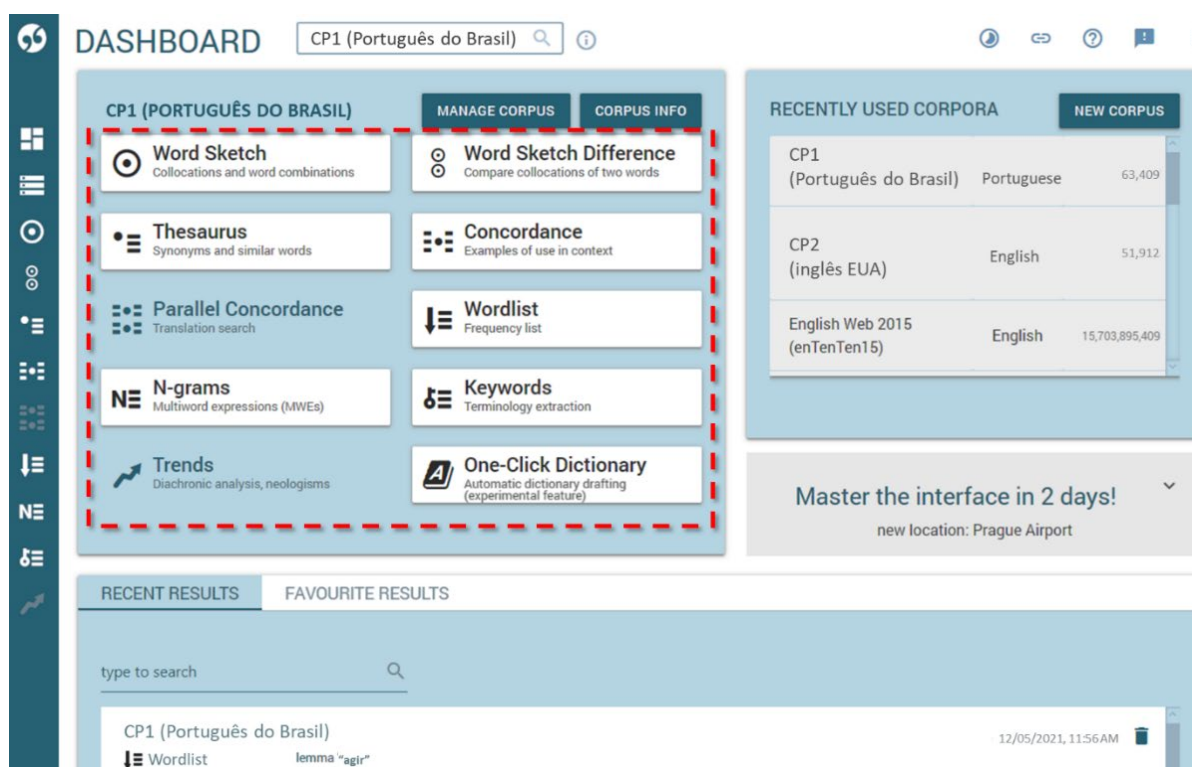
Entre as diversas alternativas de programas computacionais dedicados à análise de *corpora*, selecionamos o *Sketch Engine* (SKE – <https://www.sketchengine.eu/>) tanto pela capacidade de processamento, quanto pela quantidade de aplicações disponíveis. O programa processa dados textuais de fontes empíricas e fornece estatísticas para a observação do comportamento linguístico, no caso desta pesquisa, de PEs nos *corpora* em PB e IA. De acordo com Kilgarriff et al. (2004), criadores do algoritmo, o SKE é um recurso computacional não só para entender o funcionamento da linguagem, mediante a uma plataforma on-line, mas também para inspecionar textos de maneira ágil e relativamente fácil, com uma interface intuitiva.

A empresa tcheca *Lexical Computing*[®], fundada por Adam Kilgarriff, é responsável pelo acesso ao SKE. Por ser um serviço pago, tem desvantagens, se comparado a outros serviços similares. Para o usuário acessar todas as funcionalidades dessa plataforma, é necessário licença de uso, e o valor depende da duração do plano contratado. No entanto, há a possibilidade de cadastro gratuito por meio de uma conta teste por um período experimental de trinta dias, que foi a modalidade da conta utilizada na pesquisa. Essa modalidade inclui alguns aplicativos da versão completa, que possibilitam acessar, pelo menos, um *corpus* por idioma, diversas funcionalidades para construção de *corpus*, espaço de armazenamento para construção e gerenciamento de *corpora* com até 1 milhão de palavras (LEXICAL COMPUTING, 2020).

A principal finalidade do SKE é identificar, de modo automático, padrões, tendências ou irregularidades textuais por meio da inserção de critérios arbitrados pelo usuário. Com efeito, o programa reconhece o que é frequente, raro, fora de uso ou novo dentro dos textos. Para cumprir essa proposta, o SKE conta com inúmeras utilidades, quais sejam, armazenar dados, buscar ocorrências, selecionar vocábulos ou frases, identificar palavras-chave, listar concordâncias ou contabilizar a frequência de construções linguísticas. Além disso, o algoritmo

processa milhões de palavras, em mais de 90 idiomas, os quais incluem alguns dos mais falados no mundo como inglês, mandarim, hindi, espanhol, francês, árabe, russo e português (KILGARRIFF et al., 2004). Em destaque no retângulo tracejado em vermelho, a Figura 5.2 ilustra as principais funcionalidades no leiaute do programa da plataforma SKE.

Figura 5.2 – Leiaute da plataforma *Sketch Engine*.



Fonte: Elaborado pela autora.


A fim de inserir os *corpora* nos SKE, foram necessários procedimentos prévios de codificação e conversão dos arquivos. Na codificação, atribuímos um código alfanumérico em cada texto, com vistas à identificação do *corpus* de origem e da ordem de aquisição das Procurações. Cumpre ressaltar que os detalhes desse procedimento foram apresentados na seção 5.2.2. Os arquivos digitais recebidos em formato .pdf (documento de formato portátil) foram convertidos para o formato .txt (arquivo de texto sem formatação), com o auxílio do programa Adobe Acrobat Pro DC, criado pela empresa *Adobe Systems*®, leitor e editor de textos em

formato .pdf. Embora não seja uma etapa obrigatória, convertemos os textos para o formato .txt porque essa extensão têm o tamanho menor, o que agiliza o carregamento dos dados externos na plataforma SKE. Além disso, com esse tipo de arquivo certificamos incluir apenas caracteres alfanuméricos nas análises, de modo a evitar erros na contabilização dos *tokens*.

5.3.3.2 Processamento dos *corpora* no programa *Sketch Engine*

Após a padronização dos arquivos, iniciamos os procedimentos de verificação das PEs no SKE. Com o uso de algoritmos destinados ao processamento de *corpus*, observamos as relações entre as PEs e os respectivos contextos. Utilizamos, nesta etapa, três aplicações do SKE: *Wordlist* (lista de palavras), *Concordance* (concordância) e *Parallel Concordance* (concordância paralela). A seguir, descreveremos e exemplificaremos as funcionalidades do programa utilizadas para a extração automática das PEs:

Wordlist: lista de palavras, no *corpus*, com o registro das ocorrências dos termos, seja pela ordem alfabética, seja pela frequência. Quando filtros são aplicados pelo usuário, essa lista exclui palavras gramaticais, a saber, preposição, conjunção, artigo e numeral. Esses filtros selecionam classes de palavras abertas, por essa razão utilizamos o *Wordlist* para verificação dos termos mais frequentes nos *corpora*. Dessa forma, obtemos informações sobre a quantidade de ocorrências e as características dessa classe de palavras que possibilita comparar os termos mais usados nas Procurações em PB e em IA.

Nesse primeiro processamento, para selecionar a classe gramatical *noum* (nome), clicamos no ícone (), disponível na interface inicial do SKE (ver Figura 5.2), para acessar a aplicação do *Wordlist*. Em seguida, o programa exibiu uma lista dos termos mais frequentes dos textos, como ilustra a Figura 5.3, em que os vinte primeiros termos aparecem dispostos em ordem decrescente de frequência. Os resultados demonstraram que o termo “atos”, no CP1, e o

correspondente *acts*, no CP2, apresentaram as maiores frequências, 105 e 101 repetições, respectivamente, o que sugere semelhança entre as construções nesses *corpora*. Por outro lado, os termos “circunstância” e *thing* (coisa) ocuparam apenas a vigésima posição, com frequência 14, para o CP1 e 11, para o CP2. Esse comportamento demonstra uma menor recorrência dessas palavras na composição de sentenças nos respectivos *corpora*.

Figura 5.3 – Lista dos vinte termos mais frequentes no CP1 (a) e no CP2 (b)

a) CP1 (Português do Brasil)				b) CP2 (inglês EUA)			
noum (20 items 1035 total frequency)				noum (20 items 881 total frequency)			
Lemma	↓ Frequency	Lemma	↓ Frequency	Lemma	↓ Frequency	Lemma	↓ Frequency
1 atos	105 ...	11 juízo	45 ...	1 act	101 ...	11 law	37 ...
2 procurador	98 ...	12 instrumento	44 ...	2 attorney	97 ...	12 stead	34 ...
3 assinatura	79 ...	13 representante	41 ...	3 power	88 ...	13 instrument	21 ...
4 procuração	77 ...	14 lei	40 ...	4 appointee	70 ...	14 seal	20 ...
5 nome	76 ...	15 advogado	37 ...	5 court	69 ...	15 witness	18 ...
6 lugar	75 ...	16 medida	30 ...	6 name	68 ...	16 grantor	15 ...
7 poder	64 ...	17 fé	22 ...	7 place	58 ...	17 company	15 ...
8 outorgado	52 ...	18 selo	22 ...	8 document	53 ...	18 clause	14 ...
9 documento	50 ...	19 formulário	18 ...	9 appointor	41 ...	19 grantee	11 ...
10 outorgante	46 ...	20 circunstância	14 ...	10 person	40 ...	20 thing	11 ...

Fonte: Adaptado pela autora com base em Kilgarriff et al. (2004).

Com frequência relativamente alta, o *Wordlist* apresentou a recorrência dos termos mais utilizados nos *corpora*. Após o uso desse algoritmo, passamos ao segundo processamento, o *Concordance* (concordanciador), com o objetivo de identificar os cotextos das sentenças. A verificação de concordância busca por palavras, frases, ou tipos de texto e, ao mesmo tempo, exhibe os resultados no contexto de ocorrência, que consiste em fragmentos dos textos que contêm a sequência de entrada estabelecida na busca. De maneira geral, essa lista representa a concordância de todas as ocorrências da entrada no *corpus*. Os termos situados à direita e à

esquerda dessa entrada selecionada facilitam a verificação de PEs. Ao clicar no ícone do *Concordance* (concordanciador), destacado pela seta verde claro, na Figura 5.4, o SKE abriu uma página para busca, na qual inserimos a PE “agir em meu nome e lugar”, com o propósito de verificar a frequência com que os termos aparecem combinados a outros elementos em contextos semelhantes.

Figura 5.4 – Concordanciador do *Sketch Engine* com exemplo “agir em meu nome e lugar”

The screenshot shows the Sketch Engine Concordance interface. At the top, the search query is "agir em meu nome e lugar" with 72 results. The interface is divided into four columns: Details, Left context, KWIC, and Right context. The KWIC column highlights the search terms in red. A green arrow points to the 'KWIC' button in the top toolbar.

Details	Left context	KWIC	Right context
1 CP1.T002	para que possa legalmente	agir em meu nome e lugar	para realizar
2 CP1.T005	confiro ao Outorgante a	agir em meu nome e lugar	como se fosse eu próprio
3 CP1.T012	doravante denominado outorgante para	agir em meu nome e lugar	podendo legalmente
4 CP1.T018	porém não se limitando a	agir em meu nome e lugar	nas situações descritas
5 CP1.T021	O Outorgado deverá	agir em meu nome e lugar	, assinar todo e qualquer
6 CP1.T023	Exercer os seguintes poderes para	agir em meu nome e lugar	representando-me em
7 CP1.T029	durante a vigência desta a	agir em meu nome e lugar	nos seguintes atos
8 CP1.T038	outorgado fica oficialmente autorizado a	agir em meu nome e lugar	dentro dos limites estabelecidos
9 CP1.T041	doravante denominado Outorgante,	agir em meu nome e lugar	para firmar contratos, abrir
10 CP1.T044	Poderes constituídos para	agir em meu nome e lugar	nas operações financeiras

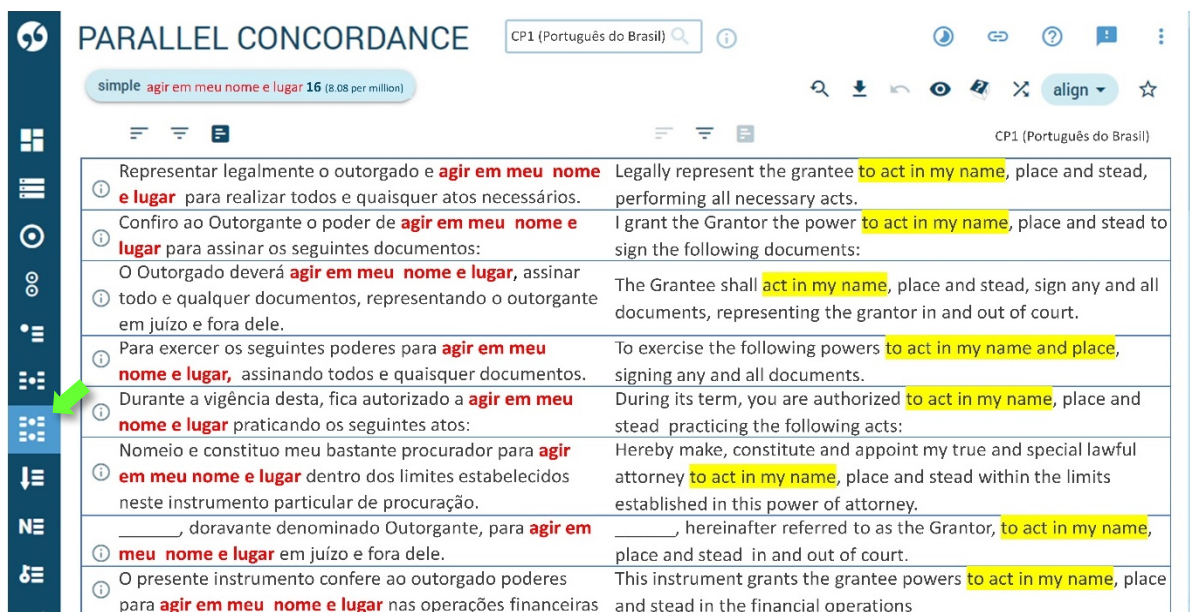
Rows per page: 10 1 – 10 of 75

Fonte: Adaptado pela autora com base em Kilgarriff et al. (2004).

Como resultado da busca, o enunciado chamado de *Key Word in Context* (palavra-chave em contexto), que aparece destacado em vermelho, refere-se à concordância da construção no contexto de uso. Após executar a aplicação, contabilizamos 72 ocorrências relacionadas à PE “agir em meu nome e lugar”. O número de repetições de cada construção selecionada serviu como um dos critérios para a seleção das PEs nos *corpora*, pois a frequência é um fator relevante para caracterização desses enunciados. Com detalhes, discutiremos os resultados na seção de análise dos dados.

Após a verificação de concordância, passamos ao alinhamento dos *corpora*, com a finalidade de busca pelos correspondentes das PEs. Para isso, utilizamos o *Parallel Concordance* (concordância paralela), que não só alinha textos de dois ou mais idiomas, mas também possibilita a observação simultânea de *corpora* paralelos. A funcionalidade de concordância paralela informa qual segmento (frase) em um idioma é o correspondente de qual segmento (frase) em outro idioma. Assim, representa uma maneira mais fácil de fornecer as informações de alinhamento ao usuário, inclusive para o alinhamento de PEs.

Figura 5.5 – Procedimento de concordância entre *corpora* paralelos no *Sketch Engine*



Fonte: Adaptado pela autora com base em Kilgarriff et al. (2004).

Acessado por meio do ícone, com destaque em verde claro, na Figura 5.5, a aplicação da concordância paralela é a última fase do processamento. Essa funcionalidade busca pelas possíveis correspondências entre as PEs, por exemplo, “agir em meu nome e lugar”, PE do CP1, descrita em vermelho, e *act in my name, place and stead*, PE do CP2, com realce em amarelo. Na Figura 5.5, é possível observar que nem toda a estrutura da PE foi identificada pelo algoritmo. O complemento *stead* compõe a PE no CP2, o que reforça a necessidade da avaliação

dos resultados por parte do pesquisador. Apesar disso, a funcionalidade “concordância paralela” favoreceu a verificação e avaliação de correspondência entre as PEs no cotexto e contexto dos *corpora* do CP1 e do CP2.

Como resultado desses procedimentos, identificamos vinte e dois enunciados em cada *corpus* sobre os quais aplicamos os critérios descritos na seção anterior (5.3.1). Cumpre ressaltar que escolhemos as PEs que apresentavam correspondentes nos *corpora* para viabilizar a análise contrastiva e verificar até que ponto o programa de processamento textual pode identificá-los. No Quadro 5.3, elencamos os 22 enunciados, referente ao *corpus* 1. Na sequência, apresentamos os 22 possíveis correspondentes registrados, referentes ao *corpus* 2 no Quadro 5.4, ambos dispostos em ordem alfabética.

Quadro 5.3 – Lista de parêmas especializadas do *corpus* 1

CP1 – Parêmas especializadas
agir em meu nome e lugar
assinar todos e quaisquer documentos
assinei o presente e nele apus meu selo
atestar por meio deste os poderes conferidos
conferir poderes amplos e suficientes
doravante denominado outorgado
entregar todos e quaisquer documentos
executar os atos que venham a ser necessários
exercer os poderes pela presente outorgados
firmar todos os documentos necessários
nomeio e constituo meu bastante procurador
o referido é verdade e dou fé
organizada e existente de acordo com as leis
outorgar por meio deste os seguintes poderes
pela presente autorizar os seguintes atos
possa legalmente fazer ou determinar que seja feito
praticar todos os atos necessários
realizar todo e qualquer ato

representar o outorgante em juízo ou fora dele
saibam todos quantos a presente virem
ser meu bastante procurador
tomar quaisquer e todas as medidas legais

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 5.4 – Lista de parêrnias especializadas do *corpus* 2.

CP2 – Specialized paremy
<i>act in my name, place and stead</i>
<i>be my true and lawful attorney</i>
<i>certify the powers as herein conferred</i>
<i>confer broad and sufficient powers</i>
<i>deliver for me any and all necessary documents</i>
<i>do and perform any and all necessary acts</i>
<i>exercise the powers hereby granted</i>
<i>grant full powers and authority</i>
<i>hereby authorize the following acts</i>
<i>hereinafter referred to as appointee</i>
<i>I have hereunto set my hand and official seal</i>
<i>in witness whereof</i>
<i>know all men by these presentes</i>
<i>make, constitute and appoint my true and lawful attorney</i>
<i>make, do and execute acts may be necessary</i>
<i>organized and existing under the laws</i>
<i>practice any acts may be necessary</i>
<i>represent the appointor both in and out of court</i>
<i>shall lawfully do or cause to be done</i>
<i>sign and execute all necessary documents</i>
<i>sign any and all documents and instruments</i>
<i>take any and all legal necessary steps</i>

Fonte: elaborada pela autora.

Uma vez cumpridas as etapas de processamento e extração digital de dados, listamos as PEs selecionadas na seção seguinte. Destacamos que, embora dados numéricos sejam

ênfatisados nesta pesquisa, para a observação da frequência, concordância e correspondência dos constituintes nos enunciados, os cálculos para a identificação de fenômenos linguísticos são apenas complementares, pois, como afirma Dylan Glynn (2014), nenhuma técnica estatística identifica um fato linguístico ou explica estruturas em um texto. Desse modo, os fenômenos linguísticos condicionam as estatísticas empíricas, e não o oposto. A seguir, discutiremos os procedimentos teóricos e metodológicos para as análises das PEs, segundo os princípios da LC, com vistas à elaboração do GPjur.

5.4 Análise das parêmiias especializadas mediante frames e construções

Neste estudo, serviram de base teórica a SF de Fillmore (1982) e o modelo de GxC proposto por Goldberg (1995). Essas teorias propiciam meios para a análise integrada das PEs nos níveis morfológico, sintático, semântico e pragmático, propriedades imprescindíveis para a investigação dessas construções linguísticas. Por um lado, os frames projetam a estrutura conceitual, por outro lado a GxC viabiliza a observação da formação e do funcionamento coeso da estrutura. Além disso, ambas as teorias contribuem para a análise das PEs nos contextos, bem como para a verificação dos correspondentes das PEs identificadas nos *corpora* ao comparar essas dimensões linguísticas.

Em um primeiro momento, descrevemos não só como o frame detalha simultaneamente o significado linguístico e enciclopédico das PEs, mas também como esse modelo projeta a estrutura conceitual em esquemas que representam eventos sequenciais. Em vista disso, a projeção das PEs em frames contribui para a observação dos conceitos relacionados e, por consequência, para a verificação dos correspondentes entre os *corpora*. Posteriormente, demonstramos como o modelo da GxC possibilita explicar, mediante a representação simbólica, os processos de formação e de uso das PEs, em conformidade com as relações cognitivas,

conceitual e contextual, estabelecidas entre os interlocutores durante o discurso, neste caso, no texto das Procurações.

Portanto, uma análise integrada, fundamentada nos princípios desses aportes teóricos e metodológicos, oferece meios para identificar o conceito, a forma e a função das PEs em linguagem jurídica. Além disso, o detalhamento das PEs por meio de frames e construções forneceram meios para as respectivas representações conceitual e simbólica das PEs, que, por sua vez, contribuíram na elaboração dos verbetes do glossário bilíngue, bidirecional e sistêmico, como demonstração da aplicabilidade do modelo teórico-metodológico proposto para a análise de UFs da linguagem de especialidade.

5.4.1 Representação conceitual das parêmiias especializadas

Apresentamos, neste tópico, os procedimentos utilizados na construção de frames das PEs, selecionadas nas etapas anteriores. Para Fillmore (1976; 1977; 1982; 1985), os frames são sistemas estruturados de conhecimento, armazenados na memória de longo prazo, sistematizados e interconectados, de maneira a auxiliar no entendimento da expressão linguística. Por esse motivo, para saber o significado de uma palavra ou frase, é necessário reconhecer o frame ativado por essa estrutura, pois os conceitos se relacionam de tal forma, que a compreensão de qualquer conceito depende do conhecimento de toda a estrutura que se enquadra. De fato, a interpretação que fazemos das coisas requer mais informação do que aquelas codificadas na forma linguística. Diante disso, cumpre afirmar que a análise da estrutura conceitual da PE passa pela compreensão das cenas e dos constituintes evocadores do frame.

De maneira geral, os frames propiciam o estudo das propriedades sintáticas e semânticas das PEs, ao viabilizar a observação das características linguísticas e extralinguísticas, inclusive de unidades maiores, como os enunciados fraseológicos em determinado contexto. Por

consequência, a descrição das cenas que as PEs evocam, e a representação da informação conceitual, por meio de frames cognitivos, auxiliam na sistematização, definição dos verbetes e explicação dos níveis de correspondência entre as línguas. Desse modo, os frames podem organizar a terminologia jurídica bilíngue, pois consideram os tipos de conhecimento e os contextos associados a essas unidades linguísticas.

Para organizar a representação de um evento por meio de frames, são necessárias as anotações na sentença, que consistem na rotulagem das funções semânticas nos constituintes sintáticos. Para tanto, devemos identificar os participantes, temas e outros papéis conceituais, a saber, lugar, tempo, maneira, entre outros. Esses integrantes são chamados de Elementos de Frame (EFs), os quais desempenham papéis semânticos específicos (agente, paciente, função gramatical, tipo de frase), conforme a situação descrita em uma cena.

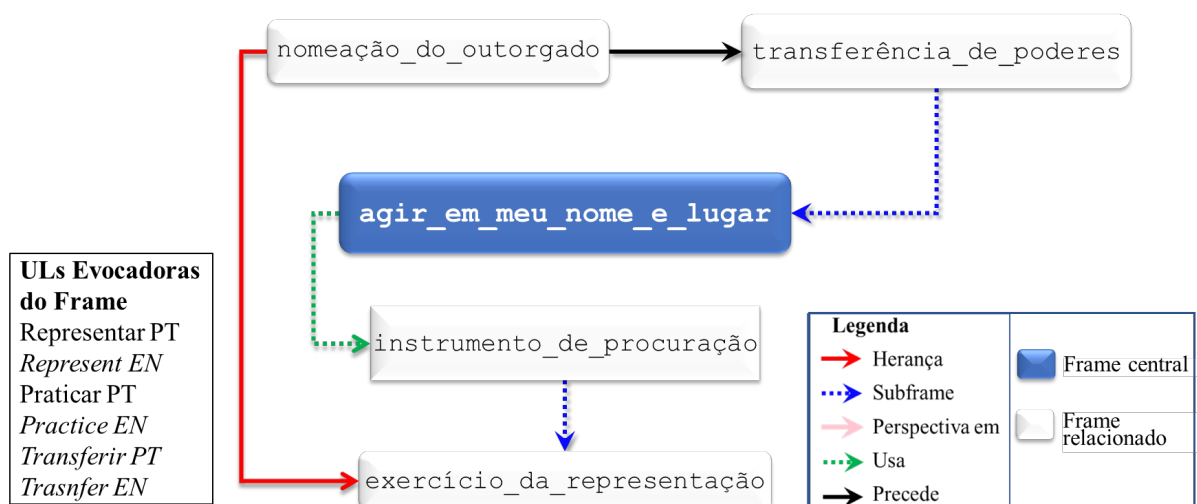
O enquadramento da estrutura linguística em uma cena de determinado contexto é outro princípio organizacional que contribui para as análises semânticas. Isso porque, nesse procedimento, observam-se as relações de herança entre frames, pois o superframe mais geral, constitui-se de frames mais específicos, os subframes, interligados por relações frame a frame (RUPPENHOFFER et al., 2010 [2006]). Com vistas a caracterização dos frames para a investigações acerca do objeto de estudo, exemplificamos a análise da PE “agir em meu nome e lugar” no contexto de uso (1). Em seguida anotamos os EFs, com letras maiúsculas, e a identificação dos papéis semânticos segundo as funções que desempenham na ocorrência das PEs, como estabelecido por Ruppenhoffer et al. (2010 [2006]).

(1) Eu, (____), outorgante desta procuração geral, nomeio por este ato: (____) como minha procuradora para **agir em meu nome e em meu lugar** da mesma forma que eu o faria, em todo território brasileiro, para representar-me quanto às seguintes situações até os limites que a lei me autoriza a agir por intermédio de um agente (CP1.T005).

Em (1), identificamos ao menos três EFs centrais com os papéis semânticos subscritos: EU_[OUTORGANTE], PROCURADORA_[OUTORGADO] e PROCURAÇÃO_[TEMA]. Além de outros EFs periféricos: TERRITÓRIO BRASILEIRO_[LUGAR], SITUAÇÃO_[MANEIRA] e REPRESENTAR_[FINALIDADE]. Com base nessas informações, utilizamos recursos gráficos para representar a estrutura conceitual, os frames, das PEs de diferentes formas.

Posterior a esse procedimento, esquematizamos a estrutura conceitual dos frames, com base nas relações frame a frame entre os enunciados fraseológicos, uma vez que estes integram categorias semânticas e cognitivas de certo domínio do conhecimento para formar uma cena, o superframe. A Figura 5.6 ilustra o frame da PE “agir em meu nome e lugar”, quadro azul, com os subframes, quadros brancos, em fonte `courier_new`, relações frame a frame, identificadas por setas em cores distintas.

Figura 5.6 – Frame da parêmia especializada “agir em meu nome e lugar”.



Fonte: elaborado pela autora.

Como observado na Figura 5.6, as informações das cenas formam os mapas conceituais, com o objetivo de representar a hierarquia gráfica do conceito, utilizada para recuperar a definição e comparar os cenários das PEs entre os *corpora*. Assim, a observação dos contextos

de uso, EFs centrais e periféricos, papéis semânticos e representação conceitual, com as relações frame a frame possibilitaram compor o significado. Diante disso, inferimos que o sentido da PE “agir em meu nome e lugar” consiste no compromisso firmado em que o outorgante transfere poderes ao outorgado, por meio da Procuração, para representá-lo em determinada situação.

Convém mencionar que, embora a SF seja propícia a análises das propriedades das PEs, a inclusão de outras propostas, também alinhadas aos princípios da LC, representa uma alternativa viável para investigações holísticas desses enunciados fraseológicos, uma vez que essas propostas buscam integrar os fundamentos cognitivos e interacionais da linguagem. A GxC é um modelo gramatical inerentemente ligada a SF, que oferece uma forma de estruturar e representar o significado, de modo a considerar a relação entre significado léxico, significado interacional e padronização gramatical. Nesse sentido, a combinação desses modelos fornece meios para análise simultânea das propriedades que contribuem na formação de expressões linguísticas. No tópico seguinte, apresentaremos os procedimentos de análise das PEs sob a perspectiva da GxC.

5.4.2 Parêmiat especializadas como construções

Esta seção descreve os procedimentos de análise das PEs conforme os princípios da GxC. Fundamentados na discussão apresentada no capítulo 4 desta Tese, explicamos que a GxC consiste em uma teoria linguística que compreende desde estruturas menores, como palavras, até construções maiores e mais complexas, como parêmiat. Além disso, esse modelo teórico abrange, simultaneamente, as propriedades morfossintáticas, semânticas e pragmáticas, como fatores essenciais para a interpretação do sentido das expressões. Esse modo de avaliar os dados

complementa a análise com base na SF, porque há inseparabilidade entre conhecimento linguístico e enciclopédico o que enfatiza a construção do significado das formas linguísticas.

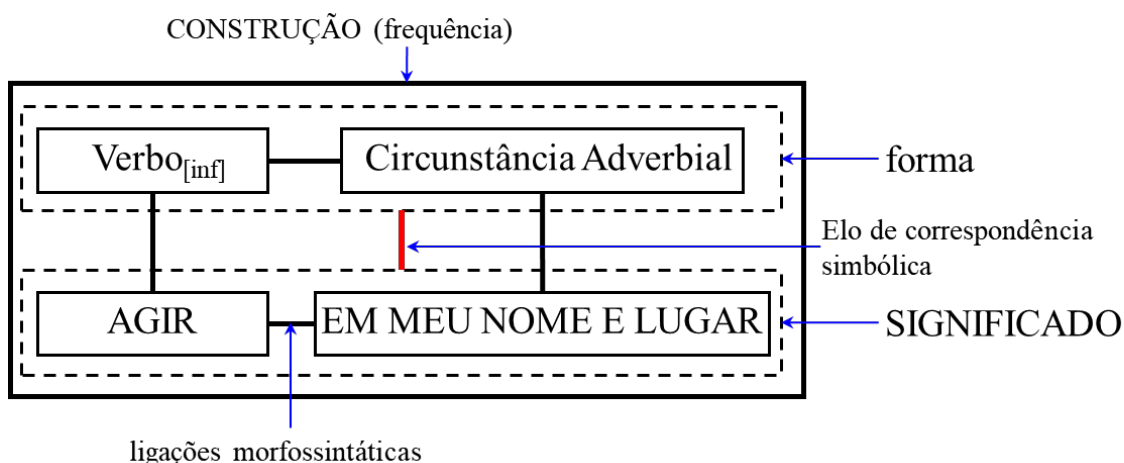
O modelo da GxC selecionado para análise das PEs foi o proposto por Goldberg (1995) porque se aplica tanto para estruturas linguísticas com posições fixas quanto abertas. Para a autora construção consiste em qualquer padrão linguístico desde que propriedades de forma ou função não seja, de maneira estrita, previsível por meio dos constituintes ou de construções pré-existentes. Além disso, acrescenta que padrões são armazenados como construções, ainda que sejam previsíveis, desde que ocorram com frequência suficiente (GOLDBERG, 2003). Na GxC, as formas linguísticas são estabelecidas na perspectiva simbólica da linguagem, pois constituem-se de uma forma gramatical ligada ao significado correspondente de maneira indissociável, o que inclui todos as dimensões linguísticas para análise desde morfemas, até padrões multivocabulares lexicalizados, por exemplo as PEs.

Desse modo, demonstramos como os processos cognitivos e linguísticos dão surgimento à estrutura em decorrência da repetição em contextos particularizados, o que evidencia como os falantes estruturam o discurso e moldam o léxico e a gramática. Assim, o significado abrange as propriedades convencionalizadas e associadas à função de uma construção. Por tais razões, essas propriedades podem compreender não apenas a situação descrita pelo enunciado, mas também características do discurso no contexto, o que justifica a escolha pelo modelo baseado no uso. Assim, a organização vertical da GxC auxilia na observação das PEs, uma vez que combina as propriedades morfossintática, semântica e pragmáticas na representação simbólica da construção.

Na Figura 5.7, ilustramos a associação das informações estruturais ao significado convencional da PE “agir em meu nome e lugar”. Nessa representação, o quadro maior exibe a construção com as propriedades de forma, quadro tracejado superior escrito em minúsculo, e

de significado, quadro tracejado inferior escrito em maiúsculo. Entre os dois quadros, há uma ligação simbólica representada pelo traço vertical vermelho chamado elo de correspondência simbólica para esquematizar o pareamento formal e funcional da PE.

Figura 5.7 – Representação simbólica de “agir em meu nome e lugar”.



Fonte: Adaptado de Croft e Cruse (2004, p. 258)

A Figura 5.7 também demonstra, nos traços horizontais, o mapeamento morfossintático estabelecido entre o verbo e os argumentos na estrutura da construção para a especificação do significado convencional dessa PE. Essa representação permite observar que, no processo de formação das construções, a frequência é um fator fundamental, pois a repetição de constituintes nos contextos de uso fixa a estrutura que passam a expressar conceitos em uma comunidade.

Essas características determinam a representação e a produtividade da construção, pois cada expressão varia em frequência e tem o próprio grau de lexicalização. Portanto, auxilia na análise, à medida que cada palavra se conecta a outras ocorrências dos demais constituintes da construção, o que pode levar à formação de novas combinações de palavras, que, por sua vez,

podem gramaticalizar-se com a repetição. Fundamentados nas análises, dedicamos o próximo capítulo aos resultados e à discussão desta Tese.

5.5 Síntese do capítulo

De modo geral, descrevemos, neste capítulo, os métodos para a identificação e a análise das parêmiias no gênero textual Procuiração. Demonstramos como a organização e a sistematização de *corpora* especializados bilíngues podem facilitar os estudos linguísticos de um domínio, no caso desta pesquisa, o jurídico. De modo mais específico, apresentamos os fundamentos para a análise dos dados com base na Semântica de Frames e Gramática de Construções, a fim de explicar os processos envolvidos na forma e na função que as parêmiias desempenham em Procuirações e formular as definições desses enunciados fraseológicos. Para a caracterização das PEs, aplicamos critérios de identificação com vistas à seleção preliminar, que consistiu na observação da disposição das PEs nos cotextos e contextos de ocorrência. Em sequência, verificamos as PEs selecionadas mediante o uso de programas computacionais, com o propósito de observar a frequência, concordância e correspondência das PEs nos *corpora*.

CAPÍTULO 6

ESTRUTURAS CONCEITUAL E GRAMATICAL DAS PARÊMIAS ESPECIALIZADAS DE PROCURAÇÕES BILÍNGUES

6.1 Introdução

As parêmias especializadas (PE) constituem parte do acervo linguístico, social e cultural dos diversos domínios, logo, configura uma unidade de conhecimento que expressa conceitos na linguagem de especialidade. Por essa razão, indagações sobre a maneira com que as PEs exigem mecanismos do uso morfossintático, semântico e pragmático na interação formal e funcional na linguagem jurídica, direcionaram esta pesquisa. Com vistas a discutir essa questão, caracterizamos as especificidades responsáveis pelo funcionamento coeso dessas construções no discurso e no texto jurídico, em particular, nas Procurações bilíngues.

Neste capítulo, apresentamos os resultados da investigação acerca do comportamento das PEs no contexto de ocorrência com o objetivo de explicar a formação e aquisição do significado único dessas construções. Além disso, verificamos o grau de correspondência nas línguas portuguesa e inglesa mediante análise contrastiva. Com essa finalidade, utilizamos as representações de frames e de construções de maneira a integrar os fundamentos cognitivos e interacionais da linguagem para uma análise holística que preconiza a observação das PEs em circunstâncias comunicativas.

As representações conceituais das PEs possibilitaram a esquematização das cenas de eventos relacionados à Procuração, de modo a associar o conhecimento linguístico ao conhecimento de mundo para compreender o estado de coisas mediante operações mentais. De fato, os frames forneceram meios de representação das PEs, porque inter-relacionam conceitos na codificação do significado. Por conseguinte, a representação simbólica fundamentou

discussões sobre o pareamento forma-sentido, uma vez que o significado convencional das PEs está ligado à forma linguística por um elo de correspondência simbólica de maneira indissociável, o que atribui a esses enunciados fraseológicos o estatuto de construção.

No decorrer do processo de análise, organizamos o capítulo em quatro tópicos para apresentar os resultados da aplicação conjunta dos modelos da SF e da GxC às PEs de Procurações em língua portuguesa e de Procurações em língua inglesa. Iniciamos a discussão com a distribuição dos dados de frequência desses enunciados fraseológicos nos *corpora*. Em seguida, descrevemos as três PEs mais recorrentes com base nos subframes que constituem o cenário outorga de poderes para representação conceitual e contextual dos exemplares. Procedemos, assim, à representação simbólica da forma e da função das PEs na linguagem jurídica para demonstrar a natureza frasal e lexical desses enunciados.

6.2 Parêmys especializadas dos *corpora*

O resultado da aplicação dos métodos, descritos no capítulo 5, retornou vinte e duas PEs em cada *corpus*, organizadas por correspondência entre as línguas e representadas em forma de gráficos na Figura 6.1. Dispostos na horizontal, em ordem alfabética pelo CP1, os gráficos de barras facilitam a visualização não somente da frequência, mas também da correspondência em ambos os *corpora*. Nessa ilustração, as barras em azul escuro, à esquerda, correspondem às PEs selecionadas em PB do CP1; e as barras em azul claro, à direita, aos dados em IA do CP2.

Na Figura 6.1, a PE mais frequente no CP1 foi “saibam todos quantos a presente virem”, com 92 ocorrências. Esse resultado coincide com a correspondente *Know all men by these presents*, com maior frequência, 83 repetições do CP2. O comportamento dessas PEs sugere construções recorrentes em Procurações dos dois *corpora*. Por outro lado, no CP2, a PE *shall lawfully do or cause to be done* somou 48 ocorrências; e o correspondente, “possa legalmente fazer ou determinar que seja feito”, apenas 13, o que fornece indícios de que a estrutura é mais típica em Procurações escritas em IA. A PE “conferir poderes amplos e suficientes”, com 11 repetições, alcançou a menor frequência no CP1 e a PE *confer broad and sufficient powers* apresentou frequência de 8 ocorrências no CP2. Isso significa que são menos comuns nos respectivos *corpora* sob análise.

A estrutura do documento consta uma sequência ordenada de padrões linguísticos, o que nos remete a sistematização determinada por relações de hierarquia e de herança dessas construções. De acordo com Goldberg (1995), a estrutura hierárquica constitui-se de nós e relações de herança que sistematizam as construções, pois diferenças nas características linguísticas de uma construção são suficientes para representar um nó independente nessa rede compartilhada e convencionalizada em determinada língua. Desse modo, a ordem de análise apresentada neste capítulo corresponde à ordem de ocorrência das PEs nos textos. Posterior a essa observação, passamos para a etapa de análise com base na aplicação conjunta de frames e construções.

6.3 Representação conceitual das parêmiias especializadas

Conforme explicamos no capítulo 3, os frames propiciam o estudo das propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas das PEs, ao viabilizar a observação das características linguísticas e extralinguísticas. Por consequência, a descrição das cenas que as PEs evocam, e

a representação da informação conceitual, por meio de frames cognitivos, auxiliaram na definição das PEs, elaboração dos verbetes e explicação dos níveis de correspondência entre as línguas. Nesse ponto, os frames podem organizar a terminologia jurídica bilíngue por considerar os tipos de conhecimento e os contextos associados a essas unidades linguísticas.

Para representar a estrutura conceitual das PEs, esquematizamos os frames com base nas relações frame a frame entre as unidades lexicais (ULs) relacionadas, uma vez que esses recursos integram categorias semânticas e cognitivas de certo domínio do conhecimento para compor uma cena, o superframe. As informações das cenas formaram mapas conceituais, com o objetivo de representar a hierarquia gráfica do conceito, utilizada para recuperar a definição de cada enunciado e compará-los nos cenários entre os *corpora* analisados.

Sob essa perspectiva, projetamos o superframe *outorga_de_poderes* que se constitui de subframes, isto é, frames específicos sequenciais e inter-relacionados, em que se distribuem as PEs. Essa organização possibilitou a análise desses enunciados, nas ocorrências da Procuração, em três subframes, com as PEs representativas em frequência e os respectivos correspondentes de cada evento, a saber: atribuição de publicidade, “saibam todos quantos a presente virem” e *know all men by these presents*; nomeação do outorgante, “nomeio e constituo meu bastante procurador” e *make, constitute and appoint my true and lawful attorney*; e transferência de poderes, “agir em meu nome e lugar” e *act in my name, place and stead*.

6.3.1 Cenário de outorga de poderes

O ato jurídico unilateral outorga de poderes pressupõe um cenário prévio, no qual, antes da elaboração do documento, há um acordo de representação entre os participantes. Assim, o titular do poder (outorgante) solicita que outrem (outorgado) o represente, sem que haja a necessidade de assinatura do procurador. Após formalizar a representação por meio do

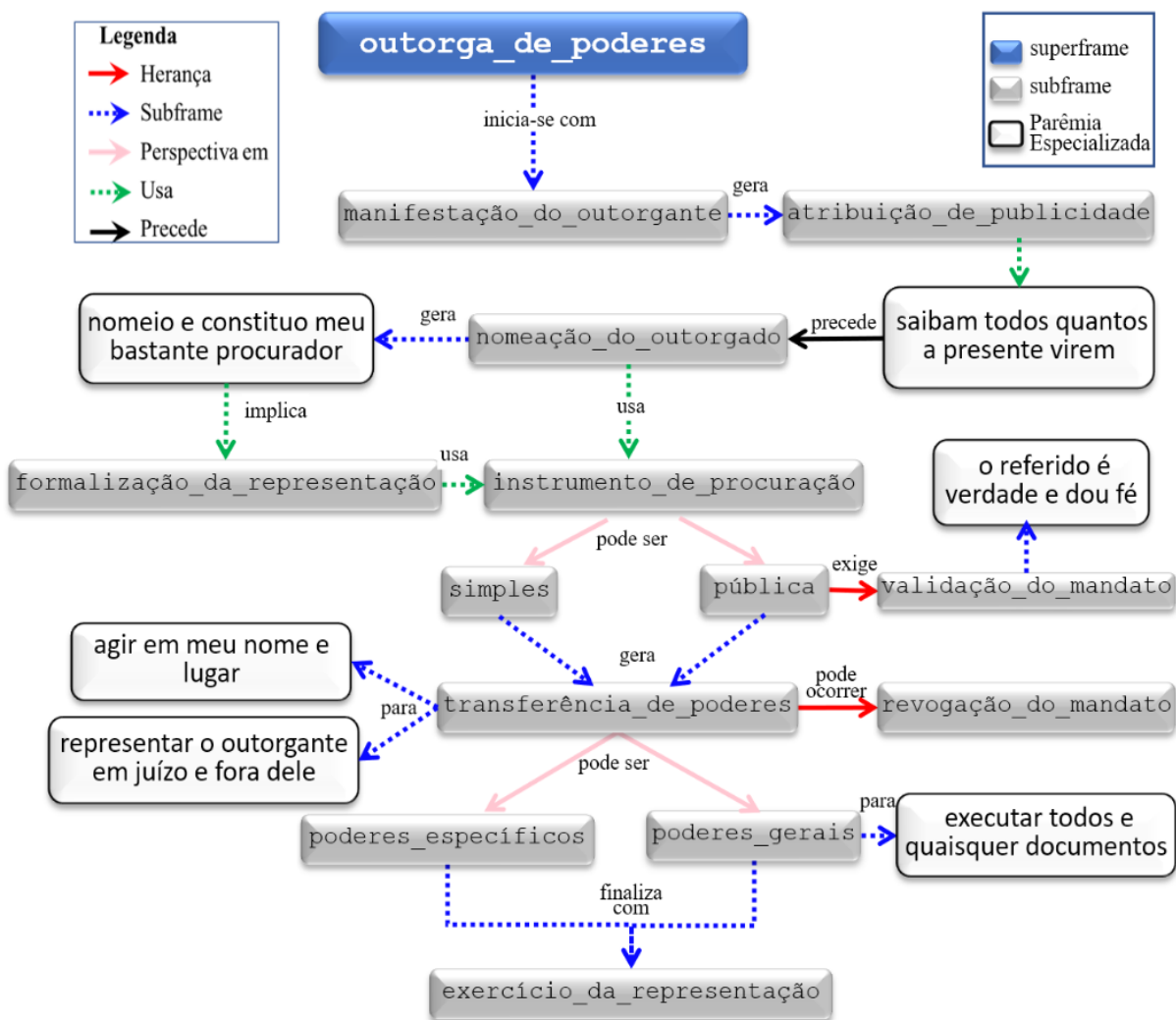
instrumento de Procuração, firma-se um acordo entre as partes envolvidas e perdura até a expiração ou revogação do documento. Nesse sentido, o evento `outorga_de_poderes` é viabilizado por uma Procuração, que configura um instrumento por escrito, por meio do qual uma pessoa nomeia outra e a investe de autoridade para executar atos específicos ou gerais em nome do titular do poder (BLACK, 1990, p. 812).

Na sequência de eventos da outorga de poderes, há enunciados que performam atos ou constataam fatos para que tenha efeito legal no país dos envolvidos. Não obstante, para que os atos de fala na Procuração produzam efeito jurídico, deve-se possuir autoridade para performá-los. Por exemplo, caso um indivíduo autodeclarar-se outorgado, o ato não surtirá efeito legal, porque a nomeação do representante é de competência exclusiva do outorgante, exceto quando há decisão judicial em trânsito por meio do devido processo legal (SILVA, 2009). Em outra situação, a falta de assinatura do outorgante pode invalidar o documento, ainda que as PEs sejam enunciadas.

Dessa forma, a Procuração consiste em uma série ordenada de conceitos relacionáveis entre si para a ocorrência do ato jurídico de outorga de poderes. Assim, esse ato decorre da sequência de subframes específicos que resultam na transferência de direitos a um representante ao estabelecer relações hierárquicas que constituem as estruturas dos superframes `outorga_de_poderes`³² (Figura 6.2), no CP1, e `granting_powers`, no CP2. Na descrição desses cenários, os elementos de frame (EFs), as relações frame a frame e as ULs evocadoras auxiliam na representação conceitual das PEs, à medida que fornecem informações acerca das propriedades intrínsecas e extrínsecas dos enunciados.

³² Utilizamos recursos gráficos para representar os frames, em que os transcrevemos com fonte do tipo `courier_new`, os elementos de frames, com letras maiúsculas, e as anotações dos papéis semânticos subscritos no contexto de uso, em referência ao padrão estabelecido por Ruppenhoffer et al. (2010 [2006]).

Figura 6.2 – Superframe outorga de poderes



Fonte: Elaborado pela autora

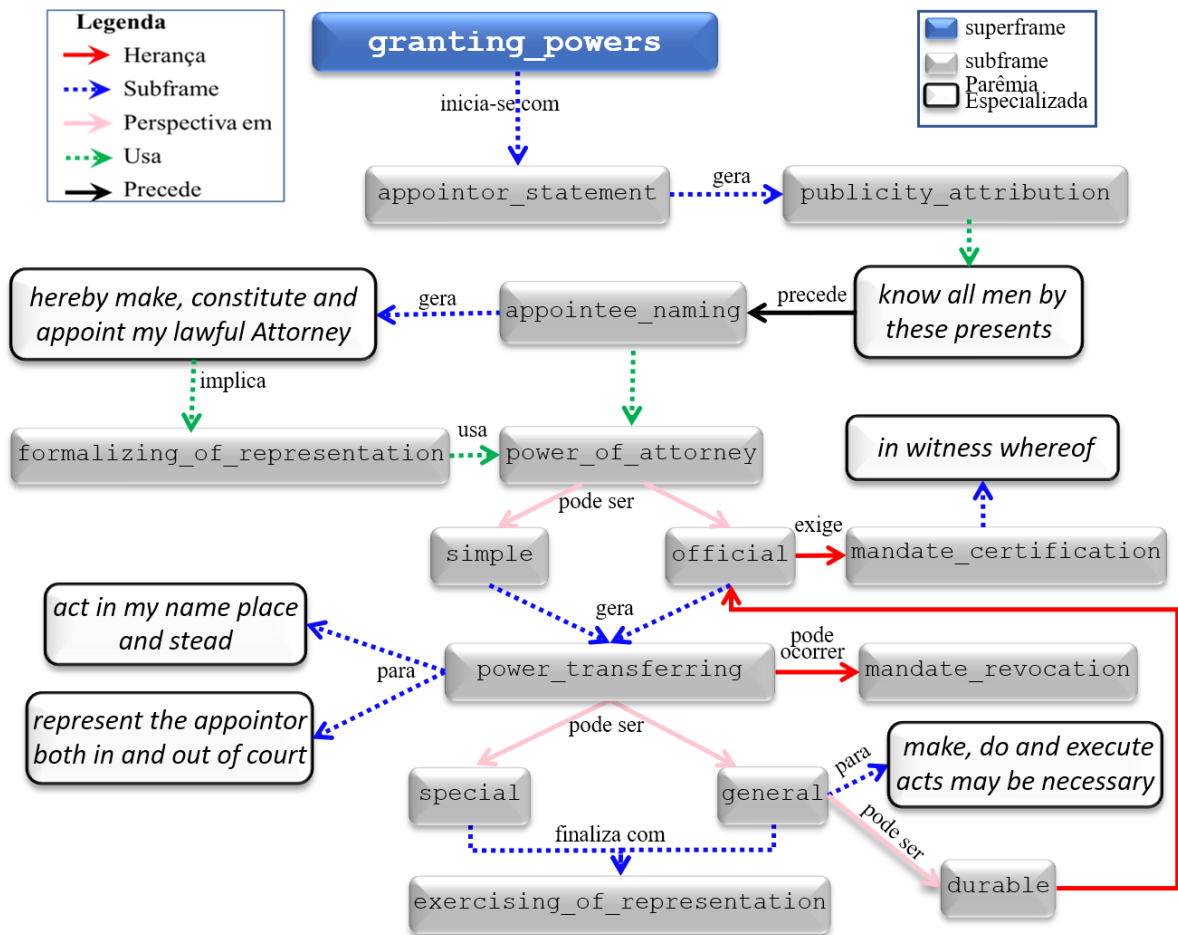
A representação do cenário `outorga_de_poderes` (Figura 6.2) inicia-se com o proferimento da vontade do titular do poder, `OUTORGANTE[AGENTE]`, mediante à PE, “saibam todos quantos a presente virem”, e o meio pelo qual o faz, “venho por meio deste instrumento de Procuração”. Esse ato manifesta a intenção do titular do poder em atribuir publicidade e autenticidade ao `INSTRUMENTO_DE_PROCURAÇÃO[TEMA]`. Em seguida, ocorre a identificação e a nomeação do `OUTORGADO[PACIENTE]`, por meio de PEs, como: “nomeio e

constituo meu bastante procurador”, para que este participante cumpra as atribuições conferidas no instrumento de Procuração.

Após essa etapa, as PEs desencadeiam uma sequência de atos relacionados à transferência de poderes do OUTORGANTE para o OUTORGADO, e.g., “agir em meu nome e lugar”, em que o titular do poder delega as competências exclusivas a um representante legal. Essa transferência pode ser de dois tipos: poderes gerais, “tomar todas e quaisquer medidas legais” ou poderes específicos, “executar os seguintes atos pela presente outorgados”. Na fase de conclusão do ato declaratório da PROCURAÇÃO do tipo pública, um profissional dotado de “fé pública” ratifica o conteúdo, “o referido é verdade e dou fé” e confere veracidade ao documento, acompanhado pela assinatura do agente, “assinei a presente e nela apus meu selo”.

De igual modo, o superframe `granting_powers` (Figura 6.3) exhibe a estrutura conceitual em IA correspondente à estrutura em PB com relações frame a frame desde a atribuição de publicidade até o exercício da representação do titular do poder pelo representante legal. Assim, observamos um padrão semelhante quanto à disposição das PEs ao longo do texto. Isso se justifica pela finalidade do ato jurídico da Procuração de transferir direitos em ambas as bases jurídicas, tanto no *Civil Law* (direito romano-germânico praticado no Brasil), quanto no *Common Law* (direito anglo-saxão praticado nos EUA). Entretanto, essas bases jurídicas podem influenciar nos poderes outorgados, por exemplo, a *Durable Power of Attorney* (procuração não revogável em caso de incapacidade) é um tipo de procuração não existente no Brasil. Esse documento ocorre em casos de incapacidade jurídica do outorgante, em que os poderes outorgados permanecerão e a Procuração ainda será válida (BLACK, 1990, p. 812).

Figura 6.3 – Superframe *granting powers*



Fonte: Elaborado pela autora

A observação do cenário outorga de poderes revela que a Procuração configura um grande ato de fala composto por enunciados ao reproduzir situações retóricas tipificadas na cultura de cada país. Dessa forma, na análise das PEs do domínio forense fez-se oportuno observar a influência dos sistemas linguísticos e das bases jurídicas, das instituições sociais e das estruturas de experiência que pressupõem os cenários conceituais para compreensão das semelhanças e diferenças entre as PEs. Por essa razão, a esquematização desse cenário auxiliou na compreensão da estrutura semântica e pragmática desses enunciados. Diante disso, verificamos que a distribuição das PEs decorre da função que exercem na Procuração, assim, analisamos três subframes principais, quais sejam:

- (1) atribuição de publicidade: intenção do outorgante de tornar conhecido o ato de outorga de poderes a outrem;
- (2) nomeação do outorgado: designação do representante legal por parte do outorgante; e
- (3) transferência de poderes: descrição das atribuições a serem praticadas pelo outorgado.

Nesses cenários, as PEs criam ações ou situações jurídicas quando um indivíduo designa outro para executar um encargo ou exercer uma função investido de poderes. Cada PE acessa os respectivos subframes para a identificação dos participantes, temas e outros papéis conceituais, nos quais a escolha da PE determina a perspectiva sobre o evento, em que os interlocutores codificam o conhecimento enciclopédico para a interpretação. Nos cenários de `outorga_de_poderes` e `granting_powers`, identificamos padrões semelhantes e, portanto, integramos as estruturas conceituais para a discussão acerca das PEs em estudo.

6.3.2 Frame atribuição de publicidade

Na primeira etapa do superframe `outorga_de_poderes`, consta a `atribuição_de_publicidade` e `publicity_attribution` ao ato jurídico, em que se inserem as PEs “saibam todos quantos a presente virem” e *Know all men by these presents*. Para a descrição do frame, anotamos os EFs no contexto de uso de forma a associar as representações conceituais às propriedades pragmáticas. Assim, a verificação no *corpus* favoreceu a compreensão dos significados das PEs nesse domínio, porque o contexto de ocorrência fornece informações acerca do conceito específico adquirido pelas PEs, nos fragmentos de texto (13) e (14), retirados dos respectivos *corpora*, CP1 e CP2.

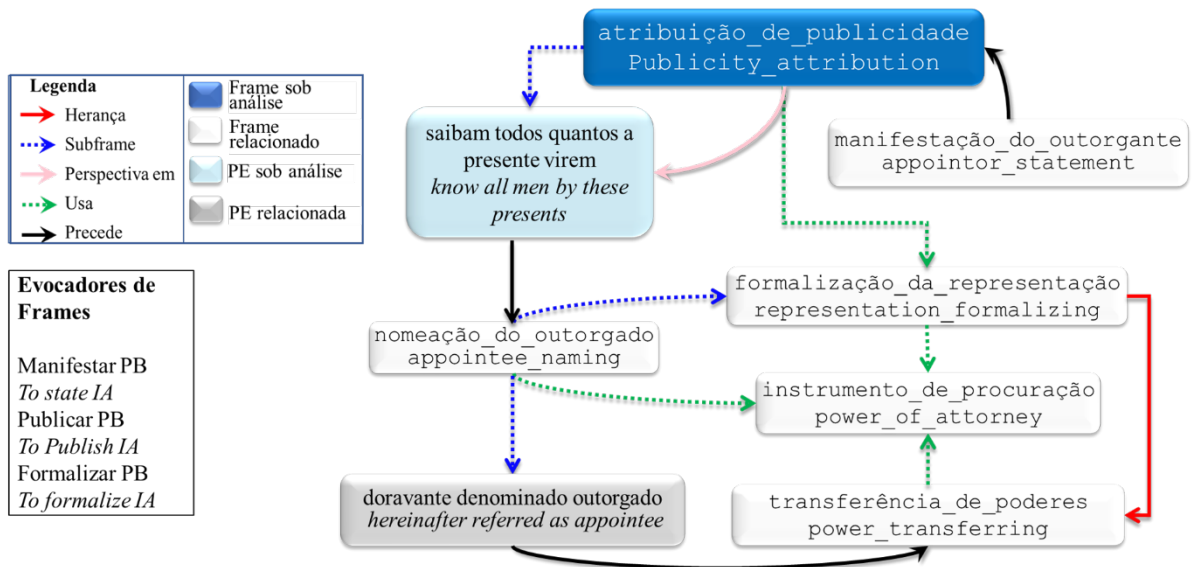
- (13) **Saibam todos quantos a presente virem** que eu, (_____) residente na (_____), Brasil, pela presente nomeio e constituo meu bastante procurador para, em meu nome, assinar todos e quaisquer documentos pela parte a mim pertencente (CP1.T028).
- (14) [...] ***Know all men by these presents, that I hereby name, constitute and appoint*** (_____) ***as my appointee to perform any and all acts in this power of attorney*** [...] (CP2.T044)³³.

No excerto (13) identificamos os EFs centrais: EU_[OUTORGANTE], o enunciador que manifesta a vontade de atribuir publicidade ao ato declaratório; PROCURADOR_[OUTORGADO], o representante legal designado a executar os atos; e PRESENTE_[TEMA], instrumento de procuração. Além desses participantes, anotamos os EFs periféricos: ASSINAR_[PODER], o direito conferido, e BRASIL_[LUGAR]. Nessa linha, na PE *know all men by these presents*, contextualizada em (14), identificamos três EFs centrais: I_[OUTORGANTE], APPOINTEE_[OUTORGADO] e POWER OF ATTORNEY_[TEMA]. Quanto aos EFs periféricos, observamos: PERFORM_[PODER] e ACTS_[TEMA] com papéis semânticos similares ao correspondente “saibam todos quantos a presente virem”.

A representação conceitual desse enunciado em IA é comparável à representação conceitual em PB. Isso implica no compartilhamento de ULs evocadoras do frame semelhantes, “manifestar”, “publicar” e “formalizar”, que associam o conhecimento linguístico às realidades culturais próprias de cada sociedade. Assim, integramos, na Figura 6.4, ambos os frames *atribuição_de_publicidade*, do CP1 e *publicity_attribution*, do CP2, que incluem os respectivos correspondentes “saibam todos quantos a presente virem” e *know all men by these presents*, destacados em azul claro em referência às PEs sob análise.

³³ [...] saibam todos quantos a presente virem, que por meio deste nomeio, constituo (_____) como meu bastante procurador para praticar todos e quaisquer atos nesta procuração [...] (CP2.T044, tradução nossa).

Figura 6.4 – Frame atribuição de publicidade



Fonte: Elaborado pela autora

Como observado na Figura 6.4, o frame atribuição_de_publicidade, inicia-se com a manifestação_do_outorgante, uma vez que requer iniciativa do titular do poder. Desse modo, o outorgante torna público o conteúdo do documento (seta azul), por meio da PE “saibam todos quantos a presente virem”, que se perspectiva (seta rosa) no conhecimento de fundo de publicização do ato. Em seguida, ocorre a nomeação_do_outorgante (seta preta) para designação do representante pela PE “doravante denominado outorgado” (seta azul).

Na sequência, a formalização_da_representação estabelece relação de herança com a transferência_de_poderes de forma a efetivar o ato mediante o uso do instrumento_de_procuração (setas verdes). Em decorrência das estruturas de eventos de “saibam todos quantos a presente virem” e *Know all men by these presents* equipararem-se, constatamos correspondência desses enunciados.

6.3.3 Frame nomeação do outorgado

A etapa de designação do procurador é representada pelo frame nomeação_do_outorgado e o correspondente appointee_naming, em que o titular do direito elege um representante legal por meio do mandato escrito. Para isso, a PE “nomeio e constituo meu bastante procurador”, no excerto (15) e a correspondente *make, constitute and appoint my true and lawful attorney* em (16), garantem o ato nessa etapa da outorga de poderes. Dessa maneira, anotamos nos contextos de uso para o enquadramento a especificação dos participantes, EFs e relações frame a frame envolvidos no ato de nomear o representante legal.

(15) [...] pela presente procuração, **nomeio e constituo meu bastante procurador** o sr. (____), portador do documento de identidade (____), CPF (____), para, em meu nome, executar legalmente os atos que se fizerem necessários aos procedimentos burocráticos, assinando por mim os documentos (CP1.T081).

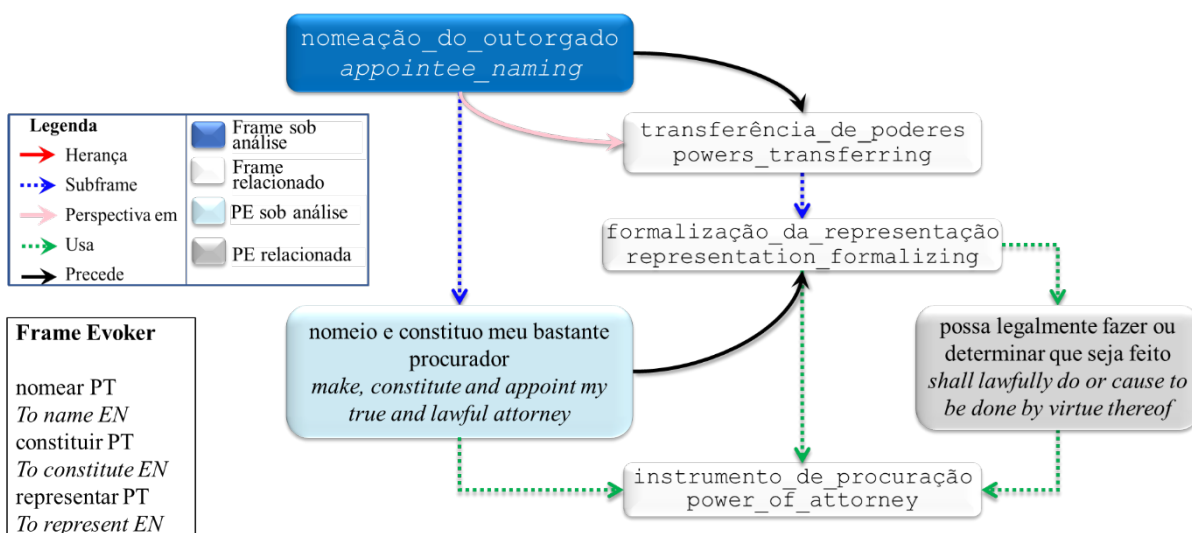
(16) [...] hereby *make, constitute and appoint my true and lawful attorney for me and in my name, place and stead, to make and execute by this power of attorney in all national territory* [...] (CP2.T044)³⁴.

Por meio da observação do contexto em (15) e (16) identificamos dois EFs centrais: MEU_[OUTORGANTE], quem manifesta a vontade de outorgar poder; PROCURADOR_[OUTORGADO], aquele que executa os atos; e PROCURAÇÃO_[TEMA], o instrumento pelo qual os poderes são transferidos. Além dos EFs periféricos: EXECUTAR_[PODER], PROCEDIMENTOS_[TEMA] e LEGALMENTE_[MANEIRA]. As ULs “nomear”, “constituir” e “representar” evocam esse frame, pois remetem ao cenário de nomeação do outorgado. O exemplo contextual da PE em (16)

³⁴ pela presente, nomeio e constituo meu bastante procurador para mim e em meu nome e lugar, para fazer e executar por meio desse instrumento de procuração em todo território nacional (CP2.T044, tradução nossa).

apresenta os EFs centrais ME_[OUTORGANTE], ATTORNEY_[OUTORGADO] e POWER OF ATTORNEY_[TEMA]. Ademais, há os EFs periféricos: CONSTITUTE_[PODER], EXECUTE_[PODER] e NATIONAL TERRITORY_[LUGAR]. Ilustramos, na Figura 6.5, a representação conceitual de nomeação_do_outorgante e appointee_naming, com as relações entre frames, identificadas por setas em cores variadas.

Figura 6.5 – Frame nomeação do outorgado.



Fonte: Elaborado pela autora

A representação na Figura 6.5 exhibe a relação de precedência (seta preta) e de perspectiva (seta rosa) da *transferência_de_poderes* com a *nomeação_do_outorgado*, em que consta a PE “nomeio e constituo meu bastante procurador” (seta azul), em razão desse enunciado designar o outorgado. Na sequência dessa PE, há a *formalização_da_representação* (seta preta) para que o outorgado “possa legalmente fazer ou determinar que seja feito”, atos em nome do outorgante investido dos poderes conferidos pelo *instrumento_de_Procuração* (seta verde). Portanto, esse enquadre qualifica as PEs “nomeio e constituo meu bastante procurador” e a correspondente

make, constitute and appoint my true and lawful attorney nessa etapa do processo de outorga de poderes em que se designa o representante, logo, formaliza-se a representação por meio dessas expressões na Procuração.

6.3.4 Frame transferência de poderes

Nos cenários *transferência_de_poderes* e *power_transferring*, ocorre a descrição dos direitos a serem exercidos pelo representante. Por esse motivo, selecionamos a PE “agir em meu nome e lugar” e a correspondente *act in my name, place and stead* para a discussão acerca das propriedades semânticas, pragmáticas e discursivas que influenciam na compreensão das funções desses enunciados no ato de outorga de poderes. Nessa perspectiva, identificamos os participantes diretos e indiretos, bem como os demais EFs, anotados nos contextos de ocorrência, exemplificados nos excertos (17) e (18).

(17) (_____), a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula *ad judicia et extra*, **agir em meu nome e lugar**, em qualquer Juízo, propondo contra quem de direito as ações competentes e defendendo-a nas contrárias (CP1.T009).

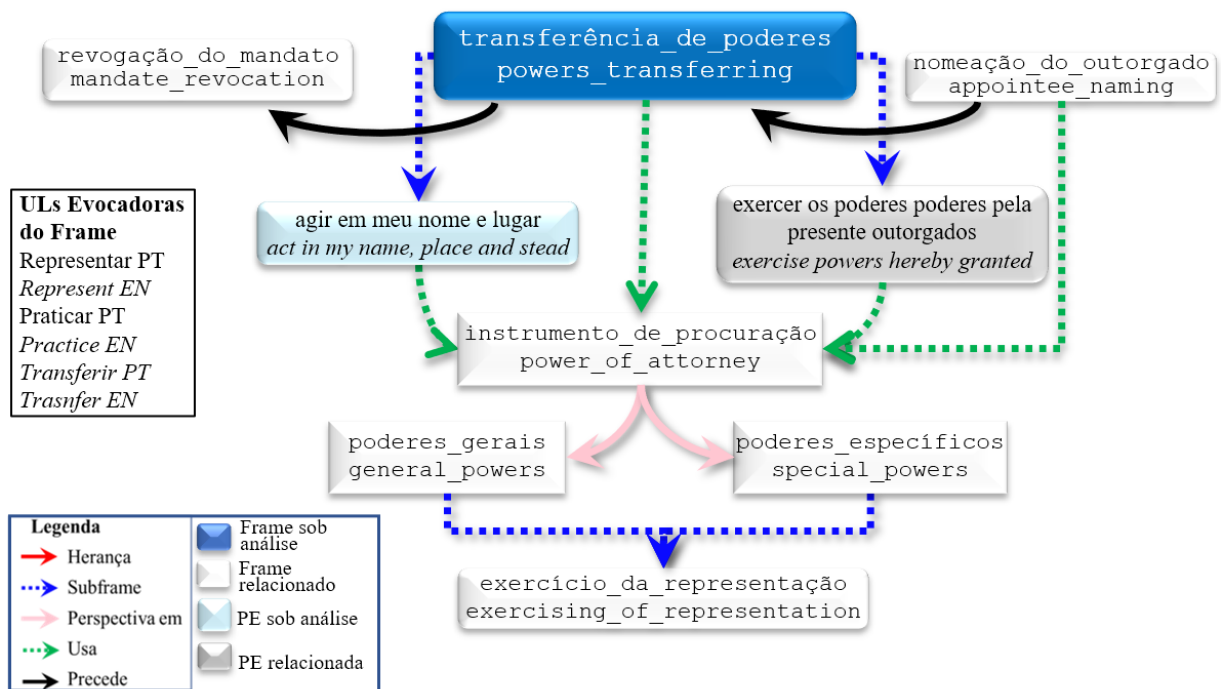
(18) [...] *my true and lawful attorney to act in my name, place and stead to do the following: The special purpose of representing her in ail acts, terms and procedures necessary to opening inventory* (CP2.T082).³⁵

Em (17), os EFs centrais são: MEU_[OUTORGANTE], aquele que concede o nome; QUEM_[OUTORGADO], aquele que recebe os poderes, e AÇÕES_[TEMA], atribuições delegadas. Além de EFs periféricos: FORO_[LUGAR] e JUÍZO_[LUGAR]. De modo semelhante, em (18),

³⁵ [...] meu bastante procurador para agir em meu nome e lugar para executar os seguintes atos: O propósito específico de representá-la em todos os atos, termos e procedimentos necessários para a abertura de inventário [...] (CP2.T044, tradução nossa).

identificamos três EFs centrais: MY_[OUTORGANTE], ATTORNEY_[OUTORGADO], INVENTORY_[TEMA]. Quanto aos EFs periféricos, observamos: ACTS_[TEMA], TERMS_[TEMA] e PROCEDURES_[TEMA]. Ademais, verificamos que as ULs “representar”, “transferir”, “praticar” evocam esse frame. Como demonstração da estrutura conceitual, na Figura 6.6, apresentamos o frame *transferência_de_poderes* e *power_transferring* em que se inserem as PEs “agir em meu nome e lugar” e *act in my name, place and stead*, respectivamente.

Figura 6.6 – Frame transferência de poderes



PE: Parêmia Especializada
 Fonte: Elaborado pela autora

A Figura 6.6 possibilita inferir que para a ocorrência do frame *transferência_de_poderes*, e *power_transferring*, é necessário que haja a nomeação_do_outorgado (seta preta), pois o frame vincula-se a um cenário geral de outorga_de_poderes. Cumpre ressaltar que, apesar de outorgado, o mandato pode ser revogado a qualquer tempo (relação de precedência representada pela seta preta).

Após a nomeação, o representante está apto a “exercer os poderes pela presente outorgados” (seta azul) e, assim, cumprir as atribuições expressas, e.g., “agir em meu nome e lugar” (seta azul), por meio do instrumento_de_procuração. Esses poderes conferidos tomam diferentes perspectivas (setas rosas): se poderes_gerais, são amplos e podem ou não estar discriminados, se poderes_específicos, encontram-se listados no documento.

Diante do exposto, a explicação das configurações conceituais favoreceu o entendimento da função que as PEs exercem na Procuração por meio da análise dessas estruturas nos contextos de ocorrência. Na medida em que há uma inter-relação das informações linguísticas e extralinguística do léxico especializado, a observação desses enunciados propiciou discussões acerca dos processos de constituição do sentido de determinado cenário. Portanto, a construção do conceito de um evento decorre das sucessivas partes de uma única cena. Discutidos os frames para representação conceitual, passamos à análise da estrutura simbólica das PEs com base na GxC.

6.4 Representação simbólica das parêntias especializadas

A forma linguística é intrínseca ao significado, uma vez que os níveis semântico e gramatical são indissociáveis, razão pela qual, neste tópico, detalhamos a representação simbólica das PEs. Com esse intuito, a análise exige uma unidade que abranja as dimensões morfossintática, semântica, pragmática e discursivas, em um conjunto integrado e estruturado: a construção. Como mencionado no capítulo 4, construções são padrões linguísticos com forma e função não previsíveis por meio das partes que os compõem ou mediante outras construções existentes. Além disso, esses “padrões são armazenados como construções, ainda que sejam

previsíveis, desde que ocorram com frequência suficiente” (GOLDBERG, 2003, p. 219, tradução nossa)³⁶.

Para a representação da estrutura simbólica das construções, a GxC utiliza-se de notação para ilustrar o pareamento entre forma e significado. Essa técnica consiste na identificação das propriedades e funções dos constituintes da construção, o que também auxilia na observação das PEs, porque descreve o passo a passo de uma análise contrastiva. Nesse ponto, adaptamos as propostas de notação de Goldberg (1995) e de Croft e Cruse (2004) por empregarem diferentes suportes gráficos, por exemplo: quadros, colchetes, subscriptos, sobrescritos, na representação das construções.

Assim, descrevemos as estruturas simbólicas das PEs e os respectivos correspondentes: “saibam todos quantos a presente virem” e *know all men by these presents*; “nomeio e constituo meu bastante procurador”; *make, constitute and appoint my true and lawful attorney* e “agir em meu nome e lugar” e *act in my name, place and stead*. Além disso, discutimos as inter-relações que estabelecem com outras PEs.

6.4.1 Construções Verbo + Complemento

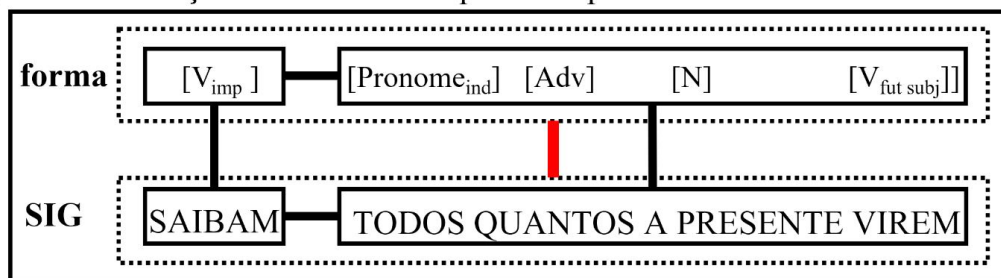
O perfilamento dos níveis linguísticos em uma única estrutura objetiva representar a natureza do significado e listar as realizações sintáticas das construções. Para isso, esquematizamos as construções da seguinte maneira: o quadro maior apresenta a construção e os quadros menores, os constituintes; o quadro pontilhado superior descreve a forma, escrita em minúsculas, e o quadro pontilhado inferior, o significado convencional, escrito em maiúsculo; as linhas verticais representam os elos de correspondência simbólica dos

³⁶ Do original: *patterns are stored as constructions even if they are fully predictable as long as they occur with sufficient frequency* (GOLDBERG, 2003, p. 219).

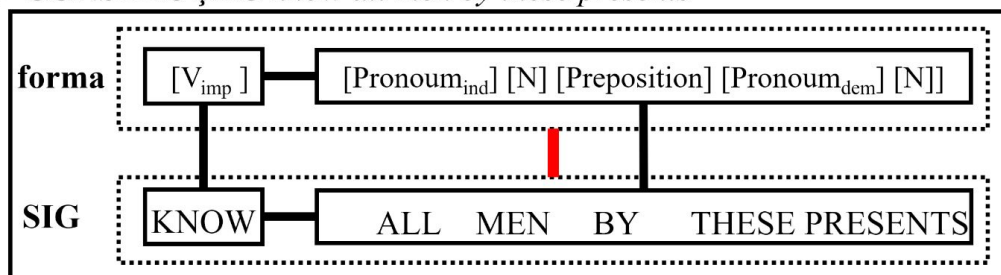
constituintes e as linhas horizontais, o mapeamento sintático-semântico; os colchetes distinguem as propriedades externas e internas das estruturas; e o subscripto especifica os constituintes. As Figuras 6.7a e 6.7b ilustram as respectivas construções “saibam todos quantos a presente virem” e *know all men by these presents*.

Figura 6.7 – Estruturas simbólicas das construções a) “saibam todos quantos a presente virem” e b) *know all men by these presents*.

a) CONSTRUÇÃO saibam todos quantos a presente virem



b) CONSTRUÇÃO know all men by these presents



V = verbo/ *verb*; imper = imperativo/ *imperative*; indet = indeterminado/ *indeterminate*; Adv = advérbio/ *adverb*; N = nome/ *noun*; fut subj = futuro do subjuntivo; dem = *demonstrative*; Adj = adjetivo/ *adjective*.
 Fonte: Elaborado pela autora

Nos quadros supracitados, as construções exibem o padrão verbo + complemento, em que o núcleo verbal “saibam” e *know* atribuem o caráter de autoridade ao ato discursivo. Os complementos “todos quantos a presente virem” e *all men by these presents* expressam, por sua vez, o testemunho de um acontecimento no momento em que se fala ou que se age. O sentido de atribuição de publicidade vem da própria construção, pois os constituintes não significam

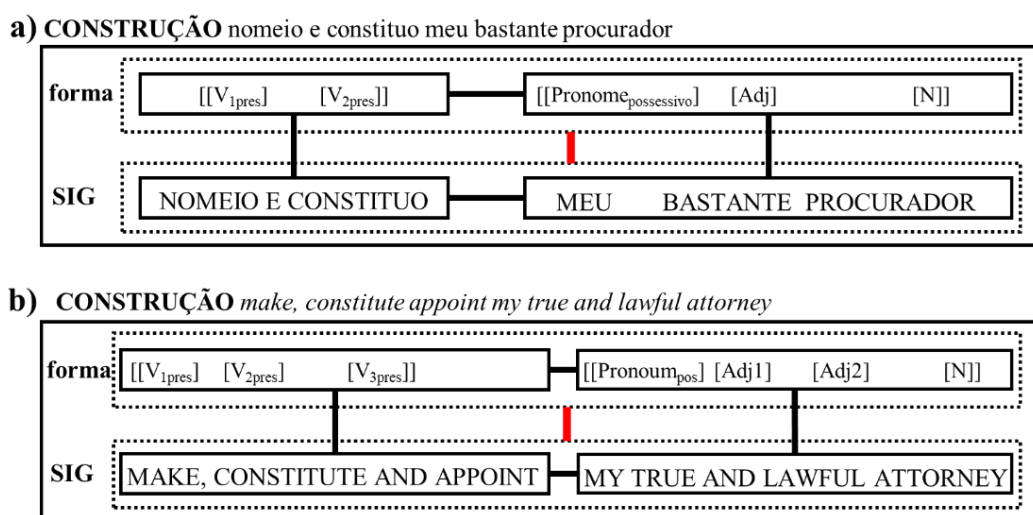
por si, isolados, mas têm significado construído em um contexto de uso, em que há a ativação cognitiva para a interpretação do significado convencional.

Convém ressaltar que a expressão “saibam todos” advém do Latim *noverint universi*, e consiste em uma declaração direcionada ao conhecimento do público sobre o conteúdo de um documento, com intuito de enunciar para todos prestarem atenção ao exposto no ato declaratório (SILVA, 2009). Por isso, as Procuções dos dois *corpora* podem iniciar-se com essa expressão, de modo a anunciar ao público a designação de um outorgado pelo outorgante. Assim, as PEs “saibam todos quantos a presente virem” e *know all men by these presents* expressam a noção de tomar conhecimento acerca de um fato, de um ato ou circunstância jurídica e desempenham função discursiva de conferir não só a publicidade, mas também a confiabilidade. Depreendemos, portanto, que a função desses enunciados na Procução consiste em manifestar a intenção do titular do poder de atribuir publicidade à concessão de direitos, exercidos por outrem.

No que concerne a ocorrência de variantes das PEs, diferente do *corpus* de Procuções em PB, verificamos variação do enunciado em IA, *know all persons by these presents* e *know all those by these present*. O fragmento *all men* (todos os homens) reporta a conduta da sociedade com relação aos negócios, realizados exclusivamente por indivíduos do sexo masculino. Com o avanço da dinâmica de convivência social, a expressão variou para *all persons* (todas as pessoas) e *all those* (todos aqueles) em referência à inclusão de todos os indivíduos. Não obstante, *know all men by these presents* ainda é frequente em Procuções. Isso demonstra que as propriedades pragmáticas e discursivas influenciam a linguagem, o que implica considerar os fatores socioeconômicos e culturais que envolvem a comunicação e a maneira dos interlocutores interagirem nos contextos.

Outras PEs que apresentam o padrão morfossintático verbo + complemento, são as construções “nomeio e constituo meu bastante procurador” e *make, constitute and appoint my lawful attorney*, descritas nas Figuras 6.8a e 6.8b. Na PE em PB, os verbos “nomear” e “constituir” transmitem a ideia de designar e, em conjunto com o complemento “meu bastante procurador”, referem-se a um indivíduo designado por outro para desempenhar um encargo ou exercer uma função. Nesse caso, o ato de nomeação estabelece o acordo entre as partes, em que o outorgante deixa claro que o nomeado está autorizado a exercer os poderes conferidos (SILVA, 1975, p. 1166). Se os poderes outorgados são “bastantes”, está o mandatário investido de autoridade, que se requer, a praticar os atos expressos no instrumento do mandato.

Figura 6.8 – Estruturas simbólicas das construções a) “nomeio e constituo meu bastante procurador” e b) *make, constitute and appoint my true and lawful attorney*.



V = verbo/ *verb*; pres indic = presente indicativo; poss = possessivo/ *possessive*; Adj = adjetivo/ *adjective*; N = nome/ *noun*.

Fonte: Elaborado pela autora

A ocorrência do correspondente em IA, *make, constitute and appoint my true and lawful attorney*, representado na Figura 6.8b, compõe-se de três verbos com o propósito de especificar o significado, em que o uso de *make*, nos domínios forenses, denota “fazer valer”, “tornar apto”,

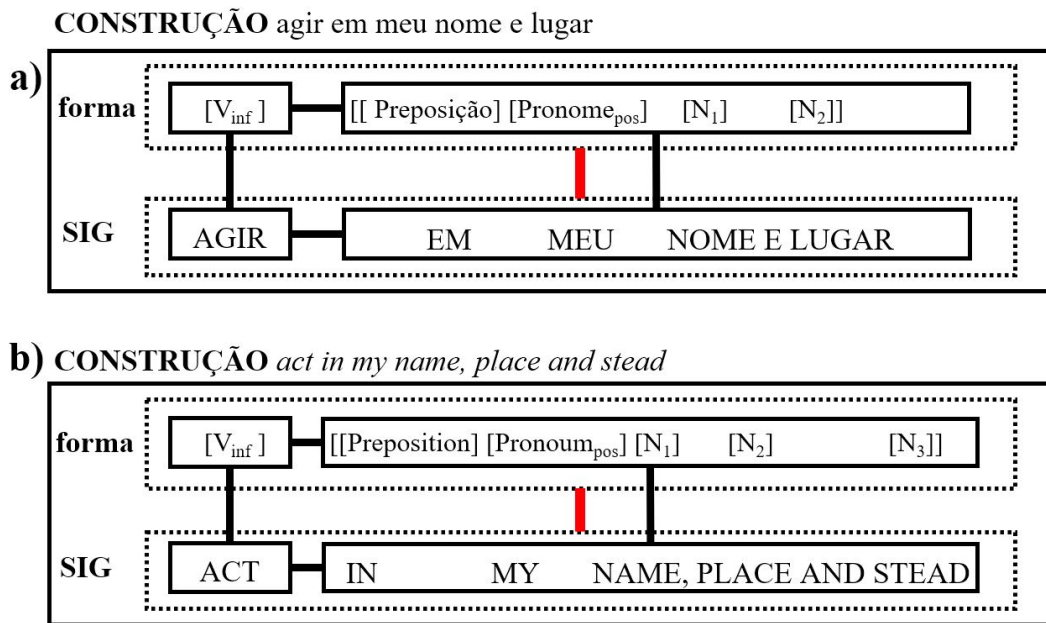
seguido pelos verbos *constitute* (constituir) e *appoint* (nomear) relacionados ao poder de nomeação (BLACK, 2009). O complemento *true and lawful attorney*, por sua vez, expressa o conceito de um procurador “verdadeiro e legítimo”, em referência à “bastante” para evidenciar o que se mostra dado com as qualidades ou condições suficientes e legalmente necessárias ao uso, tarefa ou exercício da missão de representar.

Diante do exposto, inferimos que as PEs “nomeio e constituo meu bastante procurador” e *make, constitute and appoint my true and lawful attorney* significam a determinação de um outorgado para desempenhar funções, em circunstâncias gerais ou específicas, provido de poderes bastantes, necessários e suficientes ao exercício legal da missão de representar o outorgante por meio da Procuração, que gera efeitos jurídicos desejados pelas partes envolvidas. Apesar de divergirem em termos formais, assemelham-se no significado convencional, à medida que as duas PEs referem-se à designação de um representante devidamente autorizado para tratar de assuntos ou encargos em substituição ao titular do direito.

6.4.2 Construções Verbo + Circunstância adverbial

As construções com padrão verbo + circunstância adverbial tem a função de descrever situações, por exemplo: lugar, tempo, modo ou finalidade, determinadas pelo conjunto dos constituintes. No caso da construção “agir em meu nome e lugar” do CP1, em contraste com o correspondente em IA *act in my name, place and stead*, o núcleo da predicação é o verbo no infinitivo “agir”, e *act*. Do Latim *agere*, esse verbo expressa movimento, ação de operar, de fazer, por iniciativa própria ou a mando de um agente que outorga poderes para conduzir um negócio ou praticar um ato em nome do concedente do direito (SILVA, 2009, p. 87). Descrevemos as respectivas estruturas simbólicas desses enunciados nas Figuras 6.9a e 6.9b.

Figura 6.9 – Estruturas simbólicas das construções a) “agir em meu nome e lugar” e b) *act in my name place and stead*.



V = verbo/ *verb*; inf = infinitivo/ *infinitive*; poss = possessivo/ *possessive*; Adv = advérbio/ *adverb*.
 Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme demonstrado na Figura 6.9, os argumentos “em meu nome e lugar” e *in my name, place and stead* determinam o local, a função ou o cargo que devem ser ocupados por outro na qualidade de autorizado a agir em substituição e em representação do mandante. Em contraste com a PE em PB, o enunciado correspondente em IA contém três ULs (*name, place, stead*) para enfatizar as circunstâncias da ação desse enunciado nas Procuраções, uma vez que *place* é o lugar, o espaço físico, e *stead* a posição ou a situação social ocupada em nome de outrem.

Ainda que difiram na estrutura morfossintática, essas PEs exercem funções semelhantes na Procuração de ambas as línguas. Portanto, inferimos que, na acepção jurídico-civil, o significado dessas PEs consiste na declaração de indivíduo ou instituição que transfere poderes para um representante praticar atos descritos na Procuração.

6.5 Convencionalização das parêmiias especializadas

As PEs são unidades bidimensionais de natureza cognitiva e linguística constituídas pelo pareamento entre forma-sentido. Essas características viabilizaram a observação das dimensões conceitual e gramatical para compreender a convencionalização das PEs no discurso jurídico. Como discutido no decorrer desta Tese, as PEs surgem da repetição da sequência de palavras usadas para expressar conceitos, em que o significado convencional dessas combinações sobrepõem-se aos significados isolados dos constituintes na expressão. Com o uso frequente, essas sequências de palavras tornam-se unidades idiossincráticas, uma vez que se fixaram pela repetição em falas e textos para contextualizar diversas situações comunicativas do Direito.

Bybee (2016, p. 26) denomina o processo de criação de expressões formulaicas de *chunking* (agrupamento) e o define como fenômeno no qual sequências de unidades simples são usadas em conjunto para formar unidades complexas de maneira que a “sequência repetida é acessada como uma unidade simples”. Por consequência dessa visão, podemos atestar o caráter lexical e frasal das PEs, uma vez que são unidades lexicais, por serem armazenadas em conjunto no léxico mental, e frasais, por formarem cláusulas sujeitas a alterações gramaticais, por exemplo: tempo, modo e aspecto.

Essa natureza das PEs evidencia a construção das dimensões linguísticas a cada elocução porque as operações de raciocínio, compreensão de mundo e experiência estão relacionadas à maneira como a mente humana categoriza as informações. Isso significa dizer que, no processo de formação das PEs, as propriedades sintáticas e semânticas integram-se em uma única estrutura que resulta na especificação do significado coeso, observados os graus de terminologização, à medida que possuem restrição a modificações. Para exemplificar essas considerações extraímos do CP1 a PE em (19).

(19) O referido é verdade e dou fé

Na ocorrência (19), é possível notar que, mediante gramaticalização, o verbo “dar” desfaz o sentido de ceder ou transferir a título gratuito uma coisa a outrem e assume o papel de conferir ou atribuir. De acordo com Silva (2009), “dou” significa a credibilidade conferida ao documento no qual se assina, o que resulta na própria veracidade do conteúdo expresso no texto, e.g, “dar fé”. Essa construção é representativa do CP1, pois, no final da Procuração do tipo pública, os operadores do Direito devem incluir a frase “do que dou fé”.

Nessas circunstâncias depreendemos que fatores contextuais e discursivos determinam não somente as propriedades morfossintáticas e semânticas, mas também o uso de construções. Por exemplo, “recusar fé a documentos públicos” é uma falta administrativa prevista em lei (BRASIL, 1990), o que configura uma obrigatoriedade de expressões como a observada em (19). De maneira semelhante, a ocorrência do correspondente a essa PE encontra-se exemplificada em (20).

(20) *In witness whereof*

A PE em (20) assume o sentido de atestar o conteúdo descrito no documento em que se assina. O termo em Inglês *witness* (testemunho) sugere uma certificação da parte signatária, ao passo que *whereof* (do que) reporta ao documento (BLACK, 2009). A PE em (20) advém da expressão latina *in cuius rei testimonium* (em testemunho do que) em referência às pessoas que presenciavam a assinatura do documento sob forma de declaração final em atos legais para a validação. Com posterior adaptação para o Inglês, passou à forma *in witness whereof*, que apresenta variantes verificadas no CP2, quais sejam: *witness thereof*, *in witness hereof* e *in testimony whereof*. Por conseguinte, essa PE tornou-se convencional nos textos de contratos,

testamentos, procurações e inventários celebrados entre particulares em reconhecimento do que firmam.

Nessas circunstâncias, as PEs (19) e (20) embora não mantenham relação de correspondência lexical, compartilham conteúdo semântico e pragmático, uma vez que ambas denotam validação do documento, em que o uso manifesta a anuência de um ato, fato ou negócio jurídico. Assim, a pessoa que assina, atesta o teor do documento e confere valor legal. No entanto, diferem quanto ao papel dos participantes, porque o enunciado (20), pode ser utilizado por testemunhas, autoridades ou envolvidos que podem validar o ato, ao passo que na PE (19) a certificação é performada apenas por um agente com competências exclusivas para atribuir fé pública ao ato.

Nesse sentido, as PEs tornam-se uma expressão única pelo processo de terminologização e ultrapassam o limite das palavras e a condição gramatical padrão mediante gramaticalização, uma vez que esses processos convertem a sequência livre de palavras em parênteses, que passam a desempenhar diferentes funções, nesse caso, no domínio jurídico. Essas funções advêm da formação ou modificação de uma construção de modo a alterar a gramática, pois as PEs adquirem características autônomas que tomam novas implicações pragmáticas, significados ou formas, resultado do uso contínuo em determinados contextos.

Por conseguinte, as circunstâncias comunicativas influenciam na forma e no significado das PEs, à medida que cada sociedade tem as próprias instituições sociais, experiências e formas de categorizar o mundo, o que resulta em diferentes graus de correspondência entre as línguas. Esse fato torna os estudos contrastivos, baseados em frames e construções, essenciais, porque as estruturas linguísticas apresentam relações de sentido diferentes em cada comunidade. Logo, ressaltamos que a orientação cognitiva auxilia o entendimento de fenômenos linguísticos relacionados aos estudos multilíngues, pois a esquematização dos conceitos em frames e

construções identifica semelhanças e diferenças entre as expressões, por associarem o conhecimento linguístico às experiências.

Em consequência dessas características, a dimensão pragmática é intrínseca à estrutura linguística, em que a contextualização e a interação dos interlocutores são fatores necessários à interpretação adequada do significado das PEs. Isso implica dizer que, para compreender um evento, os interlocutores associam uma situação comunicativa ao significado convencional na língua. Portanto, o ato de fala manifestado pelas PEs revela a intenção de produzir um efeito no discurso que atenda às necessidades da comunicação especializada. Com suporte de informações, como as aqui descritas, elaboramos os verbetes do Glossário Bilingue Digital de Parêmiás Jurídicas (GPjur), em que explicamos os procedimentos de sistematização no próximo capítulo.

6.6 Síntese do capítulo

Com o propósito de discutir os resultados da Tese, apresentamos, neste capítulo, as implicações acerca das parêmiás especializadas (PEs) de Procuções bilíngues analisadas sob duas perspectivas complementares: frames e construções. Por meio de frames, projetamos o cenário outorga de poderes e os subframes que o compõe, com o intuito de integrar os fundamentos cognitivos e interacionais da linguagem para a representação conceitual das PEs. Como construções, apresentamos a forma e a função desses enunciados fraseológicos na área jurídica. Diante disso, demonstramos a natureza frasal e lexical das PEs, à medida que se convencionalizam pela frequência de uso e passam a compor o acervo linguístico de domínios especializados. Os resultados obtidos viabilizaram a elaboração das definições para a compilação do Glossário Bilingue Digital de Parêmiás Jurídicas – GPjur.

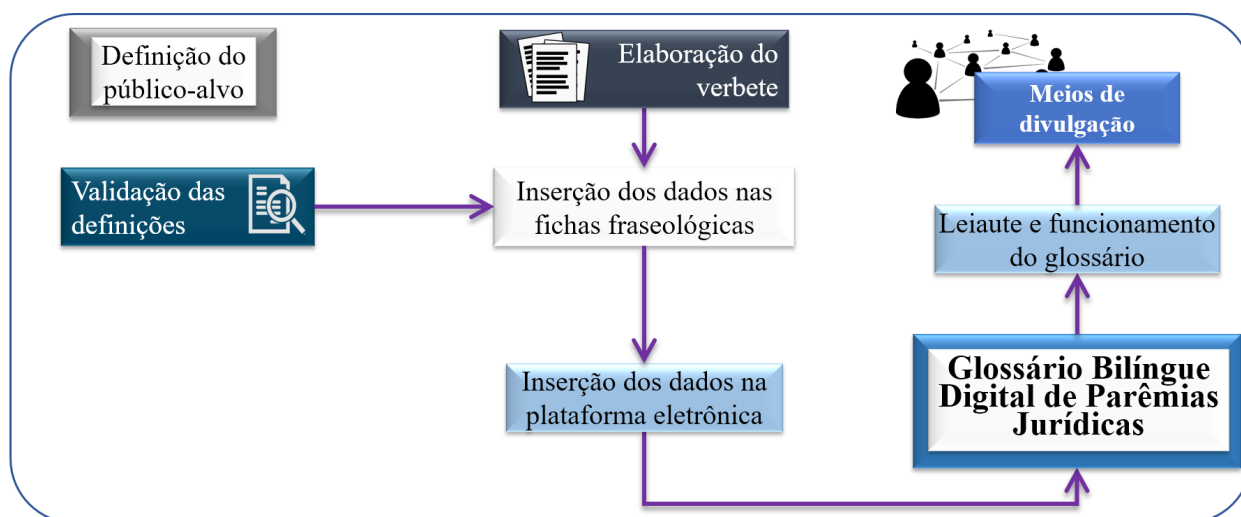
CAPÍTULO 7

COMPILAÇÃO DA OBRA TERMINOGRÁFICA

7.1 Introdução

Uma vez que organizam os conceitos de uma área específica, os glossários são documentos de referência para consulta de unidades terminológicas. De acordo com Faulstich (1995b, p. 15), esses produtos terminográficos são “repertórios em que os termos são apresentados em ordem alfabética ou em ordem sistêmica seguidos de informação gramatical e do contexto de ocorrência”. Com base nessa definição, propomos a elaboração de um glossário no par linguístico Português do Brasil (PB) e Inglês dos EUA (IA) e, portanto, bidirecional e sistêmico, denominado de “Glossário Bilingue Digital de Parêmiias Jurídicas (GPjur), como demonstração da aplicabilidade da metodologia e dos resultados obtidos nesta Tese. A Figura 7.1, a seguir, esquematiza os procedimentos de organização.

Figura 7.1 – Fluxograma da elaboração do Glossário Bilingue Digital de Parêmiias Jurídicas



Fonte: Elaborado pela autora.

A sistematização do GPjur organiza-se em duas etapas: na seção 7.2, descrevemos a metodologia para elaboração do glossário que se inicia pela especificação do público-alvo, seguida dos procedimentos de inserção dos dados selecionados nas fichas fraseológicas. Posteriormente, definimos o modelo de verbete com base nos aportes teóricos e práticos de Faulstich (1995b; 2010b), e, ao final, validamos as definições das PEs com o auxílio de especialistas nativos nas respectivas línguas em estudo e de material terminográfico de referência na área.

Na segunda etapa deste capítulo, seção 7.3, apresentamos o GPjur, composto de macroestrutura e microestrutura. Com relação à primeira, refere-se aos textos complementares para auxílio no entendimento da obra terminográfica. A segunda, por conseguinte, consiste no conteúdo dos verbetes do glossário. Além disso, por ser publicado na versão digital, explicamos a plataforma de hospedagem, o leiaute do site, o funcionamento e os meios de divulgação desse produto terminográfico. A seção a seguir descreve os procedimentos para a elaboração do GPjur.

7.2 Procedimentos de elaboração do GPjur

7.2.1 Definição do público-alvo

Na elaboração de obras terminográficas, delimitar o público-alvo é uma das primeiras etapas. A esse respeito, Faulstich (1995b, p. 21) explica que o usuário é um indicativo para elaborar essas obras de forma adequada ao público, pois o próprio leitor para o qual esse material é direcionado, na busca pela compreensão de conceitos, pode identificar a falta de definição de algum termo, ou ainda de material de referência na área específica. Em vista disso, o produto desta pesquisa é direcionado a:

- a) profissionais do âmbito jurídico e áreas correlatas: advogados e notários;
- b) estudantes do curso de Direito, professores, pesquisadores; e
- c) tradutores.

O público-alvo recorre com frequência a conceitos específicos da Procuração para compreender, redigir ou traduzir o conteúdo normativo típico desse documento. Assim, necessita de definições das expressões formulaicas desse gênero textual. Por causa da ausência de material terminográfico dessa natureza, a criação de um glossário pode contribuir para a acessibilidade da linguagem de especialidade em questão a esse público, uma vez que, durante a observação dos dados da pesquisa, não foram encontradas, nas referências consultadas, definições do tipo de parêntesis em análise. Em consequência disso, é comum a inadequação de correspondência entre os enunciados, o que dificulta tanto o entendimento dos poderes outorgados quanto o efeito jurídico necessário à redação do texto. A seguir, descreveremos os procedimentos para a elaboração da microestrutura do GPjur.

7.2.2 Elaboração da microestrutura do glossário

Após a definição do público-alvo, iniciamos a sistematização das informações obtidas nas fases anteriores desta Tese para criação da microestrutura do GPjur. Utilizamos como referência para a elaboração do material os pressupostos teóricos e metodológicos de Faulstich (1995b). Nesse texto, a autora descreve métodos para a criação e organização desse tipo de produto terminográfico. Essa metodologia foi detalhada pela autora em obras subsequentes, como em Faulstich (2010b), de que utilizaremos o modelo de ficha terminológica³⁷ com os campos necessários como base para a composição da microestrutura.

³⁷ Faulstich (2010b, p. 183) refere-se a esse formulário como ficha terminográfica.

O modelo de ficha terminológica de Faulstich (2010, p. 180 a 182) (Quadro 7.1) contém os seguintes campos: 1) entrada – “unidade linguística que possui o conteúdo semântico da expressão terminológica”; 2) categoria gramatical – classe de palavra na qual a entrada está inserida; 3) gênero – “indicativo do gênero a que pertence o termo na língua descrita”; 4) variante – “formas concorrentes com a entrada”; 5) sinônimo – “formas coocorrentes” com sentido e significado correspondente à entrada; 6) área – domínio do conhecimento de origem da entrada; 7) definição – “sistema de distinções recíprocas” que descrevem conceitos da entrada; 8) fonte da definição – nome do autor, da obra, data, de compilação da definição.

Quadro 7.1 – Ficha terminológica de Faulstich (2010, p. 183).

FICHA TERMINOLÓGICA	
Número	
1. entrada	
2. categoria gramatical	
3. gênero	
4. variante (s)	
5. sinônimo (s)	
6. área	
7. definição	
8. fonte da definição	
9. contexto	
10. fonte do contexto	
11. remissiva (s)	
12. nota	
13. equivalente ³⁸	
14. autor	
15. redator	
16. data	

Fonte: Adaptado de Faulstich (2010b)

³⁸ Cumpre mencionar que em trabalhos subsequentes, Faulstich (2010b) substituiu o campo “equivalente” por “correspondente”.

A lista segue com os campos: 9) contexto – fragmento de um texto que registra a entrada; 10) fonte do contexto – nome do autor, da obra, e data de onde o contexto foi extraído; 11) remissivas – “sistema de relação de complementaridade entre termos”; 12) nota – comentários que complementam a definição; 13) equivalente – correspondente em línguas estrangeiras; 14) autor – profissional responsável pela elaboração do verbete; 15) redator – profissional responsável pelo preenchimento da ficha; e 16) data – período de preenchimento da ficha.

Para sistematizar as informações das PEs na microestrutura do GPjur, adaptamos a ficha terminológica de Faulstich (2010b) e a denominamos de ficha fraseológica por causa da natureza dos dados. Entre as alterações na ficha, suprimimos o campo “gênero” e “sinônimo”, pois essas informações não se aplicam às PEs. Por outro lado, incluímos os campos para inserção dos resultados obtidos, quais sejam: “estrutura” e “elementos de frames”.

Nesta pesquisa, a ficha fraseológica constitui-se dos seguintes campos³⁹: 1) *entrada – espaço destinado à inserção da unidade fraseológica; 2) *estrutura – forma gramatical da unidade fraseológica; 3) variante – possíveis formas linguísticas de expressar a entrada; 4) área – especificação do domínio de conhecimento; 5) *definição – conjunto de características que descreve o significado; 6) *fonte da definição – iniciais da autoria e data da obra de onde foi compilada a definição; 7) *contexto – fragmento de um texto que registra a entrada; 8) fonte do contexto – autoria e data do contexto.

Completam a lista, os campos: 9) *remissiva – formas linguísticas relacionadas à entrada; 10) elementos de frames – função semântica dos participantes do frame, os quais são divididos em: centrais, que interagem diretamente na cena (agente, paciente e tema), e periféricos, que são palavras ou frases sem influência direta com a cena, apesar de

³⁹ Os campos assinalados com o asterisco (*) referem-se à obrigatoriedade do preenchimento. Os demais campos, por sua vez, podem ou não compor o verbete.

complementá-la, e.g.: expressões de maneira, lugar e tempo; 11) nota – informações complementares; 12) correspondente – unidade fraseológica com relação de correspondência em línguas estrangeiras; 13) *autor – profissional responsável pela elaboração do verbete; 14) *redator – responsável pelo preenchimento da ficha; e 15) *data – período de preenchimento da ficha. O Quadro 7.2 ilustra a ficha fraseológica adaptada de Faulstich (2010b).

Quadro 7.2 – Modelo de ficha fraseológica

FICHA FRASEOLÓGICA		
Número		
1.	entrada	
2.	estrutura	
3.	variante (s)	
4.	área	
5.	definição	
6.	fonte da definição	
7.	contexto	
8.	fonte do contexto	
9.	remissiva (s)	
10.	elementos de frames	Centrais periféricos
11.	nota	
12.	correspondente	
13.	autor	
14.	redator	
15.	data	

Fonte: Elaborado pela autora com base em Faulstich (2010b).

O Quadro 7.2 ilustra os campos para o preenchimento dos verbetes. Esse procedimento facilita a revisão e a transferência das informações diretamente para a organização da microestrutura, porque cada campo do formulário descreve o repertório a ser redigido. Explicados os campos para o registro das informações, iniciamos a inserção dos dados na estrutura da ficha fraseológica.

7.2.3 Inserção dos dados nas fichas fraseológicas

Para a formulação das definições, preenchamos as fichas com os dados selecionados, discutidos, analisados e sistematizados nas etapas anteriores. A título de exemplo, ilustramos a ficha fraseológica preenchida com as informações da PE “agir em meu nome e lugar” do CP1 no Quadro 7.3.

Quadro 7.3 – Ficha fraseológica da parêmia “agir em meu nome e lugar”

FICHA FRASEOLÓGICA				
Número				
1.	entrada	agir em meu nome e lugar		
2.	estrutura	Verb. + Circ. Adv.		
3.	variante (s)	agir por mim e em meu nome		
4.	área	Direito		
5.	definição	Declaração do outorgante ou instituição para transferência de poderes ao outorgado para que este pratique atos, específicos ou gerais, expressos em um instrumento de procuração.		
6.	fonte da definição	Adapt. VJ, 2009		
7.	contexto	A quem confere amplos poderes para o foro em geral agir em meu nome e lugar, em juízo ou fora dele.		
8.	fonte do contexto	CP1.T009.		
9.	remissiva	outorgante; transferência de poder; outorgado; instrumento de procuração.		
10.	elementos de frames	<table border="1"> <tr> <td> Centrais: OUTORGANTE [agente] OUTORGADO [paciente] INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO [tema] COMPROMISSO [tema] </td> <td> Periféricos: ADVOGADO [paciente] TABELIÃO [paciente] ad judícia et extra [lugar] </td> </tr> </table>	Centrais: OUTORGANTE [agente] OUTORGADO [paciente] INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO [tema] COMPROMISSO [tema]	Periféricos: ADVOGADO [paciente] TABELIÃO [paciente] ad judícia et extra [lugar]
Centrais: OUTORGANTE [agente] OUTORGADO [paciente] INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO [tema] COMPROMISSO [tema]	Periféricos: ADVOGADO [paciente] TABELIÃO [paciente] ad judícia et extra [lugar]			
11.	nota			
12.	correspondente	act in my name, place and stead		
13.	autor	NMCB		
14.	redator	NMCB		
15.	data	10/01/2022		

Fonte: Elaborado pela autora com base em Faulstich (2010b).

O registro de preenchimento dos verbetes ocorreu tanto em língua portuguesa quanto em língua inglesa. Com o uso de fichas fraseológicas, as análises feitas no decorrer da pesquisa, não contemplavam apenas a língua, mas a cultura jurídica de cada país, evidenciadas pelo contexto e pelas correspondências, foram inseridas para compor o verbete por causa da organização adotada. O Quadro 7.4 ilustra a ficha fraseológica preenchida com a PE *act in my name, place and stead* do CP2.

Quadro 7.4 – Ficha fraseológica da parêmia *act in my name, place and stead*

FICHA FRASEOLÓGICA			
Número			
1.	Entrada	act in my name, place and stead	
2.	estrutura	Verb. + Adv. Circ.	
3.	variante (s)	act for me and on my behalf	
4.	Area	Direito	
5.	Definição	Declaration of the appointor or institution to powers transferring to the appointee legally perform specific or general actions expressed in a power of attorney.	
6.	fonte da definição	Adapt. BLD, 2009.	
7.	Contexto	My said attorney is empowered hereby to act in my name, place and stead to do the following procedures.	
8.	fonte do contexto	CP2.T116	
9.	remissiva	Appointor; power transferring; appointee; power of attorney.	
10.	elementos de frames	Centrais: APPOINTOR [agente] APPOINTEE [paciente] POWER OF ATTORNEY [tema]	Periféricos: ATTORNEY [paciente]
11.	Nota		
12.	Correspondente	agir em meu nome e lugar	
13.	Autor	NMCB	
14.	Redator	NMCB	
15.	Data	12/01/2022	

Fonte: Elaborado pela autora com base em Faulstich (2010b).

Conforme demonstra os quadros supracitados, a ordenação dos dados em fichas fraseológicas possibilitou a distribuição necessária das informações de cada PE. Assim, viabilizaram não só a revisão das informações de cada espaço, mas também a verificação quanto à adequação da correspondência entre esses enunciados fraseológicos nos dois *corpora* (PB e IA). Portanto, essa organização da microestrutura favoreceu a elaboração do glossário bilíngue, à medida que esse tipo de obra requer um método que, de fato, descreva as especificidades das duas línguas em estudo.

7.2.4 Validação das definições das parêmiás

Com vistas à adequação das definições formuladas, recorreremos a dois advogados, falantes nativos de cada língua em estudo, e a uma tradutora juramentada, que colaboraram nos ajustes necessários para a criação de uma definição mais precisa, com o objetivo de atender ao público-alvo e às atividades de rotina desses profissionais. A validação técnica, em parceria com especialistas, pode auxiliar no emprego correto do significado dos termos porque, segundo Faulstich (1995b), “o especialista em terminologia, via de regra, não tem pleno domínio do significado dos termos das diversas áreas do conhecimento científico ou tecnológico”. Além de recorrer a especialistas da área, consultamos obras terminográficas para a adequação das definições. O Quadro 7.5 lista o material de referência jurídica em PB.

Quadro 7.5 – Obras terminográficas em Português para validação dos verbetes.

Título	Autor	Ano
Dicionário Jurídico	Maria Chaves de Mello	2006
Vocabulário Jurídico	De Plácido e Silva	2009
Dicionário de Verbos Jurídicos	Antônio Henriques e Maria de Andrade	2010

Fonte: elaborado pela autora.

Utilizamos esse material (Quadro 7.5) para a verificação dos termos e expressões da área. Porém, essas obras não contêm textos definitórios para as PEs. Não obstante, verbos, termos, colocações, entre outras formas linguísticas fornecem indícios para a construção das definições, além da verificação do sentido adquirido pela PE no contexto. Também consultamos a correspondência entre as PEs em dicionários de língua inglesa (Quadro 7.6).

Quadro 7.6 – Obras terminográficas em Inglês para validação dos verbetes.

Título	Autor	Ano
Random House Webster's Dictionary of the Law	James E. Clapp	2000
The Oxford Companion to Law	Peter Cane e Joanne Conaghan	2008
Black's Law Dictionary	Henry Campbell Black	2009

Fonte: elaborado pela autora.

As obras descritas (Quadro 7.6) são utilizadas pelos especialistas da área como material de referência para consulta e foram empregadas com a finalidade de criar e validar as definições em PB e IA. Após as etapas de elaboração dos verbetes, iniciamos os procedimentos para inserção dos dados na plataforma eletrônica, site da internet responsável por hospedar o conteúdo do GPjur. Para esse propósito, escolhemos a plataforma Wix.com, descrita a seguir.

7.3 Apresentação do Glossário Bilingue Digital de Parêmiás Jurídicas

7.3.1 Plataforma de hospedagem

Utilizamos uma plataforma on-line para a compilação do GPjur, pois os recursos digitais representam importantes meios para a elaboração de obras terminográficas, por causa da praticidade, da economia de tempo e do menor investimento de recursos financeiros, quando

comparados às obras impressas. Em um repositório digital, as informações alcançam um nível global, pois a internet conecta diferentes povos, que poderão utilizar nosso glossário para consultar os significados das PEs para formalizar transações jurídicas.

Convém considerar que, para o desenvolvimento e a disponibilização de conteúdo on-line mais complexo, é necessário dispor não só de pessoal especializado para programar e gerenciar as funções dos algoritmos, mas também da aquisição de domínios exclusivos do tipo “.com” na internet, o que envolve custos adicionais. Para contornar essas limitações, sites dedicados à produção de conteúdo na internet, como o Wix.com, estão disponíveis de forma gratuita aos usuários.

A plataforma Wix.com é um algoritmo que opera de forma on-line, criado em 2006, por Avishai Abrahami, Nadav Abrahami e Giora Kaplan, desenvolvido para elaboração, edição e publicação de sites na web em formato HTML (*Hypertext Markup Language*) (ZUKERMAN, 2012). Consideramos o site adequado para hospedar o produto terminográfico, porque dispõe de funcionalidades necessárias para o registro da macroestrutura, microestrutura, textos, imagens, áudios e vídeos, além de facilitar o gerenciamento do conteúdo.

Entre as vantagens da plataforma Wix.com, destacamos a interface intuitiva, razão pela qual auxilia no desenvolvimento de sites; a compatibilidade com dispositivos móveis; e a disponibilidade de uma versão gratuita, na assinatura básica. Outra potencialidade é que essa plataforma oferece diversos *templates* (modelos) de páginas na internet, que podem ser personalizados, conforme os objetivos do usuário.

Apesar das potencialidades descritas, há algumas desvantagens relacionadas a esse ambiente virtual, principalmente, à política de acesso restrito da empresa ao código final gerado, o que impossibilita a portabilidade, ou seja, a utilização do modelo editado em outras plataformas. Ademais, algumas opções de acessibilidade ainda estão pouco desenvolvidas e

outras indisponíveis, embora existam aplicações de leitura automática e imagens com legendas para audiodescrição dos elementos gráficos.

Uma vez apresentadas as características da plataforma para o GPjur, procedemos à elaboração do leiaute do conteúdo da página e do modelo de verbete. Selecionamos o design do site e os elementos gráficos de acordo com a temática desta pesquisa, área jurídica e linguística, de modo a propiciar um ambiente virtual organizado e intuitivo para uma navegação fluida pelo conteúdo do GPjur. Em seguida, determinamos o modelo do verbete com os campos necessários à microestrutura. Para preenchimento dos campos da microestrutura, carregamos os dados de cada ficha fraseológica na plataforma Wix.com por meio de arquivos no formato .txt. A seguir apresentaremos a macroestrutura e a microestrutura, bem como as instruções de uso do GPjur.

7.3.2 Macroestrutura do Glossário

A macroestrutura de um produto terminográfico compreende o conjunto da obra e contém informações para sistematizar os dados. De acordo com Faulstich (2010b, p.169), a macroestrutura auxilia a consulta ao material porque contém informações complementares, por exemplo: introdução, anexos, referências de obtenção dos dados, autoria, equipe responsável pela compilação do produto, período de elaboração, esquemas e redes conceituais que interligam os verbetes.

Em face do exposto, distribuimos o conteúdo do GPjur em guias de acesso às informações, de modo a proporcionar uma navegação intuitiva ao usuário. Para isso, selecionamos uma interface gráfica, com o tema da área jurídica, exemplificada pelo leiaute da página inicial tanto em língua portuguesa (Figura 7.2a) quanto em língua inglesa (Figura 7.2b).

Figura 7.2 – Interface da página inicial do glossário



Fonte: Elaborado pela autora.

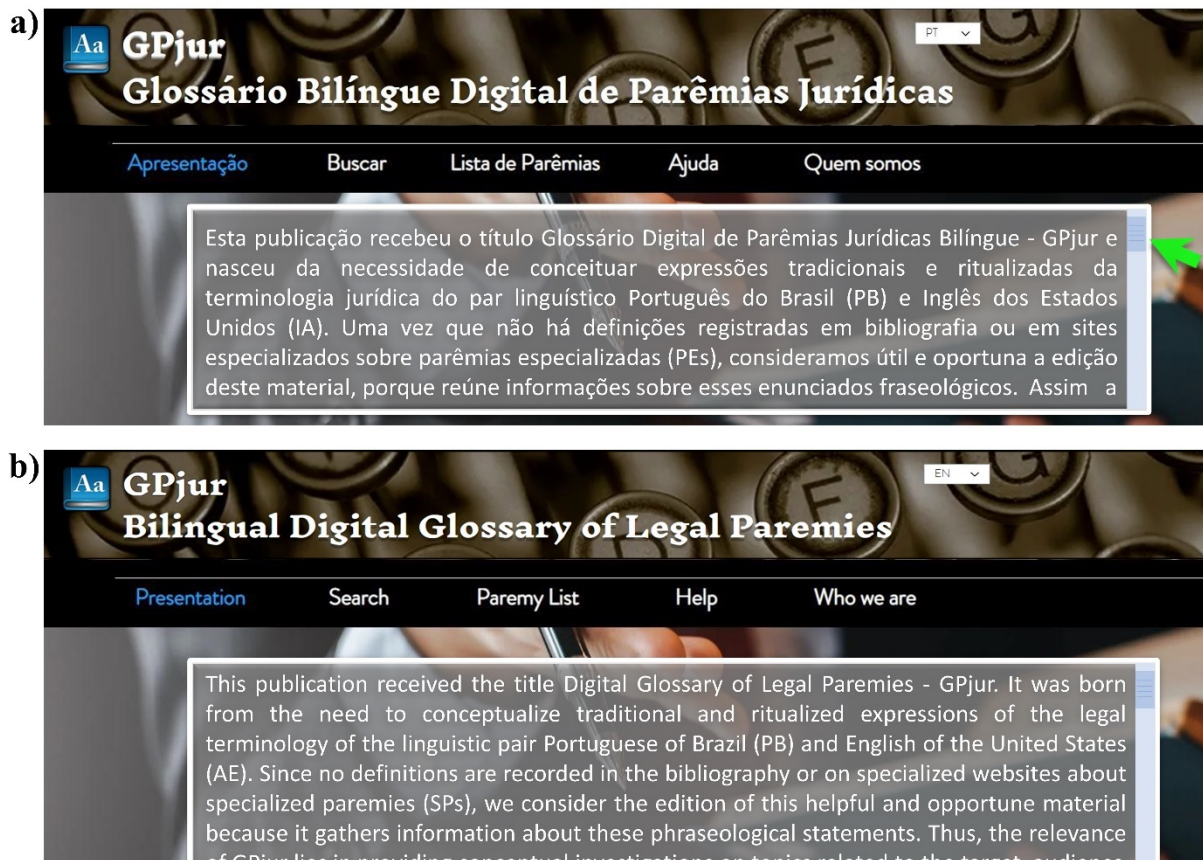
Conforme ilustrado nas Figuras 7.2a e 7.2b, a disposição do menu em abas (quadro tracejado verde) visa a favorecer a acessibilidade aos verbetes e às informações adicionais, além de propiciar uma navegação dinâmica pelo conteúdo do site. A macroestrutura e a microestrutura distribuem-se por cinco abas na interface do glossário, a saber:

Apresentação/ *Presentation* – informações introdutórias sobre a obra; Buscar/ *Search* – possibilidade de pesquisar as PEs, ou parte delas; Lista de Parêmiás/ *Paremiés List* – relação das PEs registradas no glossário; Ajuda/ *Help* – informações para auxiliar o leitor na utilização do glossário como lista de abreviaturas, siglas e símbolos com reduções de termos e sinais gráficos da microestrutura; e Quem somos/ *Who we are* – dados do projeto de pesquisa e da autoria da obra.

7.3.2.1 Guias Apresentação/ *Presentation*

Na guia “Apresentação”, bem como na guia correspondente em IA, *Presentation*, incluímos informações acerca do objetivo do glossário, do que motivou a elaboração, do público a quem se direciona a obra e da forma de compartilhamento. Além disso, informamos a quantidade de verbetes que compõem as microestruturas das versões em PB e IA, a organização e demais conteúdos suplementares. Ao clicar sobre essa guia, no canto direito da tela da página inicial, abrirá uma janela suspensa com o texto introdutório do GPjur (Figura 7.3). Essa janela contém a ferramenta barra de rolagem, seta verde claro à esquerda, com a função de projetar textos contínuos nos casos em que a extensão excede as dimensões e a resolução da tela.

Figura 7.3 – Guias (a) Apresentação e (b) *Presentation*.



Fonte: Elaborado pela autora.

Nas Figuras 7.3a e 7.3b, é possível observar a disposição das informações das guias com a introdução do GPjur no quadro em cinza. Ao longo do texto, explicamos que o produto terminográfico compõe-se de 58 entradas na versão em PB e 66 no correspondente em IA, o que totaliza 124 entradas. Cada verbete constitui-se da entrada, que pode ser uma PE ou termos remissivos, com as respectivas definições associadas aos contextos e ilustrações de frames que inter-relacionam a microestrutura, além do correspondente em língua estrangeira.

7.3.2.2 Guias Buscar/ *Seach*

O mecanismo de busca, disponível nas guias *Buscar/ Seach*, é uma aplicação projetada para pesquisar o conteúdo do banco de dados do GPjur ou em sites externos. Assim, ao consultar determinada entrada, o algoritmo retorna os resultados relacionados. Ressaltamos que o site está programado para exibir o conteúdo em PB, contudo, pode ser inicializado em língua inglesa de forma automática, a depender da configuração do navegador. Além disso, por meio de um menu, no cabeçalho, o usuário selecionará uma dessas línguas, diretamente na interface do glossário em qualquer aba.

O GPjur dispõe de três mecanismos de busca: Índice A-Z, Busca no site e Busca externa com os respectivos correspondentes. No tipo de busca por Índice A-Z, as entradas estão organizadas em ordem alfabética, com um hiperlink para cada letra, de modo que, ao clicar sobre esses caracteres, o usuário será encaminhado para a relação de entradas, em PB ou IA com a respectiva inicial acionada. As Figuras 7.4a e 7.4b ilustram os mecanismos de busca possíveis das respectivas abas *Buscar* e *Search* com destaque para a modalidade Índice A-Z.

Figura 7.4 – Guias (a) Buscar e (b) Search.



Fonte: Elaborada pela autora.

A Busca no site, por sua vez, retorna às entradas registradas na plataforma do GPjur pesquisadas pelo leitor, que acessará os referidos verbetes. Essa funcionalidade permite buscar as PEs, ou termos, de maneira direta ao digitar total ou parte da PE no campo “Entre com o termo buscado” e clicar no ícone 🔍. De maneira semelhante a possibilidade de Busca externa utiliza buscadores na internet para retornar aos resultados relacionados ao termo pesquisado.

7.3.2.3 Guias Lista de Parêmiás/ *Paremies List*

Outra forma de navegação pelo conteúdo do GPjur é pela guia “Lista de Parêmiás”, *Paremies List*, em que elencamos a relação das PEs em ordem alfabética. Como resultado desta pesquisa, registramos no banco de dados as PEs em PB e as correspondentes em IA somadas

às variantes desses enunciados fraseológicos. A Figura 7.5a exibe a página da lista de PEs em PB e a 7.5b, as PEs em IA.

Figura 7.5 – Guias (a) Lista de Parêmiias e (b) *Paremyes List*.



Fonte: Elaborada pela autora

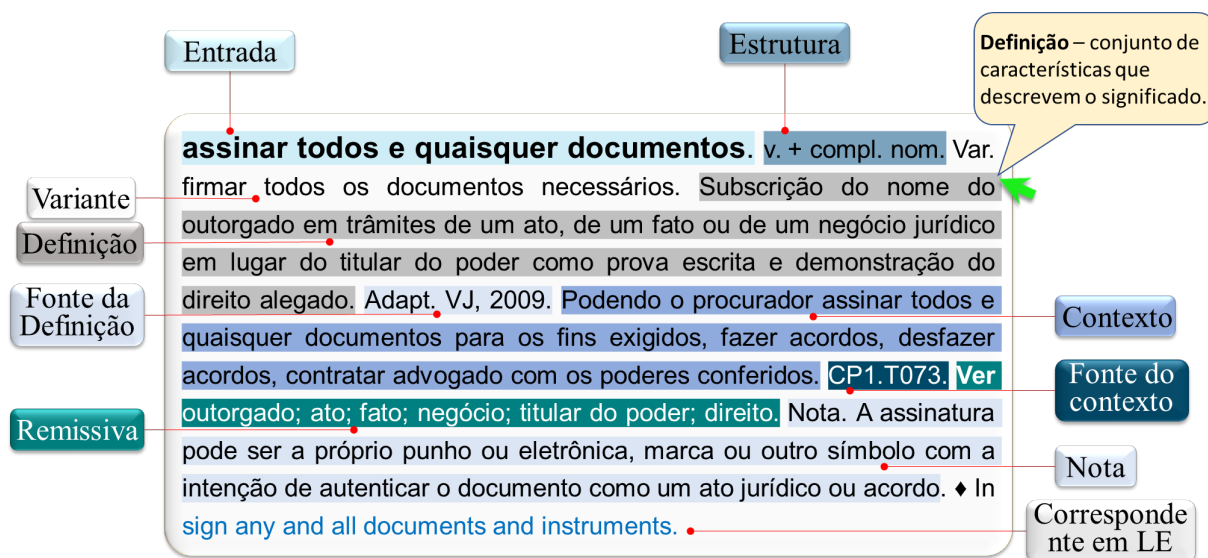
Cada PE da lista, demonstrada nas Figuras 7.5a e 7.5b, contém um hiperlink que, ao clicar sobre a PE, encaminha o usuário à página da respectiva microestrutura com as informações da entrada, definição, frame e termos relacionados ao conceito. Cumpre mencionar que são duas bases de dados conectadas que compõem o GPjur. Portanto, há uma lista para cada versão do glossário, uma das PEs em PB e outra das PEs em IA.

7.3.2.4 Guias Ajuda/ *Help*

Fornecemos, na guia Ajuda/ *Help*, dois tipos de informações para auxiliar o leitor na utilização do glossário, quais sejam: as instruções de uso e a lista de abreviaturas, siglas e

símbolos utilizados na obra terminográfica. Nas instruções de uso, apresentamos o modelo da microestrutura, também denominado de verbete, que se compõe de um conjunto de dados para descrever a entrada. A título de ilustração, a Figura 7.6 apresenta o modelo de verbete com os campos em realce para diferenciação.

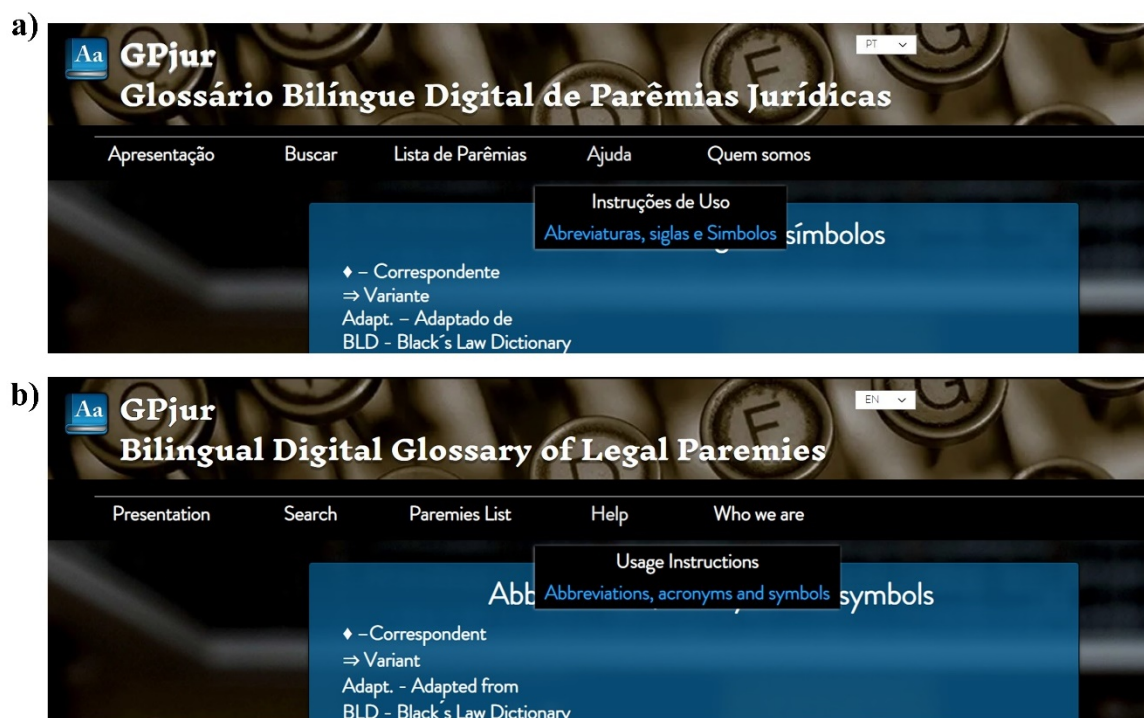
Figura 7.6 – Modelo do verbete do GPjur.



Fonte: Elaborado pela autora.

A Figura 7.6 exibe o verbete do GPjur com os campos que compõem a microestrutura organizados em uma janela. Esses campos contêm hiperlinks para visualização do significado de cada componente. Por exemplo, ao passar o mouse sobre a área da “definição”, será acionada uma caixa de texto com a explicação desse item, como ilustrado pela seta verde claro. Ainda na guia Ajuda/ Help, há a lista de abreviaturas, siglas e símbolos (Figura 7.7).

Figura 7.7 – Guias (a) Ajuda e (b) *Help*.



Fonte: Elaborado pela autora

Na Figura 7.7, a lista de abreviaturas, siglas e símbolos compõe-se de todas as reduções e sinais utilizados ao longo do glossário e tem a função de explicitá-los para que o usuário compreenda as informações contidas na microestrutura. Assim, a lista organiza esse tipo de dado, de modo que não seja necessário explicar cada acrônimo, caractere ou abreviação ao longo das ocorrências no texto.

7.3.2.5 Guias Quem somos/ *Who we are*

Na aba Quem somos/ *Who we are*, detalhamos os dados do projeto de pesquisa com informações sobre autoria, período e local de desenvolvimento, referências consultadas para a sistematização do glossário e outras informações de contato com a responsável para esclarecimento de dúvidas e envio de sugestões. Ilustramos, na Figura 7.8a e 7.8b, as fichas técnicas em janelas suspensas com barras de rolagem para visualização desses dados em ambas as línguas estudadas.

Figura 7.8 – Guias (a) Quem somos e (b) *Who we are*.



Fonte: Elaborado pela autora

7.3.3 Microestrutura do Glossário

Nesta seção, apresentamos o leiaute dos verbetes (Figura 7.9) na plataforma. Os campos que compõem a microestrutura estão dispostos em uma caixa de texto com a seguinte formatação: fonte **Arial**, negrito e tamanho 12. Os demais campos estão em Arial 10. Ao ser acionado, o ícone (☐) exibirá a figura do frame da entrada de acordo com a língua em uso. Além disso, uma tabela com os EFs será exposta, os quais são divididos em centrais e periféricos, anotados com as respectivas funções escritas entre colchetes “[]”. A abreviatura “Verb. + Circ. Adv.” significa verbo mais circunstância adverbial; “Adapt.”, Adaptado de; “In.”, representa o correspondente em língua inglesa, no caso de correspondente em língua portuguesa, a abreviatura será “Pt.”, ambos identificados pelo losango em preto “◆”.

Figura 7.9 – Verbetes “agir em meu nome e lugar”.

The screenshot shows the website interface for 'GPjur Glossário Bilíngue Digital de Parêcias Jurídicas'. The header includes a language dropdown set to 'PT' and navigation links: 'Apresentação', 'Buscar', 'Lista de Parêcias', 'Ajuda', and 'Quem somos'. The main content area features a tree icon, the title 'agir em meu nome e lugar', and the text 'v. + circ. adv.'. Below this, it lists a variation: 'Var. agir por mim e em meu nome.', a definition: 'Declaração do outorgante ou instituição para transferência de poderes ao outorgado para que este pratique atos, específicos ou gerais, expressos em um instrumento de procuração.', adaptation information: 'Adapt. VJ, 2009', a quote: 'A quem confere amplos poderes para o foro em geral agir em meu nome e lugar, em juízo ou fora dele.', a code: 'CP1.T009.', and a summary: 'Ver outorgante; transferência de poder; outorgado; instrumento de procuração.'. At the bottom, there is a right-pointing arrow icon followed by the text 'act in my name, place and stead.' and a 'Próximo' link.

Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda na Figura 7.9, o verbete preenchido exibe as informações obtidas nos frames e nas construções para a formulação de definições das PEs. No glossário, a disposição dos verbetes é sistêmica, organização em que as entradas são interligadas por termos relacionados à definição, porque facilita o acesso aos significados dos componentes da PE por meio de remissivas. Dessa forma, as entradas estão ligadas por hiperlinks que encaminham o usuário às microestruturas relacionadas. Após a apresentação do GPjur, mencionamos as maneiras de difusão do material terminográfico.

7.3.4 Meios de divulgação do Glossário Bilíngue Digital de Parêcias Jurídicas

O formato digital desse produto proporciona praticidade, economia de tempo e de recursos financeiros no processo de elaboração, motivo pelo qual, as informações podem alcançar um nível global. À medida que a internet é uma rede interconectada que possibilita o

compartilhamento de informação, disponível na maioria dos países, facilita a formalização de diversas transações que necessitam da compreensão da linguagem jurídica. O acesso e a divulgação da página do GPjur ocorrerão por meio do compartilhamento da URL (sigla em inglês para *Uniform Resource Locator*, basicamente, o endereço virtual do website), no formato padrão do Wix.com (nomedousuario.wix/nomedosite).

Com o objetivo de divulgar o trabalho para profissionais da área jurídica e afins, encaminharemos, via e-mail, aplicativos de mensagens e redes sociais, o link de acesso e o código de barras (QRcode). Além disso, o site será aberto, de forma a possibilitar o acesso irrestrito e gratuito também ao público em geral. Faz-se oportuno observar que o GPjur será alimentado com dados de outros tipos de documentos jurídicos, com a finalidade de aumentar a diversidade de estruturas fraseológicas à medida que novas pesquisas fornecerem resultados.

7.4. Síntese do capítulo

Apresentamos, neste capítulo, a compilação do produto terminográfico voltado a profissionais do domínio do Direito e áreas correlatas. Para fins de organização, dividimos o capítulo em duas etapas. Na primeira etapa, descrevemos os procedimentos adotados com base em Faulstich (1995b; 2010b). Dessa maneira, enfatizamos como a sistematização dos dados em fichas fraseológicas contribui para o preenchimento adequado do verbete. Na segunda etapa, explicamos o funcionamento e os meios de divulgação do glossário. Os resultados discutidos evidenciam a viabilidade dos procedimentos teóricos e metodológicos propostos, pois possibilitaram a compilação de um glossário digital bidirecional e sistêmico. Por fim, implementamos o banco de dados com a macroestrutura e a microestrutura em uma plataforma de hospedagem on-line com acesso aberto e endereço divulgado tanto ao público-alvo quanto aos interessados pelo tema.

CAPÍTULO 8

GLOSSÁRIO BILÍNGUE DIGITAL DE PARÊMIAS JURÍDICAS

8.1 Introdução

Esta breve obra terminográfica recebeu o título Glossário Bilíngue Digital de Parêmiias Jurídicas - GPjur e surgiu da necessidade de conceituar expressões tradicionais e ritualizadas da terminologia jurídica do par linguístico Português do Brasil (PB) e Inglês dos Estados Unidos (IA). Por considerar que as definições registradas em bibliografia ou em sites sobre parêmiias especializadas (PEs) são escassas, ou inexistentes, consideramos útil e oportuna a edição deste material, porque reúne informações sobre esses enunciados fraseológicos. Assim, a relevância do GPjur está em proporcionar ao público-alvo e a outros, investigações conceituais sobre temas relacionados ao domínio do Direito para a ampliação do vocabulário técnico-científico de base linguística e extralinguística por meio das informações compiladas.

O GPjur tem a missão de oferecer aos profissionais do âmbito jurídico e áreas correlatas, como: advogados e notários; estudantes do curso de Direito, professores, pesquisadores e tradutores, e a quem se interessar pelo assunto, informações acerca das práticas de estudo e laborais na área de especialidade. Além de oferecer um glossário bilíngue em que os significados e correspondentes em PB e IA são contextualizados com exemplos reais de ocorrência, pretendemos contribuir com o aprimoramento da comunicação profissional por meio de um recurso terminográfico como instrumento de trabalho.

Os *corpora* desta edição limitaram-se a Procurações, documento representativo da prática jurídica, redigida em PB e em IA, obtidas com profissionais do Direito e retiradas de sites especializados. Nessa primeira produção, o GPjur dispõe de 58 entradas na versão em PB

e 66 na versão em IA, das quais 23 e 28 de cada língua são parêmiias especializadas (PEs), além dos 35 e 38 verbetes de termos relacionados que auxiliam na compreensão dessas expressões no domínio jurídico. Cumpre ressaltar que o GPjur é um projeto em desenvolvimento, assim, ampliaremos a quantidade de verbetes, após a defesa da Tese, com a inclusão de outros documentos de valor jurídico, por exemplo: Atas, Contratos, Decretos, Leis, Ofícios, Petições e Sentenças Judiciais.

O leitor pode acessar as entradas por ordem alfabética, ordenadas pelas iniciais de A a Z, ou por ordem sistêmica, em que as entradas se relacionam por termos associados à definição em uma rede interconectada. Diante dessas características, o GPjur consiste em um produto terminográfico bilíngue e bidirecional, uma vez que os verbetes correspondentes no par linguístico estudado interrelacionam-se. Dessa maneira, ao clicar sobre a unidade vocabular em azul, o leitor será direcionado ao verbete correspondente em língua estrangeira. A interface intuitiva do GPjur está disponível tanto para computadores quanto para dispositivos móveis de forma on-line e gratuita em plataforma eletrônica de acesso aberto com link (<https://gpjurnmcb.wixsite.com/home>) compartilhável via e-mail e redes sociais ou acessado por meio do QRcode ilustrado na Figura 8.1.

Figura 8.1 – QRcode para acesso ao GPjur



Fonte: Elaborado pela autora

8.2 Versão do GPjur em Português do Brasil

8.2.1 Parêcias Especializadas

agir em meu nome e lugar. v. + circ. adv. Var. *agir por mim e em meu nome*. Declaração do outorgante ou instituição para transferência de poderes ao outorgado para que este pratique atos, específicos ou gerais, expressos em um instrumento de procuração. Adapt. VJ, 2009. *A quem confere amplos poderes para o foro em geral agir em meu nome e lugar, em juízo ou fora dele*. CP1.T009. Ver **outorgante; transferência de poder; outorgado; instrumento de procuração**. ♦ In [act in my name, place and stead](#).

agir por mim e em meu nome. v. + circ. adv. ⇒ agir em meu nome e lugar.

assinar todos e quaisquer documentos. v. + compl. nom. Var. *firmar todos os documentos necessários*. Subscrição do nome do outorgado em trâmites de um ato, de um fato ou de um negócio jurídico em lugar do titular do poder como prova escrita e demonstração do direito alegado. Adapt. VJ, 2009. *Podendo o procurador assinar todos e quaisquer documentos para os fins exigidos, fazer acordos, desfazer acordos, contratar advogado com os poderes conferidos*. CP1.T073. Ver **outorgado; ato; titular do poder; direito**. Nota: A assinatura pode ser a próprio punho ou eletrônica, marca ou outro símbolo com a intenção de autenticar o documento como um ato jurídico ou acordo. ♦ In [sign any and all documents and instruments](#).

assinei o presente e nele apus meu selo. v. + compl. nom. Registro de autenticidade a documentos conferidos por agente dotado de fé pública e atribuições legais mediante aplicação do sinal oficial na forma de selo ou carimbo, destinado a certificar atos ou torná-los invioláveis. Adapt. VJ, 2009. *Em testemunho do que, assinei a presente e apus meu selo oficial nesta data para constar onde convier*. CP1.T049. Ver **fé pública**. ♦ In [I have hereunto set my hand and official seal](#).

atestar por meio deste os poderes conferidos. v. + circ. adv. + compl. nom. Certificação de conformidade ao conteúdo de documentos com valor jurídico para designar o ato pelo qual o outorgante valida o testemunho da existência do fato ou da obrigação por escrito. Adapt. DVJ, 2010. *Na qualidade de outorgante, atesto por meio deste os poderes conferidos, podendo exercer os direitos para compra e venda de imóveis em meu nome*. CP1.T101. Ver **valor jurídico; ato; outorgante; fato**. ♦ In [certify the powers as herein conferred](#).

conferir poderes amplos e suficientes. v. + compl. nom. ⇒ outorgar plenos poderes e autoridade.

doravante denominado outorgado. adv. + v. + compl. nom. Referência atribuída ao representante legal que passa a ser titulado como outorgado para efetivar, de modo legal, atos explícitos ou implícitos na Procuração em nome do titular do poder. Adapt. DJ, 2006. *O Senhor (___), doravante denominado outorgado, residente e domiciliado nesta cidade.* CP1.T093. Ver **representante legal; outorgado; Procuração; titular do poder.** ♦ In [hereinafter referred to as appointee.](#)

entregar todos e quaisquer documentos. v. + compl. nom. Transferência formal de acesso a documentação de prerrogativa do outorgante para fins expressos no instrumento de mandato. Adapt. VJ, 2009. *Podendo, inclusive, entregar todos e quaisquer documentos a fim de garantir o exercício do direito de representação.* CP1.T032. Ver **prerrogativa; outorgante; instrumento de mandato.** ♦ In [deliver for me any and all necessary documents.](#)

executar atos que venham a ser necessários. v. + compl. nom. Cumprimento da outorga de poderes para a consecução dos atos, não descritos na Procuração, que estão por vir e requeiram prévia autorização para a execução. Adapt. DVJ, 2010. *Está o outorgado munido de procuração válida para as faculdades de executar atos que venham a ser necessários para representá-lo perante repartições públicas.* CP1.T071. Ver **outorga de poderes; ato; Procuração.** ♦ In [make, do and execute acts may be necessary.](#)

exercer os poderes pela presente outorgados. v. + compl. nom. Efetivação do direito conferido ao outorgado para pôr em operação os poderes transferidos pelo instrumento de procuração em nome do outorgante por um representante legal investido de poderes gerais ou específicos. Adapt. VJ, 2009. *A outorgante autoriza a outorgada a exercer os poderes pela presente outorgados, porém sempre observando os interesses da titular do direito.* CP1.T065. Ver **direito; outorgado; poder geral; poder específico; instrumento de procuração; outorgante.** ♦ In [exercise the powers hereby granted.](#)

firmar todos os documentos necessários. v. + compl. nom. ⇒ assinar todos e quaisquer documentos.

nomeio e constituo meu bastante procurador. v. + compl. nom. Nomeação do outorgado para desempenhar funções, em circunstâncias gerais ou específicas, investido de poderes bastantes, necessários e suficientes ao exercício legal da missão de representar o outorgante por meio da Procuração. Adapt. VJ, 2009. *Pela presente procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador o sr. (___), portador do documento (___), para executar legalmente os atos que se fizerem necessários.* CP1.T081. Ver **nomeação do outorgado; outorgado; poderes bastantes; outorgante; Procuração.** ♦ In [make, constitute and appoint my true and lawful attorney.](#)

o referido é verdade e dou fé. n. + v. + compl. nom. Credibilidade conferida a documentos por agente dotado de fé pública que ratifica o conteúdo e atribui veracidade e valor legal ao ato declaratório. Adapt. VJ, 2009. *Nada mais constava no documento conforme me foi apresentado, o referido é verdade e dou fé.* CP1.T051. Ver **fé pública; valor legal; ato**. Nota: No Brasil, recusar fé a documentos públicos configura falta administrativa prevista em lei no código de conduta dos servidores públicos civis da União, Lei 8027 de 1990. ♦ In [in witness whereof](#).

organizada e existente de acordo com as leis. v. + circ. adv. Conjunto de regras que determinam a maneira ou razão de ser para o funcionamento de organizações subordinadas ao ordenamento jurídico vigente. Adapt. DJ, 2006. *Sociedade devidamente organizada e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede localizada e estabelecida neste país.* CP1.T024. Ver **ordenamento jurídico**. ♦ In [organized and existing under the laws](#).

outorgar plenos poderes e autoridade. v. + compl. nom. Var. *conferir poderes amplos e suficientes*. Concessão de direitos amplos do outorgante para que o outorgado execute ações e exerça os poderes expressos ou não no instrumento de mandato. Adapt. VJ, 2009. *Venho por meio deste outorgar plenos poderes e autoridade para representar em meu nome.* CP1.T003. Ver **direito; outorgante; outorgado; poder; instrumento de mandato**. ♦ In [grant full powers and authority](#).

pela presente autorizar os seguintes atos. adv. + v. + compl. nom. Permissão formal de praticar atos descritos na procuração com poderes específicos concedido ao outorgado pelo titular do poder, a quem cabe por direito autorizar o exercício da representação. Adapt. DVJ, 2010. *Pela presente autorizamos os seguintes atos: averbações e matrículas, representação perante bancos em geral sejam estes públicos ou privados.* CP1.T095. Ver **ato; procuração com poderes específicos; outorgado; titular do poder; direito; exercício da representação**. ♦ In [hereby authorize the following acts](#).

possa legalmente fazer ou determinar que seja feito. v. + adv. + v. + compl. verb. Anuência do outorgante para que o outorgado pratique atos conforme os usos, costumes e a jurisprudência, como expressão da vontade do mandante. Adapt. VJ, 2009. *Por meio do presente documento aprova e ratifica tudo o que a outorgada possa legalmente fazer ou determinar que seja feito de acordo com o supracitado.* CP1.T072. Ver **outorgante; outorgado; ato; jurisprudência; mandante**. ♦ In [shall lawfully do or cause to be done](#).

praticar todos os atos necessários. v. + compl. nom. Var. *realizar todo e qualquer ato.* Execução do conjunto de ações por um outorgado para exercer direitos necessários e suficientes ao cumprimento de determinados fins por efeito da Procuração em favor do outorgante. Adapt. DVJ, 2010. *Requerer certificados e praticar todos os atos necessários durante a realização do certame licitatório descrito no Edital de Concessão.* CP1.T089. Ver **outorgado; direito; procuração; outorgante.** ♦ In [practice any and all necessary acts.](#)

realizar todo e qualquer ato. v. + compl. nom. ⇒ praticar todos os atos necessários.

representar o outorgante em juízo ou fora dele. v. + compl. nom. + circ. adv. Apresentação consensual de um outorgado para agir ou fazer-se presente em favor do titular do poder nas esferas judicial ou extrajudicial. Adapt. VJ, 2009. *Para representar o outorgante em juízo ou fora dele, inclusive mediante a contratação de advogados.* CP1.T047. Ver **outorgado; titular do poder.** ♦ In [represent the appointor both in and out of court.](#)

saibam todos quantos a presente virem. v. + compl. nom. Atribuição de publicidade ao ato de outorga de poderes que torna conhecidas as intenções do outorgante em transferir direitos a um mandatário por um instrumento de procuração. Adapt. VJ, 2009. *Saibam todos quantos a presente virem que eu, (___), pela presente, nomeio e constituo meu bastante procurador para, em meu nome, assinar todos e quaisquer documentos pela parte a mim pertencente.* CP1.T028. Ver **atribuição de publicidade; ato; outorga de poderes; mandatário; outorgante.** ♦ In [know all men by these presents.](#)

ser meu bastante procurador. v. + compl. nom. Condição de outorgado efetivada pela autorização do exercício de poderes suficientes e necessários para administrar interesses alheios em função do mandato em nome do titular do poder. Adapt. VJ, 2009. *Designado para ser meu bastante procurador e em meu nome executar ou realizar toda e qualquer ação ou ato doravante mencionado.* CP1.T013. Ver **outorgado; poder; mandato; titular do poder.** ♦ In [be my true and lawful attorney.](#)

tomar quaisquer e todas as medidas legais. v. + compl. nom. Autorização concedida ao outorgado para atuar de maneira ampla como representante legal do outorgante em circunstâncias gerais ou específicas por meio da Procuração. Adapt. DV, 2006. *Para em meu nome tomar quaisquer e todas as medidas legais a fim de implementar o funcionamento adequado e correto da presente autorização.* CP1.T120. Ver **outorgado; representante legal; outorgante.** ♦ In [take any and all legal necessary steps.](#)

8.2.2 Remissivas

ato. n. 1. Exercício resultante da manifestação da vontade do titular do poder para a consecução de certo fim de direito. 2. Documento que obedece às normas de convivência para produzir efeito ao ato jurídico. Adapt. VJ, 2009. *Realizar negócios de qualquer natureza ou classe como ato para assinar, firmar, reconhecer e entregar qualquer documento.* CP1.T030. Ver **titular do poder; direito; ato jurídico.** ♦ In [act](#).

ato jurídico. n. Ato de valor legal resultante da manifestação da vontade do titular do poder para a consecução de objetivos segundo prescrições do direito. Adapt. VJ, 2009. *Assinar todos e quaisquer documentos relacionados com os referidos atos jurídicos.* CP1.T048. Ver **valor legal; titular do poder; direito.** ♦ In [legal act](#).

atribuição de publicidade. n. Ação de tornar de conhecimento público, que se confere ao ato e ao fato jurídico ocorrido ou que está por ocorrer. Adapt. VJ, 2009. *Executar os atos que demandam atribuição de publicidade oficial, na forma da lei.* CP1.T012. Ver **ato; fato jurídico.** ♦ In [publicity attribution](#).

bastante. n. Condição necessária e suficiente para execução de atos e negócios conforme o ordenamento jurídico. Adapt. VJ, 2009. *Pela presente, nomeamos e constituímos, (___), como nosso bastante procurador para realizar e executar todos os atos legais.* CP1.T050. Ver **ato; negócios jurídicos; ordenamento jurídico.** Nota: O procurador investido de poderes bastantes pode cumprir a missão de representar o titular do poder de maneira legal. ♦ In [lawful](#).

direito. n. 1. Conjunto de leis e normas que formam o ordenamento jurídico vigente em determinado país. 2. Prerrogativa legal outorgada a indivíduos. 3. Disciplina que estuda as regras de convivência na sociedade; jurisprudência. Adapt. VJ, 2009. *Exercer direitos sobre ações, aceitar e negociar qualquer dividendo, distribuição ou bônus.* CP1.T032. Ver **ordenamento jurídico; prerrogativa; outorga; jurisprudência.** ♦ In [right](#).

exercício da representação. n. Exercício do ato jurídico de outorga de poderes, investido a um indivíduo pelo mandato para praticar ato ou negócio jurídico em função de poder conferido por direito. Adapt. VJ, 2009. *Executar ações, no exercício da representação, direitos sobre ativos a mim cabidos.* CP1.T077. Ver **outorga de poderes; ato; poder; direito; mandato.** ♦ In [exercise of representation](#).

fato jurídico. n. Fato decorrente de um ato jurídico, dependente ou independente da vontade humana para a consecução de certo fim de direito. Adapt. VJ, 2009. *Administrar interesses em favor do titular do poder representando-o em todos os fatos jurídicos.* CP1.T119. Ver **ato legal; direito.** Nota: O fato refere-se ao que possa ser feito ou acontecer, seja dependente ou independente da vontade humana, o que o diferencia do ato, que decorre da manifestação da vontade. ♦ In [legal fact](#).

fé pública. n. Credibilidade conferida por autoridades públicas a documento que resulta na presunção legal de autenticidade dos atos praticados por esses agentes. Adapt. VJ, 2009. *Firmo o presente documento e aponho meu carimbo oficial como manifestação de fé pública.* CP1.T060. Ver **ato.** Nota: Documentos passados por serventuários públicos encerram com a expressão: “dou fé”, o que significa: “certifico a verdade das ocorrências anotadas”. ♦ In [public faith](#).

instrumento de mandato. n. ⇒ instrumento de procuração.

instrumento de procuração. n. Var. *instrumento de mandato.* Documento escrito, que consta os poderes transferidos, por quem de direito os possa outorgar, seja pessoa física ou jurídica, para representá-la em atos jurídicos ou administrativos. Adapt. VJ, 2009. *Atesto pelo presente instrumento de procuração os poderes conferidos a meu bastante procurador.* CP1.T024. Ver **poderes; direito; outorgar; ato jurídico.** ♦ In [power of attorney instrument](#).

jurisprudência. n. Conjunto de interpretações das leis tomadas pelos tribunais superiores que direcionam a aplicação do direito segundo o ordenamento jurídico. Adapt. VJ, 2009. *Firmada na jurisprudência acerca da necessidade de procuração outorgada por representante legal.* CP1.T107. Ver **direito; ordenamento jurídico.** ♦ In [case law](#).

mandante. n. ⇒ outorgante.

mandatário. n. ⇒ outorgado.

mandato. n. Contrato bilateral que designa a vontade do mandante na outorga de um encargo ao mandatário para executar atos em nome do titular do poder. Adapt. VJ, 2009. *Os outorgados também têm poderes para substabelecer este mandato, com ou sem reserva de iguais poderes, total ou parcialmente.* CP1.T006. Ver **mandante; outorga; mandatário; ato; titular do poder.** ♦ In [mandate](#).

negócio jurídico. n. Negócio que produz efeitos legais pela manifestação da vontade do titular do poder por meio de ato lícito para consecução de um objetivo. Adapt. VJ, 2009. *Realizar e executar todo e qualquer ato e negócio jurídico em nome do outorgante.* CP1.T022. Ver **titular do poder; ato; direito.** ♦ In [legal business](#).

nomeação do outorgado. n. Ação de prerrogativa do outorgante de designar um representante legal para praticar atos ou administrar interesses do titular do poder. Adapt. VJ, 2009. *Atuando independentemente da ordem em contrário a nomeação do outorgado para representar a outorgante.* CP1.T002. Ver **prerrogativa; outorgante; representante legal; titular do poder.** ♦ In [appointee naming](#).

ordenamento jurídico. n. Conjunto de normas e princípios jurídicos que organiza e mantém a ordem social e política do Estado de direito. Adapt. VJ, 2009. *Observada manifestação contrária ao ordenamento jurídico para que não venha a sofrer prejuízos e danos morais, pela outorga de poderes.* CP1.T056. Ver **direito.** ♦ In [legal order](#).

outorga. n. Ato de transferência de poderes conferidos em um mandato dependente de autorização do outorgante para a prática do direito pelo representante por força de lei ou norma legal. Adapt. VJ, 2009. *Pelo presente instrumento de mandato, (____), outorga esta procuração pública a seu procurador.* CP1.T061. Ver **transferência de poderes; mandato; direito; representante legal.** ♦ In [grant](#).

outorga de poderes. n. Transferência de direitos de prerrogativa de um outorgante em substituição para que o outorgado pratique atos investido de um instrumento de procuração. Adapt. VJ, 2009. *Pela presente procuração ad judicium et extra, executa a outorga de poderes com poderes gerais para representar o outorgante.* CP1.T014. Ver **direito; prerrogativa; outorgante; outorgado; atos; instrumento de procuração.** ♦ In [granting power](#).

outorgado. n. Var. *mandatário; procurador; representante legal.* Agente a quem se outorgou poderes para execução de um ato em cumprimento do mandato recebido de um mandante para o exercício da representação. Adapt. VJ, 2009. *Todos os atos praticados pelo outorgado nos termos desta procuração são ratificados pela outorgante.* CP1.T001. Ver **outorga; poder; mandante; exercício da representação.** ♦ In [appointee](#).

outorgante. n. Var. *mandante*. Agente que concede a outorga e confere poderes a um representante legal para que pratique atos ou faça negócios jurídicos em nome do titular do poder. Adapt. VJ, 2009. *Esta procuração pode ser revogada pela outorgante a qualquer tempo antes do fim do prazo de vigência afixado no presente instrumento.* CP1.T122. Ver **outorga; poder; representante legal; ato jurídico; negócio jurídico; titular do poder**. Nota: No mandato, o outorgante, que dá o poder ao outorgado, é chamado propriamente de mandante. ♦ In [appointor](#).

pleno poder. n. ⇒ poder geral.

poder. n. 1. Possibilidade de praticar um ato ou negócio jurídico em decorrência de direito transferido pelo titular do poder. 2. Autorização cedida por quem tem capacidade, para que outrem pratique atos jurídicos ou exercite direitos em nome de quem o autorizou, constituindo-o seu mandatário. Adapt. VJ, 2009. *Ratifico todas as ações e atos legais a serem realizados por meu procurador em razão dos poderes contidos neste instrumento.* CP1.T016. Ver **ato jurídico; negócio jurídico; titular do poder**. ♦ In [power](#).

poder específico. n. Poder para praticar determinados atos ou negócios jurídicos especificados em um instrumento de procuração conferido a um representante legal em nome do titular do poder. Adapt. VJ, 2009. *Outorgar poderes específicos para, por mim e em meu nome e lugar, realizar os seguintes atos.* CP1.T059. Ver **poder; ato jurídico; negócio jurídico; instrumento de procuração; titular do poder**. ♦ In [special power](#).

poder geral. n. Var. *pleno poder*. Poder para praticar ato ou negócio jurídico de caráter amplo conferido a um representante legal em nome do titular do poder. Adapt. VJ, 2009. *A presente visa constituir uma procuração com poderes gerais, não revogável em caso de incapacidade do outorgante.* CP1.T041. Ver **poder; ato jurídico; negócio jurídico; representante legal; titular do poder**. ♦ In [general power](#).

prerrogativa. n. Direito garantido por lei com caráter de exclusividade ao titular do poder, seja pessoa física ou jurídica. Adapt. VJ, 2009. *Eu, investido de prerrogativa para comprar, vender, transferir bens sob minha posse, outorgo os seguintes poderes.* CP1.T062. Ver **direito; titular do poder**. ♦ In [prerogative](#).

procuração. n. 1. Ato de transferência de poderes para um representante legal praticar atos em nome do titular do poder. 2. Documento com valor legal por meio do qual se outorga o mandato escrito e se expressam os poderes conferidos no instrumento de procuração. Adapt. VJ, 2009. *Esta Procuração é emitida em (___) e permanecerá válida até (___), data na qual se tornará nula e sem efeito legal.* CP1.T016. Ver **transferência de poderes; representante legal; ato; titular do poder; mandato; instrumento de procuração.** ♦ In [power of attorney](#).

procurador. n. ⇒ outorgado.

representante legal. n. ⇒ outorgado.

sistema jurídico. n. ⇒ ordenamento jurídico.

titular do direito. n. ⇒ titular do poder.

titular do poder. n. Var. *titular do direito*. Detentor do direito conferido a título de prerrogativa e reconhecido por lei, ou quando o poder for investido por título que o coloque em situação de similaridade. Adapt. VJ, 2009. *Outorgando-lhe os poderes necessários para realizar a transferência e venda do imóvel de propriedade individual ou em comum do titular do poder.* CP1.T070. Ver **direito; prerrogativa; poder.** ♦ In [power holder](#).

transferência de poder. n. Ato de outorga de poderes de prerrogativa de um indivíduo ou organização a um representante legal para exercer direito ou praticar ato e negócio em nome do titular do poder. Adapt. VJ, 2009. *Estando o outorgado autorizado a assinar solicitações nos termos desta transferência de poderes para endossar documentação em meu nome e lugar.* CP1.T013. Ver **outorga de poderes; prerrogativa; representante legal; direito; ato; negócio jurídico.** ♦ In [power transferring](#).

valor jurídico. n. Var. *valor legal*. Valor conferido a um ato jurídico em produzir efeito legal. Adapt. VJ, 2009. *Pelo presente instrumento público de procuração, com devido valor jurídico, outorgo plenos poderes para representar em todos e quaisquer atos.* CP1.T125. Ver **ato; direito; ordenamento jurídico** ♦ In [legal value](#).

valor legal. n. ⇒ valor jurídico.

8.3. Versão do GPjur Inglês dos Estados Unidos

8.3.1 Specialized Paremies

act in my name, place and stead. v. + adv. circ. Var. *acting for me and on my behalf*
Declaration of the appointor or institution to powers transferring to the appointee legally perform specific or general actions expressed in a power of attorney. Adapt. BLD, 2009. *My said attorney is empowered hereby to act in my name, place and stead to do the following procedures.* CP2.T116. See **appointor; power transferring; appointee; power of attorney.** ♦ Pt [agir em meu nome e lugar](#).

acting for me and on my behalf. v. + adv. circ. ⇒ act in my name, place and stead.

be my true and lawful attorney. v. + compl. Condition of appointee conferred by the authorization of the exercise of sufficient and necessary powers to administer the others' interests according to the mandate on behalf of the power holder. Adapt. WDL, 2000. *Hereby authorize (___) to be my true and lawful attorney and for me and in my name and on my behalf to make do and execute the following.* CP2.T094. See **appointee; right; mandate; power holder.** ♦ Pt [ser meu bastante procurador](#).

certify the powers as herein conferred. v. + compl + circ. adv. Certification of conformity to documents content with legal value to designate the act by which the appointor validates the witness to the existence of the fact or obligation in writing. Adapt. BLD, 2009. *Herewith we certify the powers as herein conferred to conduct transactions in compliance with the Federal Law.* CP2.T088. See **legal value; act; appointor.** ♦ Pt [atestar por meio deste os poderes conferidos](#).

confer broad and sufficient powers. v. + compl. ⇒ grant full power and authority.

deliver for me any and all necessary documents. v. + compl. Formal transferring access to the appointor's prerogative documents for purposes expressed in a power of attorney. Adapt. OCL, 2008. *Specifically, without limitation, to deliver for me any and all necessary documents for said sale and conveyance of the real estate or for title insurance purposes.* CP2.T015. See **appointor; prerogative; power of attorney.** ♦ Pt [entregar todos e quaisquer documentos](#).

do and perform any and all acts may be necessary. v. + compl. ⇒ practice any and all necessary acts.

exercise the powers hereby granted. v. + compl. Execution of the right conferred by an appointor to put into operation the powers transferred by a power of attorney on behalf of the power holder by a legal representative vested with general or specific powers. Adapt. BLD, 2009. *The appointee may exercise the powers hereby granted in its sole and absolute discretion to fulfil the attribution of representing the appointor.* CP2.T053. See **right; appointor; power; power of attorney; power holder; legal representative.** ♦ Pt [exercer os poderes pela presente outorgados.](#)

grant full powers and authority. v. + compl. Var. *confer broad and sufficient powers.* Assignment of broad rights of the appointor so that the appointee performs actions and exercises the powers expressed or not in a power of attorney. Adapt. OCL, 2008. *Grant full powers and authority in this act represented by its legal representative.* CP2.T018. See **right; appointor; appointee; power; power attorney.** ♦ Pt [outorgar plenos poderes e autoridade.](#)

hereby authorize the following acts. adv. + v. + compl. Formal permission to perform acts described in a power of attorney granted to the appointee by the power holder, who should legally authorize the exercise of representation. Adapt. WDL, 2000. *Hereby authorize the following acts for a period of five (5) years from the date hereof.* CP2.T086. See **act; power of attorney; appointee; power holder; exercise of representation.** ♦ Pt [pela presente autorizar os seguintes atos.](#)

hereinafter referred to as appointee. adv. + v. + compl. Reference assigned to a legal representative who becomes entitled as an appointee to legally perform acts explicit or implicit in a power of attorney on behalf of the power holder. Adapt. BLD, 2009. *In agreement, the sir (__), hereinafter referred to as appointee, shall act on behalf me to execute any and all taxes owed.* CP2.T097. See **legal representative; appointee; power of attorney; appointor.** ♦ Pt [doravante denominado outorgado.](#)

I have hereunto set my hand and official seal. adv. + v. + compl. Authenticity registration to documents conferred by an authority with legal attributions applying the signature and an official seal or stamp intended to certify acts or make them inviolable. Adapt. BLD, 2009. *In witness whereof, I have hereunto set my hand and seal on this day.* CP2.T030. ♦ Pt [assinei o presente e nele apus meu selo.](#)

in testimony thereof. adv. circ. ⇒ In witness whereof.

in witness hereof. adv. circ. ⇒ In witness whereof.

in testimony whereof. adv. circ. ⇒ In witness whereof.

in witness whereof. adv. circ. Var. *in witness thereof; in witness hereof; in testimony whereof*. Conferred credibility on documents by an authority with legal attributions who ratifies the content and assigns veracity and legal value to declaratory act. Adapt. BLD, 2009. *In witness whereof at the day and year in this power of attorney first written above*. CP2.T049. See **legal value; act**. ♦ Pt [o referido é verdade e dou fé](#).

know all men by these presents. v. + compl. Var. *know all persons by these presents; know all persons by these presents*. Publicity attribution to granting power act that makes known the appointor's intentions to transfer rights to a mandatary by a power of attorney. Adapt. BLD, 2009. *Know all men by these presents, that I hereby name, constitute and appoint (___) as my appointee to perform any and all acts in this power of attorney*. CP2.T044. See **publicity attribution; granting power; act; mandatary; power of attorney**. Note: The expression *of all men* has varied by *all persons* or *all those* in legal discourse in reference to the inclusion of all individuals in modern society. ♦ Pt [saibam todos quantos a presente virem](#).

know all persons by these presents. v. + compl. ⇒ know all men by these presents.

know all those by these presents. v. + compl. ⇒ know all men by these presents.

make, constitute and appoint my true and lawful attorney. v. + compl. Appointee naming to perform functions vested with lawful attorney, sufficient and necessary powers to the mission legal exercise representing the appointor by power of attorney in general or specific circumstances. Adapt. BLD, 2009. *Hereby make, constitute and appoint my true and lawful attorney for me and in my name, place and stead, to make and execute by this power of attorney*. CP2.T044. See **appointee naming; appointee; lawful; power; appointor; power of attorney**. ♦ Pt [nomeio e constituo meu bastante procurador](#).

make, do and execute acts may be necessary. v. + compl. Granting powers accomplishment to a legal representative achieves the acts to come, which require prior authorization for execution not described in a power of attorney. Adapt. WDL, 2000. *For me and on my behalf to make do and execute acts may be necessary to open inventory that a business has on hand at the beginning of an accounting period*. CP2.T069. See **granting power; legal representative; act; power of attorney**. ♦ Pt [executar atos que venham a ser necessários](#).

organized and existing under the laws. v. + adv. circ. Set of norms that determine the way or reason for the operation of organizations subordinated to the current legal order. Adapt. WDL, 2000. *A limited liability company organized and existing under the laws of the United States of America*. CP2.T107. See **legal order**. ♦ Pt [organizada e existente de acordo com as leis](#).

practice any and all necessary acts. v. + compl. Var. *do and perform any and all acts may be necessary*. Execution of the set of actions by an appointee to exercise necessary and sufficient rights fulfilling certain purposes employing a power of attorney in the appointor's favor. Adapt. OCL, 2008. *Generally practicing any and all necessary acts for the complete fulfillment of this power of attorney*. CP2.T043. See **appointee; right; power of attorney; appointor**. ♦ Pt [praticar todos os atos necessários](#).

represent the appointor both in and out of court. v. + compl. Consensual presentation of an appointee to act or be present in favor of the power holder in the judicial or extrajudicial spheres. Adapt. BLD, 2009. *Authorized to execute legal and contractual advice, negotiation, and to represent the appointor both in and out of court throughout for the purpose aforesaid*. CP2.T008. See **appointee; power holder**. ♦ Pt [representar o outorgante em juízo ou fora dele](#).

shall lawfully do or cause to be done. v. + adv. + v. + compl. Appointor's consent for the appointee to perform acts following usage, customs and case law, as an expression of the principal's will. Adapt. BLD, 2009. *Hereby ratifying all that my said attorney shall lawfully do or cause to be done by virtue of these presents*. CP2.T021. See **appointor; appointee; act; case law; principal**. ♦ Pt [possa legalmente fazer ou determinar que seja feito](#).

sign and execute all necessary documents. v. + compl. ⇒ sign any and all documents.

sign any and all documents and instruments. v. + compl. Var. *sign and execute all necessary documents*. Subscription of the appointee's name in an act, a fact or a legal business replacing the power holder as written evidence and right granted demonstration. Adapt. WDL, 2000. *To sign any and all documents and instruments pertaining to all income or other taxes assessed against me or my property by statute*. CP2.T013. See **appointee; legal act; legal fact; legal business; power holder; right**. Note: The signature may be by handwriting or electronics, applying a mark or another symbol to authenticate the document as a legal act or agreement. ♦ Pt [assinar todos e quaisquer documentos](#).

take any and all legal necessary steps. v. + compl. Authorization consented to the appointee to act broadly as a legal representative in general or specific circumstances by a power of attorney. Adapt. OCL, 2008. *Who should take any and all legal necessary steps to collect any amount or debt owed to me.* CP2.T002. See **appointee; legal representative; power of attorney; appointor.** ♦ Pt [tomar quaisquer e todas as medidas legais.](#)

8.3.2 Remissives

act. n. 1. Exercise of the power resulting from the manifestation of the power holder's will for achieving a certain legal goal. 2. Document that complies with the rules to take effect to the legal act. Adapt. BLD, 2009. *The appointee shall execute all acts deemed appropriate for purposes herein included.* CP2.T002. See **power; power holder; legal act.** ♦ Pt [ato.](#)

appointee naming. n. Appointor's prerogative action to designate a legal representative to perform acts or administer the power holder's interests. Adapt. BLD, 2009. *Hereby public instrument of mandate, including, but not limited to appointee naming in terms of law, for execute deed transferring on my behalf.* CP2.T014. See **appointor; prerogative; legal representative; act; power holder.** ♦ Pt [nomeação do outorgante.](#)

appointee. n. Var. *attorney; grantee; legal proxy; legal representative; mandatary.* Agent who was granted powers to perform an act fulfilling the mandate received from an appointor for the exercise of representation. Adapt. BLD, 2009. *Hereby appoints and designates (____) hereinafter referred to as appointee to represent appointor in connection with his capacity as a partner.* CP2.T074. See **grant; power; act; appointor; mandate; exercise of representation.** ♦ Pt [outorgado.](#)

appointor. n. Var. *principal; grantor.* Agent who confers the grant and empowers a legal representative to perform acts or do legal business on behalf of the power holder. Adapt. BLD, 2009. *By this instrument and in the best law interpretation, the above mentioned appointor (____), appoints and constitutes as his attorney (____).* CP2.T044. See **grant; power; legal representative; legal act; legal business; power holder.** Note: In the mandate, the principal, who gives power to the legal representative, is properly called the mandatary. ♦ Pt [outorgante.](#)

attorney. n. ⇒ appointee.

case law. n. Var. *jurisprudence*. Set of laws interpretations taken by the higher courts that direct the application of law according to the legal order. Adapt. BLD, 2009. *In accordance with the United State's case law, my attorney-in-fact shall have full power and authority to ad on my behalf but only to the extent permitted by this Special Power of Attorney.* CP2.T015. See **right; legal order.** ♦ Pt [jurisprudência](#).

exercise of representation. n. Legal exercise of the granting powers, vested to an individual by the mandate to perform a legal act or business based on the powers conferred by right. Adapt. BLD, 2009. *Executing acquisition of quotas, attendance and voting in the exercise of representation at any and all events.* CP2.T073. See **granting powers; mandate; legal act; legal business; power; right.** ♦ Pt [exercício da representação](#).

full power. n. ⇒ general power.

general power. n. Var. *full power*. Power to perform a broad legal act or business conferred on a legal representative on behalf of the power holder. Adapt. BLD, 2009. *This is intended to constitute a power of attorney with general powers, not revocable in the event of the grantor's incapacity.* CP2.T028. See **power; legal act; legal business; legal representative; power holder.** ♦ Pt [poder geral](#).

grant. n. Act of the powers transferring conferred in a mandate which depends of an appointor's authorization for the practice of the right by the legal representative under law or norm. Adapt. BLD, 2009. *Hereby Special Power of Attorney, I grant to (_____) powers to perform all necessary legal acts to inventory opening.* CP2.T047. See **power transferring; mandate; right; legal representative.** Note: The verb grant means granting, transferring or authorizing to empower others to achieve legal or administrative procedures. ♦ Pt [outorga](#).

grantee. n. ⇒ appointee.

granting power. n. Transfer of a right of appointor's prerogative in replacing for the appointee to practice acts invested by a power of attorney instrument. Adapt. BLD, 2009. *By accepting this granting powers act, the attorney hereby agrees to act on the powers herein granted, promptly informing the Company of the action taken.* CP2.T011. See **right; appointor; prerogative; appointee; act; power of attorney instrument.** ♦ Pt [outorga de poderes](#).

grantor. n. ⇒ appointor.

instrument of mandate. n. ⇒ a power of attorney.

jurisprudence. n. ⇒ case law.

lawful. n. Necessary and sufficient conditions for the execution of acts and businesses according to the legal order. Adapt. BLD, 2009. *Hereby, we name and constitute (___), as our lawful attorney to perform and execute all legal acts on our behalf and our place.* CP2.T005. See **legal act; legal business; legal order.** Note: A prosecutor vested in enough powers can fulfil the mission of legally representing the power holder. ♦ Pt [bastante](#).

legal act. n. Act of legal value resulting from the manifestation of the power holder's will to achieve objectives under the law. Adapt. BLD, 2009. *The aforesaid attorney has full power and authority to do and perform all and every legal act requisite and necessary to be done.* CP2.T081. See **act; legal value; power holder.** ♦ Pt [ato jurídico](#).

legal business. n. Business with legal value by the manifestation of the power holder's will employing a legal act to achieve a goal. Adapt. BLD, 2009. *Performance of any and all legal acts and business related to the powers granted hereunder, including full powers of substitution.* CP2.T091. See **power holder; legal act; right.** ♦ Pt [negócio jurídico](#).

legal fact. n. Fact arising from a legal act, dependent or independent of the human will to achieve a certain end of the law. Adapt. BLD, 2009. *Representing the appointor in all necessary facts legal in his favor.* CP2.T079. See **legal act**. Note: The fact differs from the act because it refers to the action derived by human will, while that, to what can be done or happen, is dependent or independent of the human will. ♦ Pt [fato jurídico](#).

legal order. n. Var. *legal system*. Set legal norms and principles that organize and maintain the social and political order of the rule of law and individual rights. Adapt. BLD, 2009. *According to the Legal Order of the USA, the Constitution, The Government and the local Laws, the power holder grants full representation rights to his appointee.* CP2.T065. See **right**. ♦ Pt [ordenamento jurídico](#).

legal proxy. n. ⇒ appointee.

legal representative. n. ⇒ appointee.

legal system. n. ⇒ legal order.

legal value. n. Value conferred on a legal act in producing legal for effect of the rights. Adapt. BLD, 2009. *By this public instrument of power of attorney, with due legal value, I give full powers to (___) to represent in any and all acts.* CP2.T125. See **act**; **right**; **legal order**. ♦ Pt [valor jurídico](#).

mandatary. n. ⇒ appointee.

mandate. n. Bilateral contract which designates the principal's will, who grants a mission to a legal representative to perform acts on behalf of the power holder. Adapt. BLD, 2009. *May, for this purpose, said prosecutors require that suits, take all actions necessary and inherent to this mandate.* CP2.T069. See **appointor**; **grant**; **legal representative**; **act**; **power holder**. ♦ Pt [mandato](#).

power holder. n. Var. *right holder*. Holder of the right conferred as a prerogative and recognized by law, or when the power is vested by title that puts it in a similar situation. Adapt. BLD, 2009. *The use of the necessary powers to carry out the transfer and sale of the property owned individually or in common by the holder of the power.* CP2.T020. See **right**; **prerogative**; **power**. ♦ Pt [titular do poder](#).

power of attorney instrument. n. Var. *instrument of mandate*. Written document of legal value containing the powers granted by an appointor, whether an individual or a legal entity, for an appointee to represent him in legal or administrative acts. Adapt. BLD, 2009. *The attributions expressed herein power of attorney instrument limit the use of any other form different from this document*. CP2.T087. See **legal value; power; grant; appointor; appointee; legal act**. ♦ Pt [instrumento de procuração](#).

power of attorney. n. 1. Act of power transferring to a legal representative to perform acts on behalf of the power holder. 2. Document with legal value through which the written mandate is granted and the powers conferred in the power of attorney instrument. Adapt. BLD, 2009. *This Power of Attorney is issued in (___) and will remain valid until (___), the date on which it will become null and void*. CP2.T098. See **power transferring; legal representative; act; power holder; legal value; mandate; power of attorney instrument**. Note: There are many types of powers of attorney according to the purpose and scope of the powers, for example, general, special, durable, and irrevocable. ♦ Pt [procuração](#).

power transferring. n. Act of granting powers as a prerogative of an individual or organization to a legal representative to exercise rights or perform acts or business on behalf of the power holder. Adapt. BLD, 2009. *The grant is authorized to sign requests under this transfer of powers to endorse documentation in my name and place*. CP2.T008. See **granting powers; prerogative; legal representative; right; legal act; legal business**. ♦ Pt [transferência de poderes](#).

power. n. Possibility of practising a legal act or business as a result of prerogative or right delegated by the power holder. Adapt. BLD, 2009. *I ratify all legal actions and acts to be carried out by my attorney on the grounds of the powers contained in this instrument*. CP2.T066. See **legal act; legal business; prerogative; right; power holder**. Note: Authorization granted by those who have the competence for others aiming the legal acts practice or exercise of rights on behalf of those who authorized it, constituting their legal representative. ♦ Pt [poder](#).

prerogative. n. Right guaranteed by law with exclusivity to the power holder, whether a private individual or legal entity. Adapt. BLD, 2009. *I, vested in the prerogative to buy, sell and transfer assets in my possession, give powers to (___) to act on my behalf and place in the exercise of representation*. CP2.T023. See **right; holder of power**. ♦ Pt [prerrogativa](#).

principal. n. ⇒ appointor.

public faith. n. Credibility conferred by public authorities on a document which results in the legal presumption of the authenticity and legal value of the acts performed by those agents. Adapt. BLD, 2009. *Confers public faith and recognizes the authenticity of documents.* CP2.T041. See **legal value; act.** Note: Documents passed by public servants contain the expression: "I give faith", which means: "I certify the truth of the recorded occurrences". ♦ Pt [fé pública](#).

publicity attribution. n. Action to make public knowledge is conferred on the act and the legal fact that occurred or is to occur. Adapt. BLD, 2009. *I, the undersigned appointor, certify that (___) is my attorney-in-fact for the publicity attribution to this act.* CP2.T062. See **legal act; legal fact.** ♦ Pt [atribuição de publicidade](#).

right holder. n. ⇒ power holder.

right. n. 1. Set of laws and norms that form a given country's legal order in force. 2. Legal prerogative granted to individuals or organizations. 3. Discipline that studies the rules of coexistence in society; case law. Adapt. BLD, 2009. *Therefore, execute and deliver document with the right and power to compromise or compound any claim or demand.* CP2.T093. See **legal order; prerogative; grant; case law.** ♦ Pt [direito](#).

special power. n. Power to perform certain acts or legal business specified in a power of attorney instrument conferred to a legal representative on behalf of the power holder. Adapt. BLD, 2009. *Grant specific powers to perform the following acts by this particular mandate instrument by myself and in my name and place.* CP2.T094. See **power; legal act; legal business; power of attorney instrument; power holder.** ♦ Pt [poder específico](#).

8.4. Síntese do Capítulo

Este capítulo apresenta o Glossário Bilíngue Digital de Parêmiás Jurídicas - GPjur voltado a operadores do Direito e áreas correlatas. Organizamos os verbetes do glossário em ordem alfabética em duas subseções: uma com as parêmiás especializadas (PEs) e outra com os termos remissivos tanto para a versão em Português do Brasil (PB), quanto para a versão em Inglês dos Estados Unidos (IA). A compilação do GPjur resultou em 124 entradas distribuídas

da seguinte forma: 1) a versão em PB conta com 58 entradas, das quais 23 são PEs e 35 são remissivas; e 2) a versão em IA contém 66 verbetes, em que 28 são PEs e 38 são remissivas. Essas entradas interrelacionam-se de modo que se ao clicar sobre o termo remissivo ou o correspondente, um hiperlink direciona o leitor ao referido verbete. Ressaltamos que o GPjur encontra-se em desenvolvimento e a quantidade de verbetes será ampliada à medida que incluirmos informações de demais tipos de documentação jurídica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As parêmiias especializadas (PEs) são enunciados fraseológicos recorrentes na linguagem de especialidade, sobretudo na área jurídica por causa da linguagem formal e ritualizada. Não obstante, pesquisas sobre essas estruturas linguísticas nos domínios técnico-científicos são escassas, por consequência, faltam obras terminográficas com definições precisas desses enunciados. Nessas circunstâncias, esta Tese contribui com o desenvolvimento dos estudos dessa temática porque proporciona investigações linguísticas acerca do comportamento das PEs na língua em uso, além de fornecer produto terminográfico como resultado do estudo.

Em vista disso, o problema de pesquisa originou-se da indagação acerca do modo como as PEs adquirem forma e significado na linguagem de especialidade da Procuração em língua portuguesa e inglesa. Por conseguinte, suscitou questões sobre como as propriedades linguísticas interagem na formação e convencionalização das PEs, bem como sobre a natureza lexical dessas construções. A abordagem funcional de base cognitiva favoreceu o cumprimento do objetivo geral, qual seja: aplicar um modelo teórico-metodológico para descrição e análise das propriedades linguísticas e extralinguísticas das PEs, em Português do Brasil e em Inglês dos EUA, com vistas à produção de um Glossário Bilingue Digital de Parêmiias Jurídicas – GPjur.

Para alcançar esse propósito, distribuímos a análise em quatro objetivos específicos, de modo a identificar, descrever, contrastar e elaborar as definições das PEs. A princípio, estabelecemos critérios linguísticos, identificamos as PEs e observamos a distribuição e concordância nos *corpora*. Assim, inserimos os dados selecionados no algoritmo de processamento textual para pesquisa automática das PEs com vistas à análise dos cotextos e

contextos, além de verificar a correspondência entre as línguas. Esse procedimento de identificação forneceu estatísticas empíricas úteis para fundamentar a discussão, à medida que refletiram a realidade discursiva dos textos.

As abordagens da Semântica de Frames e da Gramática de Construções fundamentaram a representação conceitual e simbólica das PEs, por viabilizar a descrição holística das particularidades internas e externas responsáveis pelo funcionamento coeso na linguagem jurídica tanto em Inglês, quanto em Português. Além disso, a terminologia bilíngue auxiliou a verificação de correspondência conceitual no par linguístico em estudo, pois identificamos as PEs das duas línguas para o reconhecimento de sentido e uso do léxico especializado.

Dessa maneira, os frames representaram os cenários conceituais das PEs e o contraste entre as línguas em estudo, uma vez que os significados originam-se do conhecimento de mundo e se associam às formas linguísticas. Em complemento aos frames, as construções representaram as dimensões de forma e sentido de modo a implementar a perspectiva psicológica na descrição das PEs como unidades linguísticas dos sistemas cognitivo e social, pois o modelo gramatical construcionista descreve as relações entre as categorias cognitivas e as categorias linguísticas.

Com efeito, confirmamos a hipótese deste estudo de que a integração das dimensões da linguagem molda a forma e a função exercidas pelas PEs na linguagem jurídica da Procuração, em línguas distintas. Por consequência, explicitamos o caráter lexical e frasal, à medida que as sequências de palavras são armazenadas em conjunto no léxico dos falantes e, de maneira simultânea, formam cláusulas sujeitas a alterações de ordem gramatical. Isso decorre dos processos linguísticos de terminologização e gramaticalização, em consequência de serem responsáveis pela criação e modificação de termos. Assim, o uso recorrente, em situações

particularizadas convencionaliza as PEs para expressar conceitos, performar atos ou constatar fatos em domínios técnicos e científicos, em que a frequência atribui o valor especializado.

A aplicação do modelo teórico-metodológico foi necessária à formulação de definições das PEs de línguas distintas, uma vez que a organização dos conceitos dessas construções inclui todos os tipos de conhecimento relacionados entre si e ao contexto. Assim, os resultados geraram um produto terminográfico sistêmico com entradas interconectadas; bilíngue e bidirecional, com verbetes correspondentes no par linguístico estudado; digital e gratuito, a ser publicado e divulgado, de forma on-line, em plataforma eletrônica de acesso aberto. Com a compilação do GPjur, buscamos atender a demanda dos profissionais, estudantes e áreas afins que necessitam consultar definições e correspondências entre as PEs nas atividades cotidianas.

Diante do exposto, esperamos que os aportes teóricos e práticos desta pesquisa contribuam para o desenvolvimento de estudos fraseológicos, terminológicos, terminográficos e contrastivos. Como os resultados podem ser melhor detalhados pelo método proposto ou por novas estratégias de análise, pesquisas futuras poderão explorar as PEs e outras unidades fraseológicas por meio de *corpora* mais extensos ou constituídos de outros tipos de documentos jurídicos, por exemplo: leis, contratos e certidões. Além disso, poderá incluir a terminologia das diversas áreas de especialidade, bem como ampliar o alcance dos modelos para uma análise multilíngue a fim de orientar estudos contrastivos mais abrangentes.

REFERÊNCIAS

- ALTENBERG, Bengt e GRANGER, Sylviane (eds). **Lexis in Contrast. Corpus-based Approaches**. Amsterdam: John Benjamins, 2002. 339 p. ISBN 90-272-2277-0
- ALVES, Elisabeth. **Categorias lexicais e funções na linguagem de especialidade da economia**. (Tese de Doutorado em Linguística). Brasília: Instituto de Letras, Universidade de Brasília, 2006, 311 p.
- AUROUX, Silvan. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Tradução: ORLANDI, Eni. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. 134 p.
- BAKER, Collin. F.; FILLMORE, Charles. J.; LOWE, John. B. The Berkeley FrameNet project. In: CONFERENCE COLING-ACL, 1998, Montreal. **Proceedings of the 36th annual meeting**. Stroudsburg. Association for Computational Linguistics. Montreal, 1998. p. 86-90.
- BALLY, Charles. **Traité de stylistique française**. vol. 1 y 2. Paris: Librairie C. Klincksiek. 1951 [1909]. 358 p.
- BARTLETT, Frederic. C. **Remembering: A study in experimental and social psychology**. Cambridge: Cambridge University Press. 1932. 344 p.
- BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais: tipificação e interação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 250 p.
- BERBER SARDINHA, T. Linguística de Corpus. São Paulo, Manole, 2004. 410 p.
- BEVILACQUA, Cleci Regina. **Unidades Fraseológicas Especializadas Eventivas: descripción y reglas de formación en el ámbito de la energía solar**. 2004. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto Universitário de Linguística Aplicada, Universidade Pompeu Fabra, 2004. 243 p.
- BLACK, Henry Campbell. **Black's Law Dictionary**. 9th ed. West Publishing. 2009. 1920 p.
- BOAS, Hans C. e SAG, Ivan A. (Eds.). **Sign-based Construction Grammar**. Chicago/Stanford: CSLI Publications. 2012. 134 p.
- BOAS, Hans C.; DUX, Ryan. Semantic frames for foreign language education: Towards a German frame-based dictionary. **Veridas On-line**. Special issue on Frame Semantics and its technological applications, Vol. 17, n. 1, 82-100. 2013.
- BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002.
- BYBEE, Joan. L. From usage to grammar: the mind's response to repetition. **Langttag**, 82, 711-733. 2006.
- BYBEE, Joan. **Língua, uso e cognição**. 1ª edição. Tradução: CUNHA, Maria A. F. da; GONÇALVES, Sebastião C. L. [Título original: Language, usage and cognition]. São Paulo: Cortez, 2016. 384 p.

- CANE, Peter, CONAGHAN, Joanne (Eds). **The New Oxford Companion to Law - Illustrated Edition**. Oxford University Press. 2008. 1200 p.
- CASARES SANCHEZ, Julio. **Introducción a la lexicografía moderna**. Madrid: CSIC, 1992 [1950]. 354 p.
- CHISHMAN, Rove; SANTOS, Aline Nardes; RODRIGUES, Fernando José Amâncio RODRIGUES, Bruna Colares. Frames semânticos como organizadores do léxico do Direito Processual Penal: uma proposta metodológica. **Signo**. v. 45, n. 82, 2020.
- CLAPP, James Edward. **Random House Webster's Dictionary of the Law**. Random House Reference. 2000. 544 p.
- COMBET, Louis. **Recherches sur le "Refranero" castillan**. París, Société d'édition "Les Belles Lettres". 1971. 504 p.
- CORPAS PASTOR, Gloria. **Manual de fraseología española**. Madrid, Gredos, 1996. 337 p.
- CROFT, William. **Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- CROFT, William; CRUSE, D. Alan. **Cognitive Linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press. 2004. 356 p.
- DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **The landscape of qualitative research theories and issues**. 2nd edición. Thousand Oaks, CA: Sage. 2003. 696 p.
- DOLBEY, Andrew, ELLSWORTH, Michael; SCHEFFCZYKX, Jan. BioFrameNet: A DomainSpecific FrameNet Extension with Links to Biomedical Ontologies. In BODENREIDER O. (Ed.), **In Proceedings of KR-MED**, p. 87–94. 2006.
- DOWTY, David R. **Word meaning and Montague grammar. The semantics of verbs and times in generative semantics and in Montague's PTQ**. Synthese language library, vol. 7. D. Reidel Publishing Company, Dordrecht, Boston, and London, 1979. 415 p.
- EVANS, Vyvyan; GREEN, Melanie. **Cognitive Linguistics: An Introduction**. Edinburgh: Edinburgh University Press. 2006. 857 p.
- FABER, Pamela; MONTERO, Silvia; CASTRO, Rosa; SENSO, José; PRIETO, Juan Antonio; LEÓN, Pilar; MÁRQUEZ, Carlos; VEJA, Miguel. Process-Oriented Terminology Management in the Domain of Coastal Engineering. **Terminology**. n. 12, v. 2. 189–213. 2006.
- FABER, Pamela; REIMERINK, Arianne. Framing terminology in legal translation. **International Journal of Legal Discourse**, v. 4, n. 1, p. 15-46. 2019. DOI: 10.1515/ijld-2019-2015.
- FAUCONNIER, Gilles. **Mental Spaces**. Cambridge: Cambridge University Press. ([1985] 1994). 240 p.
- FAULSTICH, Enilde. A socioterminologia na comunicação científica e técnica. In: São Paulo. **Ciência e Cultura**, 2006. Vol. 58, n.º.2, p. 27-31.

- FAULSTICH, Enilde. Análise operacional de esquemas contextuais: o campo lexical e a moldura. *Acta Semiotica et Linguística*, v.15, p.191-200, 2010a.
- FAULSTICH, Enilde. **Base metodológica para pesquisa em socioterminologia: termo e variação**. Universidade de Brasília. Brasília, 1995a. 45 p.
- FAULSTICH, Enilde. Lexias complexas diante da fraseparemiologia. **Anais. II Congresso Internacional de Fraseologia e Paremiologia & I Congresso brasileiro de fraseologia**. Universidade de Brasília, Brasília. DF. 2011.
- FAULSTICH, Enilde. **Lexicologia: a linguagem do noticiário policial**. Brasília, Horizonte. 1980. 184 p.
- FAULSTICH, Enilde. Para gostar de ler um dicionário. *In: Pelos caminhos da dialetologia e da sociolinguística: entrelaçando saberes e vidas – homenagem a Socorro Aragão*, São Luís: Edufma, 2010b.
- FAULSTICH, Enilde. Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina. **Ciência da Informação**, [S.I.: s.n.], vol. 24, nº 3, 1995b.
- FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. Semântica Cognitiva: contexto de seu surgimento. *In: FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. Semântica Cognitiva: ilhas, pontes e teias*. Porto Alegre: Edipucrs; São Paulo: Annablume, 2007. p. 25-75.
- FILLMORE, Charles J. Frame semantics, *In: Linguistic Society of Korea (ed.), Linguistics in the Morning Calm*. Seoul: Hanshin Publishing, pp. 111–37. 1982.
- FILLMORE, Charles J. Frame semantics. *In: GEERAERTS, Dirk. Ed. Cognitive Linguistics: Basic Readings*. Vol. 34. Cognitive Linguistics Research. Cambridge University Library. 2006. <https://doi.org/10.1515/9783110199901>
- FILLMORE, Charles J. Scenes-and-frames semantics, *In: ZAMPOLLI A. (ed.), Linguistic Structures Processing*. Amsterdam: North Holland, pp. 55–82. 1977.
- FILLMORE, Charles J. Some problems for case grammar. *In: O'BRIEN, Richard. J. editor, 22nd annual Round Table. Linguistics: developments of the sixties – viewpoints of the seventies*, vol. 24 of Monograph Series on Language and Linguistics. Georgetown University Press, Washington D.C. 1971. p. 35–56.
- FILLMORE, Charles J. The case for case. *In: BACH, E. and HARMS, R., editors, Universals in Linguistic Theory*. Holt, Rinehart & Winston, New York. 1968. p. 1-25.
- FILLMORE, Charles J. **The mechanisms of construction grammar**. Proceedings of the Berkeley Linguistics Society, 14, 35–55. 1988.
- FILLMORE, Charles J.; BAKER, Collin. A frames approach to semantic analysis. *In: HEINE, B.; HEIKO, N. (Eds.). The Oxford Handbook of Linguistic Analysis*. New York: The Oxford University Press, 2009. p. 313-339.
- FILLMORE, Charles J.; JOHNSON, Christopher R.; PETRUCK, Miriam R. L. Background to FrameNet. *International Journal of Lexicography*. n. 16: 235–251. 2003.

FILLMORE, Charles. Frames and the semantics of understanding. **Quaderni di Semantica**, 6, 222–54. 1985.

FILLMORE, Charles; KAY, Paul; O’CONNOR, Mary Katherine. Regularity and idiomaticity: the case of let alone. **Language**, 64, 3, 501–38. 1988.

FILLMORE, Charles J. Frame semantics and the nature of language. In: **Annals of the New York Academy of Sciences: Conference on the Origin and Development of Language and Speech**. Vol. 280. 1976. p. 20-32.

GEERAERTS, Dirk. Cognitive grammar and the history of lexical semantics. In: RUDZKA-OSTYN B. **Topics in Cognitive Linguistics**. Amsterdam Philadelphia: John Benjamins. (ed.): 1988. 647–677

GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS, Hubert. **The Oxford handbook of Cognitive Linguistics**. New York: Oxford University Press, 2007. 1364 p.

GLYNN, Dylan. Correspondence analysis: An exploratory technique for identifying usage patterns. In: GLYNN, Dylan; ROBINSON, Justyna A. (eds.). **Polysemy and synonymy: corpus methods and applications in cognitive linguistics**. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins. p. 443–485. 2014.

GOLDBERG Adele Eva. **Constructions at Work: The Nature of Generalization in Language**. Oxford: Oxford University Press; 2006. 289 p.

GOLDBERG, Adele Eva. **A Construction Grammar Approach to Argument Structure**. Cognitive Theory of Language and Culture Series Chicago: University of Chicago Press. 1995. 271 p.

GOLDBERG, Adele Eva. Constructions: a new theoretical approach to language. **TRENDS in Cognitive Sciences**. Vol.7 No.5 219 – 224 pp. 2003.

GOUADEC, Daniel. Nature et traitement des entités phraséologiques, In: **Terminologie et phraséologie. Acteurs et aménageurs: Actes de la deuxième Université d’Automne en Terminologie**. Paris: La Maison du Dictionnaire. 1994. p. 167-193.

GRIES, Stefan T. Phraseology and linguistic theory: A brief survey. In: GRANGER, Sylviane; MEUNIER, Fanny. **Phraseology: an interdisciplinary perspective**. Benjamins: Amsterdam & Philadelphia, 2008, p. 3-25.

HENRIQUES, Antonio e ANDRADE Maria Margarida de. **Dicionário de Verbos Jurídicos**. 5ª ed. São Paulo, Atlas, 2010. 149 p.

HOPPER, Paul J. e TRAUGOTT, Elisabeth C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press. 2nd ed., Cambridge Textbooks in Linguistics. 2003. 276 p.

ISO 704. **Terminology work Principles and methods**. Genève: International Standard Organization: 4 ed. FDIS (s./l.). 2022. <https://cdn.standards.iteh.ai/samples/79077/2dd50250582e4a9fa3420af5da705572/ISO-704-2022.pdf>

- KATZ, Jerrold. J.; FODOR, Jerry. A. The structure of a Semantic Theory. Massachusetts Institute of Technology. **Language** 39, 170-210, 1963.
- KILGARRIFF, Adam; RYCHLÝ Pavel, SMRŽ, Pavel, TUGWELL, David. **Itri-04-08 the sketch engine**. Information Technology, 2004. 13 p.
- L'HOMME, Marie-Claude. Découverte de cadres sémantiques dans le domaine de l'environnement: le cas de l'influence objective. **Terminàlia**, v. 12. p. 29-40. 2015.
- L'HOMME, Marie-Claude. Maintaining the balance between knowledge and the lexicon in terminology: a methodology based on Frame Semantics. **Lexicography**, v. 4, n. 1. 2018.
- LAKOFF, George. **Women, fire and dangerous things**. Chicago: The University of Chicago Press, 1987. 632 p.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metaphors we live by**. Chicago: The University of Chicago Press, 1980. 256 p.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Philosophy in the Flesh: The Embodied Mind and Its Challenge to Western Thought**. New York: Basic Books. 1999. 624 p.
- LANGACKER, Ronald W. **Foundations of cognitive grammar**. Stanford, CA: Stanford University Press. 1987. 540 p.
- LANGACKER, Ronald. W. Active zones. **Proceedings of the Tenth Annual Meeting of the Linguistics Society**, Berkeley, CA. 1984.
- LEXICAL COMPUTING. **Language databases, tools and solutions**. Copyright - Lexical Computing. 2020. Disponível em: <https://www.lexicalcomputing.com>. Acessado em: 21 de janeiro de 2022.
- LIPKA, Leonhard. **An Outline of English Lexicology**. Tübingen: Max Niemeyer Verlag. 1974 [1992]. 218 p.
- LOWE, John. B.; BAKER, Collin. F.; FILLMORE, Charles. J. A Frame-semantic Approach to Semantic Annotation. In: **Proceedings of the SIGLEX Workshop on Tagging Text with Lexical Semantics: Why, What, and How?** Washington, D.C. 1997. p. 18-24.
- LYONS, John. **Semantics**. Vols. 1 and 2. London: Cambridge University Press, 1977. Vol. 1 p. 371.
- MEILLET, Antoine. L'Evolution des formes grammaticales. In: *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Librairie Honoré Champion, 1912.
- MELLO, Maria Chaves de. **Dicionário Jurídico: inglês-português, português-inglês**. São Paulo: Editora Método. 2006 1038 p. ISBN: 8576600919
- MINSKY, Marvin. A framework for representing knowledge. In: WINSTON P. H. (Ed.), **The psychology of computer vision**. New York: McGraw-Hill Book. 1975. p. 211 – 277.
- PIMENTEL, Janine. Using frame semantics to build a bilingual lexical resource on legal terminology. In: PIMENTEL, Janine. **Handbook of Terminology**. John Benjamins Publishing Comoany. p. 427-450. 2015.

POLIVANOV E.D. Revoljucija i literaturnye jazyki sojuza ssr [Revolução e línguas literárias da URSS], In: Id., **Za marksistskoe jazykoznanie. Sbornik populjarnych lingvističeskich statej** [Para a lingüística marxista. Coleção de artigos linguísticos populares], Moskva 1931, pp. 73-94 (reprinted In: Id., Stat'i po obščemu jazykoznaniju [Artigos sobre lingüística geral], Moskva 1968, pp. 187-205).

POTTIER, Bernard. **Introduction à l'étude des structures grammaticales fondamentales**. Publications linguistiques de la faculté des lettres et sciences humaines de l'Université de Nancy. 1962. 30 p.

ROSCH, Eleanor. Natural categories. **Cognitive Psychology**, v. 4, n. 3, p. 328-350, 1973.

RUPPENHOFER, Josef; ELLSWORTH, Michael; PETRUCK; Miriam R. L.; JOHNSON, Christopher R.; SCHEFFCZYK, Jan. **Framenet II: extended theory and practice**. ICSI – Berkeley. 2010.

SAGER, Juan C. **A Practical Course in Terminology Processing**. Amsterdam-Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, XI, 1990. 254 p.

SAGER, Juan C. Term formation. In: WRIGHT, Sue Ellen e BUDIN, Gerhard (eds.), **Handbook of Terminology Management. Vol. 1: Basic Aspects of Terminology Management**. Amsterdam/ Philadelphia: Benjamins.25–41, 1997.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Cours de linguistique générale**. Publiér par BALLY, Charles et SECHEHAYE, Albert, Avec la collaboration de RIEDLINGER, Albert. Lausanne and Paris: Payot. 3d ed. 1931 [1916]. 331 p.

SCHANK, Roger. C.; ABELSON, Robert. P. **Scripts, plans, goals and understanding: An inquiry into human knowledge structures**. Lawrence Erlbaum: Psychology Press 1977. 256 p.

SCHMIDT, T. The Kicktionary – A Multilingual Lexical Resource of Football Language. In: BOAS, Hans C. (Ed.): **Multilingual Framenets in Computational Lexicography**. New York: de Gruyter, 2009. p.101-134.

SEARLE, John R. **Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language**. Cambridge: Cambridge University Press. 1969. 214 p.

SEVILLA MUÑOZ, Julia. **Hacia una aproximación conceptual de las paremias francesas y españolas**. Madrid: Editorial Complutense. 1988. 245 p.

SEVILLA MUÑOZ, Julia; CRIDA ÁLVAREZ, Carlos Alberto. Las paremias y su clasificación. **Paremia**, n. 22, p. 105-114, 2013.

SEVILLA MUÑOZ, Manuel: Las unidades fraseológicas del discurso científico técnico y su traducción (inglés-español), In: CONDE TARRÍO, Germán et al. (ed.): **Para la traducción Fraseológica y paremiológica: Ámbitos, recursos y modalidades**. Instituto Cervantes: Centro Virtual Cervantes. 2015. p. 239-259.

- SILVA, Augusto Soares. Abordagem cognitiva em semântica lexical. In: SILVA, Augusto Soares. **A Semântica de Deixar: Uma contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical**. Braga: Empresa do Diário do Minho, Ltda., 1999. p. 9-76.
- SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. Atualizadores Slaib Filho, Nagib e Carvalho, Garcia. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009 [1975]. p. 1492.
- SILVEIRA BUENO, Francisco da. **Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa**. São Paulo: SP, Saraiva, 1968. 8 v. 4388 p.
- SINCLAIR, Jonh. **Corpus, Concordance, Collocation**. Oxford: Oxford University Press. 1991. 170 p.
- SOURIOUX, Jean-Louis e LERAT, Pierre. **Le langage du droit**. Presses universitaires de France, 1975. 133 p.
- TAGNIN, Stella. E. O. A Linguística de Corpus na e para a Tradução. In: Viana, Vander; TAGNIN, Stella E. O. (ed.). **Corpora na Tradução**. São Paulo: Hub Editorial. 2015.
- TALMY, Leonhard. Force dynamics in language and cognition. **Cognitive Science**. N. 12, v. 1, p. 49–100. 1988. https://doi.org/10.1207/s15516709cog1201_2
- TRAUGOTT, Elisabeth C. e TROUSDALE, Graeme. **Constructionalization and Constructional Changes**. Oxford: Oxford University Press. 2013. <http://dx.doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199679898.001.0001>
- VÉGLIA, Arlette. Las paremias jurídicas. Madrid. **Paremia**, 2: p. 89 – 93. 1993.
- VINOGRÁDOV, Viktor Vladimirovich. Ob osnovnykh tipakh frazeologicheskikh edinit v russkom yazyke [Sobre os principais tipos de unidades fraseológicas da língua russa]. In: KOSTOMAROVA, V.G. M., Ed. **Izbrannye trudy. Leksikologiya i leksikografiya** [Trabalhos selecionados. Lexicologia e Lexicografia]. Nauka: Moscou, 1947. p. 140-161.
- WANDJI TCHAMI, Onellas; L'HOMME, Marie-Claude; GRABAR, Natalia. Frame semantics-based study of verbs across medical genres. **Stud Health Technol Inform**. n. 205, p. 1075-1079. 2014. DOI: 10.3233/978-1-61499-432-9-1075.
- WARDA, Mark; RAY, James C. **The Complete Book of Personal Legal Forms**. Sphinx® Publishing, 2005. 399 p.
- WEINREICH, Uriel. Problems in the analysis of idioms. PUHVEL, J. (ed.). **Substance and Structure of Language**. Berkeley: University of California Press, 1969. p. 23-81.
- ZUKERMAN, Erez. Create a Website Easily With Wix. Reviews **PCWorld**. 2012. Disponível em: <https://www.pcworld.com/article/469728/wix.html> Acessado em: 12 de novembro de 2021.
- ZULUAGA OSPINA, Alberto. **Introducción al estudio de las expresiones fijas**. Studia Romanica et linguistica, 10. Frankfurt am Main: Peter Lang GmbH, Internationaler Verlag der Wissenschaften. 1980. 278 p.